

DAYCOVAL VEÍCULOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
CNPJ/MF nº 09.583.906/0001-50

Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Quotas Sênior da 1ª Série (o “Prospecto”)

Classificação da Sandard & Poor’s para as Quotas Sênior da 1ª Série: “brAAAF”

Código ISIN nº BRDCVVCTF000

Rentabilidade Alvo das Quotas Sênior da 1ª Série: 113% (cento e treze por cento) da variação da Taxa DI

O DAYCOVAL VEÍCULOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, inscrito no CNPJ sob o nº 09.583.906/0001-50 (o “Fundo”), constituído sob a forma de condomínio fechado com prazo regular de vigência de 10 (dez) anos, contado do início das atividades do Fundo, é administrado pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 (a “Administradora”).

O Fundo é regido pelas disposições de seu regulamento, devidamente registrado no 1º Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 28 de maio de 2008, com suas primeira e segunda alterações registradas no mesmo cartório sob o nº 1654280 em 01 de julho de 2008, e nº 1655479 em 17 de julho de 2008 (o “Regulamento”), pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores (a “Instrução CVM”) e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

No curso no programa de securitização, o Fundo poderá manter em Circulação quotas sênior (as “Quotas Sênior”) no montante total, na Data de Emissão de cada Série, de até R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). O Fundo poderá emitir, a qualquer tempo, 1 (uma) classe de quotas subordinadas (as “Quotas Subordinadas”), em número indeterminado e em série única.

O Fundo está ofertando na 1ª Distribuição até 12.000 (doze mil) Quotas Sênior da 1ª Série, no valor unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), perfazendo o montante de até R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) (a “Oferta”). Observado o mínimo de 2.000 (duas mil) Quotas Sênior da 1ª Série, as Quotas Sênior da 1ª Série que não sejam subscritas e integralizadas dentro do período de distribuição serão canceladas pela Administradora.

O Distribuidor adotará procedimento diferenciado de distribuição, observado, o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400, não havendo, neste caso, lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas. Neste caso, a alocação final dos lotes entre os investidores poderá ser qualitativa e discricionária, cabendo ao Distribuidor definir a quantidade de Quotas a ser alocadas a cada investidor e a taxa de remuneração final de cada Série de Quotas Sênior, tendo em vista suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, de sorte que deverão ser assegurados: (i) que o tratamento aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos clientes do Distribuidor; e (iii) que os representantes de venda do Distribuidor recebam previamente exemplar do Prospecto para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Distribuidor.

Protocolo CVM datado de 30 de maio de 2008. Registro CVM: CVM/SRE/RFD/2008/032, em 12 de junho de 2008 (1ª Série de Quotas Sênior). Protocolo do pedido de modificação da oferta efetuado junto à CVM em 02 de julho de 2008.

As Quotas Sênior da 1ª Série deverão ser registradas, para negociação secundária, no Sistema de Fundos Fechados - SFF da CETIP. A Administradora poderá também registrar as Quotas Sênior da 1ª Série para negociação também no SOMAFIX, operacionalizado pela BVSP. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, pessoas que sejam investidores qualificados, conforme disposto na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores (a “Instrução CVM nº 409”), inclusive fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, que busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo.

Recomenda-se a leitura cuidadosa deste Prospecto definitivo antes de qualquer decisão sobre o investimento nas Quotas do Fundo. “Os investidores devem ler a Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, nas páginas 77 a 82.”

Vide outros avisos importantes na página 1 deste Prospecto definitivo.

“As informações contidas neste Prospecto estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a respeito”.

“A Comissão de Valores Mobiliários – CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das quotas a serem distribuídas.”



“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador e das demais instituições prestadoras de serviços.”

Cedente e Distribuidor

BancoDaycoval | **40 ANOS**

Administradora

OLIVEIRA TRUST

Custodiante e Agente Escriturador



Empresa de Auditoria



Assessor Legal

MOTTA, FERNANDES ROCHA
ADVOCADOS

A data deste Prospecto definitivo é 14 de agosto de 2008.

Avisos - ANBID

“A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura”.

“As informações contidas nesse prospecto estão em consonância com o regulamento do fundo de investimento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do fundo de investimento, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o fundo está exposto”.

“O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o gestor da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo de investimento e para o investidor”.

“O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC”.

“Este fundo de investimento utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus quotistas”.

“Este Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada a de fundos similares com prazo inferior.”

“O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.”

ÍNDICE

Características Básicas da Distribuição das Quotas no Curso do Programa de Securitização ...	19
Veracidade das Informações	20
Sumário	21
O Fundo.....	21
Público-Alvo.....	21
Fatores de Risco.....	22
A Administradora	22
O Custodiante	22
Procedimento de Verificação do Lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis	24
Substituição e Renúncia da Administradora, do Custodiante, da Empresa de Auditoria e da Agência Classificadora de Risco	25
Outros Prestadores de Serviços	26
Serviços de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes	27
Custódia Física dos Documentos Comprobatórios	27
Resumo dos Principais Contratos Celebrados pelo Fundo	27
Regime de Colocação das Quotas Sênior da 1ª Série.....	28
Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo	29
Remuneração Devida aos Demais Prestadores de Serviços do Fundo	30
Demonstrativo do Custo da Distribuição	30
Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira	30
Política de Utilização de Instrumentos Derivativos	31
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo	33
Cronograma Etapas da Oferta.....	34
Gerenciamento de Riscos.....	34
Custódia dos Ativos de Titularidade do Fundo	34
Valores Mínimos de Subscrição Inicial	35
Emissão de Quotas	35
Amortização de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas.....	35
Modificação da Oferta.....	35
Distribuição Parcial	36
Tributação	36
Atendimento aos Quotistas	39
Critérios de Divulgação de Informações aos Quotistas	39
Daycoval	40
Procedimentos e Política de Concessão de Crédito aos Financiados e	
Procedimentos de Cobrança.....	41
Concessão de Crédito	41
Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes.....	43
Marco Regulatório.....	45
Introdução	45
Cessão da Alienação Fiduciária em Garantia	45
Eficácia do Contrato contra Terceiros.....	46
Regulamentos Editados pelo Órgãos Públicos Competentes	46
Efeitos do Adimplemento e Inadimplemento do Contrato	47

Sistema Nacional De Gravames – SNG.....	49
Introdução	49
Convênio	49
Operacionalização do SNG.....	50
Procedimentos Operacionais de Registro de Alienação Fiduciária dos Veículos	
Automotores no SNG no curso do Programa de Securitização.....	51
Disposições Gerais das Cédulas de Crédito Bancário.....	52
Características Básicas do Programa de Securitização	53
Objetivo do Fundo e Resumo da Estrutura.....	53
Desenho Esquemático do Programa de Securitização	53
Procedimento de Oferta de Direitos Creditórios e de Formalização da Cessão.....	55
Critérios de Elegibilidade	57
Verificação dos Critérios de Elegibilidade	57
Inexistência de Coobrigação.....	58
Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis	58
Opções de Compra	58
Possibilidade de os Direitos Creditórios de Titularidade do Fundo Serem	
Acrescidos, Removidos, Recomprados ou Substituídos.....	59
Procedimentos de Registro	59
Condições Resolutivas da Cessão	60
Eventos de Revisão	60
Eventos de Inadimplemento Contratual	62
Eventos de Avaliação.....	62
Eventos de Amortização Antecipada	63
Razão de Garantia, Índice de Liquidez, Alocação de Investimento Mínima,	
Reserva de Caixa e Reserva de Amortização	64
Reenquadramento da Razão de Garantia, da Alocação de Investimento	
Mínima e do Índice de Liquidez.....	65
Amortização Compulsória para Fins de Reenquadramento da Razão de Garantia	
e/ou da Alocação de Investimento Mínima	66
Procedimentos de Dação em Pagamento	67
Ordem de Aplicação dos Recursos.....	68
As Quotas	69
Características das Quotas Sênior	69
Características das Quotas Subordinadas.....	72
Amortização de Quotas	72
Registro e Negociação das Quotas	73
Características da 1ª Série de Quotas Sênior	74
Fatores de Risco.....	77
Introdução	77
Fatores Associados aos Direitos Creditórios e ao Daycoval (Originador)	80
Potenciais Conflitos de Interesses e Transações com Partes Relacionadas	83
Utilização dos Recursos	84
Pré-Pagamentos, Atrasos, Refinanciamentos, Renegociações, Perdas e	
Inadimplência dos Direitos Creditórios de Titularidade do Fundo	85
Daycoval Holding Financeira S.A.....	90
Introdução	90

Informações Financeiras Seleccionadas e Índices Financeiros – Daycoval	
Holding Financeira S.A.	91
Banco Daycoval S.A.	92
Introdução	92
Estrutura de Capital e Controladores	92
Administração	93
Autorização Societária	93
Experiência Profissional e Formação Acadêmica dos Diretores e	
Administradores do Daycoval	93
Acordo de Acionistas.....	94
Estratégia	94
Descrição das Atividades do Daycoval	95
Inadimplência, Perdas e Pré-Pagamento	95
Tesouraria.....	95
Contingências Tributárias.....	96
Contingências Cíveis.....	96
Contingências Trabalhistas.....	96
Colaboradores e Política de Recursos Humanos	97
Fontes de Captação de Recursos.....	97
Outras Cessões de Recebíveis Efetuadas pelo Daycoval a Fundos de	
Investimento em Direitos Creditórios	97
Informações Financeiras Seleccionadas e Índices Financeiros	98
Enquadramento do Daycoval ao Índice de Basiléia.....	99
Histórico	100
Estrutura e Administração.....	100
Administração de Fundos de Investimento	100
Custodiante	101
Introdução	101
Histórico	101
Colaboradores e política de recursos humanos	101
Tecnologia e Sistemas.....	101
Sistema de Back-Up	102
Políticas de Compliance e Controles Internos	102

ANEXOS

Relatório de Revisão Especial Elaborado pela KPMG Auditores Independentes	107
Súmula da Agência Classificadora de Risco	161
Regulamento	173
Suplemento da 1ª Série de Quotas Sênior.....	291
Banco Daycoval S. A. – Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2007	299
Banco Daycoval S. A. – Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2005 e 2006	349

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

GLOSSÁRIO

Para fins deste Prospecto, as definições contidas nesta Seção, no singular ou no plural, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, têm o seguinte significado:

Definições referentes ao Programa de Securitização

Administradora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Agência Classificadora de Risco	Standard & Poor's (McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda.)
Agente	qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviço, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa
Agente Arrecadador	Banco Bradesco S.A. e/ou outro agente arrecadador que tenha celebrado contrato com o Daycoval, observado o disposto no Contrato de Cessão, nos termos de cada Contrato de Cobrança Bancária
Agente Cobrador	Daycoval, quando do exercício de suas atribuições nos termos do Contrato de Cobrança
Agente Escriturador	Banco Itaú S.A.
Alocação de Investimento Mínima	fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o denominador equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, apurada diariamente pelo Custodiante, de acordo com expressão contida no Regulamento
Amortização Integral	amortização integral das Quotas Sênior da Série “n” na Data de Amortização, promovida nos casos em que não seja prevista, no Suplemento da Série “n”, a existência de Amortizações Programadas
Amortização Não Programada	amortização antecipada, total ou parcial, de todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação, proporcionalmente e em igualdade de condições, por seu valor atualizado nos termos do Regulamento, realizada para reenquadramento do Fundo a certos índices e parâmetros definidos no Regulamento
Amortização Programada	amortização programada, total ou parcial, de parcela do valor de cada Quota Sênior em Circulação, promovida nas Datas de Amortização definidas no Suplemento da Série “n”
Amortização Programada de Quotas Subordinadas	amortização, parcial, de parcela do valor de cada Quota Subordinada em Circulação promovida em cada Data de Amortização de Quotas Subordinadas

ANBID	Associação Nacional de Bancos de Investimento
Assembléia Geral	assembléias gerais, ordinárias e/ou extraordinárias, de Quotistas do Fundo, realizadas nos termos do Regulamento
Aviso de Desenquadramento	documento preparado pela Administradora e por esta enviado ao Daycoval, por meio do qual o Fundo solicita que o Daycoval informe como pretende, se for o caso, proceder ao reenquadramento do Fundo a certos índices e parâmetros definidos no Regulamento
Bacen	Banco Central do Brasil
Base de Dados do Fundo	base de dados, atualizada diariamente pelo Custodiante, contendo certas informações relativas aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, identificadas nos modelos de relatórios previamente definidos entre a Administradora e o Custodiante
BM&F	Bolsa de Mercadorias & Futuros
BVSP	Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP
Carnê	documento emitido pelo Daycoval, o qual contém os boletos de pagamento das prestações relativas aos Direitos Creditórios vinculados a cada Cédula de Crédito Bancário
Cédula de Crédito Bancário	“Cédula de Crédito Bancário com Alienação Fiduciária”, celebrada entre o Daycoval e cada Financiador, por meio da qual (i) o Daycoval financia a aquisição, pelo Financiador, de Veículo Automotor, e (ii) o Financiador aliena fiduciariamente ao Daycoval o respectivo Veículo Automotor, observados os procedimentos definidos no SNG, em garantia do financiamento contratado
Cédula de Crédito Bancário Adimplente	Cédula de Crédito Bancário integrante da carteira do Fundo que não contenha, na respectiva data de observação, qualquer Direito Creditório vencido e não pago por prazo igual ou superior a 60 dias contado de sua respectiva data de vencimento
Cédula de Crédito Bancário Inadimplente	Cédula de Crédito Bancário integrante da carteira do Fundo que não seja uma Cédula de Crédito Bancário Adimplente, ou uma Cédula de Crédito Bancário Provisionada
Cédula de Crédito Bancário Provisionada	qualquer Cédula de Crédito Bancário integrante da carteira do Fundo, cujos respectivos Direitos Creditórios tenham sido integralmente provisionados pelo Fundo, nos termos do COSIF e da Resolução nº 2.682, de 22 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações posteriores
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação

Circulação	número de Quotas devidamente subscritas e integralizadas, nos termos do Regulamento, e não integralmente amortizadas, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento
Circulação Especial	número de Quotas Sênior devidamente subscritas e integralizadas, nos termos do Regulamento, e não integralmente amortizadas ou resgatadas e as Quotas Sênior a serem subscritas e integralizadas, referente a cada Série de Quotas Sênior em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda
Cobrança Registrada	modalidade de cobrança em que o Daycoval encaminha à instituição financeira prestadora dos serviços, Direitos Creditórios para registro, ficando a cargo da respectiva instituição identificar e informar quais Direitos Creditórios foram liquidados pelos respectivos Financiados
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002
Código de Trânsito Brasileiro	Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997
CONTRAN	Conselho Nacional de Trânsito
Condições de <i>Swap</i>	condições necessárias para a contratação pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, de operações com instrumentos derivativos
Condições Resolutivas da Cessão	hipóteses em que considerar-se-á resolvida a cessão de qualquer dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pelo Daycoval
Conta Corrente do Daycoval	conta corrente de titularidade do Daycoval, prévia e expressamente informada, por escrito, pelo Daycoval ao Custodiante e à Administradora, na qual são creditados os valores devidos pelo Fundo ao Daycoval em razão da cessão de Direitos Creditórios
Conta Corrente do Fundo	conta corrente de titularidade do Fundo, na qual são depositadas as verbas de titularidade do Fundo, decorrentes do pagamento de quaisquer ativos de propriedade do Fundo e da integralização de Quotas
Conta de Alienação Fiduciária Especial	conta específica no SNG, criada pela FENASEG, para registro, em nome do Daycoval, da alienação fiduciária dos Veículos Automotores vinculados às Cédulas de Crédito Bancário, cujos respectivos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo
Contrato de Cessão	Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Daycoval, com interveniência do Custodiante

Contrato de Cobrança	Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança, celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Agente Cobrador
Contrato de Cobrança Bancária	(i) o “Contrato para Prestação de Serviços de Cobrança - Bancos Correspondentes”, a ser celebrado entre o Banco Bradesco S.A. e o Daycoval; e/ou (ii) o contrato de cobrança celebrado com qualquer Agente Arrecadador, por meio do qual a respectiva instituição financeira promove a Cobrança Registrada de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante
Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação e Distribuição, em Regime de Melhores Esforços, de Quotas Sênior de Primeira Série de Emissão do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, celebrado entre, de um lado, a Administradora e, de outro lado, o Distribuidor
Contrato de Escrituração	Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Quotas, celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Agente Escriturador
Convênio	Contrato de Prestação de Serviços, celebrado em 17 de dezembro de 1998 entre FENASEG e outras partes e o Termo de Adesão, celebrado em 27 de maio de 2002, por meio do qual o Daycoval aderiu ao contrato acima referido e passou a utilizar os serviços prestados pela FENASEG, tendo, assim, acesso ao SNG
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Bacen
CPF/MF	Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda
Crítérios de Elegibilidade	crítérios para aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo definidos no Regulamento
CRV	Certificado de Registro de Veículo referente ao Veículo Automotor cuja aquisição foi financiada por meio da emissão de Cédula de Crédito Bancário, e que é expedido pelo DETRAN do Estado ou do Distrito Federal no qual está inserido o município de domicílio ou residência do Financiador
Custodiante	Banco Itaú S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Amortização	Data em que o Fundo efetua a Amortização Integral e/ou a Amortização Programada de Quotas Sênior, observado o disposto no respectivo Suplemento da Série “n”

Data de Amortização de Quotas Subordinadas	data em que o Fundo promove a Amortização Programada de Quotas Subordinadas
Data de Aquisição	data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis do Daycoval, em moeda corrente nacional, nos termos do Contrato de Cessão, e/ou quando ocorre o lançamento, na conta corrente do Daycoval, de Quotas Subordinadas em razão de sua integralização em contrapartida à cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão
Data de Emissão	data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de determinada Série de Quotas Sênior ou de Quotas Subordinadas, em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, respectivamente, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um “dia útil”
Data de Oferta	data em que o Daycoval envia o Layout para o Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão
Data de Verificação	5º dia útil de cada mês calendário
Daycoval	Banco Daycoval S.A.
DCV	fração calculada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo inferior a 30 dias, e, se for o caso, Direitos Creditórios a vencer, excluindo-se do DCV os Direitos Creditórios referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes do DCV30, DCV120 e DCV180, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas integrantes da carteira do Fundo
DCV30	fração calculada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 30 dias e inferior a 120 dias e, se for o caso, Direitos Creditórios a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas integrantes da carteira do Fundo

DCV120	fração calculada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 120 dias e inferior a 180 dias e, se for o caso, Direitos Creditórios a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas integrantes da carteira do Fundo
DCV180	fração calculada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 180 dias e, se for o caso, Direitos Creditórios a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal de todos os Direitos Creditórios que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a 1ª Data de Oferta, incluindo aqueles que tenham sido cedidos pelo Fundo para qualquer terceiro
Decreto-lei nº 911/69	Decreto-lei nº 911, de 1 de outubro de 1969
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito, órgão executivo estadual responsável pelo registro e licenciamento de veículos automotores
Direito Creditório	cada prestação devida pelo Financiador ao Daycoval ou a seu cessionário, sempre em moeda corrente nacional, decorrente de operação de financiamento entre o Daycoval e o respectivo Financiador, nos termos da Cédula de Crédito Bancário, cujo pagamento será realizado mediante a utilização dos respectivos boletos integrantes dos Carnês
Direito Creditório Elegível	Direitos Creditórios, cujas informações foram transmitidas pelo Daycoval ao Custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos definidos no Contrato de Cessão, e que atendam, cumulativamente, na Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade
Diretor Designado	diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas
Distribuição	Cada distribuição de Quotas do Fundo, sendo cada distribuição sujeita aos procedimentos de protocolo definidos na Instrução CVM nº356

Distribuidor	Daycoval
Documentos Comprobatórios	(i) 1 via original da respectiva Cédula de Crédito Bancário; (ii) cópia reprográfica da tela do SNG evidenciando que o Veículo Automotor, cuja aquisição tenha sido financiada por meio da celebração da respectiva Cédula de Crédito Bancária, encontra-se alienado fiduciariamente em favor do Daycoval ou cópia reprográfica do CRV evidenciando a referida alienação; (iii) cópia reprográfica da nota fiscal ou recibo da aquisição, pelo Financiador, do Veículo Automotor, emitido pelo respectivo estabelecimento comercial ou, no caso de Veículo Automotor usado, adquirido de pessoa natural ou fora de estabelecimento comercial, cópia reprográfica do DUT; (iv) (uma) via original da Ficha Cadastral do respectivo Financiador; (v) cópia reprográfica do CPF/MF ou do CNPJ/MF, conforme o caso, do respectivo Financiador, se houver; (vi) cópia reprográfica da Cédula de Identidade do respectivo Financiador, se houver; e (vii) cópia reprográfica do comprovante de residência do respectivo Financiador, se houver
Documentos da Securitização	o Regulamento, o Contrato de Cessão, o(s) Contrato(s) de Cobrança Bancária, o Contrato de Custódia, o Contrato de Cobrança e o Contrato de Escrituração, em conjunto ou isoladamente
DUT	DUT – Documento Único de Transferência, expedido pelo DETRAN do Estado ou do Distrito Federal no qual está inserido o município de domicílio ou residência de cada Financiador
Empresa de Auditoria	KPMG Auditores Independentes
Evento de Amortização Antecipada	evento definido no Regulamento, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de amortização antecipada de Quotas
Evento de Avaliação	evento definido no Regulamento, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de reavaliação sobre a continuidade do Programa de Securitização
Evento de Inadimplemento Contratual	evento definido no Contrato de Cessão, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de amortização antecipada de Quotas do Fundo, previstos no Regulamento
Evento de Revisão	evento definido no Contrato de Cessão, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de reavaliação sobre a continuidade do Programa de Securitização
Fator Multiplicador ou FM	fator apurado diariamente pela Administradora considerando (a) o número e (b) as condições de remuneração das Quotas Sênior em Circulação Especial na data de apuração do FM, observado o disposto no Regulamento
FENASEG	Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG

Financiado	pessoa natural ou jurídica, residente no Brasil, que contratou com o Daycoval financiamento para aquisição de Veículo Automotor, nos termos da Cédula de Crédito Bancário
Fundo	Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas
Índice de Liquidação Antecipada das Cédulas de Crédito Bancário ou ILACCB	o valor apurado pela Administradora, a partir do 120º dia imediatamente subsequente a 1ª Data de Emissão, em cada Data de Verificação. O ILACCB será equivalente ao somatório dos recursos pagos pelos Financiados a título de liquidação antecipada dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o valor do saldo devedor em aberto das Cédulas de Crédito Bancário objeto dos procedimentos de devolução amigável de veículos automotores, no período de 90 dias imediatamente anterior à data de apuração do ILACCB, dividido pelo valor do Patrimônio Líquido, acrescido do somatório das amortizações de Quotas Sênior ocorridas, a qualquer título, no período no período de 90 dias imediatamente anterior à data de apuração do ILACCB, deduzido do valor dos Outros Ativos, na data de apuração do ILACCB
Índice de Liquidez	valor apurado diariamente pelo Custodiante, para cada evento de Amortização Programada e/ou Amortização Integral de cada Série de Quotas Sênior em Circulação, mediante a aplicação de expressão contida no Regulamento
Instituições Autorizadas	(i) União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco; (ii) Banco Bradesco S.A.; (iii) Banco Itaú S.A.; (iv) Banco Itaú BBA S.A.; (v) Banco Santander S.A.; (vi) Banco Citibank S.A.; (vii) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; (viii) Banco do Brasil S.A.; (ix) Caixa Econômica Federal, (x) Banco Safra S.A.; (xi) outras instituições financeiras ou equiparadas controladas por qualquer dos bancos referidos nos itens "i" a "x" acima; (xii) outras instituições de 1ª linha que sejam classificadas pela Agência Classificadora de Risco; ou (xiii) outras instituições de 1ª linha que sejam aprovadas pelos titulares da maioria das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas, em separado, reunidos em Assembléia Geral
Intrag	Intrag – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.418.140/0001-31
Instrução CVM nº 356	Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM e alterações posteriores
Instrução CVM nº 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores

Instrução CVM nº 409	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores
Investidor Qualificado	Pessoa definida na Instrução CVM nº 409, habilitada a adquirir Quotas
Motocicletas	motocicletas – código 4
Oferta	presente distribuição pública de Quotas Sênior da 1ª Série
Ônibus	ônibus – código 5
Outros Ativos	ativos financeiros, modalidades operacionais, incluindo operações com instrumentos derivativos, e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se Direitos Creditórios
Patrimônio Líquido	patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Regulamento
Período de Registro Especial	período de 30 dias contado da 1ª Data de Emissão de Quotas, no qual a Administradora deverá providenciar, diretamente ou por meio de seus Agentes, o registro de cada Termo de Cessão, acompanhado de todos os demonstrativos colocados à disposição do Daycoval pelo Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão, impreterivelmente até o 15º dia, inclusive, imediatamente posterior a cada Data de Aquisição
Pessoa	pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio
Potencial de Cessão	valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional de titularidade do Fundo, apurado na Data de Oferta, não comprometidas com o pagamento de exigibilidades do Fundo, nos termos do Regulamento, e disponível para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, deduzido do valor, estimado pela Administradora, dos recursos necessários (i) à contratação e manutenção de operações com instrumentos derivativos, alocados a título de margem de garantia e ajustes diários e (ii) à manutenção das demais reservas financeiras definidas no Regulamento
Prazo de Vigência	prazo de vigência regular do Fundo, que será de 10 anos contados do início das atividades do Fundo
Preço de Aquisição	valor presente dos Direitos Creditórios Elegíveis, pago pelo Fundo ao Daycoval, em moeda corrente nacional e/ou em contrapartida à integralização de Quotas Subordinadas, conforme definido em cada Termo de Cessão, apurado por meio de algoritmo contido no Contrato de Cessão
Procuração Irrevogável	procuração outorgada pelo Daycoval à Administradora, por meio de instrumento público, preparada em forma de anexo ao Contrato de Cessão

Programa de Securitização	mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização, por meio dos quais o Daycoval cede Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, captando recursos para suas atividades
Prospecto	presente prospecto definitivo de distribuição pública de Quotas Sênior da 1ª Série
Quota Sênior	quota de qualquer Série, emitida pelo Fundo em qualquer Distribuição, nos termos do Regulamento, que não se subordina às Quotas Subordinadas para efeito de amortização ou resgate, inclusive na hipótese de amortização ou liquidação antecipada do Fundo
Quota Subordinada	quota emitida pelo Fundo a qualquer tempo, nos termos do Regulamento, que se subordina às Quotas Sênior para efeito de amortização ou resgate, inclusive na hipótese de amortização ou liquidação antecipada do Fundo
Quotas	Quotas Sênior ou Quotas Subordinadas, emitidas pelo Fundo em qualquer Distribuição, em conjunto ou isoladamente
Razão de Garantia	fração cujo numerador é equivalente ao somatório do valor atualizado das Quotas Sênior, deduzido do valor dos Outros Ativos, e o denominador o valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor contábil dos Outros Ativos e do somatório do valor dos Direitos Creditórios cuja data de vencimento é posterior à data de vencimento da Série de Quotas Sênior em Circulação que possua a data de vencimento mais distante, apurada diariamente pelo Custodiante
Regulamento	regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
Reserva de Amortização ou RAM	reserva a ser constituída e mantida pela Administradora, em regime de melhores esforços, para pagamento das Amortizações Programadas e/ou Amortizações Integrais de Quotas Sênior, nos termos do Regulamento
Reserva de Caixa ou RC	reserva de caixa, a ser constituída e mantida pela Administradora, em regime de melhores esforços, para pagamento das despesas e encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de 90 dias contado da data de apuração da RC, estimados pela Administradora, nos termos do Regulamento
Resolução CONTRAN nº 159/04	Resolução nº 159, de 22 de abril de 2004, do CONTRAN
Resolução nº 2.682/99	Resolução nº 2.682, de 22 de dezembro de 1999, do CMN, e suas alterações posteriores
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

Série	qualquer série de Quotas Sênior, emitida em qualquer Distribuição pelo Fundo nos termos do Regulamento
SNG	Sistema Nacional de Gravames, por meio do qual a FENASEG, nos termos do Convênio, presta os serviços de gerenciamento e controle dos gravames pertinentes a cada Veículo Automotor alienado fiduciariamente em favor do Daycoval, cuja aquisição é financiada por meio da celebração de Cédula de Crédito Bancário
Suplemento	documento preparado na forma de anexo específico do Regulamento
Taxa de Administração	montante devido à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições de administração do Fundo, definidas no Regulamento e nos Documentos de Securitização
Taxa de Desconto	taxa de desconto, informada pela Administradora ao Custodiante, por meio dos sistemas eletrônicos colocados à disposição para tanto, utilizada na determinação do Preço de Aquisição, sendo esta equivalente a maior entre as seguintes taxas: (i) aquela diariamente indicada pela Administradora, nos termos do Regulamento, observada a Taxa de Desconto Mínima; e (ii) a Taxa DI acrescida, exponencialmente, do último Fator Multiplicador apurado pela Administradora
Taxa de Desconto Mínima	menor Taxa de Desconto a ser utilizada na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, equivalente a 175% da Taxa DI Futura
Taxa DI	Taxa DI- <i>over</i> , média, extra grupo, divulgada pela CETIP, válida por 1 dia útil (<i>overnight</i>), expressa na forma percentual, em base anual (252 dias úteis)
Taxa DI Futura	cotação, no dia útil anterior, da Taxa DI (DI x pré) para contratos com vencimento em 1 ano, obtida na opção “indicadores” no website da BM&F (www.bmf.com.br)

Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco	documento preparado sob a forma de anexo ao Regulamento, firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento
Termo de Cessão	termo de cessão, preparado substancialmente na forma de anexo ao Contrato de Cessão, por meio do qual o Daycoval cede ao Fundo Direitos Creditórios
Termo de Cessão Consolidado	termo de cessão consolidado, preparado na forma do Contrato de Cessão, o qual deverá ser lavrado, quinzenalmente, por meio de instrumento público perante Tabelião de Notas da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro
Veículos Automotores	veículos adquiridos pelos Financiados e cujas aquisições são financiadas pelo Daycoval por meio da celebração de Cédulas de Crédito Bancário, compreendendo Veículos Levas, Veículos Pesados e Outros Veículos
Veículos Leves	automóveis de passeio para até 7 passageiros e automóveis utilitários tipo "van" ou "pick-ups" de até 2,5 toneladas de capacidade de carga
Veículos Pesados	veículos acima de 2,5 toneladas de capacidade de carga

**CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS
NO CURSO DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO**

Emissor:	Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
Cedente:	Banco Daycoval S.A.
Classe de Quotas:	1 classe de Quotas Sênior da 1ª Série
Preço Unitário das Quotas Sênior da 1ª Série:	R\$25.000,00 na 1ª Data de Emissão da respectiva Série
Administradora:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Custodiante:	Banco Itaú S.A.
Empresa de Auditoria:	KPMG Auditores Independentes
Agência Classificadora de Risco:	Standard and Poor's (McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda.)
Data de Emissão:	data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de determinada Série de Quotas Sênior são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um “dia útil”
Amortizações Programadas:	cada Quota Sênior poderá ser objeto de 1 ou mais amortizações programadas, parciais ou totais, nas Datas de Amortização definidas no Suplemento da Série “n”. O Fundo não poderá emitir Quotas Sênior com Data de Amortização posterior ao Prazo de Vigência
Amortização Integral:	as Quotas Sênior da Série “n” serão integralmente amortizadas na Data de Amortização, promovida nos casos em que não seja prevista, no Suplemento da Série “n”, a existência de Amortizações Programadas

Vide Seção “Características da 1ª Série de Quotas Sênior” deste Prospecto.

VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES

A Administradora é responsável pela consistência, qualidade, veracidade e suficiência das informações encaminhadas à CVM por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o prazo de distribuição das Quotas.

O Distribuidor tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações prestadas neste Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, e que venham a integrar o presente Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

O Daycoval declara que as informações contidas neste Prospecto, referentes às suas atividades e situações econômico-financeiras, são verdadeiras, consistentes e corretas.

O registro não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das Quotas a serem distribuídas e é concedido segundo critérios formais de legalidade.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substitui. Possíveis adquirentes das Quotas devem ler cuidadosamente este Prospecto e o Regulamento, com especial atenção às disposições relativas ao objeto e às políticas de investimento do Fundo, procedimentos e prazos de amortização e resgate de Quotas, bem como a descrição dos fatores de risco a que este está exposto.

SUMÁRIO

Este sumário foi elaborado com base nas informações constantes do presente Prospecto.

O Fundo

O Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios foi constituído em 28 de maio de 2008, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de vigência regular de 10 anos, contado do início de suas atividades. O Regulamento encontra-se registrado no 1º Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 1651956 em 28 de maio de 2008, com suas primeira e segunda alterações registradas no mesmo cartório sob o nº 1654280 em 01 de julho de 2008, e sob o nº 1655479 em 17 de julho de 2008. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, da Instrução CVM nº 356 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Os documentos referidos no §1º do artigo 8º e no §1º do artigo 20 da Instrução CVM nº 356 foram protocolados na CVM em 30 de maio de 2008. Os documentos de modificação da oferta foram protocolados na CVM em 02 de julho de 2008.

Registro CVM: CVM/SRE/RFD/2008/032, em 12 de junho de 2008.

O Fundo iniciou suas atividades em [] de [] de 2008.

O Fundo tem por objeto precípua adquirir Direitos Creditórios. A cessão dos Direitos Creditórios do Daycoval ao Fundo será realizada nos termos do Contrato de Cessão e do Regulamento, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra ou coobrigação do Daycoval ou de qualquer outra Pessoa. O Daycoval, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo nem pela solvência dos Financiados. O Daycoval é somente responsável, na respectiva Data de Aquisição, pela existência, autenticidade e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

Vide Seção “Procedimento de Oferta de Direitos Creditórios e de Formalização da Cessão”, com referência aos procedimentos de constituição dos Direitos Creditórios e de sua cessão ao Fundo.

O Fundo emitirá Quotas Sênior para captar recursos, em moeda corrente nacional, necessários à aquisição dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes de sua carteira.

As Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas, pelo Daycoval, em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo.

Público-Alvo

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Pessoas que sejam investidores qualificados, conforme disposto na Instrução da CVM nº 409, inclusive fundos de investimento e fundo de investimento em quotas de fundos de investimento habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo.

O investimento neste Fundo não é adequado a Investidores Qualificados que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Quotas no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Para mais informações, vide Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

Fatores de Risco

A aplicação no Fundo apresenta riscos para os Quotistas. Antes de tomar uma decisão de investimento, potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações contidas neste Prospecto e avaliar os fatores de risco aqui descritos que refletem as especificidades do Programa de Securitização. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, poderá ocorrer atraso, por tempo indeterminado, na restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Vide Regulamento, Capítulo Nove – “Dos Fatores de Risco” e Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

A Administradora

O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91.

A Administradora tem por função precípua praticar todos os atos de gestão ordinária do Fundo nos termos da Instrução CVM nº 356 e do Regulamento, de modo a manter sua boa ordem legal, operacional e administrativa. Os deveres e as obrigações da Administradora encontram-se definidos no Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo Sete – “Da Administradora”.

O Custodiante

O Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº100 – Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04 é a instituição custodiante do Fundo.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

- a) verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pelo Daycoval ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
- b) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos de Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- c) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, observado o disposto no Contrato de Cessão;
- d) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria;

- i) extratos do Fundo comprovando pagamento de valores creditados pelo Custodiante na Conta Corrente do Daycoval;
 - ii) Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados pelo Daycoval ou por seus Agentes;
 - iii) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
 - iv) registros eletrônicos da Base de Dados do Fundo, relatórios preparados nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua responsabilidade;
- e) entregar à Administradora, quando solicitado, os documentos referidos no item “i” da alínea “d” acima;
- f) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, transferidos, a qualquer título, pelo Daycoval ou por seus Agentes;
- g) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as verbas recebidas deverão ser exclusivamente creditadas, após a sua conciliação e trânsito em contas intermediárias de titularidade do Fundo, na Conta Corrente do Fundo, sendo expressamente vedado o crédito destes valores em qualquer outra conta corrente;
- h) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora por meio eletrônico e os procedimentos definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão, sendo que a instrução para que o Custodiante processe o pagamento do Preço de Aquisição deverá ser recebida pelo Custodiante até às 16 horas;
- i) apurar e colocar à disposição da Administradora, diariamente, o valor da Razão de Garantia, do Índice de Liquidez e da Alocação de Investimento Mínima;
- j) colocar à disposição da Administradora os relatórios contendo os parâmetros necessários para o cálculo do valor do DCV, do DCV30, do DCV120 e do DCV180;
- k) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais;
- l) colocar à disposição da Administradora os parâmetros necessários à apuração, pela Administradora, do ILACCB e da taxa de remuneração dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, utilizados pela Administradora no cálculo dos índices do Fundo cuja apuração esteja sob responsabilidade da Administradora;
- m) manter registros dos Direitos Creditórios em relatórios independentes;
- n) somente acatar ordens passadas por pessoa(s) autorizada(s) da Administradora, desde que as mesmas estejam de acordo com o previstos no Regulamento; e
- o) realizar os Procedimentos de Verificação.

Enquanto no exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a:

- a) conforme o caso, abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (i) no SELIC, (ii) na CETIP, ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas a prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Outros Ativos sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições do Regulamento e do Contrato de Custódia;
- b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Outros Ativos; e
- c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora.

Os deveres e obrigações do Custodiante encontram-se definidos no Regulamento e no Contrato de Custódia.

Vide Regulamento, Capítulo Dezesseis – “Do Custodiante” e Seção “Custodiante” deste Prospecto.

Procedimento de Verificação do Lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis

Sem prejuízo da responsabilidade legal do Custodiante, a verificação do lastro dos Direitos Creditórios deverá ser realizada por meio de auditoria trimestral nos respectivos Documentos Comprobatórios, por amostragem, conforme Procedimentos de Verificação abaixo descritos.

A auditoria trimestral nos respectivos Documentos Comprobatórios poderá ser realizada por terceiro contratado pelo Custodiante, sob sua total responsabilidade e às suas expensas.

Para a primeira verificação acima referida, o Custodiante deverá considerar, para seleção da amostra, a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, enquanto que, para as demais verificações, serão considerados apenas os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada, de titularidade do Fundo.

O Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Quotistas por conta de qualquer irregularidade dos Documentos Comprobatórios.

Para atendimento ao disposto no § 3º, inciso IV, do artigo 8º da Instrução CVM nº 356, a Administradora considerará os resultados da verificação dos Documentos Comprobatórios, por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e os apontamentos relacionados aos Documentos Comprobatórios apresentados ou não pela respectiva auditoria.

A verificação do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis (ou seja, dos Documentos Comprobatórios) por amostragem será realizada pelo Custodiante, ou terceiro por ele contratado sob sua total responsabilidade, que deverá observar os seguintes parâmetros:

1. em conformidade com as boas práticas nacionais (Norma Brasileira de Contabilidade n.º 11, do Conselho Federal de Contabilidade) e internacionais, serão empregadas técnicas de amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de auditoria dos Documentos Comprobatórios do Fundo, em que a amostra é selecionada com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas;

2. para seleção da amostragem, emprega-se a técnica de seleção aleatória utilizando rotina automática (software ACL), que permite ao Custodiante utilizar o resultado dos testes da amostra para realizar inferências sobre toda a carteira de Direitos Creditórios Elegíveis, definindo-se o seguinte critério para seleção da amostra:
 - a) Grau de Confiança: 95%, sendo que “Grau de Confiança” é o percentual que o Custodiante confia de que o número de erros na carteira analisada não ultrapassará o limite máximo tolerável; e
 - b) Limite de Erro Tolerável: 5%, sendo que “Limite de Erro Tolerável” é o erro máximo na carteira analisada que o Custodiante está disposto a tolerar e, ainda assim, concluir que o resultado da amostra atingiu o objetivo da verificação; o Limite de Erro Tolerável é considerado durante o planejamento dos trabalhos; quanto menor o erro tolerável, maior deve ser o tamanho da amostra;
3. se o auditor espera que a carteira de Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo analisada contenha erro superior ao Limite de Erro Tolerável, será necessário examinar amostra maior, para concluir que o erro real da população não exceda o Limite de Erro Tolerável;
4. a amostra irá refletir 1% da população, limitado ao máximo de 200 contratos. Por exemplo, para um universo de 15.000 contratos, o auditor verificará 150 contratos (amostra correspondente a 1% da população); e
5. a verificação será realizada uniformemente, ou seja, não sendo serão considerados os parâmetros de diversificação de Financiados quando da verificação do lastro.

Substituição e Renúncia da Administradora, do Custodiante, da Empresa de Auditoria e da Agência Classificadora de Risco

Os Quotistas titulares de 5% das Quotas em Circulação poderão solicitar a substituição da Administradora. Para tanto, os respectivos Quotistas deverão encaminhar à Administradora correspondência registrada e protocolada contendo as razões e os motivos da solicitação e a indicação do nome, qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 3 instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais Documentos da Securitização. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos respectivos Quotistas não poderá ser superior em 20% ao valor da Taxa de Administração.

Os Quotistas titulares da maioria das Quotas em Circulação terão o direito de escolher, na Assembléia Geral acima referida, qualquer das instituições apresentadas pelos demais Quotistas para exercer as funções da Administradora.

A Administradora poderá, mediante aviso divulgado em periódico e por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 dias e, no máximo, 30 dias, contado da data em que os Quotistas sejam comunicados da decisão da Administradora, nos termos aqui descritos. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora não poderá renunciar às suas funções, nos termos do Regulamento, até a conclusão dos procedimentos de dação em pagamento.

A Administradora permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de até 90 dias contado da data de realização da Assembléia Geral ou por prazo inferior, caso assim seja deliberado pelos Quotistas. O prazo de 90 dias acima referido poderá ser automaticamente prorrogado uma única vez por igual período, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e obrigações da Administradora e comprometa-se a desempenhá-los de acordo com os termos e as condições do Regulamento.

A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 dias úteis, contado da realização da respectiva Assembléia Geral ou, conforme o caso, antes do término do prazo estabelecido, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou por qualquer de seus Agentes, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora.

Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Amortização Antecipada, e enquanto tal evento não for sanado, os titulares de Quotas Subordinadas não poderão solicitar a substituição da Administradora.

Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Quotistas, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os mesmos procedimentos acima definidos.

O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a este atribuídas nos termos do Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos da Securitização, desde que o faça com aviso prévio de, no mínimo, 90 dias, exclusivamente na hipótese de não ter sido nomeado custodiante substituto. Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Amortização Antecipada ou Evento de Avaliação, e caso o Custodiante venha a renunciar ao exercício de suas atribuições, este continuará prestando os serviços descritos no Regulamento e no Contrato de Custódia até o resgate integral das Quotas Sênior ou até 90 dias da ocorrência do evento, o que ocorrer primeiro.

Os Quotistas titulares de 5% das Quotas em Circulação poderão solicitar convocação de Assembléia Geral para deliberar a substituição da Empresa de Auditoria ou da Agência Classificadora de Risco. Ademais, a Empresa de Auditoria ou a Agência Classificadora de Risco poderá renunciar a qualquer tempo às suas respectivas funções, atribuídas nos termos do Regulamento. Em qualquer destas hipóteses, os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral convocada para tal fim, poderão deliberar a substituição da Empresa de Auditoria ou da Agência Classificadora de Risco, conforme o caso.

Outros Prestadores de Serviços

Auditoria:	KPMG Auditores Independentes Rua Renato Paes de Barros, nº 33 04530-904 São Paulo – SP
Agência de Classificação de Risco	Standard & Poors Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar 05426-100 São Paulo - SP
Custodiante e Agente Escriturador de Quotas	Banco Itaú S.A. Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100 04344-902 São Paulo – SP
Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes:	Banco Daycoval S.A. Avenida Paulista, nº 1.793 01311-200 São Paulo – SP

Custódia Física dos Documentos Comprobatórios:	Banco Daycoval S.A. Avenida Paulista, nº 1.793 01311-200 São Paulo – SP
Distribuidor da 1ª Série de Quotas Sênior:	Banco Daycoval S.A. Avenida Paulista, nº 1.793 01311-200 São Paulo – SP

Tabela 1: Outros Prestadores de Serviços.

Serviços de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes

O Agente Cobrador será o responsável pela implementação dos procedimentos de cobrança extrajudicial e judicial, conforme o caso, das Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas e das Cédulas de Crédito Bancário Inadimplentes, inclusive por meio da contratação de serviços terceirizados de cobrança, na qualidade de prestadora de serviços especialmente contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança. Os deveres e as obrigações do Agente Cobrador, relacionados aos serviços de cobrança dos Direitos Creditórios relativos às Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas e às Cédulas de Crédito Bancário Inadimplentes, encontram-se definidos no Contrato de Cobrança.

Vide Seções “Procedimentos e Política de Concessão de Crédito aos Financiados” e “Procedimentos de Cobrança” deste Prospecto.

Custódia Física dos Documentos Comprobatórios

Os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo deverão ser custodiados por instituição custodiante devidamente autorizada à prestação desse serviço, nos termos da Instrução CVM nº 356.

Nos termos do Contrato de Cessão, o Daycoval, por conta e ordem do Custodiante, será responsável pela custódia física e guarda dos Documentos Comprobatórios, relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Resumo dos Principais Contratos Celebrados pelo Fundo

Contrato de Cessão

O Daycoval, e a Administradora, por conta e ordem do Fundo, com interveniência do Custodiante, celebrarão Contrato de Cessão.

Por meio do Contrato de Cessão, o Daycoval prometeu ceder Direitos Creditórios ao Fundo, incluindo todos e quaisquer direitos, prerrogativas e garantias assegurados ao Daycoval em razão de sua titularidade, inclusive aqueles decorrentes da alienação fiduciária do Veículo Automotor cuja aquisição seja financiada por meio da celebração da respectiva Cédula de Crédito Bancário, de acordo com os termos e as condições estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento.

O Fundo, por sua vez, por meio da Administradora, prometerá adquirir do Daycoval, durante o prazo de vigência do Contrato de Cessão, em regime de melhores esforços e observados os termos e as condições estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento, os objetivos do Fundo e a discricionariedade da Administradora, os Direitos Creditórios Elegíveis a este oferecidos. A parcela do Preço de Aquisição a ser paga ao Daycoval, em moeda corrente nacional, é limitada ao montante dos recursos que o Fundo venha efetivamente a captar mediante a colocação pública de Quotas Sênior e ao valor do Potencial de Cessão aplicável na ocasião.

Para mais informações sobre os procedimentos de oferta de Direitos Creditórios e de formalização da cessão, o preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, os procedimentos de registro e as Condições Resolutivas da Cessão, vide Seção “Características Básicas do Programa de Securitização”.

Ainda nos termos do Contrato de Cessão, o Daycoval, por conta e ordem do Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pela custódia física e guarda dos Documentos Comprobatórios, relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Custódia dos Ativos do Fundo

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, nos termos do Contrato de Custódia, contratará o Custodiante, o qual será responsável pela prestação dos serviços de custódia qualificada, controladoria e liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM nº 356.

Escrituração de Quotas

Nos termos do Contrato de Escrituração, o Agente Escriturador será o responsável pelos serviços de escrituração das Quotas do Fundo.

Contrato de Distribuição

Por meio do Contrato de Distribuição, celebrado entre a Administradora, por conta em ordem Fundo, e o Distribuidor, o Distribuidor efetuará, em regime de melhores esforços de colocação, a distribuição pública das Quotas Sênior da 1ª Série no âmbito da presente Oferta, assim como estabelecer outras obrigações correlatas.

Contrato de Cobrança

Nos termos do Contrato de Cobrança, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Agente Cobrador, o Agente Cobrador será o responsável pela implementação de todos os procedimentos de cobrança extrajudicial e judicial, conforme o caso, das Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas e das Cédulas de Crédito Bancário Inadimplentes, incluindo a implementação de todos os procedimentos relativos à execução da respectiva alienação fiduciária, na qualidade de prestadora de serviços especialmente contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, inclusive por meio da contratação de serviços terceirizados de cobrança.

Regime de Colocação das Quotas Sênior da 1ª Série

- *Regime de Colocação:* melhores esforços de colocação.
- *Comissão de Colocação:* nos termos do Contrato de Distribuição, o Daycoval não fará jus a qualquer remuneração devida pelo Fundo ou por qualquer outra Pessoa.
- *Garantia de Liquidez:* o Distribuidor não celebrou contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Quotas, nem será constituído fundo de sustentação.

Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo

Taxa de Administração:	<p>observada a remuneração mensal mínima de R\$9.500,00, remuneração mensal equivalente ao percentual anual de 0,10% sobre o valor do Patrimônio Líquido até o montante de R\$100.000.000,00, acrescido do valor equivalente ao percentual anual equivalente a 0,09% sobre o valor do Patrimônio Líquido que exceder o montante de R\$100.000.000,00.</p> <p>A Taxa de Administração será acrescida do valor dos tributos incidentes sobre pagamentos da espécie, a saber: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), Imposto de Renda Retido na Fonte e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a Taxa de Administração.</p>
Taxa de Ingresso:	Não há.
Taxa de Saída:	Não há.
Taxa de performance:	Não há.
Encargos do Fundo:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Taxa de Administração; 2. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo, inclusive taxa de registro do Fundo devida à CVM; 3. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente; 4. despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas; 5. honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora; 6. emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo; 7. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido; 8. quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral; 9. taxas de custódia de ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo o registro dos competentes instrumentos jurídicos; 10. contribuição devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e 11. despesas com a contratação de agência de classificação de risco.

Tabela 2: Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo.

Remuneração Devida aos Demais Prestadores de Serviços do Fundo

Nos termos do Contrato de Cobrança, o Daycoval fará jus a uma remuneração anual no valor de R\$500,00, a ser paga pela Administradora, às suas expensas.

Observado o disposto no Contrato de Custódia, o Custodiante fará jus a remuneração, devida pelo Fundo, nos termos do inciso VIII do artigo 56 da Instrução CVM nº 356, equivalente a: (a) pelos serviços de custódia, 0,200% ao mês sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, observado o mínimo mensal de R\$20.000,00; e (b) pelos serviços de Controladoria, 0,050% ao mês sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, observado o mínimo mensal de R\$5.000,00.

Conforme o Contrato de Escrituração, o Agente Escriturador fará jus a remuneração, devida pela Administradora, às suas expensas, equivalente a R\$2.600,00 por mês.

Observado o disposto no Contrato de Distribuição, o Distribuidor não fará jus a qualquer remuneração ou reembolso de despesas incorridos na distribuição das Quotas Sênior da 1ª Série.

Nos termos do contrato de prestação de serviços de auditoria independente específico, a Empresa de Auditoria fará jus à remuneração anual de R\$15.000,00, a ser paga pelo Fundo, nos termos do inciso IV do artigo 56 da Instrução CVM nº 356.

Por fim, a Agência Classificadora de Risco fará jus à remuneração de US\$25.000,00 para os 10 primeiros anos de vigência do Fundo, a ser paga às expensas do Fundo, nos termos do inciso X do artigo 56 da Instrução CVM nº 356.

Demonstrativo do Custo da Distribuição

Custo	% em relação ao valor da Distribuição (R\$300.000.000,00)	Montante (R\$)
Comissão de Colocação	0,000%	0,00
Taxa de Registro na Anbid	0,002%	6.200,00
Taxa de Registro na CVM*	0,028%	82.870,00
Despesas de Marketing (incluindo publicação de anúncios)*	0,010%	30.000,00
Assessores Legais*	0,025%	75.000,00
Agência Classificadora de Risco*	0,017%	50.000,00
Total	0,081%	244.070,00

* Pagos diretamente pelo Daycoval.

Tabela 3: Demonstrativo do Custo de Distribuição.

Custo Unitário de Distribuição

Valor Unitário da Quota Sênior da 1ª Série	Custo Unitário de Distribuição	% em relação ao valor unitário da Quota Sênior da 1ª Série
R\$25.000,00	R\$20,33916667	0,0814%

Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira

As aplicações do Fundo estarão sujeitas aos requisitos de composição e diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observados os termos e as condições do Regulamento.

O Fundo poderá manter ou aplicar seu Patrimônio Líquido de acordo com a tabela a seguir:

Composição da Carteira	Percentual em Relação ao Patrimônio Líquido	
	Mínimo	Máximo
a) Direitos Creditórios	50%	100%
b) moeda corrente nacional	0%	50%
c) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen	0%	50%
d) operações compromissadas tendo como lastro títulos públicos federais	0%	50%
e) quotas de fundos de investimento classificado(s) como “referenciados DI” ou “renda fixa”, de longo prazo, com liquidez diária, que tenha(m) seu patrimônio representado por títulos ou ativos mencionados nas alíneas “c” e “d” acima	0%	50%

Tabela 5: Política de Investimento e Composição e Diversificação da Carteira do Fundo.

É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo. É expressamente vedada a aquisição, pelo Fundo, de ativos de renda variável.

A Administradora envidará seus melhores esforços para adquirir Outros Ativos cujos vencimentos propiciem à carteira classificação de investimento de “longo prazo”, para fins de tributação dos Quotistas.

É vedado ao Fundo adquirir Outros Ativos nos quais a Administradora atue na condição de contraparte.

É facultado ao Fundo, a exclusivo critério da Administradora, realizar operações compromissadas, tendo necessariamente como contraparte qualquer das Instituições Autorizadas. Ressalvada a contratação de operações compromissadas com lastro em títulos públicos, é vedada a realização de qualquer operação financeira, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro ou aquelas compromissadas ou com derivativos, em que o Daycoval, a Administradora, quaisquer Pessoas controladoras das referidas Pessoas, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes.

Política de Utilização de Instrumentos Derivativos

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá realizar, desde que atendidas as Condições de *Swap*, operações com instrumento derivativos com o objetivo de proteger a rentabilidade dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo cuja remuneração estará, necessariamente, vinculada a taxas pré-fixadas, observando, para tanto, o prazo médio de vencimento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. As operações contratadas pelo Fundo com instrumentos derivativos poderão ser realizadas (a) em mercado de balcão tendo como contraparte, necessariamente, 1 ou mais Instituições Autorizadas, sendo que tais operações deverão ser necessariamente registradas na BM&F sob a modalidade “com garantia” e/ou (b) diretamente na BM&F, sob a modalidade “com garantia”, desde que previamente autorizada, por escrito, pela Agência Classificadora de Risco. É expressamente vedada a realização de operações de venda de opções de compra a descoberto e alavancadas, a qualquer título. A Administradora deverá disponibilizar à Agência Classificadora de Risco cópia dos contratos das operações com instrumento derivativos realizadas pelo Fundo.

As operações com instrumentos derivativos serão contratadas com base no valor presente dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo na respectiva Data de Aquisição apurado pelo Custodiante, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCH = \sum \frac{VDC}{\left[(1 + TDH)^{\frac{N}{252}} \right]}$$

onde:

- VCH = somatório do valor de aquisição dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, na respectiva Data de Aquisição, apurado pelo Custodiante exclusivamente para fins de contratação pela Administradora de operações com instrumentos derivativos.
- VDC = valor nominal de cada Direito Creditório ofertado pelo Daycoval e que estará sendo adquirido pelo Fundo na respectiva Data de Aquisição.
- TDH = Taxa de Desconto para *Hedge*, informada pela Administradora ao Custodiante, em cada data de apuração do VCH, expressa na forma decimal ao ano. A TDH será equivalente a taxa média de operações de *swap*, do dia útil imediatamente anterior, regularmente calculada, apurada e divulgada pela BM&F com base em coleta de preços realizada com as instituições participantes do mercado interfinanceiro de *swaps* e deverá ser apurada pela Administradora na BM&F com base no prazo médio (*duration*) dos Direitos Creditórios adquiridos na respectiva Data de Aquisição (Exemplo: para uma taxa de 20% ao ano, TDH = 0,20). Se TDH > 40% ao ano então TDH para fins de apuração de VCH será igual a 0,4.
- N = número de dias úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório e a Data de Aquisição, incluindo-se na contagem o 1º dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

Observado o disposto no Regulamento, a Administradora somente procederá à contratação de operações com instrumentos derivativos, por conta e ordem do Fundo, desde que estejam presentes as seguintes condições:

- a) existência de contraparte para realização da respectiva operação com instrumentos derivativos; e
- b) caso o Fundo tenha recursos livres e disponíveis para arcar com os custos de realização da respectiva operação com instrumentos derivativos.

Todos os recursos devidos ao Fundo por conta da liquidação de operações no mercado de derivativos deverão ser creditados na Conta Corrente do Fundo, devendo a Administradora fazer constar tal obrigação nos contratos porventura celebrados.

A Administradora não poderá contratar operações com derivativos caso os respectivos contratos estipulem: (i) direito de a contraparte rescindir antecipadamente o respectivo contrato; e/ou (ii) restrições ou limitações no direito de receber os valores devidos por conta dos ajustes positivos em favor do Fundo. O Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas no mercado à vista, até o limite dessas. As operações com instrumentos derivativos, se realizadas pelo Fundo, visam proteger parcela dos ativos de titularidade do Fundo das flutuações da taxa de juros, não garantindo, entretanto, proteção total ou garantia de rentabilidade às Quotas.

Quando da realização das operações com derivativos, a Administradora poderá celebrar, a seu critério, diversos Contratos de *Swap*, desde que o prazo médio de tais operações se aproxime daquele da carteira de Direitos Creditórios objeto de aquisição.

Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo

Os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, quando houver, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Os Direitos Creditórios serão precificados considerando-se o respectivo Preço de Aquisição. Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o ágio ou deságio apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

O Custodiante constituirá, para Direitos Creditórios relativos a Cédulas de Crédito Bancário Inadimplentes, provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o disposto na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, conforme posteriormente alterada. Este provisionamento para créditos de liquidação duvidosa consiste na reserva mensal de valores, para fazer face ao valor inadimplido por cada Financiador, em percentual sobre o valor da operação que sofre variação de acordo com critérios objetivos de classificação dos Financiados, de suas operações e do período de atraso verificado previstas na referida regulamentação.

Os níveis de risco, provisão e faixas de atraso observarão os seguintes critérios, de acordo com o disposto na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, conforme posteriormente alterada:

Nível de risco	Dias de atraso	% de provisão
AA	0	0
A	Até 14	0,5
B	15 a 30	1,0
C	31 a 60	3,0
D	61 a 90	10,0
E	91 a 120	30,0
F	121 a 150	50,0
G	151 a 180	70,0
H	Acima de 180	100,0

Os Direitos Creditórios relativos a Cédulas de Crédito Bancário Inadimplentes, classificados como de risco nível H, serão transferidos para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos 6 meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior, permanecendo registrados em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados os procedimentos de cobrança.

A provisão para devedores duvidosos atingirá todos os Direitos Creditórios devidos pelo mesmo Financiador, conforme descrito acima (“efeito vagão”).

É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo de cada Direito Creditório e dos Outros Ativos, calculados de acordo com os parâmetros estabelecidos no Regulamento.

Cronograma Etapas da Oferta

Evento	Data Estimada*
Protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta de Quotas Sênior da 1ª Série	30/05/2008
Disponibilização do Prospecto da Oferta	30/05/2008
Publicação do Aviso ao Mercado	02/06/2008
Apresentação da Oferta para potenciais investidores	04/06/2008
Concessão do registro da Oferta pela CVM	12/06/2008
Publicação do Anúncio de Início de Distribuição	13/06/2008
Publicação do Aditamento ao Anúncio de Início de Distribuição	04/08/2008
Liquidação Financeira	11/08/2008
Publicação do anúncio de encerramento da Oferta de Quotas Sênior da 1ª Série	13/12/2008

(*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações e atrasos adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Administradora.

Gerenciamento de Riscos

A administração e a gestão do Fundo orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente.

A política de investimento do Fundo, bem como o nível desejável de exposição a risco, definidos no Regulamento, são determinados em comitê do qual participam os diretores da Administradora.

A Administradora privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas pelo comitê acima referido, o qual traça os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita no Regulamento, são monitorados por área de gerenciamento de risco e de *compliance* completamente separada da área de gestão. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco.

A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Quotistas. Ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

Custódia dos Ativos de Titularidade do Fundo

Os Outros Ativos e os Direitos Creditórios devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM.

Valores Mínimos de Subscrição Inicial

Para cálculo do valor das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas a serem integralizadas, será utilizado o valor da Quota de abertura do dia do pedido da aplicação. A liquidação financeira da aplicação se dará no mesmo dia do pedido de aplicação.

Ademais, o valor mínimo da subscrição inicial de Quotas por cada Quotista para cada investidor não poderá ser inferior a R\$25.000,00.

Emissão de Quotas

As Quotas do Fundo serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos no Regulamento.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar boletim de subscrição e o Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco e indicar, se for o caso, um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora ou pelo Agente Escriturador, nos termos do Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico (*e-mail*). Caberá a cada Quotista informar à Administradora e ao Agente Escriturador a alteração de seus dados cadastrais.

Vide Seções “As Quotas – Características das Quotas Sênior” e “As Quotas – Características das Quotas Subordinadas” deste Prospecto.

Amortização de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas

Vide Seção “As Quotas – Amortização de Quotas” deste Prospecto.

Modificação da Oferta

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM nº 400, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Administradora de modificação ou revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do respectivo pedido de registro perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos inerentes à própria Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Quotistas. A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Quotas ofertadas.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do anúncio de início de distribuição das Quotas. A Administradora deverá acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de 5 dias úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência à Administradora ou em sua sede, o interesse em manter a aceitação da Oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à oferta, restituir-se-ão os valores aos investidores.

Distribuição Parcial

Será admitida a distribuição parcial das Quotas Sênior da 1ª Série emitidas, sendo que, na hipótese de distribuição parcial das Quotas Sênior não haverá restituição de qualquer importância aos investidores, tampouco rateio de qualquer espécie. A manutenção da presente oferta está condicionada à quantidade mínima de 2.000 Quotas Sênior da 1ª Série subscritas e integralizadas. O investidor poderá, a seu critério, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, condicionar sua adesão à presente oferta a que haja distribuição (i) da totalidade das Quotas Sênior da 1ª Série ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Quotas Sênior da 1ª Série.

Tributação

O disposto nesta Seção tem por objetivo informar genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo, sem a análise das situações tributárias específicas que podem alcançar os Quotistas em determinadas situações. Por esta razão, recomendamos aos Quotistas consultarem seus assessores tributários com respeito ao tratamento aplicável especificamente ao investimento realizado no Fundo.

Tributação Aplicável aos Quotistas

IOF

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, liquidação ou repactuação das Quotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

IOF sobre Operações de Câmbio (“IOF/Câmbio”)

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. A alíquota máxima do IOF/Câmbio definida pelo artigo 15 do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, é de 25%. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38%. Contudo, desde 17 de março de 2008 (em decorrência da edição do Decreto nº 6.391, de 12 de março de 2008), os Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil para aplicação no mercado financeiro e de capitais, estarão sujeitos à incidência do IOF/Câmbio à alíquota de 1,5%, exceto nos casos de transferências de recursos para investimento em renda variável realizada em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução nº 2.689/00) e nos investimentos em aquisição de ações, em oferta pública registrada na Comissão de Valores Mobiliários ou para subscrição de ações, desde que, nos dois casos, as companhias emissoras tenham registro para negociação das ações em bolsas de valores, casos em que a incidência do IOF/Câmbio se dará à alíquota zero.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base:

- a) a residência dos Quotistas do Fundo:
 - (i) no Brasil; e
 - (ii) no exterior; e
- b) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação:
 - (i) a cessão ou alienação de Quotas;
 - (ii) o resgate de Quotas do Fundo; e
 - (iii) a amortização de Quotas do Fundo.

I. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

- a) Cessão ou Alienação de Quotas:

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15%. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

- b) Resgate das Quotas:

Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda na fonte conforme a seguir descrito.

Tendo em vista tratar-se de fundo de ações, conforme definido no §2º do art. 8º da Instrução Normativa nº 25/2001 da Secretaria da Receita Federal, a tributação pelo imposto de renda no resgate de quotas será de 15% sobre a diferença entre o valor do resgate e o do respectivo custo, conforme, inclusive, manifestação exarada pela Coordenação Geral de Tributação (COSIT) da Receita Federal do Brasil na Solução de Consulta COSIT nº 14/2008.

- c) Amortização de Quotas:

No caso de amortização de Quotas, o Imposto de Renda deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à mesma alíquota aplicável à hipótese de resgate das Quotas.

II. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução nº 2.689/00, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade/localidade.

II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

- a) Cessão ou Alienação de Quotas:

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15%, a depender da forma como for conduzida a operação.

- b) Resgate das Quotas:

Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado à alíquota de 15%.

c) Amortização de Quotas:

No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota de 15% na modalidade fonte.

II.b Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização e resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25%, em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, em regra, as transações realizadas no Brasil que resultassem na transferência de fundos de uma conta mantida por uma instituição financeira brasileira estavam sujeitas à incidência da CPMF, à alíquota de 0,38%. No entanto, a partir de 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. Caso o governo brasileiro decida reintroduzir a cobrança da CPMF, apenas operações ocorridas após aprovada legislação correlata e expirado prazo legal para sua aplicação serão oneradas por essa contribuição.

Tributação Aplicável ao Fundo

IOF

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

CPMF

Até 31 de dezembro de 2007, as operações realizadas por fundos de investimento, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira do Fundo e o pagamento realizado no resgate das respectivas quotas, estavam sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0%.

No entanto, a partir de 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. O governo Brasileiro, a partir de fevereiro de 2008, pode propor o reestabelecimento da CPMF, mediante a apresentação de uma nova Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Brasileiro. Caso a CPMF seja reestabelecida, somente será aplicável após decorrido um período de 90 dias contados da promulgação da nova legislação.

Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, bem como consultar este Prospecto e o Regulamento e obter esclarecimentos sobre a Oferta, potenciais investidores e Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora, o Distribuidor, a CVM ou a CETIP por meio dos seguintes endereços, telefones de atendimento e e-mail:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, nº500, Bloco 13, Grupo 205

Condomínio Downtown

Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2493-7003

E-mail: fundos@oliveiratrust.com.br

Site: www.oliveiratrust.com.br

Banco Daycoval S.A.

Avenida Paulista, nº 1.793

São Paulo – SP

Telefone: (11) 3138-0472

E-mail: laercio@daycoval.com.br

Site: www.daycoval.com.br

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Rua Sete de Setembro, 111 – 5º andar – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3233-8686

ou

Rua Cincinato Braga, 340 – 2º e 3º andares – São Paulo – SP

Telefone: (11) 2146-2000

Fax: (11) 2146-2097

www.cvm.gov.br

Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP)

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar – CEP 20031-170 – Rio de Janeiro – RJ

Telefones: (21) 2276-7474 / 2223-6464

Fax: (55 21) 2276-7435 / 2223-6435

ou

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar – CEP 01009-000 – São Paulo – SP

Telefones: (11) 3111-1400 / 3365-4925

Fax: (11) 3111-1563

www.cetip.com.br

CrITÉrios de Divulgação de Informações aos Quotistas

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma, relacionados aos interesses dos Quotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no jornal “Monitor Mercantil” do Rio de Janeiro, cientificado aos Quotistas nos termos da Instrução CVM nº 356, e (b) de *e-mail* enviado ao representante do Quotista indicado na forma do Regulamento. Excepcionalmente, os anúncios de início e encerramento de distribuição de Quotas do Fundo e eventual aviso ao mercado comunicando protocolo, na CVM, de pedido de registro de qualquer distribuição pública, serão publicados no jornal “Valor Econômico” ou “Gazeta Mercantil”, ambos de edição nacional. As publicações aqui referidas deverão ser mantidas à disposição dos condôminos na sede da Administradora.

Observado o disposto no Regulamento, a Administradora deverá proceder à determinação e colocar à disposição dos Quotistas, em seu *website* (www.oliveiratrust.com.br), em base diária, (i) o valor de cada Quota; (ii) a rentabilidade do Fundo e o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, dos ativos financeiros e das demais modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado, com base nos dados relativos ao último dia útil do mês imediatamente anterior, incluindo o valor do DCV, DCV30, DCV120 e DCV180, e (iii) o valor da Razão de Garantia, da Alocação de Investimento Mínima, do Índice de Liquidez e da RC. As informações referidas nos itens “i” a “iii” acima deverão, também, ser colocadas à disposição da Agência Classificadora de Risco, em base diária.

A Administradora deverá divulgar, trimestralmente, no periódico acima referido e em seu *website*, além de manter disponíveis em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, informações sobre: (i) o valor do Patrimônio Líquido; (ii) o valor das Quotas de cada classe; (iii) a Razão de Garantia; (iv) as rentabilidades acumuladas no respectivo trimestre e no ano civil a que se referirem; e, se houver, (v) os relatórios preparados pela Agência Classificadora de Risco. A divulgação das informações acima referidas poderá ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação.

A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- a) de 20 dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- b) de 60 dias após o encerramento de cada exercício social, no caso de demonstrações financeiras anuais, devidamente auditadas.

A Administradora deverá enviar informe mensal à CVM, conforme previsto no artigo 45 da Instrução CVM nº 356, observando o prazo de 15 dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, bem como colocar à disposição dos Quotistas, em seu *website*, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) saldo das aplicações; (ii) valor do Patrimônio Líquido; (iii) rentabilidade apurada no período; (iv) valor e quantidade de Quotas em Circulação; (v) comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados e comentários sobre o desempenho esperado e realizado; (vi) posições mantidas com instrumentos derivativos; e (vii) número de Quotistas.

Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência Classificadora de Risco, suas respectivas atualizações e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Daycoval

Vide Seção “Banco Daycoval S.A.” deste Prospecto.

PROCEDIMENTOS E POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO AOS FINANCIADOS E PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA

O resumo dos procedimentos e da política de concessão de crédito aos Financiados e dos procedimentos de cobrança abaixo apresentados destacam os principais elementos considerados relevantes para o entendimento do Programa de Securitização, não representando uma descrição exaustiva de todas as atividades e rotinas realizadas pelo Daycoval. É importante ressaltar que o Daycoval continuará a realizar as rotinas abaixo descritas também com relação aos financiamentos de sua titularidade não cedidos ao Fundo, sendo que certos procedimentos podem não ser relevantes para o Fundo e o Programa de Securitização.

Concessão de Crédito

Processo de Contratação da Proposta

I. Preenchimento da Proposta

O início do processo de concessão de crédito relativo ao financiamento de Veículo Automotor com alienação fiduciária, realizado pelo Daycoval, ocorre no momento em que o cliente aciona a loja/revenda em busca da aquisição de um veículo por meio de um financiamento, ou refinanciamento (empréstimo cujo veículo é a garantia da operação).

De posse dos parâmetros preestabelecidos pelo Daycoval, a loja/revenda apresenta os planos e as opções disponíveis. Estando o cliente de acordo, ocorre o preenchimento da Ficha Cadastral, na qual são solicitados os seguintes dados:

- Loja (identificação da revenda, região etc.).
- Cliente (nome, data de nascimento, CPF/MF ou CNPJ/MF, RG etc.).
- Residenciais (endereço, telefone, tipo de residência etc.).
- Referências comerciais/pessoais.
- Referências bancárias.
- Bens pessoais.
- Dados da garantia e operação (modelo do veículo, ano, valor da venda, valor da entrada, valor do financiamento, chassi, placa etc.).

Após o preenchimento da ficha cadastral, os dados do cliente são digitados no sistema Função e enviados via *internet* à promotora de vendas responsável por aquela loja/revenda. A promotora de vendas recebe as informações, executa uma revisão de seus dados e repassa, pelo sistema, as informações para análise. A análise é efetuada na matriz do Daycoval.

II. Análise de Crédito

A análise de crédito, realizada pela área de crédito na matriz ou nas filiais, envolve os seguintes procedimentos e consultas:

- Consulta “Risco Interno” (verificação de histórico de cliente no Daycoval, caso tenha sido cliente).
- Consulta ao Sistema Crivo (este sistema busca as informações no SPC/na Serasa, na Receita Federal, Allcheck, CrediLink e informa os resultados ao analista).
- Prazo de validade (as propostas possuem validade de 10 dias).
- LT (confirmação do Local de Trabalho).
- LR (confirmação do Local de Residência).
- RP (Referências Pessoais).
- Verificação do percentual mínimo de entrada em relação ao valor do Veículo Automotor.
- Verificação do percentual máximo do valor da parcela em relação à renda.
- Referências bancárias/referências comerciais.
- Sindicância (confirmação de dados do cliente com vizinhos).
- *In Loco* (quando solicitado).

III. Aprovação das Propostas

Em seguida à aprovação das propostas, as promotoras de vendas são comunicadas, sendo solicitado às lojas/revendas os seguintes documentos, condicional à liberação do recurso:

- DUT do Veículo Automotor.
- Informação do Megadata.
- Autorização de pagamento devidamente assinada.
- Outras documentações que tenham sido solicitadas pelo analista de crédito.

Limites de Alçada

As alçadas para liberação de crédito devem ser obedecidas conforme tabela apresentada a seguir:

NÍVEL - FUNÇÃO	LIMITE – VALOR (R\$)
*Analista Jr.	Até R\$12.000,00
Analista Pl.	Até R\$20.000,00
Analista Sr.	Até R\$25.000,00
Coordenador	Até R\$30.000,00
Supervisor	Até R\$35.000,00
Gerente	Até R\$50.000,00
Comitê	Até R\$150.000,00
Comitê + Diretoria	Acima de 150.000,00

*Nos primeiros 90 dias, a alçada de analista júnior fica limitada a R\$10.000,00.

Liberação do Crédito

A liberação do crédito ocorre na matriz do Daycoval, estando condicionada à aprovação da proposta, bem como ao recebimento das documentações solicitadas às lojas/revendas, conforme mencionado. Essas documentações são enviadas, via fac-símile, ao Daycoval, que realiza as devidas conferências. Não sendo verificadas restrições, o fluxo prossegue, sendo realizada a inclusão do gravame, alienando o veículo em nome do Daycoval, bem como a liberação do crédito.

Formalização

Em um prazo máximo de dez dias após a liberação do pagamento, toda a documentação solicitada é enviada pelas promotoras de venda à matriz do Daycoval ou diretamente para as dependências de empresa responsável pela custódia física dos Documentos Comprobatórios, sendo solicitados os seguintes itens:

- Ficha Cadastral.
- Cédula de Crédito Bancário assinada, em três vias.
- Cópia do CPF/MF ou CNPJ/MF, conforme o caso.
- Cópia do RG, conforme o caso.
- Comprovante de renda, conforme o caso.
- Comprovante de residência, conforme o caso.
- Termo de Evicção.
- DUT do veículo - Alienação Fiduciária ao Daycoval.
- Nota fiscal, em caso de veículo zero km.
- Autorização de pagamento preenchida.

Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplentes

O sistema de cobrança do Daycoval tem o objetivo de acompanhar, controlar e atuar de forma efetiva e preventiva na inadimplência das operações de financiamento de Veículos Automotores, minimizando seus efeitos e custos.

I. Etapas de Cobranças das Parcelas Inadimplentes

O movimento de cobrança das parcelas em atraso das Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas e das Cédulas de Crédito Bancário Inadimplentes segue regras específicas para as seguintes situações de atraso, estabelecidas conforme a ordem cronológica de vencimento das parcelas das Cédulas de Crédito Bancário.

O sistema de cobrança das parcelas dos financiamentos ou refinanciamentos inadimplentes é composto das seguintes etapas:

- a) Bancária - o Financiador tem até o prazo do vencimento para pagamento na rede bancária, e até o máximo de 15 dias contados do seu vencimento para pagamento do boleto diretamente no banco responsável pela arrecadação do Daycoval.
- b) Amigável - após o 16º dia de atraso da parcela, a gerência de cobrança do Daycoval envia as parcelas inadimplentes à empresa de cobrança terceirizada que entra em contato com o Financiador, buscando uma data para liquidação da parcela inadimplente. A cobradora, depois de firmar um acordo com o Financiador, envia um boleto para pagamento exclusivamente na rede do banco responsável pela arrecadação do Daycoval.
- c) Pré-jurídica - a partir do 25º, 31º ou 45º dia de atraso (ver item a seguir “Régua de Cobrança”), a empresa de cobrança providenciará a notificação do Financiador, iniciando o processo de ajuizamento com o Daycoval. A partir do 30º dia, o Financiador será negativado no SPC/na Serasa automaticamente pelo sistema.
- d) Jurídica - após o recebimento da notificação positiva, a empresa de cobrança inicia o processo de ajuizamento da ação e paralelamente continua tentando uma entrega amigável.

II. Réguas de Cobrança das Operações em Atraso

- Do 17º a 30º dia - Cobrança extrajudicial externa, com o intuito de verificar/detectar dificuldades, o motivo do não-pagamento ou problemas com o financiamento, como falta de dados para localização do Financiador ou uma possível fraude.
- 30º dia - Negativação no SPC/na Serasa.
- 31º dia - Envio de notificação ao financiado para constituir-lo em mora e possibilitar ação de busca e apreensão do veículo.
- 45º dia - Ajuizamento da operação.
- 45º ao 60º dia - Cobrança mais intensiva, visando a evitar o ajuizamento do contrato.
- 61º dia - Cobrança judicial, porém sempre com possibilidades de acordo, seja para atualização, seja para liquidação da Cédula de Crédito Bancário.

III. Instrumentos de Cobrança

a) Devolução Amigável

Havendo interesse por parte do Financiador na entrega amigável do Veículo Automotor apreendido judicialmente, o veículo é recolhido ao pátio credenciado pelo Daycoval, onde é realizada sua vistoria. Se após a venda do Veículo Automotor o saldo remanescente não for pago, o cliente prossegue como inadimplente com o Daycoval, continuando seu cadastro negativado no SPC/na Serasa.

b) Descontos

Em caso de negociação de dívidas, o Daycoval, de acordo com a situação e a necessidade, concede descontos aos Financiados.

c) Busca e Apreensão

São acionados os procedimentos de busca e apreensão nos casos em que não haja mais possibilidades de recuperação dos créditos inadimplidos.

MARCO REGULATÓRIO

Introdução

A alienação fiduciária de veículo automotor em garantia, no âmbito do mercado financeiro, está regulada pelo Código Civil nos artigos 1361 e seguintes; pela Lei nº 4.728/65, no artigo 66-B; pelo Decreto-lei nº 911/69, nos artigos 2º e seguintes; e pela Resolução CONTRAN nº 159/04.

O contrato de alienação fiduciária consiste na transmissão da propriedade resolúvel de um determinado bem, direito ou título pelo devedor ao credor com o fim de garantir a sua dívida (artigo 1361, *caput*, do Código Civil e art. 66-B, *caput*, da Lei nº 4.728/65).

O artigo 1361, §1º do Código Civil prevê que a propriedade fiduciária constitui-se, especificamente nos casos de alienação fiduciária em garantia de veículos automotores, mediante o registro do respectivo contrato na repartição competente para o licenciamento do veículo, fazendo-se a anotação no seu certificado de registro. O registro é elemento indispensável para a constituição do direito real do fiduciante sobre o bem, uma vez que sem ele ter-se-á apenas um direito de crédito.

Constituída a propriedade fiduciária, ocorre o desdobramento da posse do bem, ficando o credor com a posse indireta e o devedor com a posse direta (artigo 1361, §2º do Código Civil).

Até o vencimento da dívida, o devedor pode usar a coisa de acordo com a sua destinação natural, como seu depositário, devendo empregar na sua guarda a diligência exigida pela natureza do bem, assim como entregá-lo ao credor se não pagar a dívida no vencimento (artigo 1363 do Código Civil).

Cessão da Alienação Fiduciária em Garantia

Os artigos 1361 e seguintes do Código Civil autorizam a alienação fiduciária de coisa móvel infungível a qualquer pessoa. Assim, tal forma de garantia não está mais limitada às entidades integrantes do sistema financeiro, como ocorria nos termos do revogado art. 66 da Lei 4.728/65, antes da vigência do novo Código Civil.

Desse modo, o Fundo pode ser cessionário dos Direitos Creditórios, assim como de sua garantia.

A Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, que autoriza a constituição e o funcionamento de fundos de investimento em direitos creditórios, dispõe em seu art. 2º, inciso I, que nas operações de créditos realizadas entre instituições financeiras e fundos de investimento em direitos creditórios devem-se observar as disposições da Resolução CMN nº 2.686/2000.

Por sua vez, a Resolução CMN nº 2.686/2000 prevê em seu art. 2º, inciso III, que as cessões de crédito realizadas entre instituições financeiras e sociedades anônimas que tenham por objeto exclusivo a aquisição de tais créditos implicam na transferência, à cessionária, dos contratos, títulos, instrumentos e garantias necessários a sua execução.

Diante das disposições do vigente Código Civil e das mencionadas resoluções do CMN, o Daycoval pode ceder ao Fundo seus créditos originados de financiamentos de veículos automotores, assim como a propriedade resolúvel de tais bens em garantia.

Eficácia do Contrato contra Terceiros

De acordo com o já mencionado artigo 1361, § 1º do Código Civil, o contrato de alienação fiduciária em garantia de veículo automotor somente terá eficácia contra terceiros a partir do seu registro (nos termos dos artigos 1º e seguintes da Resolução CONTRAN nº 159/04) no órgão competente para o licenciamento do Veículo Automotor, a saber, o órgão executivo de trânsito do Estado, ou Distrito Federal, onde o veículo automotor estiver registrado (art. 130 do Código de Trânsito Brasileiro), que deve ser o do domicílio ou residência do seu proprietário (art. 120 do Código de Trânsito Brasileiro).

Desse modo, o registro do contrato de alienação fiduciária é imprescindível, tanto para a constituição da propriedade fiduciária sobre o bem quanto para ele ter eficácia contra terceiros.

Antes do vigente Código Civil e da Lei 10.931/2004, era a Lei 4.728/65 que disciplinava o modo de se dar eficácia contra terceiros aos contratos de alienação fiduciária. O art. 66, §1º desta Lei, cuja redação foi dada pelo Decreto-lei nº 911/69, previa que o contrato em questão só geraria efeitos contra terceiros caso fosse registrado no Cartório de Títulos e Documentos do domicílio do credor. Além disso, o §10 desse mesmo dispositivo legal, que foi introduzido também pelo Decreto-lei nº 911/69, dispunha que a alienação fiduciária em garantia de veículo automotor deveria, para fins probatórios, constar do certificado de registro do automóvel.

Assim, eram necessários o registro do contrato no Cartório de Títulos e Documentos e a transcrição da alienação fiduciária no Certificado de Registro do Veículo Automotor. A esse respeito, a Súmula nº 92, do Superior Tribunal de Justiça, previa que:

“A terceiro de boa-fé não é oponível a alienação fiduciária não anotada no Certificado de Registro do Veículo Automotor.”

Contudo, a Lei 10.931/2004 revogou os arts. 66 e 66-A da Lei 4.728/65 e introduziu o art. 66-B, o qual passou a prever apenas algumas regras específicas para a alienação fiduciária no âmbito do mercado financeiro, não fazendo menção alguma a respeito do modo de se dar eficácia contra terceiros ao referido contrato.

Nesse novo contexto legal, a única regra que dispõe expressamente sobre o registro do contrato de alienação fiduciária em garantia de veículos automotores é o mencionado artigo 1361, §1º do Código Civil. Nesse sentido, é necessário o registro do contrato no órgão executivo de trânsito do Estado, ou do Distrito Federal, competente para o licenciamento do veículo automotor e a conseqüente anotação no CRV para que ele gere efeitos contra terceiros, não sendo mais preciso o registro no Cartório de Títulos e Documentos.

Regulamentos Editados pelo Órgãos Públicos Competentes

O CONTRAN, órgão máximo normativo e consultivo do Sistema Nacional de Trânsito (art. 7º, I do Código de Trânsito Brasileiro), com o fim de estabelecer e padronizar procedimentos para o registro de contratos de alienação fiduciária de veículos junto aos órgãos executivos de trânsito (DETRANs), expediu a Resolução CONTRAN nº 159/04.

O referido normativo estabelece no seu art. 1º, *caput*, que os órgãos executivos de trânsito (DETRANs) deverão proceder ao registro do contrato de alienação fiduciária dos veículos registrados e licenciados junto a sua base estadual.

Por sua vez, o §1º do artigo 1º prevê que se considera registro de contrato de alienação fiduciária de veículo o arquivamento de seu instrumento, público ou particular, por cópia, microfilme ou qualquer outro meio eletrônico, magnético ou óptico, precedido do devido assentamento em livro próprio, podendo os dados desse registro ser arquivado em qualquer forma de banco de dados magnético ou eletrônico, desde que este garanta requisitos de segurança quanto à adulteração e manutenção do seu conteúdo. O §2º do artigo 1º prevê que o registro do contrato deve ser anterior à expedição do CRV. Ademais, o §3º deste mesmo artigo dispõe que, cumprida a responsabilidade decorrente do contrato com cláusula de alienação fiduciária, deverá ser efetuada a sua baixa no registro.

O artigo 2º do referido normativo também prevê que o registro do contrato é atribuição dos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, podendo a sua execução ser conveniada com instituição investida de competência.

Já o artigo 5º da referida Resolução CONTRAN nº 159/04 dispõe que se considera gravame a anotação, no campo de observações do CRV, de garantia real de veículo automotor, decorrente de contratos com cláusula de alienação fiduciária, reserva de domínio ou penhor.

Os mencionados órgãos executivos de trânsito, após o registro do contrato de alienação fiduciária, farão constar em favor da empresa credora da garantia real, no campo de observações do CRV, a existência do gravame com a identificação do credor da garantia real (artigo 6º da Resolução CONTRAN nº 159/04).

As informações para as inserções e liberações de gravames poderão ser feitas eletronicamente, mediante sistemas ou meios eletrônicos compatíveis com os dos órgãos ou entidades executivos de trânsito, sob a integral expensa das empresas credoras da garantia real (artigo 7º da Resolução CONTRAN nº 159/04).

Será de inteira e exclusiva responsabilidade das empresas credoras a veracidade das informações para a inclusão e liberação do gravame, inexistindo para os órgãos ou entidades executivos de trânsito obrigações sobre a imposição de quaisquer exigências legais, junto aos usuários, referentes aos contratos com cláusula de garantia real de veículos automotores (artigo 8º da Resolução CONTRAN nº 159/04).

Após o cumprimento das obrigações por parte do devedor, o credor da garantia real de veículo automotor providenciará, eletronicamente, a informação da baixa do gravame junto aos órgãos ou entidades executivos de trânsito do Estado e do Distrito Federal (art. 9º da Resolução CONTRAN nº 159/04).

Os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal expedirão os CRVs, com a inserção do gravame, depois de verificada a compatibilidade com as informações do registro do contrato de garantia real, prestadas pelos referidos órgãos ou entidades executivos de trânsito, ou, se for o caso, instituição conveniada (art. 10 da Resolução CONTRAN nº 159/04). Além disso, o §1º deste mesmo artigo prevê que as informações eletrônicas de inserção e liberação de gravames poderão ser prestadas pelos agentes financeiros, anterior ou simultaneamente ao registro definitivo do contrato com cláusula de garantia real.

Efeitos do Adimplemento e Inadimplemento do Contrato

Paga a dívida pelo fiduciante, extingue-se a propriedade resolúvel do credor sobre o bem, tornando-se o devedor novamente proprietário deste.

Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, garantidos pelas referidas alienações fiduciárias, foram constituídos no âmbito do mercado financeiro, sob a disciplina da Lei 4.728/65. Assim, se o devedor não pagar a dívida, poderá o credor adotar os procedimentos previstos no Decreto-lei nº 911/69 para cobrar o seu crédito.

O art. 2º do Decreto-lei nº 911/69 prevê que, no caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas com alienação fiduciária, o credor poderá vender a coisa alienada fiduciariamente independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, devendo aplicar o preço da venda para quitar a dívida e as despesas decorrentes da cobrança, e entregar o saldo ao devedor.

A mora na obrigação decorrerá do simples vencimento do prazo para o pagamento, podendo ser comprovada através de notificação extrajudicial ou de protesto do título (art. 2º, §2º do Decreto-lei nº 911/69).

O proprietário fiduciário do bem, uma vez comprovada a mora, poderá requerer contra o devedor, ou o terceiro que esteja na posse do bem, a busca e apreensão dele, a qual poderá ser concedida liminarmente desde que comprovada a mora ou o inadimplemento do devedor (art. 3º, caput, do Decreto-lei nº 911/69). Nesse contexto, é importante ressaltar a Súmula nº 72, do Superior Tribunal de Justiça, a qual dispõe que:

“A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente.”

A Lei 10.931/04 alterou e acrescentou parágrafos ao artigo 3º do Decreto-lei nº 911/69. Nesse sentido, o §1º deste artigo passou a prever que cinco dias após o cumprimento da liminar a propriedade do bem será consolidada no patrimônio do credor, devendo, no caso em questão, o órgão executivo de trânsito competente expedir novo CRV em nome do credor ou de terceiro por ele indicado, livre de qualquer ônus da propriedade fiduciária.

No referido prazo de cinco dias, o devedor poderá quitar a dívida, conforme os valores apresentados pelo credor na inicial, situação em que o bem lhe será restituído sem o ônus da propriedade fiduciária (artigo 3º, §2º do Decreto-lei nº 911/69). No prazo de quinze dias do cumprimento da liminar, o devedor poderá apresentar resposta (artigo 3º, §3º do Decreto-lei nº 911/69) mesmo que tenha pago o valor apresentado pelo credor na inicial, caso entenda ser este superior ao devido e deseje restituição (artigo 3º, §4º do Decreto-lei nº 911/69).

Importante ressaltar que, caso venha a ser decretada a improcedência da ação de busca e apreensão, o juiz condenará o credor fiduciário ao pagamento de multa em favor do devedor fiduciante equivalente a 50% do valor originalmente financiado, se o bem já tiver sido alienado (art. 3º, §6º do Decreto-lei nº 911/69).

Caso o bem alienado fiduciariamente não seja encontrado, o credor poderá requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, nos mesmos autos, em ação de depósito, na forma prevista no Capítulo II, do Título I, do Livro IV, do Código de Processo Civil (artigo 4º do Decreto-lei nº 911/69).

Se o credor preferir, poderá recorrer à execução diretamente, hipótese em que poderão ser penhorados tantos bens do devedor quanto bastem para assegurar a execução (artigo 5º do Decreto-lei nº 911/69).

No caso de falência do devedor, é assegurado ao credor pedir a restituição do bem alienado fiduciariamente (artigo 7º do Decreto-lei nº 911/69). Este dispositivo continua em vigor, nos termos dos arts. 85 e seguintes da Lei de Falências (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005).

SISTEMA NACIONAL DE GRAVAMES – SNG

Introdução

O registro das alienações fiduciárias dos veículos automotores financiados pelo Daycoval é efetuado por meio do SNG.

O SNG é um mecanismo de gerenciamento eletrônico de dados criado para conferir mais segurança, agilidade e confiabilidade ao processo de inclusão e baixa de gravames, como a alienação fiduciária de veículos automotores, com os DETRANs conveniados, na medida em que substitui o documento de papel, por um avançado sistema de comunicação eletrônica via *internet*, rede AT&T e RTM e APPC (*link* direto), o qual só pode ser acessado por pessoas cadastradas.

O SNG iniciou suas atividades, em caráter experimental, em 1997, no Estado do Paraná. Em 1998, foi assinado, com o DETRAN do Estado do Paraná, Protocolo de Intenções destinado a permitir a implantação do SNG nesse Estado.

Dando continuidade à expansão do SNG no Brasil, foram realizadas implantações nos seguintes Estados do país: (i) São Paulo, em 2001; (ii) Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro, em 2002; (iii) Pernambuco, Maranhão, Mato Grosso e Espírito Santo, em 2003; e (iv) Bahia, Santa Catarina, Tocantins, Piauí, Rio Grande do Norte e Ceará, em 2004.

O SNG é respaldado pela Resolução CONTRAN nº 159/04.

O SNG tem os seus processos desenvolvidos pelas seguintes pessoas jurídicas: (i) FENASEG, responsável pela celebração de convênios operacionais e relacionamento com os DETRANs e as associações afiliadas; (ii) Gravames.Com. Processamento de Dados Ltda., encarregada do processamento e gerenciamento das atividades comerciais; e (iii) Megadata Computações Ltda., responsável pelo desenvolvimento, operação e manutenção do SNG.

Convênio

A fim de conceder os serviços de desenvolvimento, controle, gerenciamento e manutenção do SNG, a FENASEG celebrou, em 17 de dezembro de 1998, Convênio com as seguintes associações atuantes no mercado de financiamento de veículos automotores: (i) Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios – ABAC; (ii) Associação Brasileira de Bancos Comerciais e Múltiplos – ABBC; (iii) Associação Brasileira de Bancos Internacionais - ABBI; (iv) Associação Brasileira das Empresas de Leasing – ABEL; (v) Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento – ACREFI; (vi) Associação Nacional de Factoring – ANFAC; e (vii) Federação Brasileira das Associações de Bancos – FEBRABAN. Posteriormente, foi assinado pela FENASEG convênio de mesmo teor com a Associação Nacional das Entidades de Serviço Financeiro e de Consórcio da Indústria Automobilística – ANEF.

O Daycoval tornou-se usuário dos serviços relativos ao SNG mediante a assinatura, em 27 de maio de 2002, de termo de adesão ao Convênio. Este termo de adesão pode ser denunciado pelo Daycoval, a qualquer tempo e independente de ônus, mediante comunicação por escrito à FENASEG.

O Convênio tem como objeto a prestação, pela FENASEG, em caráter de exclusividade, dos serviços de desenvolvimento, controle, gerenciamento e manutenção do SNG, de forma a permitir que o Daycoval, em razão da assinatura do termo de adesão acima referido, efetue as seguintes atividades: (i) inclusão e exclusão de alienação fiduciária nos órgãos responsáveis pelo registro deste gravame; (ii) consulta para verificação de existência de restrições sobre os veículos automotores; (iii) obtenção da consistência eletrônica verificada entre

as informações do Daycoval e as bases de dados destes órgãos; (iv) obtenção das listagens das divergências verificadas entre o Daycoval e estes órgãos; e (v) encaminhamento das divergências, eventualmente existentes, a estes órgãos para efeito de correção.

A FENASEG será a única responsável pelos serviços de transmissão, aos órgãos responsáveis pelo registro da alienação fiduciária, de todas as informações referentes aos veículos automotores, para que esses órgãos incluam, excluam ou corrijam estas informações nos seus respectivos bancos de dados. Estão excluídas da esfera de responsabilidade da FENASEG as informações que sejam de responsabilidade exclusiva do Daycoval, nos termos das leis e regulamentos vigentes, com relação aos órgãos responsáveis pelo registro da alienação fiduciária.

São obrigações da FENASEG: (i) efetivar a contratação dos meios de comunicação e de teleprocessamento necessários à conexão entre o SNG e os órgãos responsáveis pelo registro da alienação fiduciária, não cabendo às associações qualquer ônus oriundo dessa contratação; (ii) assinar contratos com os órgãos responsáveis pelo registro da alienação fiduciária, conforme previsão de implantação do SNG com os DETRANs; (iii) garantir a segurança do SNG; (iv) realizar investimentos de infra-estrutura e informática para fins de implantação e operacionalização da interligação do SNG aos órgãos responsáveis pelo registro da alienação fiduciária, sem ônus para as associações; (v) tomar as providências e promover os contatos necessários, visando a integração do Daycoval ao SNG; (vi) informar ao Daycoval a inclusão ou exclusão da alienação fiduciária nos órgãos responsáveis pelo registro deste gravame, enviando ao Daycoval os dados da respectiva transação; (vii) supervisionar e assistir as adaptações necessárias no equipamento do Daycoval e demais usuários para a sua comunicação com o SNG; (viii) conceder ao Daycoval senha de acesso, conforme solicitação deste; (ix) manter, em um banco de dados, todos os registros relativos à inclusão, exclusão e correção da alienação fiduciária do veículo automotor pelo prazo de duração do respectivo Contrato de Financiamento; e (x) certificar-se de que os órgãos atualizem a sua base de dados com as informações enviadas pelo Daycoval, antes da emissão de qualquer certificado ou documento do veículo automotor.

São obrigações do Daycoval, na qualidade de usuário do SNG: (i) ter disponíveis os terminais de processamento de dados e as linhas de comunicação, suportando, com exclusividade, todas as despesas decorrentes; (ii) promover a adaptação de seus sistemas de processamento de dados, de forma a permitir a sua comunicação com o SNG; (iii) manter em sigilo a senha de acesso ao SNG; e (iv) responsabilizar-se, com exclusividade, por todas as informações prestadas à FENASEG quando da utilização do SNG.

A FENASEG se obriga a ressarcir, de imediato, eventuais indenizações suportadas pelas associações, ou pelo Daycoval, conforme o caso, na hipótese de prejuízos ou danos, inclusive morais, decorrentes de qualquer tipo de fraude ou operação irregular, que tenha sido, comprovadamente, originada ou ocorrida pela utilização imprópria das informações ou do SNG, por parte da FENASEG ou de terceiros, cujo acesso às informações, ou ao SNG, tenha sido permitido ou facultado, sem o prévio conhecimento e autorização expressa das associações e do Daycoval, na qualidade de usuário do SNG.

Operacionalização do SNG

O SNG funciona em tempo real, o que significa que as comunicações entre o Daycoval, o SNG e os órgãos responsáveis pelo registro da alienação fiduciária, para efeito da transmissão de informações, são realizadas praticamente ao mesmo tempo em que são inseridas no SNG. Essa simultaneidade depende, todavia, das condições de operação das comunicações entre as partes e do tráfego existente, a cada instante, na rede de teleprocessamento.

Ao ser consultado, o SNG (i) realiza uma busca nos bancos de dados dos DETRANs conveniados, da BINFABRIL – Base de Informações Nacionais de Roubos e Furtos, do DPVAT – Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres e do RNS – Registro Nacional de Seguros, e

(ii) concede, logo após, uma resposta a respeito da situação do gravame consultado. Caso o veículo automotor ainda não esteja registrado, o SNG solicita as informações necessárias ao registro do respectivo gravame.

A FENASEG desenvolveu função, no SNG, que permite ao Daycoval, e demais usuários, efetuar a emissão de relatórios diários, semanais e mensais destinados à conferência das informações por ela inseridas ou excluídas.

Procedimentos Operacionais de Registro de Alienação Fiduciária dos Veículos Automotores no SNG no curso do Programa de Securitização

O registro de titularidade da alienação fiduciária dos Veículos Automotores vinculados às Cédulas de Crédito Bancário, cujos respectivos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, serão mantidos em nome do Daycoval, no CNPJ/MF de filial utilizada exclusivamente para a execução do Contrato de Cessão, devendo ser segregados e mantidos em conta específica no SNG, criada especialmente para este fim pela FENASEG.

Enquanto existirem Quotas em Circulação, o Daycoval deverá notificar à FENASEG, no prazo de até 72 horas contado de cada Data de Aquisição, para que os registros de titularidade da alienação fiduciária dos Veículos Automotores vinculados às Cédulas de Crédito Bancário, cujos respectivos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, sejam transferidos para a Conta de Alienação Fiduciária Especial. A Administradora, por conta e ordem do Fundo, a seu exclusivo critério, independentemente de qualquer aviso ou notificação, poderá proceder à desoneração, baixa e transferência, no SNG, dos registros e das garantias vinculados à Conta de Alienação Fiduciária Especial para o Fundo ou qualquer outro terceiro. Para tanto, deverá ser atribuída pela FENASEG à Conta de Alienação Fiduciária Especial uma “senha master”, que será de uso exclusivo da Administradora.

No curso ordinário do Programa de Securitização, para efeito do cumprimento de suas atribuições definidas no Contrato de Cobrança, por meio de “sub-senhas” específicas habilitadas pela Administradora, o Daycoval terá acesso a todos os registros referentes aos Veículos Automotores vinculados à Conta de Alienação Fiduciária Especial, podendo, inclusive, proceder à desoneração, baixa e transferência das garantias ali assinaladas. A Administradora, a seu exclusivo critério, independentemente de qualquer aviso ou notificação, poderá cancelar, por tempo indeterminado, o acesso do Daycoval, no SNG, aos registros e sistemas vinculados à Conta de Alienação Fiduciária Especial.

Administradora obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a realizar todo e qualquer procedimento necessário ao exercício, pelo Daycoval, das garantias decorrentes dos Direitos Creditórios por este adquiridos do Fundo em razão do exercício da opção de compra referida no Contrato de Cessão, e que, por qualquer motivo, encontrem-se vinculadas à Conta de Alienação Fiduciária Especial.

Na hipótese de a Administradora, por conta e ordem do Fundo, decidir por executar as garantias vinculadas às Cédulas de Crédito Bancário, cujos respectivos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, o Daycoval, em decorrência de solicitação, por escrito, enviada pela Administradora, obriga-se, às expensas do Fundo, a notificar os respectivos Financiados da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, previamente ao início dos procedimentos, por meio de correspondência preparada, a ser entregue pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos por meio da modalidade “Aviso de Recebimento”.

DISPOSIÇÕES GERAIS DAS CÉDULAS DE CRÉDITO BANCÁRIO

Estão relacionadas abaixo as principais cláusulas das Cédulas, firmadas entre o Daycoval e cada Financiador. Alguns dos itens foram reproduzidos integralmente.

Através da celebração das Cédulas de Crédito Bancário, o Daycoval concede aos Financiados empréstimos em dinheiro para aquisição de Veículos Automotor, no valor, prazo, juros e condições consignados no corpo das respectivas cédulas.

Em garantia do cumprimento da quantia devida pelos Financiados e sem prejuízo de qualquer outra garantia que venha a ser dada, poderá assinar a Cédula de Crédito Bancário avalista, o qual, se houver, é solidariamente responsável com o respectivo Financiador pelo pagamento do principal, encargos e demais cominações que venham a incidir sobre a mesma, que sejam moratórias ou compensatórias, financeiras ou fiscais, despesas de cobrança, custas e honorários advocatícios e tudo o mais que fique a dever por força da respectiva cédula.

O Daycoval poderá considerar antecipadamente vencida qualquer Cédula de Crédito Bancário, tornando-se imediatamente exigível o pagamento de todos os valores devidos pelo respectivo Financiador ao Daycoval, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (i) se o Financiador deixar de pagar, em seu vencimento, qualquer quantia devida por força da Cédula de Crédito Bancário; (ii) se for movida contra o Financiador ou avalista, se houver, medida de qualquer caráter, inclusive alimentícia, que possa afetar direitos creditórios devidos ao Daycoval; (iii) se o Financiador ou avalista, se houver, se tornar insolvente ou entrar em estado de liquidação, sofrer protestos de qualquer título ou vier a falecer ou ocorrer mudança de seu domicílio sem a devida comunicação ao Daycoval; (iv) se o Financiador ou o avalista, se houver, propuser qualquer medida judicial contra o Daycoval, configurando, assim, a quebra de relacionamento comercial entre as partes; (v) se, por qualquer ato do Financiador ou avalista, se houver, forem alteradas as condições iniciais, quer sejam com relação às garantias oferecidas, dados contábeis, societários, dentre outros, que tenham sido informados e constatados quando da concessão do crédito decorrente da respectiva Cédula de Crédito Bancário; ou (vi) se ficar apurada a falsidade de documentos, de qualificação ou de dado cadastral do Financiador ou do avalista, se houver, que induza a erro ou à indevida concessão do crédito.

Qualquer quantia devida por algum Financiador, por força da celebração de Cédula de Crédito Bancário, vencida e não paga, é considerada automaticamente em mora, ficando o débito sujeito, do vencimento ao efetivo pagamento, ao acréscimo de multa de 2% sobre o valor de cada parcela vencida, além de juros compensatórios a título de comissão de permanência, a qual será a mesma da maior taxa vigente para contratações de operações ativas na data da liquidação respectiva, além das despesas de cobrança, custas judiciais e extrajudiciais e honorários advocatícios de 10% sobre o total do débito em caso de cobrança administrativa/judicial.

Nos termos das Cédulas de Crédito Bancário, os Financiados são obrigados a manter, às suas expensas, os bens dados em garantia da Cédula de Crédito Bancário, segurados contra risco de fogo, roubo ou danos físicos, inclusive contra terceiros, por quantia não inferior ao valor da garantia, devendo nas respectivas apólices constar o Daycoval como beneficiário da indenização em decorrência do sinistro.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO

O resumo da estrutura do Programa de Securitização abaixo apresentado possui apenas a finalidade de oferecer uma visão global do Programa de Securitização, sendo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento e do Contrato de Cessão, foram simplificados. Nenhuma decisão de investir nas Quotas deverá ser tomada baseada somente nas informações desta Seção. O resumo aqui apresentado deve ser cuidadosamente analisado tomando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto. Os termos utilizados nesta Seção que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no glossário deste Prospecto ou no Regulamento.

Objetivo do Fundo e Resumo da Estrutura

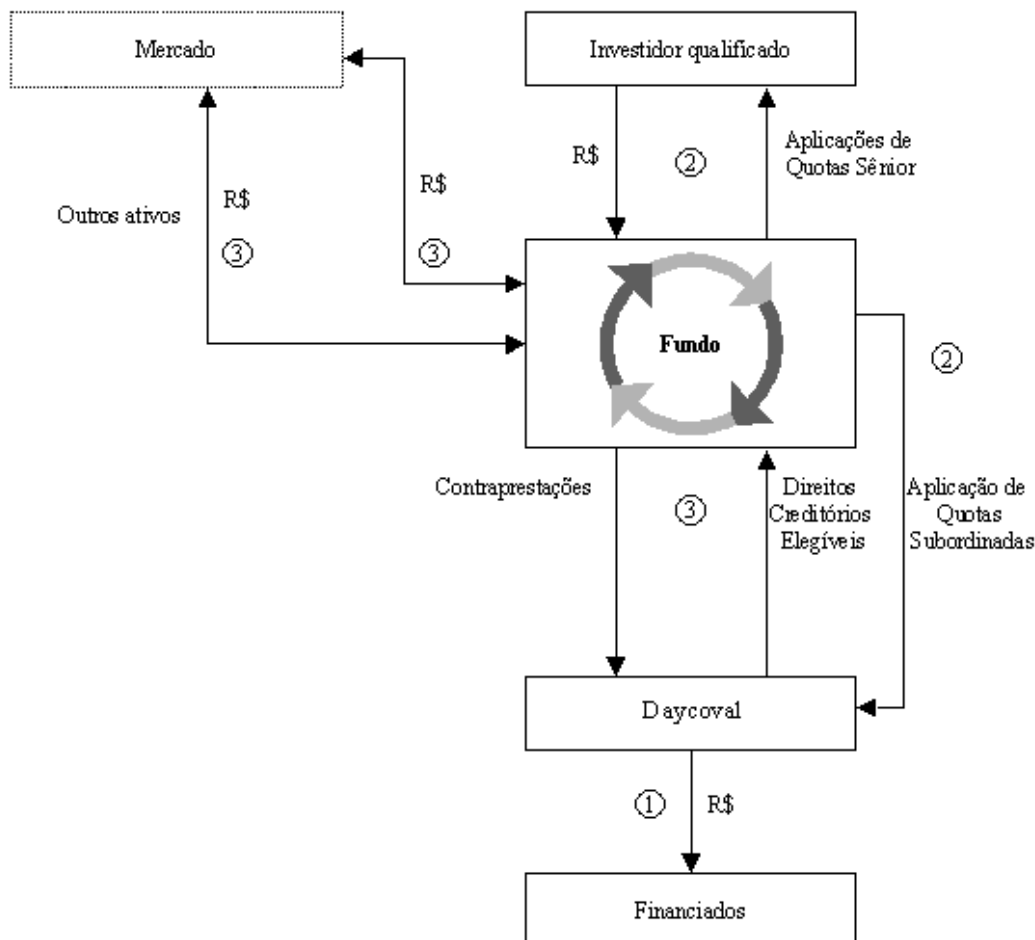
O objetivo do Fundo é atuar no sentido de propiciar aos Quotistas a valorização de suas Quotas, por meio da aplicação de recursos em carteira composta por Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade e, conforme o caso, por Outros Ativos. Observados os termos e as condições do Contrato de Cessão e do Regulamento, o Fundo adquirirá do Daycoval, em moeda corrente nacional e/ou por meio da subscrição e integralização de Quotas Subordinadas pelo Daycoval, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou qualquer tipo de coobrigação, Direitos Creditórios Elegíveis e todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas assegurados em razão de sua titularidade, inclusive aqueles decorrentes da alienação fiduciária do Veículo Automotor cuja aquisição seja financiada por meio da celebração da respectiva Cédula de Crédito Bancário.

O Fundo adquirirá, em caráter continuado, Direitos Creditórios do Daycoval utilizando-se dos recursos provenientes da integralização de Quotas e da liquidação dos ativos de sua titularidade pelas respectivas contrapartes.

A política interna do Daycoval é atuar no sentido de oferecer, para cessão ao Fundo, Direitos Creditórios devidos por Financiados, decorrentes de contratação de operações de financiamento de Veículos Automotores celebradas entre o Daycoval e os respectivos Financiados, nos termos da Cédula de Crédito Bancário, em valor entre 20% e 50% do total de sua carteira. Com exceção do Fundo, o Daycoval atualmente não é cedente de Direitos Creditórios, com as mesmas características dos adquiridos pelo Fundo, para outros Fundos de Investimento em Direitos Creditórios. *Para maiores informações acerca dos outros fundos de investimento em direitos creditórios para os quais o Daycoval cede recebíveis, vide Seção “Banco Daycoval S.A. – Outras Cessões de Recebíveis Efetuadas pelo Daycoval a Fundos de Investimento em Direitos Creditórios”.*

Desenho Esquemático do Programa de Securitização

Desenho Esquemático da Operação de Securitização – *Revolving*



1. O Daycoval concede empréstimos aos Financiados, nos termos das Cédulas de Crédito Bancário.
2. O Daycoval subscreve Quotas Subordinadas por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo e/ou em moeda corrente nacional. O Fundo capta recursos para a aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, a serem pagos em moeda corrente nacional, mediante a integralização de Quotas Sênior por Investidores Qualificados.
3. O Fundo adquire Direitos Creditórios Elegíveis e Outros Ativos utilizando-se das verbas recebidas em “2” acima e, no curso do Programa de Securitização, dos recursos provenientes do recebimento de valores decorrentes do pagamento de ativos de sua titularidade.

O Fundo somente poderá emitir qualquer Série de Quotas Sênior, em qualquer Distribuição, desde que, (i) computada, *pro forma*, a integralização, total ou parcial, da respectiva Série e a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados por meio de sua integralização, o mesmo atenda, concomitantemente, aos índices e parâmetros dispostos no Regulamento, referente tanto à Série de Quotas Sênior em processo de subscrição e integralização quanto a todas as demais Séries em Circulação; (ii) o Suplemento referente à nova Série “n” tenha sido registrado nos termos do Regulamento; e (iii) sejam observados os procedimentos de protocolo e registro de distribuição definidos na Instrução CVM nº 356 e na Instrução CVM nº 400, bem como os termos e as condições do Regulamento.

O Daycoval não se encontra obrigado a ceder Direitos Creditórios ao Fundo indefinidamente, tendo a prerrogativa de, a seu exclusivo critério, interromper os procedimentos de cessão. A ocorrência de tal evento poderá dar causa a um Evento de Amortização Antecipada e, conseqüentemente, à amortização antecipada das Quotas.

Procedimento de Oferta de Direitos Creditórios e de Formalização da Cessão

Até às 20 horas do 3º dia útil imediatamente anterior a cada Data de Oferta, o Daycoval enviará ao Custodiante arquivo eletrônico, em formato previamente acordado com o Custodiante, contendo dados dos Veículos Automotores financiados nos termos das Cédulas de Crédito Bancário relativas aos Direitos Creditórios que está disposto a ceder ao Fundo em cada Data de Oferta.

O Custodiante disponibilizará em seu *site*, em até 3 dias úteis após envio, pelo Daycoval, do arquivo acima mencionado, relatório demonstrativo consolidado contendo o resultado da checagem feita junto ao SNG, totalizando os Veículos Automotores que apresentaram inconsistências e aqueles cuja alienação fiduciária está ativa e registrada no SNG em nome do Daycoval.

Após disponibilizado do relatório pelo Custodiante, nos termos acima descritos, o Daycoval enviará ao Custodiante, até às 11 horas da Data de Oferta, por meio eletrônico, o Layout contendo as informações relativas aos Direitos Creditórios relativos ao financiamento dos Veículos Automotores, cuja alienação fiduciária esteja registrada no SNG em favor do Daycoval, e que o Daycoval está disposto a ceder ao Fundo naquela data, inclusive identificando o código da categoria dos Veículos Automotores objeto de financiamento, obedecida a classificação disposta no Contrato de Cessão.

A Administradora deverá informar, até às 11 horas da Data de Oferta, mediante preenchimento de boletagem eletrônica de aquisição de Direitos Creditórios disponível no *site* do Custodiante, o Potencial de Cessão e a Taxa de Desconto.

O envio do Layout ao Fundo caracteriza a oferta de cessão dos Direitos Creditórios pelo Daycoval ao Fundo.

Após o recebimento do Layout, o Custodiante deverá verificar quais dos Direitos Creditórios oferecidos à cessão pelo Daycoval atendem aos Critérios de Elegibilidade. Após a conclusão deste procedimento, o Custodiante colocará à disposição do Daycoval, até às 15 horas da Data de Oferta, por meio eletrônico, (i) arquivo retorno contendo a relação dos respectivos Direitos Creditórios que atenderam aos Critérios de Elegibilidade individualmente identificados, no mínimo, pelas Informações dos Direitos Creditórios e o respectivo Preço de Aquisição; e (ii) arquivo retorno contendo a relação dos Direitos Creditórios que não atenderam a qualquer dos Critérios de Elegibilidade, individualmente identificados pelo(s) respectivo(s) Critério(s) de Elegibilidade não tenha(m) sido atendidos por cada Direito Creditório ofertado.

Após verificação, pelo Custodiante, de quais Direitos Creditórios oferecidos à cessão ao Fundo, o Daycoval deverá, no mesmo dia útil, enviar ao Agente Arrecadador, responsável pela cobrança e arrecadação dos respectivos Direitos Creditórios, arquivo remessa com a relação dos Direitos Creditórios que deverão ser registrados para cobrança em nome do Fundo.

Cada Agente Arrecadador deverá enviar ao Custodiante e à Administradora, em até 1 dia útil contado do recebimento do arquivo remessa acima, arquivo retorno confirmando que os Direitos Creditórios Elegíveis, identificados no arquivo remessa, estão devidamente registrados, em favor do Fundo, no sistema de cobrança do respectivo Agente Arrecadador.

No curso ordinário do Programa de Securitização, os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios, registrados pelo(s) Agente(s) Arrecador(es) em nome do Fundo, nos termos acima descritos, serão pagos pelos Financiados, na rede bancária, por meio da utilização dos Camês, sendo as respectivas verbas acolhidas em contas correntes de titularidade do Daycoval e transferidas posteriormente, pelo Daycoval, para a Conta Corrente do Fundo. O Custodiante deverá proceder à conciliação das verbas transferidas, a qualquer título, pelo Daycoval, para a Conta Corrente do Fundo com o fluxo de caixa esperado do Fundo e as informações passadas pelo Daycoval.

Todavia, a Administradora, a qualquer tempo, caso o Daycoval sofra algum evento adverso que, a exclusivo critério da Administradora, poderá vir a afetar negativamente a solvência do Fundo, poderá instruir o(s) Agente(s) Arrecador(es) a transferir diretamente para conta corrente de titularidade do Fundo, os recursos pertencentes ao Fundo, registrados de maneira segregada no sistema de cobrança do Agente Arrecador.

O somatório do Preço de Aquisição, a ser pago pelo Fundo em moeda corrente nacional, não poderá ser superior ao Potencial de Cessão apurado na Data de Oferta.

Quando da escolha dos Direitos Creditórios Elegíveis constantes do Layout enviado em cada Data de Oferta, o Custodiante partirá sempre da Cédula de Crédito Bancário em que o último Direito Creditório vincendo seja mais próximo à respectiva Data de Oferta.

Caso o somatório do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis seja superior ao Potencial de Cessão aplicável na ocasião, o Custodiante deverá excluir todos os Direitos Creditórios Elegíveis referentes à mesma Cédula de Crédito Bancário, partindo sempre da última Cédula de Crédito Bancário escolhida, até que o Preço de Aquisição constante do relatório enviado ao Daycoval atinja valor igual ou imediatamente inferior ao respectivo Potencial de Cessão.

Após ter acesso à relação de Direitos Creditórios Elegíveis, o Daycoval enviará à Administradora, por meio de fac-símile ou por meio eletrônico, em formato PDF (*Portable Document Format*), 1 via de Termo de Cessão, devidamente assinada por pessoa(s) autorizada(s) do Daycoval, até às 16 horas da Data de Oferta, devendo o Fundo efetuar, na Data de Oferta, o pagamento do respectivo Preço de Aquisição ao Daycoval, observado o disposto no Contrato de Cessão e a Taxa de Cessão Mínima.

Os Direitos Creditórios constantes do Layout, que não sejam por qualquer motivo adquiridos pelo Fundo, poderão ser re-ofertados em data posterior, desde que sejam novamente objeto de verificação, pelo Custodiante, ao atendimento aos Critérios de Elegibilidade.

A Administradora deverá enviar ao Daycoval, via fac-símile ou por meio eletrônico, em formato PDF (*Portable Document Format*), uma cópia de cada Termo de Cessão, devidamente assinada por suas Pessoas Autorizadas, até o dia subsequente à respectiva Data de Aquisição.

O Daycoval obriga-se a entregar à Administradora 4 vias originais do Termo de Cessão, acompanhado dos respectivos anexos, até o 6º dia útil imediatamente subsequente à respectiva Data de Aquisição, devidamente assinadas e rubricadas por sua(s) pessoa(s) autorizada(s), sendo que nenhuma nova cessão de Direitos Creditórios será processada pela Administradora enquanto o Daycoval encontrar-se inadimplente no cumprimento desta obrigação.

A cessão de Direitos Creditórios do Daycoval ao Fundo, incluindo todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas assegurados em razão de sua titularidade, inclusive aqueles decorrentes da alienação fiduciária do Veículo Automotor cuja aquisição seja financiada por meio da celebração de cada Cédula de Crédito Bancário, será considerada perfeita e acabada quando do recebimento pela Administradora do Termo de Cessão, via fac-símile ou por meio eletrônico, em formato PDF (*Portable Document Format*), e do pagamento do Preço de Aquisição ao Daycoval, nos termos do Contrato de Cessão, sendo facultado à Administradora, por conta e ordem do Fundo, o direito de arrependimento na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Revisão, Evento de Avaliação, Evento de Amortização Antecipada ou Evento de Inadimplemento Contratual anteriormente ao pagamento do Preço de Aquisição.

A cessão formalizada na forma acima transfere ao Fundo, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou coobrigação do Daycoval, de suas Pessoas controladoras, de sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou de outras sociedades sob controle comum, a plena titularidade dos Direitos Creditórios cedidos e de todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas assegurados em razão de sua titularidade.

O Daycoval, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pela solvência dos Financiados, em caráter solidário ou subsidiário, pela liquidação de suas obrigações pecuniárias nos termos das respectivas Cédulas de Crédito Bancário, sendo apenas responsáveis, na Data de Aquisição, pela existência, autenticidade e correta formalização dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo nos termos do Contrato de Cessão.

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, enviará ao Daycoval 1 via original do Termo de Cessão, devidamente assinada pelas Partes, no prazo de até 5 dias úteis, contado da data de entrega, pelo Daycoval à Administradora, das vias originais do respectivo Termo de Cessão.

Critérios de Elegibilidade

Serão considerados Direitos Creditórios Elegíveis os Direitos Creditórios, cujas informações foram transmitidas pelo Daycoval ao Custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos definidos no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e que atendam, cumulativamente, na Data de Aquisição, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- a) o prazo de vencimento do Direito Creditório não é superior a 1.800 dias contados da Data de Aquisição;
- b) considerada, *pro forma*, a cessão pretendida, o somatório do valor presente dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos pelo respectivo Financiador, não é superior a R\$450.000,00;
- c) considerada, *pro forma*, a cessão pretendida, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, cujos respectivos recursos foram utilizados pelos Financiados na aquisição de Veículos Leves, Motocicletas, Ônibus e/ou Veículos Pesados, não é superior, conforme o caso, a 100%, 15%, 15% e 50%, respectivamente, do valor do Patrimônio Líquido;
- d) o respectivo Financiador não se encontra inadimplente, ou em atraso, no cumprimento de qualquer obrigação com o Fundo por prazo superior a 3 dias úteis, contado da data de vencimento original das respectivas obrigações;
- e) a alienação fiduciária do Veículo Automotor, vinculado ao respectivo Direito Creditório, encontra-se registrada no SNG; e
- f) o Veículo Automotor, vinculado ao respectivo Direito Creditório, encontra-se registrado com ano de fabricação após 1989.

Conforme os termos da alínea “b” acima, nenhum Financiador, devedor Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, é responsável pelo pagamento de mais de 1% do Patrimônio Líquido do Fundo.

Verificação dos Critérios de Elegibilidade

O Custodiante será responsável pela verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade e pela operacionalização de todas as rotinas e procedimentos necessários à aquisição pelo Fundo dos Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos do Contrato de Cessão e do Regulamento, que sejam de sua estrita responsabilidade.

Desde que observados os termos do Contrato de Cessão e do Regulamento, a verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade realizada pelo Custodiante será definitiva. A perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível, não dará ao Fundo qualquer pretensão ou direito de regresso contra o Daycoval, suas Pessoas controladoras, sociedades por estas direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Inexistência de Coobrigação

A cessão de Direitos Creditórios ao Fundo será realizada sem direito de regresso contra ou coobrigação do Daycoval ou de qualquer outra Pessoa. O Daycoval, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo nem pela solvência dos Financiados. O Daycoval é somente responsável, na respectiva Data de Aquisição, pela existência, autenticidade e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis

Pela aquisição de cada Direito Creditório Elegível, será pago pelo Fundo ao Daycoval, em moeda corrente nacional e/ou em contrapartida à integralização de Quotas Subordinadas, conforme indicado em cada Termo de Cessão, Preço de Aquisição, apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$PADC = \frac{VDC}{\left[(1 + TD)^{\frac{N}{252}} \right]}$$

onde:

- PADC = Preço de Aquisição de cada Direito Creditório.
- VDC = valor nominal de cada Direito Creditório.
- TD = Taxa de Desconto, expressa na forma decimal ao ano, conforme definida no Regulamento, observada a Taxa de Desconto Mínima, equivalente a 175% da Taxa DI Futura.
- N = número de dias úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório e a Data de Aquisição, incluindo-se na contagem o 1º dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

Opções de Compra

Desde que não esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Amortização Antecipada, o Daycoval, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, poderá adquirir do Fundo a totalidade dos Direitos Creditórios relativos a cada Cédula de Crédito Bancário Provisionada de titularidade do Fundo, desde que, considerada, *pro-forma*, a cessão pretendida, o Fundo atenda ao Índice de Liquidez, à Razão de Garantia, à Alocação de Investimento Mínima, à RC e à RAM, nos termos do Regulamento. Caso o Daycoval exerça a opção de compra aqui referida, o mesmo deverá comunicar sua intenção à Administradora, por meio eletrônico, identificar quais Direitos Creditórios Provisionados deseja adquirir e indicar o nome e a qualificação do cessionário dos respectivos créditos. O preço de aquisição dos Direitos Creditórios Provisionados, para efeito do exercício da opção de compra acima referida, será equivalente ao seu respectivo valor nominal, deduzido das respectivas provisões por atraso no pagamento definidas por meio da aplicação dos critérios estabelecidos no COSIF e na Resolução nº 2.682, de 22 de dezembro de 1999, do CMN, e suas alterações posteriores, sendo que este, em nenhuma hipótese, poderá ser inferior a R\$0,01.

Sem prejuízo da opção acima referida, o Daycoval terá o direito de primeira recusa caso a Administradora deseje alienar quaisquer dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo para qualquer terceiro. Neste caso, o preço de aquisição pelo Daycoval dos respectivos ativos deverá ser igual ou superior ao preço de compra oferecido à Administradora, o qual, em nenhuma hipótese, poderá ser vil.

A cessão dos Direitos Creditórios do Fundo para qualquer Pessoa somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação do Fundo.

Possibilidade de os Direitos Creditórios de Titularidade do Fundo Serem Acrescidos, Removidos, Recomprados ou Substituídos

Um eventual acréscimo na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo poderá acarretar uma redução dos ativos líquidos para fins de pagamento das Quotas do Fundo. Este evento é controlado através da Reserva de Caixa, da Reserva de Amortização e do Índice de Liquidez.

Quanto à remoção e à substituição de parte de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, as mesmas não são permitidas pelo Regulamento ou pelo Contrato de Cessão.

Nos termos descritos na Seção “Opção de Compra” acima, o Daycoval tem a opção de comprar Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Procedimentos de Registro

O Contrato de Cessão e seus eventuais aditamentos serão levados a registro pela Administradora, diretamente ou por meio de seus Agentes, em cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas sedes do Daycoval e da Administradora, às expensas do Fundo, no prazo de 10 dias úteis contado de sua assinatura.

Durante o Período de Registro Especial, a Administradora deverá providenciar, diretamente ou por meio de seus Agentes, o registro de cada Termo de Cessão, acompanhado de todos os demonstrativos colocados à disposição do Daycoval pelo Custodiante, nos Contrato de Cessão, impreterivelmente até o 15º dia, inclusive, imediatamente posterior a cada Data de Aquisição.

Após o término do Período de Registro Especial, a Administradora deverá providenciar, quinzenalmente, às expensas do Fundo, diretamente ou por meio de seus Agentes, a lavratura, por instrumento público perante o 18º Tabelião de Notas da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, de Termo de Cessão Consolidado, acompanhado da relação de Direitos Creditórios colocadas à disposição do Daycoval pelo Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão.

A Administradora poderá firmar os Termos de Cessão Consolidados, por conta e ordem do Daycoval, utilizando-se dos poderes outorgados na Procuração Irrevogável. Caso seja solicitado, a Administradora deverá encaminhar ao Daycoval cópia e/ou certidão do respectivo Termo de Cessão Consolidado no prazo de 5 dias úteis, contado de sua lavratura, correndo por conta do Daycoval os custos e despesas incorridos com os procedimentos acima referidos.

A Administradora deverá providenciar, no prazo de até 5 dias úteis contado da ocorrência de qualquer Evento de Revisão ou Evento de Inadimplemento Contratual, o registro de Termo de Cessão Consolidado, acompanhado de todos os demonstrativos enviados pelo Custodiante ao Daycoval, nos termos do Contrato de Cessão, contendo as informações referentes aos Direitos Creditórios que ainda não tenham sido objeto dos procedimentos de registro acima mencionados.

Condições Resolutivas da Cessão

Considerar-se-á resolvida a cessão de todos os Direitos Creditórios referentes a cada Cédula de Crédito Bancário, inclusive na hipótese de a respectiva cessão ter sido realizada em contrapartida à subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Daycoval e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses:

- a) caso o pagamento de qualquer Direito Creditório referente a determinada Cédula de Crédito Bancário, seja recusado, conforme o caso, pelo respectivo Financiador por alegação de vícios, defeitos ou inexistência de lastro;
- b) caso qualquer Direito Creditório seja reclamado por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição dos mesmos pelo Fundo;
- c) caso o Veículo Automotor, cuja aquisição tenha sido financiada por meio da celebração de Cédula de Crédito Bancária vinculada a qualquer Direito Creditório de titularidade do Fundo, não se encontre alienado fiduciariamente em favor do Daycoval;
- d) caso o Direito Creditório não esteja registrado em nome do Fundo no sistema de cobrança do Agente Arrecadador, nos termos do Contrato de Cessão; ou
- e) caso seja verificado, a qualquer tempo, pelo Daycoval, pela Administradora e/ou pelo Custodiante a existência de vícios, defeitos ou inexistência de lastro em Direitos Creditórios, originados em data anterior à respectiva Data de Aquisição.

Sem prejuízo da resolução da cessão, o Daycoval deverá notificar a Administradora, por meio eletrônico, e o Custodiante por meio de arquivo preparado em formato previamente acordado entre as Partes, a ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, no prazo de até 48 horas contado da data em que este tomar conhecimento do evento.

Independentemente do envio da comunicação acima mencionada, o Daycoval estará obrigado a restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, até o 3º dia útil imediatamente posterior à ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, o preço de aquisição dos Direitos Creditórios, integrantes da carteira do Fundo, cuja cessão tiver sido resolvida, nos termos do Contrato de Cessão, atualizado *pro-rata temporis* desde a respectiva Data de Aquisição até a data da resolução da cessão, considerando-se a Taxa de Desconto utilizada na determinação do Preço de Aquisição. Nesta hipótese, os valores pagos ao Fundo em razão da resolução da cessão não poderão ser superiores ao valor nominal de todos os Direitos Creditórios referentes à Cédula de Crédito Bancário correspondente, vencidos e não pagos ou vincendos.

Eventos de Revisão

Conforme definidos no Contrato de Cessão, são considerados Eventos de Revisão quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) qualquer evento que implique em modificação do Controle do Daycoval, em relação ao que prevalecia à época da celebração do Contrato de Cessão;
- b) caso se verifique falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pelo Daycoval quando da celebração do Contrato de Cessão, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Programa de Securitização e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Sênior;

- c) existência de evidências de que o Daycoval tenha oferecido ao Fundo Direitos Creditórios em desacordo com as declarações prestadas pelo Daycoval quando da celebração do Contrato de Cessão;
- d) caso qualquer das alterações à Política de Concessão de Crédito e/ou à Política de Cobrança, informadas pelo Daycoval à Administradora, nos termos do Contrato de Cessão, possa, a único e exclusivo critério da Administradora, afetar, negativamente, a boa ordem financeira, operacional e legal do Programa de Securitização;
- e) criação de novos impostos, taxas ou contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Programa de Securitização e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Sênior;
- f) existência de indícios de que o Daycoval, qualquer de suas Pessoas controladas e/ou controladoras diretas se encontre inadimplente no cumprimento de qualquer operação de natureza financeira em que qualquer das Pessoas acima referidas seja parte e/ou tenha sido declarado o vencimento antecipado de qualquer dos negócios acima referidos, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- g) existência de indícios de que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados títulos emitidos pelo Daycoval ou sacados contra o Daycoval, suas Pessoas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- h) caso seja ajuizada contra o Daycoval, suas Pessoas controladoras diretas ou controladas qualquer ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$15.000.000,00;
- i) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens do Daycoval, de suas Pessoas controladoras ou controladas, cujo valor de referidos bens seja superior a R\$15.000.000,00, considerados individualmente ou em conjunto;
- j) caso ocorra a concessão de qualquer Medida Cautelar, incluindo a Medida Cautelar Fiscal de que trata a Lei nº 8.397/92, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade do Daycoval;
- k) caso o Daycoval deixe de cumprir as disposições referentes aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Bacen e do CMN;
- l) caso o Daycoval deixe de ter seu balanço e suas demonstrações financeiras auditadas por empresa de auditoria, devidamente registrada na CVM e de renome internacional;
- m) rescisão do Convênio ou interrupção do cumprimento, pela FENASEG, de suas atribuições ali estabelecidas, em razão de evento imputável ao Daycoval, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Programa de Securitização e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Sênior;
- n) descumprimento, pela FENASEG, de quaisquer de suas obrigações definidas no Contrato de Cessão e/ou no Convênio que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Programa de Securitização e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Sênior;

- o) descumprimento pelo Daycoval de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão e nos demais Documentos da Securitização, que não seja um Evento de Revisão ou um Evento de Inadimplemento Contratual, desde que o respectivo evento, a critério exclusivo da Administradora, (i) possa afetar adversamente o equilíbrio econômico e financeiro do Fundo e (ii) não seja regularizado ou justificado no prazo de 3 dias úteis contado do recebimento, pelo Daycoval, de comunicação enviada pela Administradora, informado-o de sua ocorrência; ou
- p) caso a Taxa DI Futura seja maior que 25% ao ano e, simultaneamente, a diferença apurada entre o último TMC obtido pela Administradora e a Taxa DI Futura do dia útil anterior seja igual ou superior a 20% ao ano.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo adotará os procedimentos aplicáveis na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação definidos no Regulamento.

Eventos de Inadimplemento Contratual

Conforme definidos no Contrato de Cessão, são considerados Eventos de Inadimplemento Contratual, quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporário do Daycoval; ou
- b) protocolo de pedido de falência do Daycoval ou de qualquer de suas sociedades controladoras diretas ou de sua autofalência.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento Contratual, o Fundo adotará os procedimentos definidos no Regulamento aplicáveis aos Eventos de Amortização Antecipada.

Eventos de Avaliação

Conforme definidos no Regulamento, são considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) caso o Fundo deixe de efetuar o pagamento integral de qualquer das Amortizações Integrais e/ou Amortizações Programadas relativa a qualquer Série, nas respectivas Datas de Amortização;
- b) descumprimento pelo Daycoval de qualquer de suas respectivas obrigações de transferência dos recursos relativos ao pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que não seja regularizado no prazo de 3 dias úteis contado do recebimento, pelo Daycoval, de comunicação enviada pela Administradora, informado-o de sua ocorrência;
- c) inobservância pelo Custodiante e/ou pelo Daycoval de seus respectivos deveres e obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cessão e/ou no Contrato de Cobrança, que não seja um Evento de Amortização Antecipada, desde que o respectivo evento, a critério exclusivo da Administradora, (i) possa afetar adversamente o equilíbrio econômico e financeiro do Fundo e (ii) não seja regularizado no prazo de 3 dias úteis contado do recebimento, pelo Custodiante e/ou pelo Daycoval, conforme o caso, de comunicação enviada pela Administradora, informado-o de sua ocorrência;
- d) rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer Série em mais de 1 sub-nível, considerando-se a tabela de classificação da Agência Classificadora de Risco;

- e) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente a qualquer Série de Quotas Sênior em Circulação por prazo igual ou superior a 60 dias;
- f) amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos no Regulamento, que possa causar o desenquadramento do Fundo com relação aos índices e parâmetros especificados no Regulamento;
- g) caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia por 10 dias úteis consecutivos;
- h) caso o Fundo deixe de atender ao Índice de Liquidez com referência a qualquer Série em Circulação em qualquer Data de Verificação;
- i) caso o valor dos recursos segregados na RC não atenda ao disposto no Regulamento por 5 dias úteis consecutivos e o Fundo não se encontre no curso dos procedimentos definidos no Regulamento, relativos à amortização de Quotas;
- j) caso o DCV, o DCV30, o DCV120 ou o DCV180, apurado pela Administradora em qualquer Data de Verificação consecutiva, seja superior a 15%, a 10%, a 9% ou 8%, respectivamente;
- k) caso o ILACCB seja igual ou superior a 20% em qualquer Data de Verificação; ou
- l) ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, os quais são considerados fatos relevantes para efeito de comunicação aos Quotistas, a Administradora suspenderá imediatamente o pagamento da amortização de Quotas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios. Concomitantemente, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento do Programa de Securitização. Caso os titulares da maioria das Quotas em Circulação decidam que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá implementar os procedimentos definidos no Regulamento, excluindo a convocação de nova Assembléia Geral. Os titulares das Quotas Sênior, reunidos na Assembléia Geral aqui referida, convocada para avaliar o grau de comprometimento do Programa de Securitização, deverão deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Quotas Sênior detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

Vide Regulamento, Capítulo Dezoito – “Dos Eventos de Avaliação e de Amortização Antecipada”.

Eventos de Amortização Antecipada

Conforme definidos no Regulamento, são considerados Eventos de Amortização Antecipada quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resilido;
- b) caso os Quotistas não consigam, por 2 Assembléias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de apreamento para as Quotas Sênior, nos termos do Regulamento;
- c) caso o Daycoval deixe de comunicar à Administradora e/ou ao Custodiante a ocorrência de um Evento de Avaliação;

- d) caso seja efetuado pagamento aos titulares de Quotas Subordinadas em desacordo com as regras e com os limites definidos no Regulamento;
- e) caso os recursos necessários à realização dos procedimentos definidos no Regulamento não sejam tempestivamente colocados à disposição do Fundo, nos termos ali previstos;
- f) caso, após o prazo previsto no Regulamento, não tenha sido aprovado pelos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, uma nova instituição administradora para o Fundo;
- g) caso, após o prazo previsto no Regulamento, não tenha sido aprovado pelos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, um novo custodiante para o Fundo;
- h) caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada; ou
- i) caso ocorra qualquer dos Eventos de Inadimplemento Contratual, conforme definidos no Contrato de Cessão.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (a) comunicar os Quotistas, (b) suspender imediatamente o pagamento pela amortização de Quotas Subordinadas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e (c) dar início aos procedimentos de amortização antecipada de Quotas Sênior do Fundo definidos no Regulamento. A Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que os titulares das Quotas Sênior deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Quotas Sênior detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora, a seu exclusivo critério, de forma a preservar os direitos, garantias e interesses dos titulares das Quotas Sênior, poderá, antes da realização da Assembléia Geral acima referida, dar início aos procedimentos de amortização antecipada de Quotas do Fundo aqui definidos. No curso dos procedimentos de amortização antecipada aqui definidos, as Quotas Sênior deverão ser compulsoriamente amortizadas, total ou parcialmente, concomitantemente e em igualdade de condições, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos e a ordem de aplicação de recursos definidos no Regulamento.

Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá aplicar e manter os Outros Ativos de titularidade do Fundo exclusivamente em moeda corrente nacional e/ou em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen.

Vide Regulamento, Capítulo Dezoito – “Dos Eventos de Avaliação e de Amortização Antecipada”.

Razão de Garantia, Índice de Liquidez, Alocação de Investimento Mínima, Reserva de Caixa e Reserva de Amortização

Enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, o Índice de Liquidez referente a cada Série em Circulação deverá ser igual ou superior a 1, a Razão de Garantia deverá ser equivalente a, no máximo, 77% e a Alocação de Investimento Mínima deverá ser, no mínimo, equivalente a 50%.

Através da Razão de Garantia, a proporção do valor das Quotas Sênior em Circulação em relação ao valor do Patrimônio Líquido é diariamente monitorada, a fim de que os Quotistas possam controlar a capacidade do

Fundo de cumprimento pontual das amortizações de Quotas Sênior, nos termos e condições previstos no Regulamento e nos respectivos Suplementos.

Já a Alocação de Investimento Mínima é responsável por monitorar o cumprimento, pelo Fundo, da alocação de valores correspondentes a, no mínimo, 50% do Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios.

Por fim, a capacidade financeira do Fundo para realizar o pagamento de despesas e das amortizações de Quotas Sênior, nos termos do Regulamento, é controlada através do Índice de Liquidez, da Reserva de Caixa e da Reserva de Amortização, nos termos do Regulamento.

No curso ordinário do Programa de Securitização, e observada a ordem de aplicação de recursos e a política de investimento do Fundo, constantes do Regulamento, a Administradora envidará seus melhores esforços para constituir e manter uma Reserva de Caixa, cujo valor mínimo diário deverá ser apurado, respectivamente, de acordo com a seguinte expressão:

$$RC = (1,5\% \times PL) + D$$

onde:

RC	Reserva de Caixa.
PL	Patrimônio Líquido do Fundo no Dia Útil imediatamente anterior à data de apuração de RC.
D	despesas e encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de 90 dias contado da data de apuração da RC, estimadas pela Administradora.

No curso ordinário do Programa de Securitização, e observada a ordem de aplicação de recursos e a política de investimento do Fundo, constantes do Regulamento, a Administradora envidará seus melhores esforços para constituir e manter uma Reserva de Amortização, cujo valor mínimo deverá atender aos seguintes parâmetros:

- até o 60º dia anterior a cada Data de Amortização de Quotas Sênior de qualquer Série, a RAM deverá ser igual ou superior a 30% do valor total da respectiva Amortização Programada e/ou Amortização Integral de Quotas Sênior;
- até o 30º dia anterior a cada Data de Amortização de Quotas Sênior de qualquer Série, a RAM deverá ser igual ou superior a 50% do valor total da respectiva Amortização Programada e/ou Amortização Integral de Quotas Sênior; e
- até o 15º dia anterior a cada Data de Amortização de Quotas Sênior de qualquer Série, a RAM deverá ser igual a 100% do valor total da respectiva Amortização Programada e/ou Amortização Integral de Quotas Sênior.

Caso qualquer dos índices e parâmetros acima referidos não atenda ao disposto no Regulamento e não seja devidamente reenquadrado, de maneira tempestiva, ocorrerá um Evento de Avaliação, com o objetivo de os Quotistas poderem avaliar o grau de comprometimento do Programa de Securitização.

Reenquadramento da Razão de Garantia, da Alocação de Investimento Mínima e do Índice de Liquidez

A Administradora deverá enviar ao Daycoval, por meio eletrônico, no dia em que seja verificado que o Fundo deixou de atender à Razão de Garantia, à Alocação de Investimento Mínima e/ou ao Índice de Liquidez, observado disposto no Regulamento, Aviso de Desenquadramento, o qual deverá ser respondido pelo Daycoval à Administradora, impreterivelmente até o 2º dia útil subsequente à data de seu recebimento. Quando do envio da resposta ao Aviso de Desenquadramento, o Daycoval deverá, a seu exclusivo critério, informar à Administradora:

- a) se a competente integralização de Quotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou em Direitos Creditórios Elegíveis, observado o disposto no Contrato de Cessão, devendo, conforme o caso, enviar, concomitantemente, novo Layout ao Custodiante; ou
- b) sua intenção em reenquadrar o Fundo aos parâmetros definidos no Regulamento para a Razão de Garantia e/ou a Alocação de Investimento Mínima, por meio da Amortização Não Programada de Quotas Sênior em Circulação, observados os procedimentos e limites definidos no Regulamento. Quando do envio de sua resposta ao Aviso de Desenquadramento, o Daycoval deverá indicar o valor da Amortização Não Programada, a ser implementada pela Administradora no curso dos procedimentos definidos no Regulamento, e o novo valor do Patrimônio Líquido em que o Daycoval reenquadrará o Fundo aos parâmetros definidos no Regulamento.

Na hipótese da alínea “a” acima, a integralização das Quotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, de forma que, considerada, *pro forma*, a integralização pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente, aos parâmetros de enquadramento definidos no Regulamento.

Na hipótese da alínea “b” acima, a Administradora dará início aos procedimentos estabelecidos no Regulamento, com vista à Amortização Não Programada.

Caso o Daycoval deixe de responder o Aviso de Desenquadramento e/ou, conforme o caso, não efetue a integralização de Quotas Subordinadas nos termos da alínea “a” acima, serão iniciados os procedimentos de amortização antecipada de Quotas, definidos no Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo Dezenove – “Do Reenquadramento da Razão de Garantia, da Alocação de Investimento Mínima e do Índice de Liquidez”.

Amortização Compulsória para Fins de Reenquadramento da Razão de Garantia e/ou da Alocação de Investimento Mínima

Para o reenquadramento da Razão de Garantia e/ou da Alocação de Investimento Mínima, a Administradora procederá à amortização antecipada, total ou parcial, de todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação, proporcionalmente e em igualdade de condições, por seu valor atualizado nos termos do Regulamento, de forma que, computada, *pro-forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente, aos parâmetros de enquadramento definidos no Regulamento.

Caso o Fundo deixe de atender à Alocação de Investimento Mínima, a Administradora deverá promover a amortização compulsória, total ou parcial, de Quotas, de forma que, computada, *pro-forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda à Alocação de Investimento Mínima e aos demais parâmetros referidos no Regulamento. Quando da realização da amortização compulsória acima referida, deverão ser prioritariamente amortizadas Quotas Subordinadas e, caso a referida amortização não seja suficiente para reenquadrar o Fundo à Alocação de Investimento Mínima, a Administradora deverá promover a Amortização Não Programada de todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação, proporcionalmente e em igualdade de condições, sempre observados os limites abaixo definidos.

Quando da realização de Amortização Não Programada de Quotas Sênior e amortizações de Quotas Subordinadas ao amparo do aqui descrito, deverão ser observados pela Administradora, no que forem aplicáveis, os procedimentos de amortização antecipada de Quotas, definidos no Regulamento. A Administradora deverá informar imediatamente aos representantes de cada um dos titulares das Quotas, indicados nos termos do Regulamento, mediante correspondência com aviso de recebimento, a ocorrência e a natureza do evento, o valor total da amortização e do prêmio a serem pagos a cada Quotista.

Vide Regulamento, Capítulo Vinte – “Da Amortização Compulsória para Fins de Reenquadramento da Razão de Garantia e/ou da Alocação de Investimento Mínima”.

Procedimentos de Dação em Pagamento

Se existirem Quotas em Circulação, conforme disposto no Regulamento, o Fundo deverá ser liquidado antecipadamente caso ocorra um Evento de Amortização Antecipada ou caso os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, assim deliberarem. Em qualquer destas hipóteses, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate das Séries de Quotas Sênior em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite do valor de cada Quota Sênior apurado, *pro forma*, observado o disposto no Regulamento. Após a conclusão do resgate das Quotas Sênior, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate das Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver. É assegurado o resgate das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes na hipótese de decisão assemblear pela não liquidação do Fundo. As cessões de crédito, nos termos aqui descritos, deverão ser realizadas em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação do Fundo.

Para que haja o resgate de Quotas e a posterior liquidação do Fundo a Administradora deverá promover, às expensas do Fundo, nos termos do Regulamento, procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor de liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo, o qual poderá ser distinto dos critérios utilizados na definição do valor contábil dos referidos ativos. Posteriormente, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de informar o resultado do processo de avaliação e proceder à eleição, pelos titulares de Quotas, de um administrador para o condomínio civil referido abaixo.

Para fins do disposto no Regulamento, os Direitos Creditórios dados em dação pelo Fundo aos titulares de Quotas Sênior e, conforme o caso, das Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 dias contado da realização da Assembléia Geral referida acima. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos a este efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos, originalmente titulares de Quotas Sênior, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio. Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

O Custodiante ou seus Agentes farão a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 45 dias contado de sua constituição. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado este prazo ou caso os Quotistas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil referido acima e/ou a eleger o seu administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil brasileiro.

Antes da implementação dos procedimentos de dação referidos acima, o Daycoval terá a opção de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pelo Valor Referencial, acrescido de todos os custos e despesas necessários à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades. O Daycoval poderá exercer a opção de compra acima referida no prazo decadencial de 10 dias úteis, contado do recebimento de comunicação, enviada pela Administradora, informando o Daycoval do respectivo evento. As cessões de crédito realizadas nos termos aqui descritos deverão ser realizadas em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação do Fundo. Na hipótese de o Daycoval optar por não exercer a opção de compra aqui referida, a Administradora iniciará os procedimentos referidos acima.

Os pagamentos de valores aos antigos Quotistas nos termos do Regulamento deverão observar, no que forem aplicáveis, a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo Vinte e Um – “Dos Procedimentos de Dação em Pagamento”.

Ordem de Aplicação dos Recursos

No curso ordinário do Programa de Securitização, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, não considerando as provisões realizadas e os valores segregados a título de RC, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- b) no provisionamento e na criação de reserva monetária no montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no mês calendário subsequente ao da realização do respectivo provisionamento, bem como na constituição ou enquadramento da RC;
- c) no provisionamento e na criação da RAM, nos termos do Regulamento;
- d) na amortização das Quotas Sênior, emitidas para captar recursos necessários à defesa dos titulares das Quotas Sênior, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Quotas Sênior com maior remuneração;
- e) na amortização das Quotas Sênior em Circulação, observados os termos e as condições do Regulamento e do(s) respectivo(s) Suplemento(s);
- f) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;
- g) na constituição de reserva de pagamento relacionada à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- h) na amortização de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo Vinte e Seis – “Da Ordem de Aplicação de Recursos”.

AS QUOTAS

Encontra-se abaixo uma descrição não exaustiva das principais características das Quotas a serem emitidas no curso do Programa de Securitização. Eventuais investidores deverão consultar e analisar cuidadosamente as demais Seções deste Prospecto e os Capítulos do Regulamento antes de decidir por adquirir Quotas.

O Fundo poderá emitir 1 classe de Quotas Sênior, as quais poderão ser divididas em Séries, a serem distribuídas em uma ou mais Distribuições, e manter em Circulação Quotas Sênior no montante total, na Data de Emissão de cada Série, de até R\$1.000.000.000,00 e número indeterminado de Quotas Subordinadas. As Datas de Amortização, o valor das Amortizações Programadas e/ou das Amortizações Integrais e as condições de remuneração de cada Série de Quotas Sênior serão definidas no Suplemento da Série “n”. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Sênior não farão jus, em nenhuma circunstância, quando da amortização de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas.

O Fundo poderá emitir, a qualquer tempo, Quotas Subordinadas, em número indeterminado e em série única, observado o disposto no Regulamento.

Características das Quotas Sênior

Cada Quota Sênior da Série “n” possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate, observado o disposto no Regulamento;
- b) tem o preço unitário de R\$25.000,00 na 1ª Data de Emissão da respectiva Série;
- c) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, sendo este equivalente: (a) ao valor apurado de acordo com a opção de remuneração da Série “n” definida no item “2” do respectivo Suplemento da Série “n”, observado o disposto no Regulamento; ou (b) na hipótese de o valor das Quotas Subordinadas em Circulação ser igual a 0, com referência a todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação, ao valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQS_{nT} = \frac{(NQS_{nT} \times R\$25.000,00 - VAI_n) + PL_T \times Rat_{nT}}{NQS_{nT}}$$

onde:

VQS_{nT} valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de amortização, calculado para a data “T”.

PL_T PL_T = Patrimônio Líquido – Valor Investido,

sendo que, se PL_T menor que zero, então PL_T igual a zero (0).

onde: Valor Investido = $[(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt}) \times R\$25.000,00]$

NQS_{nT} número de Quotas Sênior da Série “n” em Circulação na data “T”. Sendo NQS_{aT} o número de Quotas Sênior da 1ª Série ou Série “a” em Circulação, e, assim, sucessivamente, apurado diariamente pela Administradora na data de apuração do VQS_{nT} .

VAI_n valor apurado para a Série “n” de Quotas Sênior, mediante a aplicação da seguinte

fórmula:

$$VAI = \frac{(\text{Valor Investido} - \text{Patrimônio Líquido}) \times NQS_{nT}}{(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt})}$$

sendo que se VAI menor ou igual a 0 (zero), então $VAI = 0$ (zero).

Rat_{Nt}

percentual de rateio apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$Ratn_T = \frac{VREN_T \times NQSn_T}{(VREa_T \times NQSa_T) + (VREb_T \times NQ Sb_T) + \dots + (VREz_T \times NQ Sz_T)}$$

onde:

$VREN$

valor que excede ao valor nominal de cada Quota Sênior da Série “n”, apurado pela aplicação da seguinte expressão:

$$VREN_T = VQSDIn_T - R\$25.000,00, \text{ sendo que:}$$

$VQSDI_{nt}$ é o valor de cada Quota Sênior da Série “n”, para efeito de cálculo de seu valor de amortização, nas hipóteses definidas no Regulamento, calculado para a data “T”, apurado na forma do Regulamento, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”.

- d) nos termos do Regulamento, os titulares das Quotas Sênior poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão de Série de Quotas Sênior específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas;
- e) pode ser objeto de amortização antecipada, na hipótese de reenquadramento da Razão de Garantia, da Alocação de Investimento Mínima e/ou de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada;
- f) os créditos dos titulares das Quotas Sênior contra o Patrimônio Líquido, na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada ou de resgate de Quotas Sênior, nos termos do Regulamento, são *pari-passu* entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Séries de Quotas Sênior em Circulação; e
- g) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 voto.

Observado o acima disposto, cada Série de Quotas Sênior poderá ser remunerada por 1 das 3 opções de remuneração previstas nas alíneas “a”, “b” ou “c” abaixo. Neste sentido, constará no item “2” do Suplemento da Série “n” o critério de remuneração aplicável a cada Série de Quotas Sênior. As opções de remuneração das Quotas Sênior, no curso do Programa de Securitização, são as seguintes:

- a) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VQSn_T = VQSn_{T-1} \times \left\{ \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{\text{Sobretaxa } n}{100} \right) + 1 \right\},$$

- b) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VQSn_T = VQSn_{T-1} \times \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread_n}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}},$$

- c) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VQSn_T = VQSn_{T-1} \times \left(\frac{Taxa Pré}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}},$$

onde:

$VQSn_T$	valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado para a data “T”.
$VQSn_{T-1}$	valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado no dia útil imediatamente anterior à data “T”. No caso de o cálculo ser efetuado no dia útil seguinte à 1ª Data de Emissão, $VQSn_{T-1}$ é igual a R\$25.000,00, sempre considerando-se o valor apurado na forma do Regulamento. Caso, na data “T – 1”, tenha ocorrido uma amortização de Quotas Sênior da Série “n”, o valor da respectiva amortização deverá ser deduzido do $VQSn_{T-1}$.
DI_{T-1}	Taxa DI-over, média, extra grupo, divulgado pela CETIP, válida por 1 dia útil (overnight), expressa na forma percentual, em base anual (252 dias úteis), referente ao dia útil anterior à data “T”. Exemplo: Se Taxa DI over do dia útil anterior for 16,50%, então $DI_{T-1} = 16,50$.
$Sobretaxa_n$	percentual aplicado sobre a Taxa DI, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Quotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma da alínea “a” acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”. Exemplo: Se a Sobretaxa definida no Suplemento for 110%, então $Sobretaxa_n = 110$.
$Spread_n$	spread, na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Quotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma da alínea “b” acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”. Exemplo: Se spread 3,50% ao ano, então $spread_n = 3,5$.
$Taxa Pré_n$	percentual a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Quotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma da alínea “c” acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”. Exemplo: Se a Taxa Pré definida no Suplemento for 20% ao ano, então $Taxa Pré_n = 20$.

Vide Regulamento, Capítulo Dez – “Das Quotas” e Capítulo Vinte e Oito – “Dos Custos Referentes à Defesa dos Titulares das Quotas Sênior”.

Características das Quotas Subordinadas

Cada Quota Subordinada possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações:

- a) subordina-se às Quotas Sênior para efeito de amortização ou resgate, observados os termos do Regulamento;
- b) tem o preço unitário de R\$25.000,00 na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas;
- c) a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, o valor unitário de cada Quota Subordinada, apurado todo dia útil pela Administradora, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado das Quotas Sênior em Circulação, apurado na forma do Regulamento, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de apuração;
- d) enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, somente terá o direito de votar as matérias especificadas no Regulamento, nos curso das Assembléias Gerais convocadas especialmente para esse fim.

Vide Regulamento, Capítulo Dez – “Das Quotas”.

Amortização de Quotas

Sem prejuízo da manutenção da Reserva de Amortização e da Reserva de Caixa, a partir do 20º dia útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização, a Administradora deverá dar início aos seguintes procedimentos:

- a) interromper a aquisição de Direitos Creditórios do Daycoval e de Outros Ativos até que seja atingida 100% da respectiva RAM, adotando as medidas prudenciais necessárias de forma que o resgate ou alienação destes ativos não afete sua rentabilidade;
- b) quando o somatório dos valores auferidos nos termos da alínea “a” acima forem equivalentes ao somatório do valor total da parcela das Quotas Sênior a ser amortizado na respectiva Data de Amortização, a Administradora deverá manter tais valores devidamente investidos em uma das modalidades de Outros Ativos previstas no Regulamento, até a Data de Amortização, quando a Administradora destinará tais recursos, após o respectivo desinvestimento, para o pagamento da respectiva Amortização Programada e/ou Amortização Integral, em sua Data de Amortização; e
- c) caso, na Data de Amortização, o somatório dos valores referidos na alínea “a” acima seja (i) inferior ao somatório do valor total da parcela das Quotas Sênior a ser amortizado na respectiva Data de Amortização; e (ii) superior a R\$500.000,00, a Administradora destinará os referidos recursos ao pagamento da respectiva Amortização Programada e/ou Amortização Integral em sua Data de Amortização, observado o disposto no Regulamento. Nos dias subseqüentes ao pagamento parcial da Amortização Programada e/ou Amortização Integral, e até o cumprimento integral do pagamento pelo Fundo da Amortização Programada devida, a Administradora deverá continuar destinando à amortização das Quotas Sênior os recursos referidos nos termos da alínea “a” acima, observado o Montante Mínimo por evento de pagamento.

A partir do 5º dia útil contado de cada Data de Verificação, o Fundo deverá promover a amortização, total ou parcial, de parcela do valor de cada Quota Subordinada em Circulação, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Regulamento, desde que considerada, *pro forma*, a amortização pretendida, o Fundo

atenda, concomitantemente, a todos os parâmetros de enquadramento definidos no Regulamento. A primeira Data de Amortização de Quotas Subordinadas deverá coincidir com a 2ª Data de Verificação.

Os titulares de Quotas Subordinadas em Circulação poderão outrossim solicitar à Administradora, por escrito, até o 2º dia útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização de Quotas Subordinadas que o Fundo não realize a referida amortização. Nesta hipótese, o Fundo somente poderá promover nova Amortização Programada de Quotas Subordinadas na próxima Data de Amortização de Quotas Subordinadas.

A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente os procedimentos acima referidos, caso entenda que os mesmos possam comprometer a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos titulares das Quotas Sênior.

Os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento da amortização compulsória ou do resgate de suas respectivas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento.

O Fundo poderá reiniciar os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios do Daycoval quando este contar com a totalidade dos recursos, em moeda corrente nacional, necessários à efetivação da amortização de Quotas Sênior na respectiva Data de Amortização e quando, após o pagamento da respectiva amortização, o Fundo atender, cumulativamente, ao Índice de Liquidez, à Razão de Garantia, à Alocação de Investimento Mínima e à RC.

Caso não haja recursos suficientes para pagamento aos Quotistas de uma ou mais Séries em Circulação do valor de suas Quotas, apurado de acordo com o disposto no Regulamento, em determinada Data de Amortização, o valor disponível deverá ser rateado entre os Quotistas, na proporção dos valores devidos na respectiva Data de Amortização.

Vide Regulamento, Capítulo Doze – “Da Amortização de Quotas”.

Registro e Negociação das Quotas

As Quotas Sênior serão registradas, para negociação secundária, no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP. A Administradora poderá registrar as Quotas Sênior para negociação também no SOMAFIX, operacionalizado pela BVSP. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.

As Quotas Subordinadas não serão registradas para negociação em mercado de balcão organizado. As Quotas Subordinadas somente poderão ser subscritas e integralizadas pelo Daycoval e/ou por suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Caberá exclusivamente aos intermediários assegurar que os adquirentes de Quotas encontrem-se habilitados, nos termos da legislação aplicável, a investir recursos em quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Vide Regulamento, Capítulo Quatorze – “Do Registro e Da Negociação das Quotas” deste Prospecto.

CARACTERÍSTICAS DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS SÊNIOR

No curso da 1ª Distribuição o Fundo está ofertando até 12.000 Quotas Sênior da 1ª Série, no valor unitário de R\$25.000,00, perfazendo o montante de até R\$300.000.000,00.

Observado o mínimo de 2.000 Quotas Sênior da 1ª Série, as Quotas Sênior da 1ª Série que não sejam subscritas e integralizadas dentro do período de distribuição serão canceladas pela Administradora.

As Quotas Sênior da 1ª Série serão subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, admitindo-se, ainda, que Quotas Sênior da 1ª Série poderão ser subscritas e integralizadas através do MDC - Módulo de Distribuição de Cotas da CETIP. Cada Quota Sênior da 1ª Série foi emitida pelo preço unitário de R\$25.000,00 na 1ª Data de Emissão da respectiva Série.

Após a 1ª Data de Emissão da 1ª Série, cada Quota Sênior terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, sendo este equivalente a:

- a) o valor apurado de acordo com a seguinte expressão, observado o disposto no respectivo Suplemento da 1ª Série:

$$VQSn_T = VQSn_{T-1} \times \left\{ \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{\text{Sobretaxa } n}{100} \right) + 1 \right\},$$

onde:

$VQSn_T$ valor de cada Quota Sênior da 1ª Série para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado para a data “T”.

$VQSn_{T-1}$ valor de cada Quota Sênior da 1ª Série para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado no dia útil imediatamente anterior à data “T”. No caso de o cálculo ser efetuado no dia útil seguinte à 1ª Data de Emissão, $VQSn_{T-1}$ é igual a R\$25.000,00, sempre considerando-se o valor apurado na forma do Regulamento. Caso, na data “T – 1”, tenha ocorrido uma amortização de Quotas Sênior da Série “n”, o valor da respectiva amortização deverá ser deduzido do $VQSn_{T-1}$.

DI_{T-1} Taxa *DI-over*, média, extra grupo, divulgado pela CETIP, válida por 1 dia útil (*overnight*), expressa na forma percentual, em base anual (252 dias úteis), referente ao dia útil anterior à data “T”. Exemplo: Se Taxa *DI over* do dia útil anterior for 16,50%, então $DI_{T-1} = 16,50$.

Sobretaxa_n 113%.

ou,

- b) na hipótese de o valor das Quotas Subordinadas em Circulação ser igual a 0, com referência a todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação, o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQS_{nT} = \frac{(NQS_{nT} \times R\$25.000,00 - VAI_n) + PL_T \times Rat_{nT}}{NQS_{nT}}$$

VQS_{nT} valor de cada Quota Sênior da 1ª Série para efeito de cálculo de seu valor de amortização, calculado para a data “T”.

PL_T PL_T = Patrimônio Líquido – Valor Investido,

sendo que, se PL_T menor que zero, então PL_T igual a zero (0).

onde: Valor Investido = $[(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt}) \times R\$ 25.000,00]$

NQS_{nT} número de Quotas Sênior da 1ª Série em Circulação na data “T”. Sendo NQS_{aT} o número de Quotas Sênior da 1ª Série ou Série “a” em Circulação, e, assim, sucessivamente, apurado diariamente pela Administradora na data de apuração do VQS_{nT} .

VAI_n valor apurado para a 1ª Série de Quotas Sênior, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VAI = \frac{(\text{Valor Investido} - \text{Patrimônio Líquido}) \times NQS_{nT}}{(NQS_{at} + NQS_{bt} + \dots + NQS_{zt})}$$

sendo que se VAI menor ou igual a 0 (zero), então $VAI = 0$ (zero).

Rat_{nT} significa o percentual de rateio apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$Rat_{nT} = \frac{VRE_{nT} \times NQS_{nT}}{(VRE_{aT} \times NQS_{aT}) + (VRE_{bT} \times NQS_{bT}) + \dots + (VRE_{zT} \times NQS_{zT})},$$

onde:

VRE_n valor que excede ao valor nominal de cada Quota Sênior da 1ª Série, apurado pela aplicação da seguinte expressão:

$$VRE_{nT} = VQSDI_{nT} - R\$ 25.000,00, \text{ sendo que:}$$

$VQSDI_{nT}$ é o valor de cada Quota Sênior da 1ª Série, para efeito de cálculo de seu valor de amortização, nas hipóteses definidas no Regulamento, calculado para a data “T”, apurado na forma do Regulamento, observado o definido no respectivo Suplemento da 1ª Série.

Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida, a partir de 10 de junho de 2009, inclusive, em cada dia 10 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada exercício social (“Data de Amortização”) a amortização de parcela do valor de cada Quotas Sênior da 1ª Série (“Amortização Programada”), a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com fórmula abaixo. A última Amortização Programada deverá ocorrer no dia 10 de junho de 2012, quando o Fundo deverá promover a amortização integral da respectiva Quota:

$$VAPn = VQSn_T - VAEn + (PA \times VQSA_n),$$

onde:

valor da Amortização Programada referente a cada Quota Sênior da 1ª Série na Data de Amortização “n”.

VQSn_T valor unitário de cada Quota Sênior da 1ª Série, para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da 1ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido no Regulamento, na data de apuração de *VAPn*.

VQSA_n valor unitário de cada Quota Sênior da 1ª Série, para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da 1ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido no Regulamento, em 10 de maio de 2009.

VAEn somatório dos valores efetivamente pagos a título de amortização de cada Quota Sênior da 1ª Série, anteriormente à Data de Amortização “n” apurado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$VAE = VQSA_n \times (1 - SPA)$$

Sendo que:

SPA é o somatório dos percentuais de amortização (*PA*) das Quotas Sênior da 1ª Série efetivamente ocorridas até o dia útil anterior à data de apuração de *VAPn*.

PA percentual de amortização do preço unitário de cada Quota Sênior da 1ª Série, se houver, apurado nas respectivas Datas de Amortização das Amortizações Programadas, conforme a seguinte tabela:

Numero de Ordem	Data de Amortização	PA
1	10/jun/09	0,00%
2	10/set/09	0,00%
3	10/dez/09	0,00%
4	10/mar/10	0,00%
5	10/jun/10	11,11%
6	10/set/10	11,11%
7	10/dez/10	11,11%
8	10/mar/11	11,11%
9	10/jun/11	11,11%
10	10/set/11	11,11%
11	10/dez/11	11,11%
12	10/mar/12	11,11%
13	10/jun/12	11,12%

Classificação de Risco Preliminar das Quotas Sênior da 1ª Série:

“brAAAF”

Agência Classificadora de Risco:

Standard & Poor’s

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e avaliar os fatores de risco a seguir descritos. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco aqui descritos, poderá ocorrer, entre outros, perda ou atraso, por tempo indeterminado, da restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Introdução

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito e/ou riscos operacionais das contrapartes, incluindo a eventual incapacidade de os Financiados honrarem suas obrigações definidas nas respectivas Cédulas de Crédito Bancário, podendo, assim, gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor ou qualquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em hipótese alguma, ser responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa, os seguintes:

- a) **Liquidez das Quotas.** Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, sem admitir a possibilidade de resgate das Quotas a qualquer tempo, a critério dos Quotistas, estes podem ter dificuldade em realizar seu investimento.
- b) **Amortização Condicionada.** As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização de suas Quotas decorrem da liquidação dos Direitos Creditórios, conforme abaixo identificado, e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, pelas respectivas contrapartes. Assim, tendo em vista a inexistência de coobrigação ou direito de regresso contra o Daycoval, qualquer de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, com relação aos Direitos Creditórios e Outros Ativos, após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização, em moeda corrente nacional, de suas Quotas.
- c) **Amortização de Quotas na Medida da Liquidação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos integrantes de sua carteira e, conforme o caso, aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a existência de vedações e/ou eventual impossibilidade de a Administradora alienar os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização das Quotas, em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes de sua carteira sejam pagos diretamente pelos Financiados e que as verbas recebidas sejam transferidas para o Fundo, tanto a Administradora quanto o Custodiante e o Distribuidor encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização integral das Quotas. O valor de amortização das Quotas Sênior continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do Patrimônio Líquido, não sendo devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, inclusive o Daycoval, a Administradora, o Custodiante e o Distribuidor, todavia, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa, por qualquer motivo, ser realizado.

O Regulamento estabelece que o Fundo poderá ser liquidado, caso existam Quotas em Circulação em caso de um Evento de Amortização Antecipada. Neste caso, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios, observados os procedimentos definidos no Regulamento. Nessa hipótese, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios recebidos em dação e/ou cobrar os valores devidos pelos Financiados.

- d) **Amortização Não-Programada de Quotas Sênior.** Observados os procedimentos definidos no Regulamento, as Quotas Sênior poderão ser amortizadas antecipadamente pelo Fundo. Nesta hipótese, os titulares das Quotas Sênior poderão vir a sofrer perdas caso, por exemplo, não consigam reinvestir os recursos pagos pelo Fundo, decorrentes da amortização antecipada de Quotas Sênior, nos mesmos termos e condições das Quotas Sênior. Ademais, a ocorrência do evento acima identificado poderá afetar a programação de fluxo de caixa dos titulares de Quotas Sênior.
- e) **Ausência de Notificação aos Financiados.** A cessão de crédito objeto do Contrato de Cessão não será objeto de notificação prévia aos Financiados contendo instruções para que estes efetuem o pagamento dos valores devidos diretamente ao Fundo. Os Financiados não estão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão.
- f) **Risco de Liquidação Antecipada pelos Financiados das Cédulas de Crédito Bancário.** Os Financiados podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas na Cédula de Crédito Bancário. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento.
- g) **Trânsito dos Valores Relativos aos Direitos Creditórios de Titularidade do Fundo pela Conta Corrente do Daycoval.** Observados os termos e as condições do Regulamento e do Contrato de Cessão, todos e quaisquer valores acolhidos pelo Daycoval, decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo pelos Financiados, inclusive nos casos de liquidação antecipada dos respectivos Direitos Creditórios, deverão ser transferidos pelo Daycoval para a Conta Corrente do Fundo, no prazo máximo de até 2 dias úteis, contado do recebimento dos respectivos valores. Os recursos de titularidade do Fundo, que se encontrem na posse do Daycoval ou que sejam a este transferidos quando ou após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária, podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.
- h) **Fatores Macroeconômicos Relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, assim como os demais fatores de risco aqui descritos, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, poderão resultar em perda, por parte dos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo o Daycoval, a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de tais eventos.
- i) **Inexistência de Rendimento Predeterminado.** O preço de integralização das Quotas Sênior será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Sênior na hipótese de amortização de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Daycoval, da Administradora, do Custodiante, do Distribuidor, de suas respectivas Pessoas controladoras, das sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou de outras sociedades sob controle comum, como forma de assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas.

- j) **Descasamentos de Taxas.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios, os quais são remunerados a uma taxa pré-fixada, e em Outros Ativos. Considerando-se que o valor das Quotas Sênior será definido na forma estabelecida no Regulamento, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e (ii) das Quotas Sênior, ainda que a Administradora realize operações com derivativos para proteção da carteira. A Administradora, o Custodiante, o Distribuidor, o Daycoval e quaisquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descasamento acima identificado, mesmo na hipótese de a Administradora utilizar-se de instrumentos derivativos para mitigar tal risco.
- k) **Não Afetação do Patrimônio Líquido do Fundo.** Os ativos integrantes da carteira do Fundo não se encontram vinculados ao pagamento de qualquer Série de Quotas Sênior específica. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, amortização e/ou de resgate de Quotas Sênior não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas.
- l) **Riscos Associados aos Outros Ativos, Inclusive de Liquidez.** . O Fundo poderá alocar até 50% de seu Patrimônio Líquido em Outros Ativos, os quais se encontram sujeitos a oscilações de preços e a outros riscos, incluindo, sem limitação, riscos de crédito, de liquidez ou riscos decorrentes do uso de derivativos, de oscilação de mercados e de apreçamento de ativos, que podem afetar negativamente o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas. O Fundo, a Administradora, o Custodiante e o Distribuidor, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsabilizados por qualquer depreciação no valor dos Outros Ativos ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Quotas. Entre tais riscos, destacam-se: (i) os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Outros Ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional; (ii) os Outros Ativos estão, também, sujeitos à capacidade dos seus emissores/contrapartes em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal. Ademais, alterações nas condições financeiras dos emissores dos Outros Ativos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos adversos significativos nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. O Fundo poderá, ainda, incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Outros Ativos em nome do Fundo. Na hipótese de incapacidade financeira ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Outros Ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar seus créditos. O apreçamento dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizado de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor do Patrimônio Líquido. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.
- m) **Risco Proveniente do Uso de Derivativos.** Nos termos do Regulamento, o Fundo realizará operações em mercados de derivativos. Ao realizar operações em mercados de derivativos como parte de sua estratégia de investimento, estas operações podem não produzir os efeitos pretendidos, provocando oscilações bruscas e significativas no Patrimônio Líquido, podendo resultar em perdas patrimoniais para os Quotistas. Isto pode ocorrer em virtude do preço dos derivativos depender, além do preço do ativo objeto no mercado à vista, de outros parâmetros de precificação baseados em expectativas futuras. Mesmo que o preço do ativo objeto permaneça inalterado, os contratos de derivativos podem sofrer alterações substanciais de preço, resultando em prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

- n) **Riscos Operacionais.** O Fundo e os Quotistas poderão sofrer perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas dos prestadores de serviços do Fundo, tais como da Administradora, do Custodiante, do Daycoval, do Agente Cobrador, do Agente Escriturador, entre outros.
- o) **Emissão de Novas Quotas.** O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Regulamento, emitir novas Quotas, sem a necessidade de consulta ou aprovação prévia dos titulares de Quotas em Circulação. Na hipótese de emissão de novas Quotas, não será assegurado direito de preferência para os quotistas do Fundo na ocasião, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Quotas da mesma classe que já estejam em Circulação na ocasião.
- p) **Potenciais Conflitos de Interesses.** O Daycoval, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras, inclusive o Custodiante. Ademais, o Daycoval, além de ser cedente dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, o mesmo também será responsável, por conta e ordem do Fundo e na qualidade de Agente Cobrador, pela adoção da Política de Cobrança e, por conta e ordem do Custodiante, pela custódia física dos Documentos Comprobatórios.

Fatores Associados aos Direitos Creditórios e ao Daycoval (Originador)

- a) **Risco de Crédito.** A situação financeira do Fundo depende do pagamento, pelos Financiados, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Na hipótese de incapacidade financeira ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos devedores dos Direitos Creditórios, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar seus créditos.
- b) **Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação na Cessão de Direitos Creditórios do Daycoval.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso contra ou coobrigação do Daycoval ou de qualquer outra Pessoa. O Daycoval somente se responsabiliza, na Data de Aquisição, pela existência, autenticidade e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Financiados. Em nenhuma hipótese, a Administradora, o Custodiante, quaisquer de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Financiados.
- c) **Possibilidade de Deterioração das Garantias Prestadas pelo Financiador.** Os Direitos Creditórios cedidos pelo Daycoval para o Fundo provêm de operações de financiamento de Veículos Automotores, formalizadas por meio de Cédulas de Crédito Bancário firmadas entre o Daycoval e cada Financiador, por meio dos quais (i) o Daycoval financia a aquisição, pelo Financiador, do respectivo Veículo Automotor e (ii) o Financiador aliena fiduciariamente ao Daycoval o Veículo Automotor, observados os procedimentos definidos no SNG, em garantia do financiamento contratado. Na hipótese de inadimplemento do Financiador, observados os termos e as condições definidos na legislação aplicável, o Daycoval, na qualidade de agente cobrador do Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança, dará início aos procedimentos de retomada e, posteriormente, alienação do respectivo Veículo Automotor. Ademais, o Veículo Automotor pode não ser encontrado ou, mesmo após a alienação do bem, as importâncias recebidas podem não ser suficientes para o pagamento integral da dívida e seus encargos, continuando o Financiador obrigado a liquidar o saldo remanescente nas condições estabelecidas na Cédula de Crédito Bancário.

- d) **Possibilidade de Interrupção da Aquisição de Direitos Creditórios.** A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios pelo Daycoval. O Daycoval não se encontra obrigado a ceder Direitos Creditórios ao Fundo indefinidamente, sendo facultado a este, inclusive, ceder direitos creditórios de sua titularidade para outros cessionários, inclusive para fundos de investimento em direitos creditórios que venham a ser constituídos. A interrupção dos procedimentos de cessão, seja decorrente da diminuição do nível de atividades do Daycoval, seja decorrente que decisões estratégicas tomadas pelos administradores do Daycoval, poderá resultar na ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. Apesar de os Direitos Creditórios serem lastreados em financiamentos já concedidos (créditos “performados”), a continuidade da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Daycoval ao Fundo depende (i) de o Daycoval continuar a realizar suas atividades em nível suficiente para gerar novos Direitos Creditórios; (ii) de os Financiados contratarem financiamentos com o Daycoval e efetuarem o respectivo pagamento; e (iii) de o Daycoval ter interesse em ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Não há como assegurar que a demanda dos Financiados pela contratação de financiamentos com o Daycoval permaneça nos patamares atuais, o que pode afetar a continuidade da geração de Direitos Creditórios.
- e) **Possibilidade de os Direitos Creditórios Virem a Ser Alcançados por Obrigações do Daycoval ou de Terceiros Prestadores de Serviços ao Fundo.** Todos e quaisquer valores eventualmente acolhidos pelo Daycoval ou por qualquer terceiro prestador de serviços ao Fundo, decorrentes da liquidação dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo pelos Financiados, não poderão garantir o pagamento de qualquer obrigação devida pelo Daycoval ou por qualquer terceiro. Caso o Daycoval ou qualquer terceiro prestador de serviços ao Fundo venha a ter qualquer conta corrente de sua titularidade bloqueada ou empenhada em decorrência de obrigações por estes devidas, todos e quaisquer valores de titularidade do Fundo não poderão responder pelo adimplemento de tais obrigações, bem como deverão ser transferidos para a Conta Corrente do Fundo, nos termos do Regulamento e dos demais Documentos da Securitização. Os recursos de titularidade do Fundo, que se encontrem na posse do Daycoval ou de qualquer terceiro podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.
- f) **Possibilidade de Regime de Administração Especial Temporária, Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Daycoval.** O Daycoval, por ser uma instituição financeira, está sujeito ao regime de administração especial temporária, à intervenção ou à liquidação extrajudicial, nos termos da Lei nº 2.321/87 e da Lei nº 6.024/74. Caso o Daycoval esteja submetido ao regime de administração especial temporária ou tenha sua intervenção ou liquidação extrajudicial decretada, poderá ser vedado ao Daycoval ceder Direitos Creditórios ao Fundo. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios pelo Daycoval e a interrupção dos procedimentos de cessão poderá resultar na ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. Ademais, caso o Daycoval se encontre na posse de valores de titularidade do Fundo quando ou após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária, tais recursos podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.
- g) **Emissão dos Carnês e Recebimento dos Recursos pelo Daycoval.** O Daycoval é responsável pela emissão e pelo envio dos Carnês aos Financiados após a contratação do financiamento. Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo são pagos pelos Financiados, na rede bancária, por meio da utilização dos Carnês, em conta corrente de titularidade do Daycoval. No curso ordinário do Programa de Securitização, caberá ao Daycoval, diretamente ou por meio de seus Agentes, transferir para a Conta Corrente do Fundo todos os valores relativos ao pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Qualquer interrupção ou falha, por qualquer motivo, por parte do Daycoval e/ou de seus Agentes, na condução de qualquer dos procedimentos acima descritos, poderá resultar no não recebimento, no atraso e/ou no crédito dos valores de titularidade do Fundo.

- h) **Cobrança Judicial ou Extrajudicial dos Direitos Creditórios.** Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas são de responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral. O Daycoval, a Administradora, o Custodiante, quaisquer de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Sênior deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Regulamento.
- i) **Verificação posterior pelo Custodiante dos Documentos Comprobatórios que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios.** O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos Creditórios, de forma a verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios, conforme Procedimentos de Verificação definidos no Regulamento. Considerando-se que essa auditoria será realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá prejudicar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por ele adquiridos. A seleção da amostra objeto da auditoria trimestral terá um limite de erro tolerável de 5%.
- j) **Verificação do lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo por critério de amostragem.** Nos termos do Regulamento e do Contrato de Custódia, o Custodiante realizará a verificação do lastro dos Direitos Creditórios – ou seja, dos Documentos Comprobatórios – trimestralmente, por critério de amostragem. Tendo em vista a política de investimento do Fundo, que determina que sua carteira seja composta por uma quantidade expressiva de Direitos Creditórios, mesmo tendo os Direitos Creditórios do Fundo natureza uniforme, poderá não ser detectada eventual irregularidade nos Documentos Comprobatórios a estes relativos, resultando em prejuízo do pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por ele adquiridos.

Vide Regulamento, Capítulo Nove – “Dos Fatores de Risco”.

POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Daycoval, além de ser cedente dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, o mesmo também será responsável, por conta e ordem do Fundo e na qualidade de Agente Cobrador, pela adoção da Política de Cobrança e, por conta e ordem do Custodiante, pela custódia física dos Documentos Comprobatórios.

A Administradora (Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), inclusive suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, na data do presente Prospecto, não prestam nenhum serviço nem possuem qualquer contrato em vigor com o Daycoval, com exceção daqueles descritos neste Prospecto, relacionados ao Fundo (i.e., Contrato de Cessão, Contrato de Cobrança e Contrato de Distribuição).

Na data deste Prospecto, o Daycoval possuía os seguintes contratos em vigor firmados com o Custodiante (Banco Itaú S.A.): (i) “Contrato de Prestação de Serviços de Pagamentos – SISPAG, firmado em 27 de dezembro de 2004, cujo objeto é o pagamento mensal, pelo Banco Itaú S.A., dos salários dos empregados do Daycoval; e (ii) “Contrato de Prestação de Serviços e Pagamentos – SISPAG”, firmado em 24 de março de 2008, cujo objeto é o pagamento mensal, pelo Banco Itaú S.A., referentes a liberação de empréstimos com consignação em folha de pagamento.

Por fim, o Daycoval é cedente de direitos creditórios ao Daycoval Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.074.602/0001-03, constituído em 13 de setembro de 2006. O Custodiante também é responsável pela custódia dos ativos desse fundo e o Agente Escriturador também é responsável pela escrituração de suas quotas, e a Intrag, sociedade controlada pelo Banco Itaú S.A., é administradora desse fundo, fazendo jus a remuneração mensal equivalente a um dos seguintes valores, o que for maior: (i) R\$15.000,00; ou (ii) 0,35% ao ano, base 252 dias úteis, incidente sobre o patrimônio líquido do Daycoval Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. É importante ressaltar que, conforme explicitado na Seção “Banco Daycoval S.A. - Outras Cessões de Recebíveis Efetuadas pelo Daycoval a Fundos de Investimento em Direitos Creditórios”, por o Daycoval Fundo de Investimento em Direitos Creditórios adquirir direitos creditórios decorrentes de outros financiamentos, que não de Veículos Automotores, não há prioridade entre o Fundo e o Daycoval Fundo de Investimento em Direitos Creditórios para cessão de Direitos Creditórios pelo Daycoval.

A Administradora presta serviços de administração dos seguintes fundos de investimento em direitos creditórios, para os quais o Custodiante também presta os serviços de custódia e controladoria e o Agente Escriturador também presta os serviços de escrituração de quotas: (i) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BGNMAX, inscrito no CNPJ sob o nº 05.429.936/0001-56; (ii) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BGNPremium I - Crédito Consignado, inscrito no CNPJ sob o nº 06.332.301/0001-07; (iii) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BMC Premium Veículos, inscrito no CNPJ sob o nº 07.539.484/0001-90; (iv) BMG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Veículos, inscrito no CNPJ sob o nº 08.505.051/0001-87; (v) GP Aetatis II – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Imobiliários, inscrito no CNPJ sob o nº 05.753.599/0001-58; (vi) GP – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FCVS, inscrito no CNPJ sob o nº CNPJ: 07.507.899/0001-82; (vii) GP – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FCVS 2, inscrito no CNPJ sob o nº 07.742.454/0001-87; (viii) Ibitrust Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros, inscrito no CNPJ sob o nº 07.680.871/0001-42; (ix) Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Bancários, Comerciais e de Serviços, inscrito no CNPJ sob o nº 08.299.048/0001-54; (x) RB High Income Institucional Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, inscrito no CNPJ sob o nº 06.150.839/0001-92; (xi) Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros – Suppliercard, inscrito no CNPJ sob o nº 08.692.888/0001-82; e (xii) Supremo I - Fundo de Investimento em Quotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, inscrito no CNPJ sob o nº 05.433.648/0001-75.

UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão precipuamente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios do Daycoval e, conforme o caso, na amortização de Quotas Sênior e de Quotas Subordinadas, sempre observada a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento.

O Daycoval, por sua vez, utilizará os recursos obtidos com a cessão dos Direitos Creditórios, no todo ou em parte, na substituição e diversificação de suas fontes de captação de recursos.

PRÉ-PAGAMENTOS, ATRASOS, REFINANCIAMENTOS, RENEGOCIAÇÕES, PERDAS E INADIMPLÊNCIA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS DE TITULARIDADE DO FUNDO

A Daycoval atuará, por conta e ordem do Fundo, como agente cobrador dos Direitos Creditórios referentes às Cédulas de Crédito Bancário Inadimplentes. Nem a Administradora, nem o Daycoval poderão atuar de forma diversa da disposta no Regulamento, no Contrato de Cobrança e na Política de Cobrança.

Quando há Pré-Pagamento, as Cédulas de Crédito Bancário, que contam com uma ou mais parcelas liquidadas ou cujo vencimento da primeira parcela já tenha ocorrido, são integralmente pagas com mais de 30 dias de antecedência, sem que tenha sido emitida, pelo respectivo Financiador, nova Cédula de Crédito Bancário. No caso de manifestação do Financiador para quitação antecipada da Cédula de Crédito Bancário antes do vencimento da primeira parcela, esse evento é tratado pelo Daycoval como um cancelamento da Cédula de Crédito Bancário e não necessariamente ocorrerá a emissão de nova Cédula de Crédito Bancário pelo mesmo Financiador.

No Refinanciamento, as Cédulas de Crédito Bancário vencidas e não pagas de titularidade do Fundo, que contam com uma ou mais parcelas liquidadas ou cujo vencimento da primeira parcela já tenha ocorrido, são refinanciadas mediante a emissão de nova cédula. No caso de manifestação do Financiador para refinanciamento da Cédula de Crédito Bancário antes do vencimento da primeira parcela, esse evento é tratado pelo Daycoval como um cancelamento da Cédula de Crédito Bancário e não necessariamente ocorrerá a emissão de nova Cédula de Crédito Bancário pelo mesmo Financiador.

Já nos casos de Renegociação, há alteração das condições de pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, sem emissão de nova Cédula de Crédito Bancário.

Os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, objeto de Pré-Pagamento, são diretamente monitorados pela Administradora por meio do Índice de Liquidação Antecipada das Cédulas de Crédito Bancário – ILACCB e pelo DCV, DCV30, DCV120 e DCV180.

O ILACCB é equivalente ao valor apurado pela Administradora, a partir do 120º dia imediatamente subsequente a 1ª Data de Emissão, em cada Data de Verificação. O ILACCB será equivalente ao somatório dos recursos pagos pelos Financiados a título de liquidação antecipada dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o valor do saldo devedor em aberto das Cédulas de Crédito Bancário objeto dos procedimentos de devolução amigável de veículos automotores, observado o disposto no Termo de Devolução Amigável de Veículos Automotores, no período de 90 dias imediatamente anterior à data de apuração do ILACCB, dividido pelo valor do Patrimônio Líquido, acrescido do somatório das amortizações de Quotas Sênior ocorridas, a qualquer título, no período de 90 dias imediatamente anterior à data de apuração do ILACCB, deduzido do valor dos Outros Ativos, na data de apuração do ILACCB.

O DCV é a fração calculada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo inferior a 30 dias, e, se for o caso, Direitos Creditórios a vencer, excluindo-se do DCV os Direitos Creditórios referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes do DCV30, DCV120 e DCV180, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas integrantes da carteira do Fundo.

O DCV30 é a fração calculada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 30 dias e inferior a 120 dias e, se for o caso, Direitos Creditórios a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas integrantes da carteira do Fundo.

O DCV120 é a fração calculada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 120 dias e inferior a 180 dias e, se for o caso, Direitos Creditórios a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas integrantes da carteira do Fundo.

O DCV180 é a fração calculada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 180 dias e, se for o caso, Direitos Creditórios a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal de todos os Direitos Creditórios que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a 1ª Data de Oferta, incluindo aqueles que tenham sido cedidos pelo Fundo para qualquer terceiro.

Caso o DCV, o DCV30, o DCV120 ou o DCV180, apurado pela Administradora em 3 Datas de Verificação consecutivas, seja superior a 15%, a 10%, a 9% ou 8%, respectivamente, ocorrerá um Evento de Avaliação ou, se assim deliberado em Assembléia Geral, um Evento de Amortização Antecipada. Neste caso, deverão ser observados pela Administradora os procedimentos específicos definidos no Regulamento.

Em 29 de fevereiro de 2008, o total de Direitos Creditórios vencidos do Daycoval somava R\$11.844.250, assim distribuídos:

Dias de Atraso	Valor (R\$)	Percentual
Vencidos e não pagos até 30 dias	6.303.751	53,22%
Vencidos e não pagos de 30 a 120 dias	3.943.228	33,29%
Vencidos e não pagos de 120 a 180 dias	880.595	7,43%
Vencidos e não pagos acima de 180 dias	716.675	6,05%
Total	11.844.250	100,00%

As tabelas abaixo apresentam informações estatísticas sobre inadimplimentos, perdas, Pré-Pagamento e Renegociação dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Daycoval, 1º de julho de 2006 (data em que o Daycoval iniciou a concessão de financiamentos para aquisição de Veículos Automotores) a 29 de fevereiro de 2008:

a) de 1º de julho de 2006 a 31 de dezembro de 2006:

	Montante (R\$)	Percentual
Total Safra	38.400.273	100,00%
Renegociação das Cédulas de Crédito Bancário	-	0,00%
Refinanciamento das Cédulas de Crédito Bancário	-	0,00%
Pré-Pagamento das Cédulas de Crédito Bancário	3.023.731	7,87%
Vencidos e não pagos até 15 dias	253.794	0,66%
Vencidos e não pagos de 15 a 30 dias	92.694	0,24%
Vencidos e não pagos de 30 a 60 dias	150.705	0,39%
Vencidos e não pagos de 60 a 90 dias	111.870	0,29%
Vencidos e não pagos de 90 a 120 dias	91.947	0,24%
Vencidos e não pagos de 120 a 150 dias	75.498	0,20%
Vencidos e não pagos de 150 a 180 dias	68.745	0,18%
Vencidos e não pagos acima de 180 dias	327.683	0,85%
Total vencidos e não pagos	1.172.936	3,05%

b) de 1º de julho de 2006 a 31 de dezembro de 2007:

	Montante (R\$)	Percentual
Total Safra	738.822.801	100,00%
Renegociação das Cédulas de Crédito Bancário	-	0,00%
Refinanciamento das Cédulas de Crédito Bancário	-	0,00%
Pré-Pagamento das Cédulas de Crédito Bancário	17.632.765	2,39%
Vencidos e não pagos até 15 dias	3.955.988	0,54%
Vencidos e não pagos de 15 a 30 dias	1.667.644	0,23%
Vencidos e não pagos de 30 a 60 dias	2.044.890	0,28%
Vencidos e não pagos de 60 a 90 dias	1.140.349	0,15%
Vencidos e não pagos de 90 a 120 dias	757.990	0,10%
Vencidos e não pagos de 120 a 150 dias	517.943	0,07%
Vencidos e não pagos de 150 a 180 dias	362.652	0,05%
Vencidos e não pagos acima de 180 dias	716.675	0,10%
Total vencidos e não pagos	11.164.131	1,51%

c) de 1º de julho de 2006 a 29 de fevereiro de 2008:

	Montante (R\$)	Percentual
Total Safra	1.012.631.431	100,00%
Renegociação das Cédulas de Crédito Bancário	-	0,00%
Refinanciamento das Cédulas de Crédito Bancário	-	0,00%
Pré-Pagamento das Cédulas de Crédito Bancário	19.059.332	1,88%
Vencidos e não pagos até 15 dias	4.503.650	0,44%
Vencidos e não pagos de 15 a 30 dias	1.800.101	0,18%
Vencidos e não pagos de 30 a 60 dias	2.044.890	0,20%
Vencidos e não pagos de 60 a 90 dias	1.140.349	0,11%
Vencidos e não pagos de 90 a 120 dias	757.990	0,07%
Vencidos e não pagos de 120 a 150 dias	517.943	0,05%
Vencidos e não pagos de 150 a 180 dias	362.652	0,04%
Vencidos e não pagos acima de 180 dias	716.675	0,07%
Total vencidos e não pagos	11.844.250	1,17%

Para maiores informações relacionadas ao Pré-Pagamento, Refinanciamento e Renegociação dos Direitos Creditórios de titularidade do Daycoval, vide “Relatório de Revisão Especial”, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, anexo ao presente Prospecto.

Caso ocorram Refinanciamentos ou Renegociações que resultem em alteração do cronograma de pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, tal situação poderá resultar em atraso nos pagamentos das próximas Amortizações Programadas e/ou Amortizações Integrais de Quotas Sênior, o que ocasionará, se assim deliberado pelos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, na liquidação antecipada do Fundo. Nesta hipótese, a Administradora promoverá o resgate das Séries de Quotas Sênior em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios, observado o disposto no Regulamento.

Por fim, ainda quanto ao pré-pagamento, o Daycoval não cobra qualquer taxa de liquidação antecipada das Cédulas de Crédito Bancário, fato este que não resulta em impacto significativo para o Fundo, considerando-se o baixo nível de pré-pagamento dos Direitos Creditórios.

No que tange ao Pré-Pagamento, segue abaixo simulação considerando 3 cenários diversos (inclusive piores que o histórico da carteira do Daycoval) nos quais há liquidação antecipada das Cédulas de Crédito Bancário:

Cenário	I	II	III
Valor do PL (Preço Aquisição)	R\$ 300.000.000,00	R\$ 300.000.000,00	R\$ 300.000.000,00
Prazo do Contrato	31	39	47
Taxa do Contrato (am)	2,20%	2,50%	2,90%
Taxa do Contrato (aa)	29,8%	34,5%	40,9%
Taxa de Aquisição (am)	1,57%	1,57%	1,57%
Taxa de Aquisição (aa)	20,56%	20,56%	20,56%
Taxa como % do CDI	175%	175%	175%
Nível de Subordinação Inicial	22%	22%	22%
Pior Pré Pagamento em 12 meses	12,40%	12,40%	12,40%
Limite do Índice de Liquidação Antecipada	20%	20%	20%
Pré-Pagamento Estimado	R\$ 49.541.799,82	R\$ 42.059.131,10	R\$ 32.561.914,34
Nível de Subordinação Ajustado em 12 meses*	5,49%	7,98%	11,15%

* Considera o impacto do pré-pagamento estimado no nível de subordinação de acordo com os cenários.

As informações referentes a Daycoval Holding, ao Daycoval, à Administradora, ao Custodiante, ao Gestor e aos seus respectivos mercados de atuação contidos neste Prospecto foram preparadas pelas Pessoas acima referidas e são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

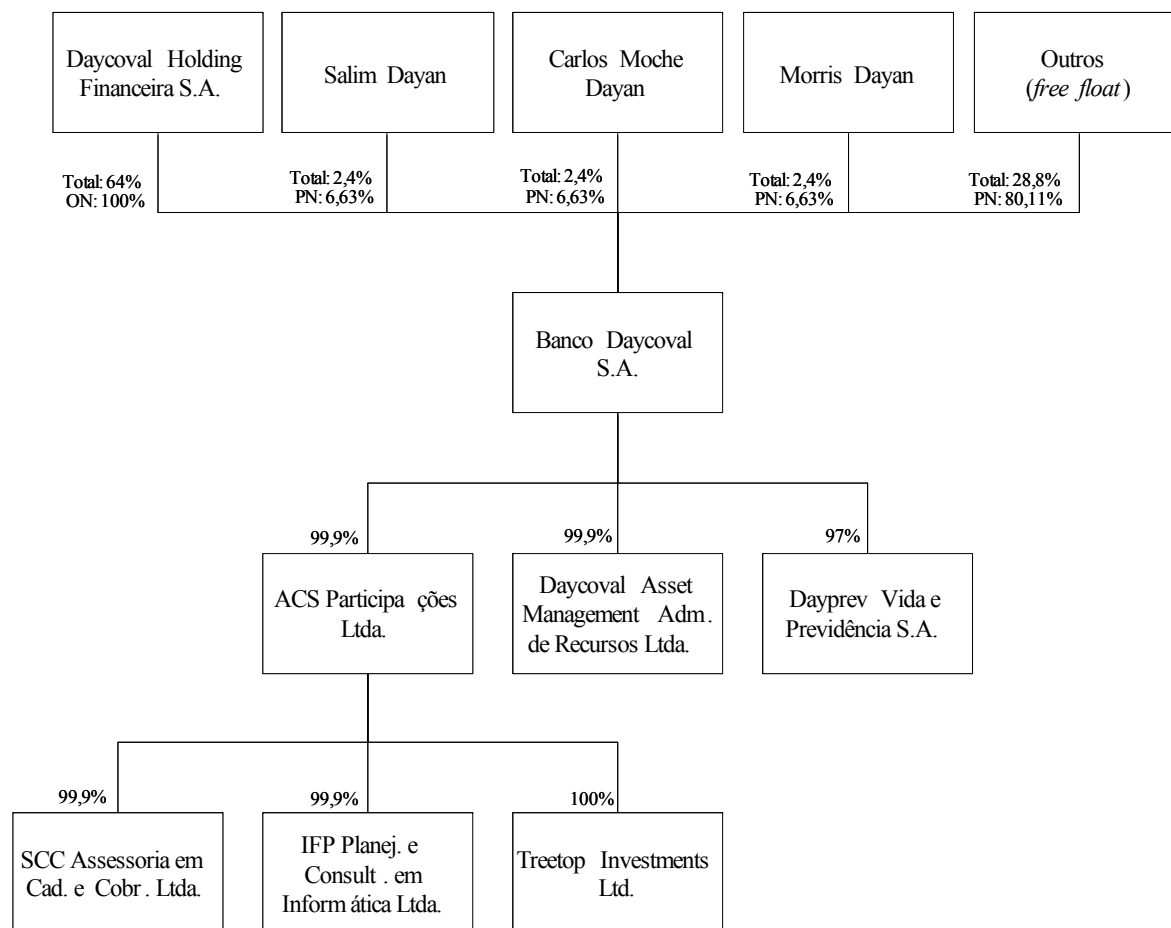
DAYCOVAL HOLDING FINANCEIRA S.A.

Introdução

A Daycoval Holding Financeira S.A., sociedade anônima fechada constituída em 01 de março de 2007, é a controladora do Banco Daycoval.

O objeto social da Daycoval Holding Financeira S.A. é a participação direta no capital de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Bacen.

O organograma societário do grupo no qual o Daycoval estava inserido, na data deste Prospecto, era representado da seguinte maneira:



Fonte: Daycoval.

Data: 31 de março de 2008.

Informações Financeiras Seleccionadas e Índices Financeiros – Daycoval Holding Financeira S.A.

	(R\$ mil)
Balanço Patrimonial e Indicadores Financeiros	31.12.07
Disponibilidades	8
Investimentos	970.740
Ativos Totais	970.748
Provisões para Perdas em Investimentos	—
Patrimônio Líquido	970.748
Fonte: Daycoval Holding Financeira S.A.	

	(R\$ mil)
DRE	31.12.07
Participação em Sociedades Controladas e Coligadas	607.484
Receitas (Despesas) não Operacionais Líquidas	(2)
Resultado antes do IR e CS	607.482
Provisão para IR e CS	—
Lucro (Prejuízo) Líquido	607.482
Fonte: Daycoval Holding Financeira S.A.	

Indicadores Financeiros	31.12.07
ALAVANCAGEM	
Ativo Permanente / (PL + Minoritários)	1,00
(PL + Minoritários) / Ativo total	1,00
Investimentos / Ativo permanente	1,00
Fonte: Daycoval Holding Financeira S.A.	

As informações financeiras contidas nesta Seção, relativas ao exercício social encerrado em 31 dezembro de 2007, foram extraídas das demonstrações financeiras gerenciais da Daycoval Holding Financeira S.A.

BANCO DAYCOVAL S.A.

Introdução

O Daycoval iniciou suas atividades em agosto de 1968, com a criação da Daycoval Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., que seguiu em suas atividades até maio de 1989, quando obteve autorização do Bacen, através do Certificado de Autorização nº 7768085/89, de 22 de maio de 1989, para atuar na forma de banco múltiplo (carteiras de investimento e de crédito, financiamento e investimento), transformando-se no Banco Daycoval S.A. As atividades foram direcionadas para operações de concessão de crédito ao segmento de *Middle Market*. Desde o início, as operações da carteira de crédito foram condicionadas a garantias, o que proporcionou durante o crescimento do banco, baixos índices de inadimplência e bons resultados. Além disso, a pulverização dessas operações nos diversos setores da economia proporcionou a mitigação de risco de sua carteira de crédito. Em 1994, o Daycoval obteve autorização do Bacen para operar a carteira comercial. Em 1995, foi emitida, pelo Bacen, autorização para o Daycoval operar em câmbio, como produto complementar às tradicionais operações de crédito, com o objetivo de agregar novas receitas e fidelizar o cliente. Em 1997, o banco inaugurou sua primeira agência fora da capital paulista, na cidade de Campinas (SP).

Em 2004, o Daycoval iniciou um processo de maior expansão de suas atividades, através da criação da Daycoval Asset Management e o início das operações de crédito consignado para pessoas físicas, com a marca Daycred.

A estratégia de expansão também foi marcada pela inauguração, em 2005, da nova sede do Daycoval, de nosso uso exclusivo, localizada no “coração financeiro” do País: a Avenida Paulista. No mesmo ano, a instituição realizou, com sucesso, sua primeira emissão pública de títulos, destinada ao mercado externo, no montante de US\$65 milhões. Houve ainda a abertura de novas agências fora do Estado de São Paulo.

Em 2006, mais agências foram abertas e houve o início das operações de varejo da Daycred no setor de financiamento de veículos. No mesmo ano, o Banco realizou a segunda emissão pública de papéis no exterior, captando mais US\$120 milhões, e lançou o Daycoval Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

Em 2007, além de inaugurar agências em várias cidades brasileiras, o Daycoval foi listado no Nível 1 de Governança Corporativa na BVSP. O início da negociação das ações ocorreu sob o código DAYC4 no dia 29 de junho de 2007. Na oferta pública primária e secundária de ações de emissão do Daycoval foram negociadas 64.263.164 ações preferenciais ao preço de R\$17,00 por ação, viabilizando a captação de, aproximadamente, R\$1,1 bilhão. Os recursos líquidos obtidos pelo Daycoval estão sendo utilizados para expandir sua carteira de crédito. Importantes diferenciais da oferta de ações preferenciais foram: (i) o direito concedido de 100% de *tag along* para todas as ações emitidas; (ii) a oferta base ser de 99% emissão primária; e (iii) os esforços realizados na venda dos papéis no exterior de acordo com as regras 144A e *Regulation S* que alcançaram investidores de 5 diferentes continentes. O encerramento da oferta pública de ações preferenciais foi anunciado no dia 17 de julho de 2007, cumprindo as normas da CVM. Com isso, a oferta pública de ações preferenciais do Daycoval garantiu um aporte expressivo de recursos, tornando a instituição ainda mais sólida e capitalizada para atingir novos patamares de crescimento, ampliar conquistas, gerar valor para acionistas, clientes, colaboradores e para o Brasil.

As demonstrações financeiras do Daycoval são auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Estrutura de Capital e Controladores

Sob a forma de sociedade anônima aberta, o Daycoval é uma instituição financeira sujeita à fiscalização do Bacen e controlada pela Daycoval Holding Financeira S.A., a qual detém 100% das ações ordinárias de emissão do Daycoval.

Em 31 de março de 2008, o capital social do Daycoval era de R\$1.359.143.165,47, dividido em 222.633.512 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 142.418.179 ações ordinárias e 80.215.333 ações preferenciais, sem direito a voto. O quadro acionário do Daycoval se apresenta distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações (mil)			%
	ON	PN	Total	
Daycoval Holding Financeira S.A.	142.418	—	142.418	63,97
Carlos Moche Dayan	—	5.317	5.317	2,39
Salim Dayan	—	5.317	5.317	2,39
Morris Dayan	—	5.317	5.317	2,39
Outros acionistas (Free-float)	—	64.264	64.264	28,86
Total	142.418	80.215	222.633	100,00

Fonte: Daycoval.

Tabela 6: Estrutura Societária do Daycoval em 31 de março de 2008.

Administração

A administração do Daycoval compete ao Conselho de Administração e à Diretoria. O Conselho Fiscal do Daycoval só funciona nos exercícios sociais em que é instalado.

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 6 membros, acionistas, com mandato de 2 anos, podendo ser reeleitos.

A Diretoria é composta por, no mínimo, 4 e, no máximo, até 9 membros, acionistas ou não, com mandato de 2 anos, podendo ser reeleitos.

O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembléia Geral. Atualmente o Conselho Fiscal não está instalado.

Autorização Societária

O Daycoval realizará Reunião de Diretoria, que teve como objeto deliberar a celebração pelo Daycoval dos Documentos da Securitização.

Experiência Profissional e Formação Acadêmica dos Diretores e Administradores do Daycoval

O Conselho de Administração do Daycoval é composto pelos seguintes profissionais:

Sasson Dayan – Presidente do Conselho de Administração. Iniciou suas atividades profissionais na década de 50, no Líbano, na Casa Bancária Salim A. Dayan, fundada por seu pai. No Brasil, passou a atuar no mercado financeiro em 1968, quando constituiu a Daycoval DTVM Ltda. Em 1970, constituiu, juntamente com seu irmão Ibrahim Dayan, a Valco Corretoras de Valores Mobiliários, que chegou a ter movimentação expressiva em operações na BVSP. A Daycoval DTVM Ltda. obteve autorização para operar como banco múltiplo em 1989, quando foi transformada em Banco Daycoval S.A.

Gustavo Henrique de Barroso Franco – membro do Conselho de Administração. Bacharel (1979) e Mestre (1982) em Economia pela PUC/Rio de Janeiro, e M. A. (1985) e Ph.D (1986) pela Universidade de Harvard. Foi professor, pesquisador e consultor em assuntos de economia, entre 1986 e 1993, especializando-se em inflação, estabilização e economia internacional. Em seguida, no serviço público, entre 1993 e 1999, foi Secretário de Política Econômica (adjunto) do Ministério da Fazenda, Diretor de Assuntos Internacionais e Presidente do Bacen. Teve participação central na formulação, operacionalização e administração do Plano Real, entre outras atividades. Após ano sabático na universidade (1999), fundou a Rio Bravo Investimentos (2000), empresa de serviços financeiros, fusões, aquisições, investimentos e securitizações, onde atualmente tem a sua ocupação principal. Participou e participa de diversos conselhos de administração, consultivos e de eventos corporativos como palestrante.

Marco Antonio Bologna – membro do Conselho de Administração. Bacharel em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, com extensão em Serviços Financeiros pela Manchester Business School-UK (1988). Trabalhou de novembro de 1977 a março de 2001 no mercado financeiro, passando pelo Banco Francês e Brasileiro, Lloyds Bank, Chase Manhattan, Banco Itamarati, Banco SRL e Banco Inter American Express, de onde saiu como Diretor Presidente. Em março de 2001, convidado pelo Comandante Rolim Adolfo Amaro, tornou-se vice-presidente de Finanças e Gestão e Diretor de Relações com o Mercado da TAM. Em 19 de janeiro de 2004, assumiu a presidência da companhia. Em 11 de fevereiro de 2008 assumiu a Diretoria Geral da W. Torres S.A.

A Diretoria do Daycoval é composta pelos seguintes profissionais:

Sasson Dayan – Diretor Presidente. Iniciou suas atividades profissionais na década de 50, no Líbano, na Casa Bancária Salim A. Dayan, fundada por seu pai. No Brasil, passou a atuar no mercado financeiro em 1968, quando constituiu a Daycoval DTVM Ltda. Em 1970, constituiu, juntamente com seu irmão Ibrahim Dayan, a Valco Corretoras de Valores Mobiliários, que chegou a ter movimentação expressiva em operações na BVSP. A Daycoval DTVM Ltda. obteve autorização para operar como banco múltiplo em 1989, quando foi transformada em Banco Daycoval S.A.

Morris Dayan – Diretor de Relação com Investidores. Estudou economia e filosofia na Universidade de Jerusalém. Realizou diversos cursos na BM&F entre 1992 e 1994. Trabalhou no *Republic National Bank of New York* entre 1991 e 1992. Atua no Daycoval desde 1992.

Salim Dayan – Diretor Executivo. Formou-se em engenharia de produção na Universidade de São Paulo – USP. Realizou mestrado em administração (MBA) - executivo em finanças no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC. Atua no Daycoval desde 1991

Carlos Moche Dayan – Diretor Executivo. Formou-se em economia na Universidade de São Paulo – USP e fez mestrado em administração (MBA) na Fundação Getúlio Vargas – FGV. Atua no Daycoval desde 1994.

Acordo de Acionistas

Não havia, na data deste Prospecto, acordos de acionistas arquivados na sede da companhia.

Estratégia

O Daycoval está voltado para o crédito, particularmente no segmento de *middle market*, que responde pela maior parte de suas operações. A estratégia de atuação concentra-se na pulverização da carteira, na qualidade das garantias recebidas e na manutenção do equilíbrio entre os diversos segmentos da economia, como forma de assegurar maior consistência aos negócios.

O Daycoval pretende, entre outras iniciativas, aumentar o *mix* de produtos e abrir novas agências, para fidelizar e ampliar a base de clientes. O atual momento da economia brasileira – de incremento do poder de compra no varejo e expansão das empresas, principalmente do segmento *middle market* – potencializa a perspectiva de evolução do Daycoval e as oportunidades de negócio. A meta é crescer de forma sustentável e assim gerar valor para todos os acionistas.

Para se beneficiar desse cenário, o planejamento estratégico, mantém o perfil dinâmico e moderno na atuação e conservador na estrutura de capital.

Descrição das Atividades do Daycoval

O Daycoval concentra seus negócios na concessão de crédito, com lastro em garantias. Em março de 2008, as pessoas jurídicas representam 66% do volume de negócios, em especial o crédito empresarial para o segmento de *middle market* e *trade finance* (comércio exterior), enquanto o varejo responde por 34% das operações, basicamente nas áreas de crédito consignado e financiamento de veículos.

Com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o Daycoval, por meio das filiais localizadas em 20 cidades, atua em quase todos os Estados brasileiros.

Inadimplência, Perdas e Pré-Pagamento

O Daycoval apresenta uma inadimplência moderada com relação aos segmentos em que atua, adotando uma política conservadora de provisionamento de créditos considerados problemáticos.

Para maiores informações acerca da inadimplência, perdas e pré-pagamento da carteira de financiamento de Veículos Automotores do Daycoval, vide Relatório de Revisão Especial Elaborado pela KPMG Auditores Independentes, anexo deste Prospecto.

Tesouraria

A função da tesouraria do Daycoval é administrar o *funding* (capital disponível) do banco, composto por títulos públicos e reserva bancária. Para esse gerenciamento de liquidez, é feito, principalmente, um controle do fluxo de recursos a longo prazo e o acompanhamento dos mercados locais e internacionais, com o objetivo de antecipar movimentos que possam alterar o nível das taxas de juros e, consequentemente, o custo dos recursos.

A área também responde por cerca de 40% da captação de recursos. Dinâmica, essa participação permite que a tesouraria tenha subsídios para calcular todos os custos de operação para o Daycoval, em especial para as operações no segmento *middle market*, seja na área de crédito, seja com operações mais sofisticadas dentro do mercado financeiro, denominadas de ‘operações estruturadas’, que envolvem instrumentos como moedas estrangeiras, commodities, juros locais e cupom cambial, entre outros.

Esse *know how* permite ao Daycoval oferecer serviços diferenciados. Por intermédio da rede de agências, a tesouraria realiza operações estruturadas para pequenos e médios clientes, seja para fomentar as operações de crédito ou para atender necessidades dessas empresas, que não têm acesso a operações mais complexas e acabam se expondo a riscos desnecessários.

Fiel ao perfil conservador, a tesouraria do Daycoval não utiliza o *funding* para operar ativamente no mercado e não assume riscos. Esta apenas acompanha a tendência dos negócios e realiza operações para clientes ou *hegde* do próprio Daycoval, dentro de operações estruturadas que são repassadas para o mercado.

Contingências Tributárias

Segundo o Daycoval é adotada a política de: (i) constituir provisão para todos os processos judiciais com riscos prováveis e possíveis de perda, prognóstico esse avaliado pelos assessores legais; (ii) realizar o depósito judicial da integralidade dos tributos discutidos em processos tributários cuja a exigibilidade não esteja suspensa por decisão judicial.

Segundo as informações financeiras de 31 de dezembro de 2007, a provisão para contingências oriundas de processos tributários, não considerados os assuntos previdenciários, totalizava R\$153.761.592,30 e sua composição pode ser resumidamente demonstrada como segue:

Assunto	Valores (R\$)	Risco de Perda
IRPJ e CSL - correção monetária de balanço - Lei 9.249	40.554.657,94	Provável
CSL – ação ordinária declaratória	172.908,77	Provável
IR – dedutibilidade da CSL	10.608.421,76	Possível
CSL – compensação Finsocial	825.398,19	Possível
CSL – alíquota diferenciadas	7.354.310,25	Possível
CSL - dedução juros até limite da TJLP	1.009.433,08	Possível
COFINS - Lei 9.718/98	81.389.737,07	Possível
PIS – base de cálculo EC 17/97 e Lei 9.718/98	11.846.725,24	Possível
Total	153.761.592,30	

Fonte: Daycoval.

Data: 31.12.2007.

Contingências Cíveis

Segundo o Daycoval, o banco é parte em 143 processos judiciais e administrativos de natureza cível, os quais representavam contingências provisionadas, em março de 2007, no montante de R\$2.000.000,00. Os processos mais comuns são de natureza cautelar, com pedido de medida liminar para suspender débitos, preparatórias de ações de rito ordinário destinadas a discutir critérios de correção ou incidência de juros. O critério de contingenciamento utilizado pelo Daycoval é o de provisionar integralmente as ações cujo desfecho desfavorável é classificado como provável pelos advogados responsáveis e parcialmente aquelas cujo deslinde contrário for classificado como possível.

Contingências Trabalhistas

Segundo o Daycoval, o banco figura como reclamada em 24 processos trabalhistas, cujo valor envolvido é de R\$2.025.460,02, conforme tabela abaixo:

Processos	Quantidade	Valor Total (R\$)
Acima de R\$100 mil	6	1.647.186,83
Entre R\$50mil e R\$100mil	4	262.856,23
Abaixo de R\$50mil	7	115.416,96
Valores não informados	7	—
Total	24	2.025.460,02

Fonte: Daycoval.

Além dos processos acima, a certidão de distribuição da Justiça do Trabalho de São Paulo, emitida em nome do Daycoval, aponta outras 7 ações trabalhistas.

O principal objeto das reclamações trabalhistas movidas contra o Daycoval prende-se ao reconhecimento da condição de bancário dos empregados, com o pagamento de horas extras e reflexos e demais benefícios atinentes à referida categoria profissional.

Ademais, devido ao fato de o Daycoval contratar correspondentes bancários em diversas localidades do país, sendo 85 no total, o banco figura em demandas trabalhistas movidas por empregados contratados por seus correspondentes bancários. Nestas, há discussão acerca do vínculo empregatício dos trabalhadores contratados por esses correspondentes bancários diretamente com o Daycoval, com grande chance de êxito para os empregados.

Em 31 de dezembro de 2007, havia provisão no balanço do Daycoval para pagamentos a título de indenizações trabalhistas no montante de R\$157.000,00, valor esse, de acordo com o banco, correspondente aos processos classificados pelos patronos da causa como de perda provável.

Colaboradores e Política de Recursos Humanos

Em 31 de março de 2008, o Daycoval contava com 643 colaboradores, abrangendo 4 diretores estatutários e 11 estagiários.

Fontes de Captação de Recursos

O *funding* é fundamental para a estratégia de crescimento do Daycoval. Neste sentido, destaca-se que o banco sempre possuiu uma posição de caixa elevado, e independente dos recursos captados com a oferta pública primária de ações preferenciais em 2007, continuou a priorizar a diversificação das fontes de captação e a adequação dos prazos das operações. A captação total acumulou R\$3.165.591 mil no final de março de 2008.

O quadro a seguir, apresenta a composição das operações de *funding* do Daycoval em 31 de março de 2008:

<i>Funding</i>	Em R\$ mil	
	Total (R\$)	%
Depósitos à vista + outros depósitos	125.559	3,97
Depósitos a prazo	2.049.772	64,75
Depósitos interfinanceiros	262.609	8,30
Emissões externas	216.579	6,84
Obrigações por empréstimos e repases	511.072	16,14
Total	3.165.591	100,00

Fonte: Daycoval.

O alinhamento e a adequação das fontes e prazos das operações de captação são extremamente importantes na visão do Daycoval, devido às diferentes características das modalidades de operações de crédito realizadas. Neste sentido, é importante salientar que o prazo médio dos depósitos a prazo, principal fonte de captação do segmento de *middle market*, continua superior ao da carteira de crédito. Para suportar o crescimento expressivo das operações de varejo, o banco utiliza linhas com maior “*duration*”, como por exemplo, emissões externas.

Outras Cessões de Recebíveis Efetuadas pelo Daycoval a Fundos de Investimento em Direitos Creditórios

O Daycoval cede direitos creditórios ao Daycoval Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.074.602/0001-03, constituído em 13 de setembro de 2006, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de vigência regular até 3 anos, contados a partir da primeira integralização de quotas, o qual pode emitir séries de quotas sênior até o valor de R\$132.000 mil. O Daycoval Fundo de Investimento em Direitos Creditórios é administrado pela Intrag.

O objetivo do Daycoval Fundo de Investimento em Direitos Creditórios é proporcionar a seus quotistas, observada a política de investimento e diversificação definida em seu regulamento, a valorização de suas quotas por meio da aquisição, pelo fundo, de direitos creditórios, do segmento financeiro, originados e cedidos pelo Daycoval, em razão da concessão de créditos por meio de contratos de desconto bancário, representativos de operações de concessão de crédito, e cédulas de crédito bancário, emitidas em favor do Daycoval em razão de operações de concessão de crédito.

Em 31 de março de 2008, o Daycoval Fundo de Investimento em Direitos Creditórios contava com 132.000 quotas sênior da primeira série e 37.716 quotas subordinadas em circulação e patrimônio líquido no valor de R\$202.344 mil. Nesta mesma data, o valor de cada quota sênior da primeira série era de R\$1.136,06 e de cada quota subordinada era de R\$1.388,90.

Com exceção da cessão de direitos de crédito ao Daycoval Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, nos termos acima descritos, o Daycoval não possui outras experiências anteriores em operações de securitização em relação aos Direitos Creditórios relativos ao financiamento de Veículos Automotores, tampouco em relação a recebíveis de outra natureza.

Informações Financeiras Seleccionadas e Índices Financeiros

	<i>(R\$ mil)</i>		
Balanco Patrimonial e Indicadores Financeiros	31.12.07	31.12.06	31.12.05
Liquidez Corrente	1.054.439	450.154	568.814
Disponibilidades	49.589	34.017	18.438
Operações de Crédito	3.232.339	1.538.892	933.315
Investimentos	514	908	877
Imobilizado	12.357	10.606	10.134
Diferido	155	158	88
Ativos Totais	6.556.648	3.087.983	2.166.761
Provisões para Perdas em Investimentos	-	-	-
Patrimônio Líquido	1.517.493	437.767	365.663

Fonte: Daycoval.

	<i>(R\$ mil)</i>		
DRE	31.12.07	31.12.06	31.12.05
Receitas de intermediação financeira	775.622	476.377	316.704
Custo de captação	(324.522)	(210.916)	(140.960)
Margem bruta	451.100	265.461	175.744
<i>PDD</i>	(60.851)	(35.594)	(16.545)
Margem líquida	390.249	229.867	159.199
Despesas Gerais e Administrativas	(191.342)	(124.002)	(79.958)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	73.876	18.040	18.225
Resultado Operacional	272.783	123.905	97.466
Participação em Sociedades Controladas e Coligadas	-	-	-
Receitas (Despesas) não Operacionais Líquidas	(581)	(41)	(226)
Resultado antes do IR e CS	272.202	123.864	97.240
Provisão para IR e CS	(51.666)	(38.781)	(15.705)
Participações no Resultado	(14.519)	(1)	(1)
Lucro (Prejuízo) Líquido	206.017	85.082	81.534

Fonte: Daycoval.

Indicadores Financeiros	31.12.07	31.12.06	31.12.05
LIQUIDEZ			
Ativos de crédito / Ativo total	0,54	0,54	0,46
Aplicações interfinanceiras / Ativo total	0,30	0,28	0,36
ALAVANCAGEM			
Ativo Permanente / (PL + Minoritários)	0,01	0,03	0,03
(PL + Minoritários) / Ativo total	0,23	0,14	0,17
Índice da Basileia	35,84	20,42	25,08
Investimentos / Ativo permanente	0,04	0,08	0,08
RENTABILIDADE			
Retorno sobre ativos médios	5,21	4,32	5,80
Retorno sobre PL médio	23,22	24,90	23,20
(Desp. Adm. + Pessoal + Impostos) / Total das Receitas Operacionais	24,67	26,03	25,25

Fonte: Daycoval.

As informações financeiras contidas nesta Seção, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 dezembro de 2005, 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2007, foram extraídas das demonstrações financeiras da sociedade, as quais foram auditadas e revisadas pela *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes*.

Enquadramento do Daycoval ao Índice de Basileia

Em 31 de março de 2008, o Índice de Basileia do Daycoval foi correspondente a 33,06%.

ADMINISTRADORA

Histórico

Em maio de 1991, a Oliveira Trust DTVM S.A. foi adquirida pelos atuais controladores, com objetivo específico de dar continuidade aos 22 anos de trabalho dedicados ao mercado de capitais, em especial ao mercado primário e secundário de valores mobiliários.

A evolução da empresa levou à prestação de outros serviços ligados a esta atividade, destacando-se o de agente fiduciário, *trustee* em operações estruturadas de securitização de recebíveis, administrador de fundos de investimento e consultor na estruturação e reestruturação de emissões de debêntures.

Estrutura e Administração

A empresa é administrada diretamente por seus controladores, quais sejam: Mauro Sergio de Oliveira, Cesar Reinaldo Leal Pinto e José Alexandre Costa de Freitas, os quais fazem parte da equipe permanente de mais de 50 profissionais, dedicados às atividades de agente fiduciário, *trustee* em operações de securitização de recebíveis e administrador de fundos de investimento constituídos sob a forma condomínio aberto ou fechado, notadamente fundos imobiliários e fundos de investimento em direitos creditórios.

Há 12 anos a Administradora submete-se ao processo de classificação de risco realizado pela SR Rating, tendo sido mantida em maio de 2007 a nota de longo prazo brAA.

Administração de Fundos de Investimento

A Administradora tem experiência de mais de 12 anos na administração de fundos de investimento.

A atuação da Administradora, na qualidade de administradora de fundos de investimento em direitos creditórios, é marcada pela gestão dos recursos de maneira vinculada às regras instituídas nos respectivos regulamentos e demais contratos do fundo, sem discricionariedade.

Enquanto administrador de fundos de investimento em direitos creditórios, a Administradora disponibiliza aos cedentes de direitos creditórios e aos quotistas dos respectivos fundos informações diárias sobre a composição de ativo e passivo dos fundos. Para tanto, são disponibilizadas aos cedentes dos direitos creditórios e aos respectivos quotistas que participam diretamente do fundo senhas de acesso às informações e composições diárias da carteira dos fundos administrados.

Atualmente a Oliveira Trust administra Fundos de Investimento em Direitos Creditórios de patrimônio aproximado de R\$ 3,5 bilhões.

Vide Regulamento, Capítulo Sete – “Da Administradora”.

CUSTODIANTE

Introdução

O Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 anos e controla atualmente mais de R\$ 920 bilhões em ativos. É o maior custodiante do país, conforme dados da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (dados de junho de 2005).

O Itaú obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (*ADRs – American Depositary Receipts*); e (iii) fundos *offshore*. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

Histórico

O Itaú tem uma tradição de mais 30 anos na prestação de serviços para o mercado de capitais. No serviço de custódia e controladoria para fundos e carteiras (serviços para terceiros), o Itaú atua há 6 anos, sendo um dos pioneiros no desenvolvimento deste segmento. A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais faz parte da Área de Mercado de Capitais do Itaú e é voltada à prestação de serviços de *back-office* das mais diversas modalidades. O Custodiante tem realizado, nos últimos anos, contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais.

Atualmente, o Itaú controla mais de R\$ 920 bilhões em ativos de terceiros com mais de 1.300 contratos firmados, e é líder na prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos de investimento e fundações, com cerca de 7.000 fundos/carteiras patrimoniais de clientes processadas diariamente. Além disso, controla mais de 4.860 mil indivíduos/empresas entre acionistas, debenturistas e quotistas e detêm aproximadamente 90% do mercado de custódia local de *ADRs – American Depositary Receipts*. Na prestação de serviços relacionados a operações com direitos creditórios (*servicer*), o Itaú tem sob sua responsabilidade mais de R\$ 4 bilhões em ativos.

Colaboradores e política de recursos humanos

A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais conta atualmente com mais de 500 funcionários dedicados integralmente à atividade de custódia e controladoria, não incluindo analistas e programadores de sistemas nem tampouco empresas fornecedoras de *softwares* utilizados na prestação dos serviços.

Tecnologia e Sistemas

O Itaú possui uma estrutura tecnológica que reduz consideravelmente os custos administrativos, técnicos e operacionais, e, ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas. A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais procura minimizar a execução de atividades manuais. A interação com os clientes processa-se tanto pela digitação em seus sistemas quanto pela integração em tempo real.

A área de prestação de serviços para o mercado de capitais tem estrutura independente de processamento, tanto em termos de equipe quanto em termos de ambiente de sistemas de informação. A Diretoria de Serviços para o

Mercado de Capitais subcontrata a área de tecnologia do Grupo Itaú, representada pelo Centro Técnico e Operacional (“CTO”), para alguns processos e desenvolvimento de sistemas. O CTO mantém equipes e ambientes de tecnologia segregados para os sistemas relativos à prestação de serviços para o mercado de capitais.

Os aplicativos de uso corporativo (normalmente em ambiente de grande porte) contam com estrutura de segregação de acesso. Desta forma, os usuários da área de serviços a terceiros não acessam informações referentes aos fundos de investimento e carteiras sob a gestão do Itaú e/ou suas partes relacionadas e vice-versa. Além disso, os aplicativos de uso mais específico normalmente trabalham em estrutura de servidores de banco de dados independentes.

Sistema de *Back-Up*

O Itaú utiliza-se de recursos de *back-up* baseados em *softwares* empresariais, utilizando fitotecas e robôs automatizados, com políticas de retenção adequadas a cada necessidade, incluindo cofre predial resistente a catástrofes. Nos ambientes críticos, existe estrutura de *disaster recovery on-line*, utilizando duplicidade de *hardware* e *software* e replicação online de dados.

Existe um ambiente de contingência (endereço distinto tanto dos escritórios de operações, quanto do grupo de sistemas) para alocação de pessoal, com recursos de *hardware* e *software* dedicados para uma situação emergencial. Tanto a estrutura de *back-up* como a de *disaster recovery* estão montadas de forma a apresentar o menor tempo possível de latência. O plano de *disaster recovery* consiste em servidores replicados que ficam em ambiente fisicamente distante do *site* normal, garantindo a continuidade do funcionamento dos sistemas respectivos em situações limite.

Políticas de *Compliance* e Controles Internos

A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais possui uma gerência de *compliance* própria que também está subordinada à estrutura do *compliance* corporativo do Itaú (para o estabelecimento de diretrizes e normas corporativas), bem como as normas aplicáveis definidas pelo Bacen.

Os processos de custódia e controladoria de fundos de investimento foram recentemente re-certificados pela norma ISO9000. Os processos de gestão contínua e revisão de procedimentos e respectivos manuais são realizados regularmente, sendo alvo de auditoria trimestral.

ANEXOS

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

ANEXOS

Relatório de Revisão Especial Elaborado pela KPMG Auditores Independentes

Súmula da Agência Classificadora de Risco

Regulamento

Suplemento da 1ª Série de Quotas Sênior

Banco Daycoval S. A. – Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2007

Banco Daycoval S. A. – Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2005 e 2006

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

Relatório de Revisão Especial Elaborado pela KPMG Auditores Independentes

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)



MINUTA

RISK ADVISORY SERVICES

Banco Daycoval S.A.

Relatório Sobre a Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
29 de Fevereiro de 2008

ADVISORY

AUDIT ■ TAX ■ ADVISORY

- Este relatório foi elaborado a partir da base de dados e das demais informações fornecidas pelo Banco Daycoval S.A. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de direitos creditórios cedidos ao Fundo não constitui garantia de que este venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este relatório não constitui garantia, por parte da KPMG, quanto a solvência, adimplemento, pontualidade ou qualidade da carteira de direitos creditórios cedidos ao Fundo. Nenhuma decisão de adquirir as quotas deverá ser tomada somente com base nas informações contidas no relatório. O conteúdo deste relatório deve ser cuidadosamente analisado, considerando-se todas as informações contidas no prospecto.





KPMG Risk Advisory Services Ltda.
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel
Fax Nacional
Internacional
Internet

55 (11) 2183-3000
55 (11) 2183-3001
55 (11) 2183-3034
www.kpmg.com.br

MINUTA

Ao
Banco Daycoval S.A.
São Paulo - SP

18 de abril de 2008

Atenção: Sr. Morris Dayan

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, datada de 10 de março de 2008, a KPMG Risk Advisory Services Ltda. ("KPMG") apresenta suas constatações relativas à revisão especial da carteira de recebíveis da Banco Daycoval S.A. ("Daycoval" ou "Cedente"). Tais recebíveis são representados por contratos de financiamento para aquisição de veículos leves e pesados e motocicletas.

Nossos trabalhos tiveram como objetivo confirmar, por meio de recálculo e verificação, os dados relativos às características de *performance* dos pagamentos dos recebíveis, bem como levantar informações sobre procedimentos operacionais e respectivos controles relacionados aos processos de originação e cobrança dos recebíveis.

As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir da leitura de uma base de dados gerada pelo Daycoval, para o período compreendido entre 1º de julho de 2006 e 29 de fevereiro de 2008. Indicamos, ainda neste relatório, as fontes das demais informações apresentadas.

Não empreendemos nenhum trabalho adicional para estabelecer a confiabilidade nos dados disponibilizados, além dos procedimentos indicados neste relatório. Nossos trabalhos foram executados no período de 15 de março a 15 de abril de 2008 e basearam-se no sistema de controles internos vigente durante a execução de nossos trabalhos. Conforme acordado com V.Sas., não foi julgada necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório.

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria, executada conforme normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Os procedimentos por nós realizados foram definidos com representantes do Daycoval e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às suas necessidades.

Agradecemos o apoio da gerência das empresas integrantes do Daycoval no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Ricardo Anhesini Souza
Sócio

Pedro Vitor Zago
Diretor

KPMG Risk Advisory Services Ltda. é uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firma-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça.

KPMG Risk Advisory Services Ltda. is a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International, a Swiss cooperative.

Conteúdo

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Ricardo Anhesini Souza
Sócio
Tel: 55 (11) 2183-3141
Fax: 55 (11) 2183-3001
rsouza@kpmg.com.br

Pedro Vítor Zago
Diretor
Tel: 55 (11) 2183-3290
Fax: 55 (11) 2183-3001
pzago@kpmg.com.br

Descrição	Página
Objetivos do Trabalho e Base para Preparação das Informações	4
Descrição dos Procedimentos Realizados	5
Apresentação da Carteira de Recebíveis	6
Conciliação da Base de Dados com os Registros Contábeis	44
Descrição dos Procedimentos para Originação e Cobrança dos Recebíveis	45



Objetivos do Trabalho e Base para Preparação das Informações

Objetivos do Trabalho

De acordo com informações fornecidas por representantes do Daycoval, a execução dos procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, atende aos seguintes principais objetivos:

- Identificar, por meio de leitura e recálculo de uma base de dados, os valores relativos ao perfil e à *performance* de pagamentos por parte dos clientes da carteira de crédito direto ao consumidor.
- Levantar os fluxos de originação, coleta e cobrança desses recebíveis e identificar os respectivos controles e a sua aderência às políticas estabelecidas internamente por meio de testes por amostragem.
- Identificar os pontos de controle e testar a sua eficácia por meio de procedimentos de simulação, revisar os controles de segurança relacionados aos acessos físico e lógico do sistema, o plano de contingência, a recuperação de dados etc. e verificar os controles e procedimentos para a salvaguarda dos documentos de propriedade do Fundo.

Base para Preparação

- As informações contidas neste relatório, relativas às características demográficas dos recebíveis e de sua *performance* de pagamentos, foram obtidas por meio da leitura e da compilação de uma base de dados fornecida pela área de Tecnologia do Daycoval e compreendem recebíveis gerados pelos contratos emitidos pelo Cedente, para um período de 20 meses entre 1º de julho de 2006 e 29 de fevereiro de 2008. Essa base de dados foi submetida a procedimentos de reconciliação com os registros oficiais do Cedente, conforme descrito na Seção 3 deste relatório.
- Os procedimentos pré-acordados a seguir formaram o escopo de nossos trabalhos, sendo estabelecidos com representantes do Daycoval, e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às necessidades da operação.
- Para mensurar a *performance* de pagamentos das operações, foram definidos, em comum acordo com representantes do Daycoval, critérios para a apuração dos percentuais de inadimplência no pagamento das parcelas, que representariam indicativos de desempenho, sendo estes:
 - *Aging* de pagamentos: o *aging* de pagamentos apresenta os recebimentos ocorridos, bem como os volumes financeiros vencidos e não liquidados, ambos segregados por faixas de prazos. Esse prazo de recebimento considera a diferença entre a data de vencimento da parcela e a data de pagamento pelo financiado.
 - *Pool* estático: apresenta a distribuição dos volumes financeiros de não-pagamentos ou pagamentos com atraso superior a 60, 90, 120 e 180 dias.
- Conforme solicitação de representantes do Daycoval, foram elaboradas informações sobre os volumes mensais de financiamento relativos ao período compreendido entre 1º de julho de 2006 e 29 de fevereiro de 2008. Distribuições e estatísticas sobre as características da carteira também foram realizadas para o período sob análise, conforme descrito a seguir.
- As informações contidas neste relatório, relativas às políticas e aos procedimentos de originação e cobrança dos recebíveis, foram obtidas por meio de procedimentos de indagação aos responsáveis pelas áreas de Crédito e Cobrança, da consulta aos Manuais de Políticas de Crédito e Cobrança, bem como de observação dos fluxos de originação executados com base em testes por amostragem.



Descrição dos Procedimentos Realizados

Os procedimentos pré-acordados que constituíram o escopo de nossos trabalhos e as referências para as devidas informações apresentadas neste relatório estão apresentados a seguir:

Recálculo das seguintes informações:

- Características gerais da carteira de recebíveis
- Distribuição do volume financeiro e da quantidade de contratos no período
- Evolução mensal do ticket médio das operações e do valor liberado
- Distribuição do volume financeiro e da quantidade de contratos no período - Segregado por garantia
- Evolução mensal do ticket médio das operações e do valor liberado - Segregado por garantia
- Distribuição das operações por faixas de valor
- Distribuição das operações por faixas de valor - Segregado por garantia
- Distribuição das operações por quantidade de parcelas (prazo médio)
- Evolução da quantidade média de parcelas
- Distribuição das operações por quantidade de parcelas (prazo médio) - Segregado por garantia
- Distribuição das operações por UF
- Evolução mensal das operações por UF
- Distribuição das operações por UF - Segregado por garantia
- Distribuição mensal das operações canceladas
- Evolução mensal da taxa média
- Distribuição Percentual de Financiamento Praticado
- Distribuição Percentual do Comprometimento da Renda Praticado
- Distribuição da Carteira por Rating de Atraso (Resolução 2682)
- *Aging list*
- *Aging list* - Segregado por garantia
- *Aging list 1ª e 2ª default payment*
- *Pool* estático
- Representatividade das Baixas
- Conciliação da base de dados com os saldos contábeis
- Descrição dos Procedimentos para Originação e Cobrança dos Recebíveis

- Tabela 2.1
- Tabela 2.2 e Gráfico 2.1
- Tabela 2.3 e Gráfico 2.2
- Tabelas 2.4 e 2.5 e Gráfico 2.3
- Tabelas 2.6 e 2.7
- Tabela 2.8 e Gráfico 2.4
- Tabelas 2.9 e 2.10
- Tabela 2.11 e Gráfico 2.5
- Gráfico 2.6
- Tabelas 2.12 e 2.13
- Tabela 2.14
- Gráfico 2.7
- Tabelas 2.15 e 2.16
- Tabelas 2.17 e Gráfico 2.8
- Tabela 2.18
- Tabela 2.19
- Tabela 2.20
- Tabela 2.21
- Tabela 2.22
- Tabelas 2.23 e 2.24
- Tabela 2.25
- Gráficos 2.9, 2.10 e 2.11
- Tabela 2.26 e Gráfico 2.12
- Tabela 2.27
- Seção 3



Apresentação da Carteira de Recebíveis

Tabela 2.1 - Características Gerais da Carteira de Recebíveis

Período sob análise: **julho de 2006 a fevereiro de 2008 (20 meses)**

Somatório do Valor das Parcelas - **R\$ 1.012.631 mil**

Somatório do Valor Liberado - **R\$ 635.978 mil**

Média Mensal de Originação (Valor Futuro) - **R\$ 50.632 mil**

Média Mensal de Originação (Valor Liberado) - **R\$ 31.799 mil**

Quantidade de Contratos - **63.892**

Média de Contratos Originados (mês) - **3.195**

Tiquete Médio das Operações (Valor Futuro) - **R\$ 2.321**

Tiquete Médio das Operações (Valor Liberado) - **R\$ 9.954**

Prazo Médio das Operações (em R\$) - **45 parcelas**

Valor Médio das Parcelas (Valor Futuro) - **R\$ 352**



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.2 - Distribuição da Produção Mensal em Volume Financeiro e Valor Liberado da Quantidade de Contratos no Período

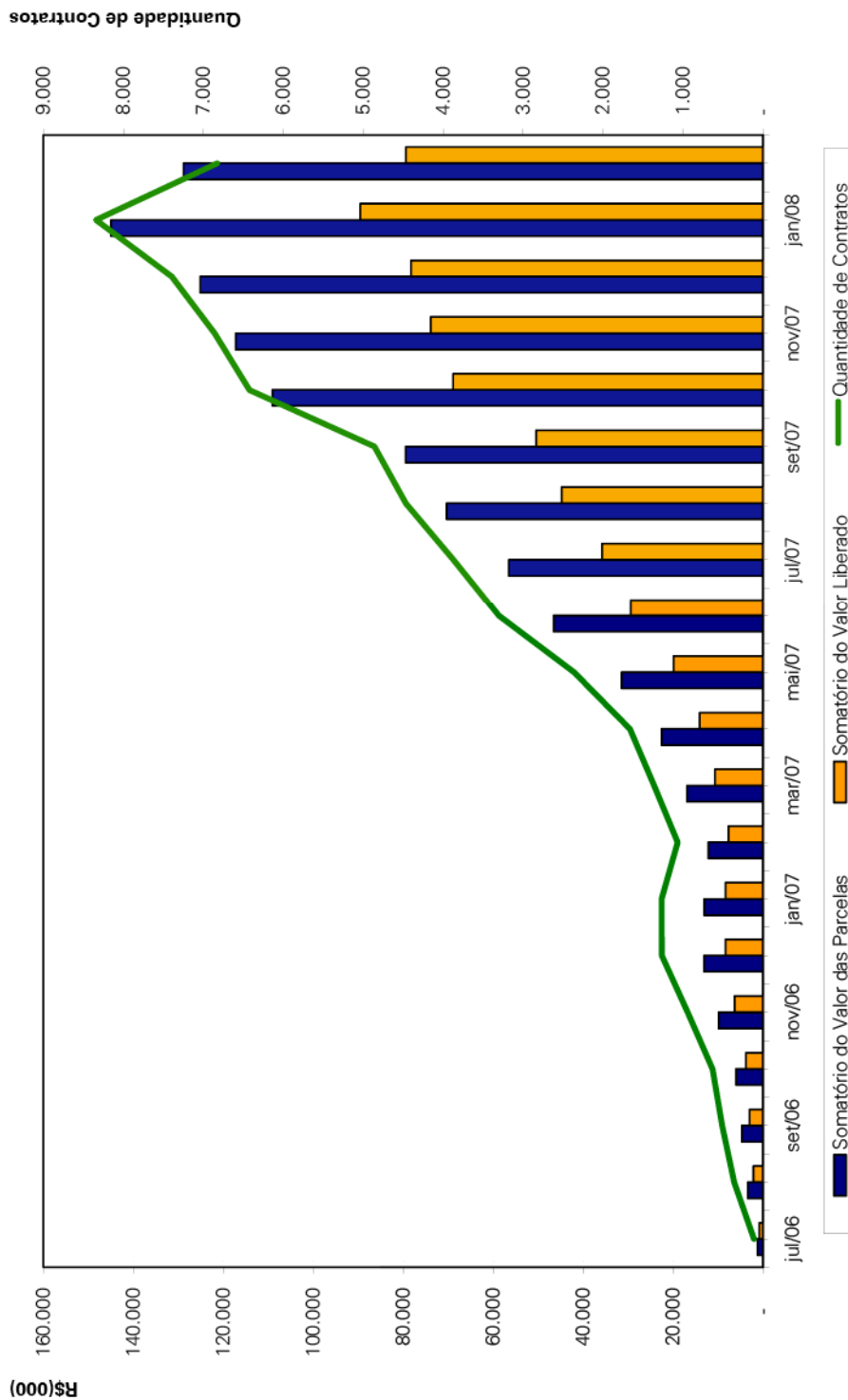
Origem	Somatório do		Somatório		Quantidade de	%
	Valor das	%	do Valor	%		
	Parcelas -		Liberado -		Contratos	
	R\$(000)		R\$(000)			
jul/06	1.241	0,1%	809	0,1%	112	0,2%
ago/06	3.407	0,3%	2.184	0,3%	360	0,6%
set/06	4.724	0,5%	2.975	0,5%	511	0,8%
out/06	6.005	0,6%	3.810	0,6%	630	1,0%
nov/06	9.885	1,0%	6.371	1,0%	943	1,5%
dez/06	13.139	1,3%	8.373	1,3%	1.266	2,0%
jan/07	13.070	1,3%	8.401	1,3%	1.269	2,0%
fev/07	12.135	1,2%	7.708	1,2%	1.067	1,7%
mar/07	16.922	1,7%	10.728	1,7%	1.361	2,1%
abr/07	22.552	2,2%	14.097	2,2%	1.665	2,6%
mai/07	31.430	3,1%	19.932	3,1%	2.363	3,7%
jun/07	46.523	4,6%	29.404	4,6%	3.302	5,2%
jul/07	56.507	5,6%	35.782	5,6%	3.871	6,1%
ago/07	70.310	6,9%	44.760	7,0%	4.467	7,0%
set/07	79.464	7,8%	50.498	7,9%	4.860	7,6%
out/07	109.108	10,8%	68.955	10,8%	6.423	10,1%
nov/07	117.282	11,6%	73.887	11,6%	6.859	10,7%
dez/07	125.121	12,4%	78.280	12,3%	7.395	11,6%
jan/08	144.963	14,3%	89.579	14,1%	8.342	13,1%
fev/08	128.846	12,7%	79.444	12,5%	6.826	10,7%
Total	1.012.631	100,0%	635.978	100,0%	63.892	100,0%



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas a KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. NDMS 39086.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Gráfico 2.1 - Distribuição da Produção Mensal em Volume Financeiro e Valor Liberado da Quantidade de Contratos no Período (cont.)



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

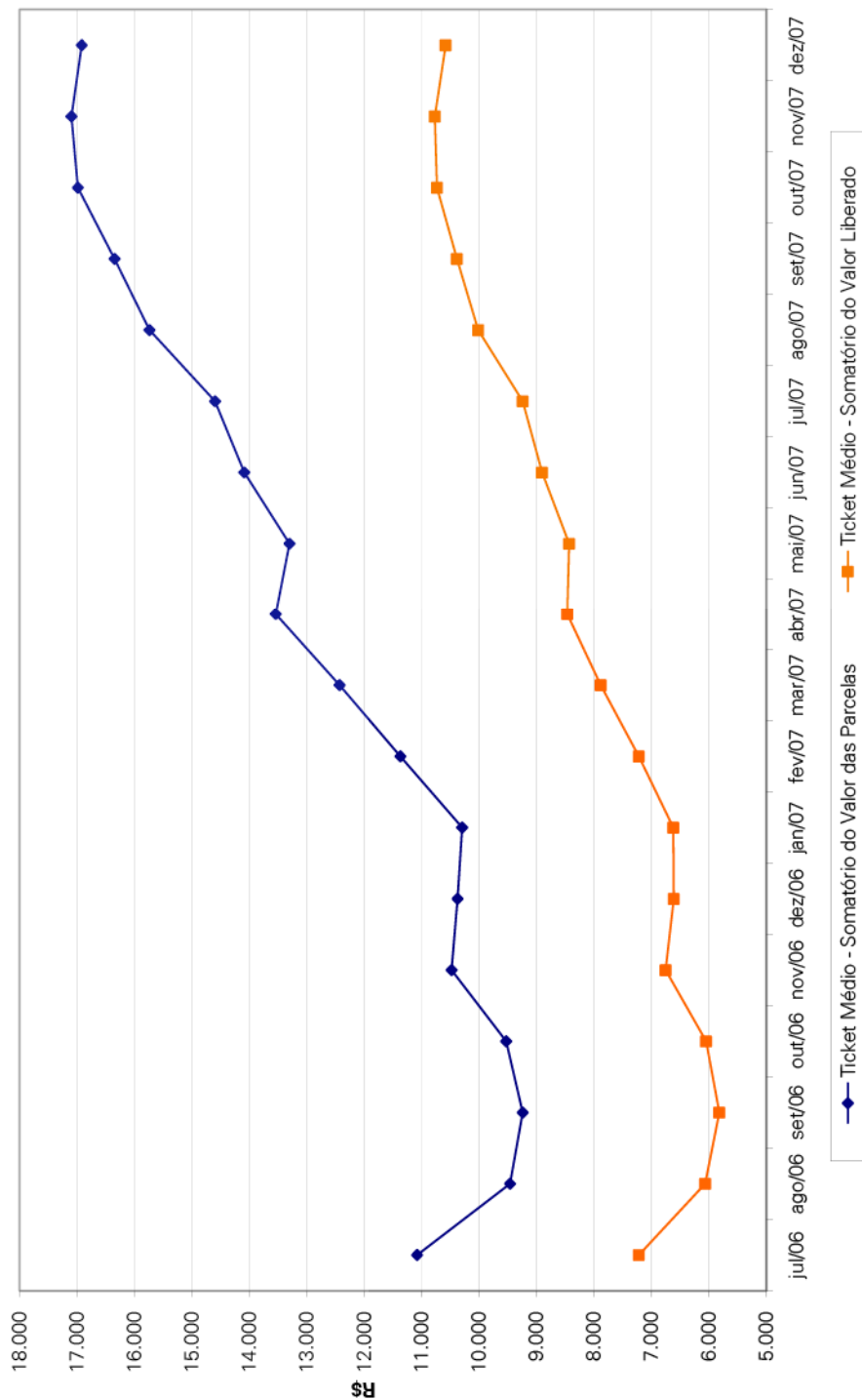
Tabela 2.3 - Evolução Mensal do Tiquete Médio das Operações e do Valor Liberado

Origem	Ticket Médio - Somatório do Valor das Parcelas - R\$	Ticket Médio - Somatório do Valor Liberado - R\$
jul/06	11.083	7.221
ago/06	9.464	6.066
set/06	9.244	5.823
out/06	9.531	6.048
nov/06	10.482	6.756
dez/06	10.378	6.614
jan/07	10.299	6.621
fev/07	11.373	7.224
mar/07	12.433	7.883
abr/07	13.545	8.467
mai/07	13.301	8.435
jun/07	14.089	8.905
jul/07	14.598	9.244
ago/07	15.740	10.020
set/07	16.351	10.390
out/07	16.987	10.736
nov/07	17.099	10.772
dez/07	16.920	10.585
jan/08	17.377	10.738
fev/08	18.876	11.638
Média Geral	15.849	9.954



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Gráfico 2.2 – Evolução Mensal do Tiquete Médio das Operações e do Valor Liberado



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.4 - Distribuição da Produção Mensal em Volume Financeiro e Valor Liberado da Quantidade de Contratos no Período - Segregado por Garantia

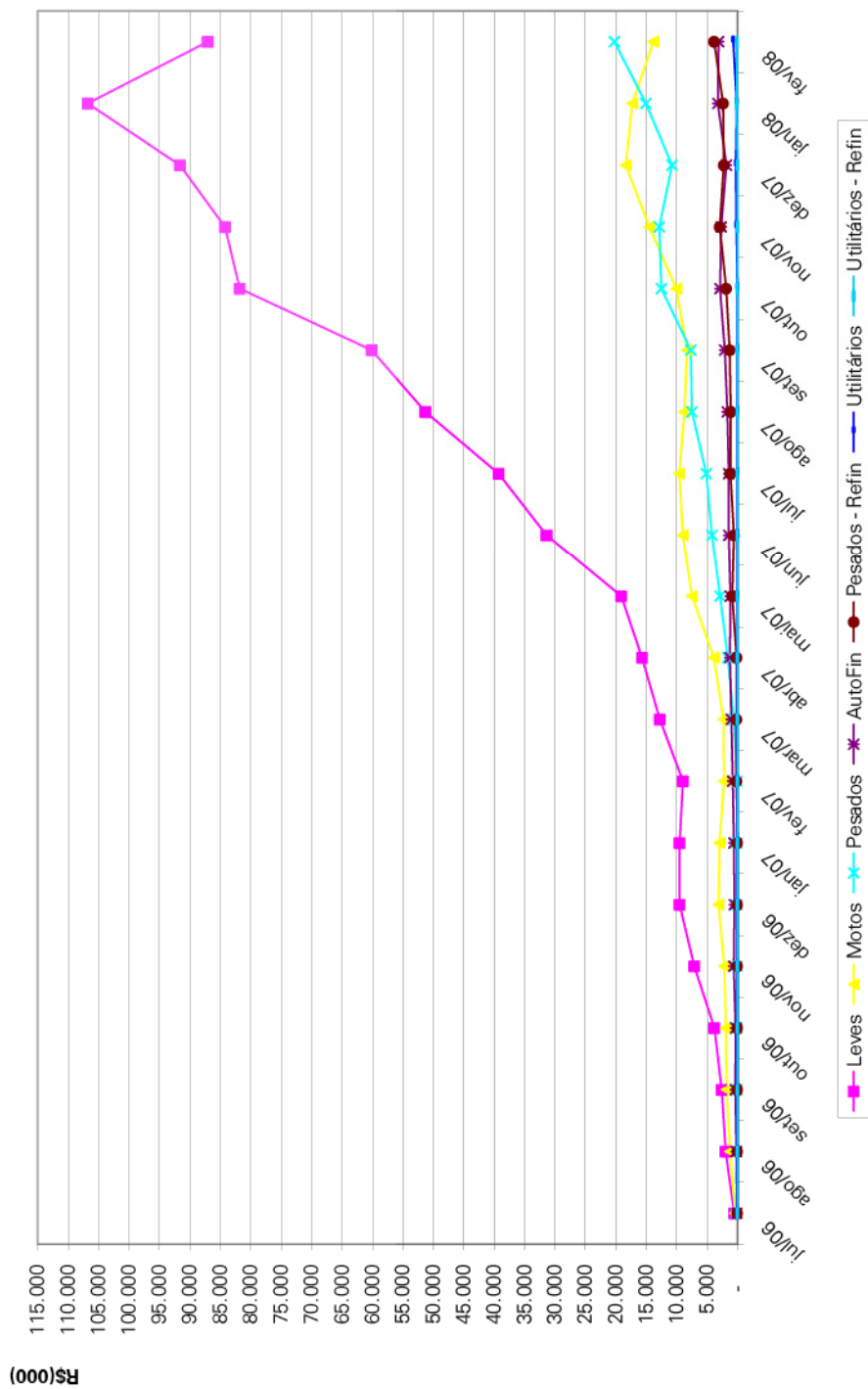
Origem	CDC Leves				CDC Motores				CDC Pesados				CDC AutoFin			
	Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)		Somatório do Valor das Parcelas - %		Somatório do Valor Liberado - R\$(000)		Somatório do Valor Liberado - %		Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)		Somatório do Valor Liberado - R\$(000)		Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)		Somatório do Valor Liberado - R\$(000)	
	Quantidade de Contratos	%	Quantidade de Contratos	%	Quantidade de Contratos	%	Quantidade de Contratos	%	Quantidade de Contratos	%	Quantidade de Contratos	%	Quantidade de Contratos	%	Quantidade de Contratos	%
jul/06	554	44,7%	350	43,3%	57	50,9%	388	31,3%	236	29,2%	42	37,5%	219	17,6%	170	21,1%
ago/06	1.028	56,6%	1.256	57,5%	192	53,3%	1.212	35,6%	737	33,8%	141	39,2%	91	2,7%	72	3,3%
set/06	2.805	55,2%	1.656	55,7%	270	52,8%	1.769	37,5%	1.093	36,7%	206	40,3%	-	0,0%	-	0,0%
out/06	3.788	63,0%	2.417	63,4%	379	60,2%	1.909	31,8%	1.186	31,1%	219	34,8%	-	0,0%	-	0,0%
nov/06	7.103	71,9%	4.568	71,7%	639	67,8%	2.173	22,0%	1.389	21,8%	250	28,5%	-	0,0%	-	0,0%
dez/06	9.303	72,3%	6.043	72,2%	869	67,9%	3.120	23,7%	1.983	23,7%	356	28,1%	-	0,0%	-	0,0%
jan/07	9.527	72,9%	6.095	72,5%	862	67,9%	2.941	22,5%	1.895	22,6%	345	27,2%	-	0,0%	-	0,0%
fev/07	8.952	73,8%	5.624	73,0%	733	68,7%	2.202	18,1%	1.417	18,4%	260	24,4%	-	0,0%	-	0,0%
mar/07	12.788	75,6%	8.007	74,6%	980	72,0%	2.295	13,6%	1.486	13,8%	268	19,7%	623	3,7%	418	3,9%
abr/07	15.881	69,5%	9.578	67,9%	1.089	65,4%	3.874	17,2%	2.549	18,1%	440	26,4%	1.594	7,1%	1.024	7,3%
mai/07	19.088	60,7%	11.844	59,4%	1.393	59,0%	7.475	23,8%	4.942	24,8%	798	33,8%	2.865	9,1%	1.829	9,2%
jun/07	31.359	67,4%	19.367	65,9%	2.143	64,9%	8.962	19,3%	5.948	20,2%	953	28,9%	4.183	9,0%	2.709	9,2%
jul/07	39.226	69,4%	24.436	68,3%	2.619	67,7%	9.532	16,9%	6.324	17,7%	1.010	26,1%	5.114	9,1%	3.305	9,2%
ago/07	51.293	73,0%	32.298	72,2%	3.254	72,8%	8.743	12,4%	5.733	12,8%	911	20,4%	7.478	10,6%	4.888	10,9%
set/07	60.101	75,6%	37.813	74,9%	3.678	75,7%	8.276	10,4%	5.430	10,8%	857	17,6%	7.692	9,7%	4.946	9,8%
out/07	81.906	75,0%	50.976	73,9%	4.960	77,2%	10.067	9,2%	6.550	9,5%	1.018	15,8%	12.514	11,5%	8.222	11,9%
nov/07	84.215	71,8%	52.308	70,8%	5.006	73,0%	14.463	12,3%	9.390	12,7%	1.404	20,5%	12.835	10,9%	8.303	11,2%
dez/07	91.633	73,2%	56.543	72,2%	5.281	71,4%	18.377	14,7%	11.864	15,1%	1.750	23,7%	10.753	8,6%	6.888	8,8%
jan/08	106.751	73,6%	64.889	72,4%	6.136	73,6%	17.291	11,9%	11.058	12,3%	1.634	19,6%	15.045	10,4%	9.649	10,8%
fev/08	87.047	67,6%	52.633	66,3%	4.908	71,9%	13.803	10,7%	8.777	11,0%	1.294	19,0%	20.214	15,7%	12.784	16,1%
Total	724.953	71,6%	448.670	70,5%	45.438	71,1%	138.872	13,7%	88.976	14,1%	14.156	22,2%	101.220	10,0%	65.197	10,3%
															27.193	2,7%
															18.710	2,9%
															2.364	3,7%

Tabela 2.5 - Distribuição da Produção Mensal em Volume Financeiro e Valor Liberado da Quantidade de Contratos no Período - Segregado por Garantia (cont.)

Origem	CDC PESADOS - REFIN				CDC UTILITARIOS				CDC UTILITARIOS REFIN									
	Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	Somatório do Valor Liberado - R\$(000)	%	Quantidade de Contratos	%	Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	Somatório do Valor Liberado - R\$(000)	%	Quantidade de Contratos	%	Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	Somatório do Valor Liberado - R\$(000)	%	Quantidade de Contratos	%
jul06	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
ago06	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
set06	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
out06	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
nov06	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
dez06	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
jan07	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
fev07	189	1,6%	136	1,8%	5	0,5%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
mar07	203	1,2%	134	1,3%	4	0,3%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
abr07	157	0,7%	112	0,8%	4	0,2%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
mai07	844	2,7%	535	2,7%	19	0,8%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
jun07	591	1,3%	414	1,4%	17	0,5%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
jul07	1.183	2,1%	745	2,1%	22	0,6%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
ago07	1.128	1,6%	709	1,6%	29	0,6%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
set07	1.298	1,6%	841	1,7%	29	0,6%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
out07	1.863	1,7%	1.205	1,7%	39	0,6%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
nov07	2.910	2,5%	1.903	2,6%	47	0,7%	181	0,2%	117	0,2%	3	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
dez07	2.253	1,8%	1.519	1,9%	45	0,6%	264	0,2%	168	0,2%	3	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
jan08	2.388	1,6%	1.621	1,8%	61	0,7%	130	0,1%	87	0,1%	2	0,0%	131	0,1%	83	0,1%	2	0,0%
fev08	3.840	3,0%	2.556	3,2%	69	1,0%	704	0,5%	451	0,6%	13	0,2%	136	0,1%	89	0,1%	2	0,0%
Total	18.848	1,9%	12.430	2,0%	390	0,6%	1.278	0,1%	823	0,1%	21	0,0%	267	0,0%	172	0,0%	4	0,0%

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Gráfico 2.3 - Distribuição da Produção Mensal em Volume Financeiro Segregado por Garantia (cont.)



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.6 - Evolução Mensal do Tiquete Médio das Operações e do Valor Liberado Segregado por Garantia

Origem	Leves			Motos			Pesados			AutoFin		
	Ticket Médio -			Ticket Médio -			Ticket Médio -			Ticket Médio -		
	Somatório do	Valor das	- R\$	Somatório do	Valor das	- R\$	Somatório do	Valor das	- R\$	Somatório do	Valor das	- R\$
	Parcelas - R\$	Parcelas - R\$		Parcelas - R\$	Parcelas - R\$		Parcelas - R\$	Parcelas - R\$		Parcelas - R\$	Parcelas - R\$	
jul/06	9.727	6.148		9.246	5.625		109.380	85.235		7.252	4.697	
ago/06	10.043	6.542		8.596	5.229		91.326	71.951		6.737	4.556	
set/06	9.649	6.135		8.588	5.306		-	-		9.980	6.456	
out/06	9.989	6.379		8.717	5.417		-	-		9.677	6.455	
nov/06	11.115	7.149		8.694	5.554		-	-		11.273	7.675	
dez/06	11.063	7.035		8.765	5.571		-	-		10.109	6.815	
jan/07	11.052	7.070		8.526	5.494		-	-		9.702	6.638	
fev/07	12.213	7.672		8.470	5.448		-	-		11.472	7.702	
mar/07	13.046	8.170		8.562	5.543		41.566	27.848		10.795	7.279	
abr/07	14.399	8.795		8.804	5.792		61.325	39.396		11.757	7.874	
mai/07	13.703	8.502		9.367	6.192		59.691	38.097		11.030	7.460	
jun/07	14.633	9.037		9.404	6.242		64.350	41.677		11.517	7.784	
jul/07	14.981	9.330		9.437	6.262		59.465	38.433		10.768	7.251	
ago/07	15.763	9.926		9.597	6.293		63.916	41.609		10.692	7.391	
set/07	16.341	10.281		9.657	6.336		65.183	41.916		11.781	8.247	
out/07	16.493	10.278		9.889	6.434		69.523	45.676		12.645	8.857	
nov/07	16.823	10.449		10.301	6.688		71.701	46.386		12.170	8.484	
dez/07	17.351	10.707		10.501	6.774		68.054	43.657		11.652	8.215	
jan/08	17.398	10.570		10.582	6.767		61.409	39.384		12.316	8.481	
fev/08	17.736	10.724		10.667	6.783		72.450	45.819		11.892	8.254	
Total	15.955	9.874		9.810	6.356		66.636	42.921		11.503	7.914	

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.7 - Evolução Mensal do Tiquete Médio das Operações e do Valor Liberado Segregado por Garantia (cont.)

Origem	Pesados Refin		Utilitários		Utilitários Refin	
	Ticket Médio -		Ticket Médio -		Ticket Médio -	
	Somatório do		Somatório do		Somatório do	
	Parcelas - R\$	- R\$	Parcelas - R\$	- R\$	Parcelas - R\$	- R\$
jul/06	-	-	-	-	-	-
ago/06	-	-	-	-	-	-
set/06	-	-	-	-	-	-
out/06	-	-	-	-	-	-
nov/06	-	-	-	-	-	-
dez/06	-	-	-	-	-	-
jan/07	-	-	-	-	-	-
fev/07	37.888	27.191	-	-	-	-
mar/07	50.806	33.534	-	-	-	-
abr/07	39.139	27.947	-	-	-	-
mai/07	44.413	28.136	-	-	-	-
jun/07	34.782	24.370	-	-	-	-
jul/07	53.769	33.853	-	-	-	-
ago/07	38.909	24.445	-	-	-	-
set/07	44.769	28.990	-	-	-	-
out/07	47.772	30.905	-	-	-	-
nov/07	61.918	40.481	60.482	38.983	-	-
dez/07	50.076	33.757	87.943	55.922	-	-
jan/08	39.143	26.577	64.818	43.655	65.535	41.566
fev/08	55.652	37.046	54.117	34.698	67.804	44.638
Total	48.329	31.871	60.878	39.195	66.669	43.102



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. NOME 39086.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.8 - Distribuição das Operações em Faixas de Valor (em Valores Liberados)

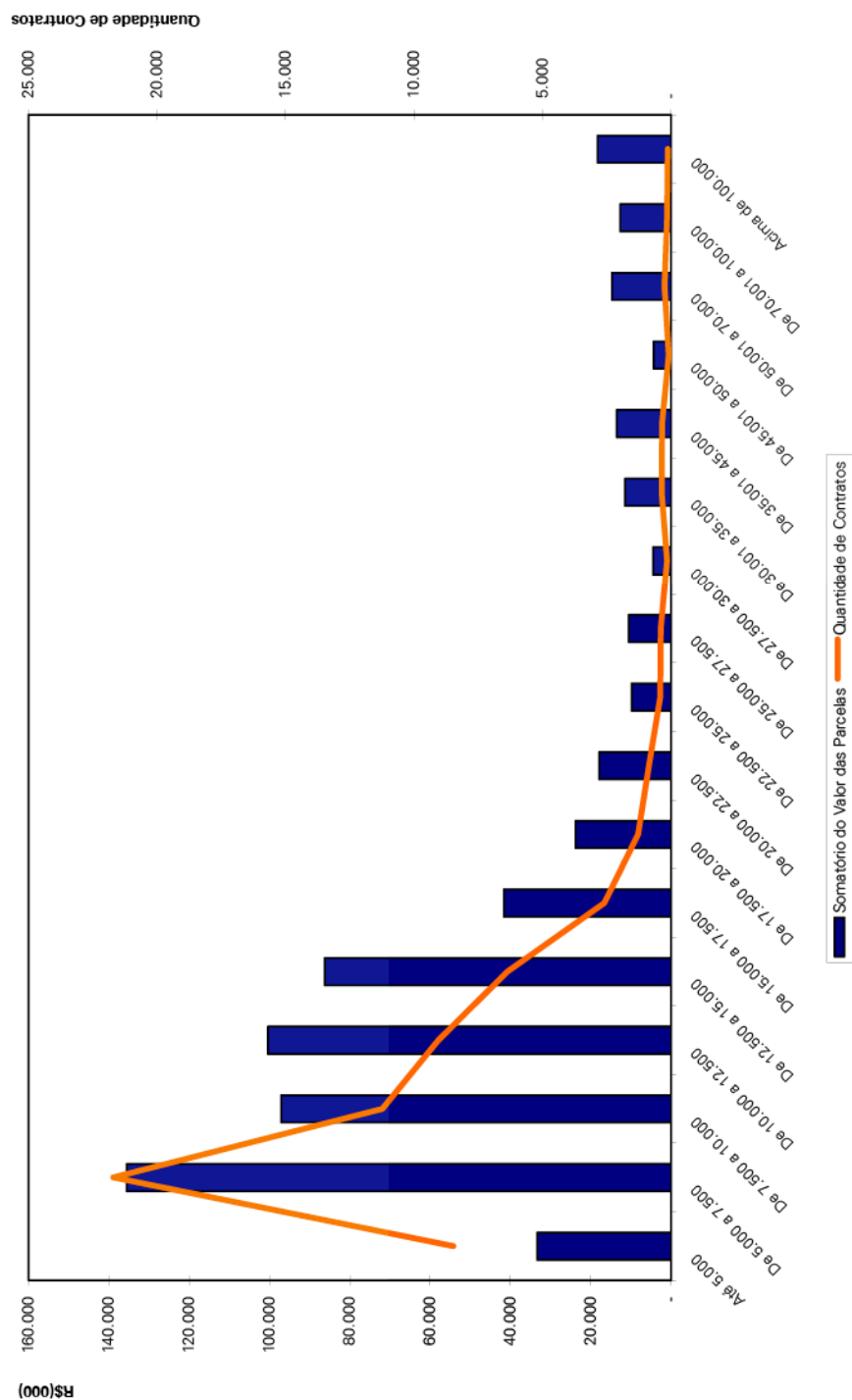
Faixas de Valor (em R\$)	Somatório do Valor Liberado - R\$(000)	% Acum.	Quantidade de Contratos	% Acum.
Até 5.000	33.343	5,2%	8.468	13,3%
De 5.000 a 7.500	135.588	21,3%	21.701	34,0%
De 7.500 a 10.000	97.137	15,3%	11.234	17,6%
De 10.000 a 12.500	100.330	15,8%	9.057	14,2%
De 12.500 a 15.000	86.255	13,6%	6.373	10,0%
De 15.000 a 17.500	41.637	6,5%	2.598	4,1%
De 17.500 a 20.000	23.784	3,7%	1.280	2,0%
De 20.000 a 22.500	17.950	2,8%	857	1,3%
De 22.500 a 25.000	9.829	1,5%	416	0,7%
De 25.000 a 27.500	10.535	1,7%	405	0,6%
De 27.500 a 30.000	4.501	0,7%	157	0,2%
De 30.001 a 35.000	11.467	1,8%	363	0,6%
De 35.001 a 45.000	13.571	2,1%	347	0,5%
De 45.001 a 50.000	4.303	0,7%	92	0,1%
De 50.001 a 70.000	14.732	2,3%	258	0,4%
De 70.001 a 100.000	12.712	2,0%	159	0,2%
Acima de 100.000	18.304	2,9%	127	0,2%
Total	635.978	100,0%	63.892	100,0%



© 2008 KPMG Risk Advisory Serviços Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas a KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. NDMS 39086.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Gráfico 2.4 - Distribuição das Operações em Faixas de Valor (em Valores Liberados) (cont.)



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.9 - Distribuição das Operações em Faixas de Valor (em Valores Liberados), Segregado por Garantia

Faixas de Valor (Em R\$)	CDC Leves				CDC Mortos				CDC Pesados				CDC AutoFin			
	Somatório do Valor Liberado - R\$(000)	%	Quantidade de Contratos	%	Somatório do Valor Liberado - R\$(000)	%	Quantidade de Contratos	%	Somatório do Valor Liberado - R\$(000)	%	Quantidade de Contratos	%	Somatório do Valor Liberado - R\$(000)	%	Quantidade de Contratos	%
Até 2.500	695	0,2%	296	0,7%	254	0,3%	116	0,8%	-	0,0%	-	0,0%	211	1,1%	89	3,8%
De 2.501 a 5.000	21.536	4,8%	5.289	11,6%	7.924	8,8%	1.988	14,0%	22	0,0%	5	0,3%	2.687	14,4%	681	28,8%
De 5.001 a 7.500	69.146	15,4%	11.036	24,3%	61.549	68,4%	9.867	69,7%	213	0,3%	34	2,2%	4.559	24,4%	745	31,5%
De 7.501 a 10.000	81.691	18,2%	9.392	20,7%	12.536	13,9%	1.504	10,6%	245	0,4%	28	1,8%	2.505	13,4%	291	12,3%
De 10.001 a 12.500	89.975	20,1%	8.109	17,8%	6.979	7,8%	637	4,5%	598	0,9%	55	3,6%	2.456	13,1%	226	9,6%
De 12.501 a 15.000	83.408	18,6%	6.161	13,6%	363	0,4%	27	0,2%	663	1,0%	49	3,2%	1.537	8,2%	115	4,9%
De 15.001 a 17.500	38.077	8,5%	2.374	5,2%	112	0,1%	7	0,0%	1.406	2,2%	88	5,8%	1.362	7,3%	86	3,6%
De 17.501 a 20.000	22.000	4,9%	1.184	2,6%	-	0,0%	-	0,0%	1.134	1,7%	61	4,0%	390	2,1%	21	0,9%
De 20.001 a 22.500	13.259	3,0%	632	1,4%	40	0,0%	2	0,0%	2.631	4,0%	126	8,3%	936	5,0%	45	1,9%
De 22.501 a 25.000	8.058	1,8%	341	0,8%	74	0,1%	3	0,0%	1.323	2,0%	56	3,7%	164	0,9%	7	0,3%
De 25.001 a 27.500	6.075	1,4%	233	0,5%	51	0,1%	2	0,0%	2.627	4,0%	101	6,6%	618	3,3%	24	1,0%
De 27.501 a 30.000	3.097	0,7%	108	0,2%	-	0,0%	-	0,0%	1.204	1,8%	42	2,8%	57	0,3%	2	0,1%
De 30.001 a 32.500	3.159	0,7%	102	0,2%	94	0,1%	3	0,0%	4.063	6,2%	131	8,6%	495	2,6%	16	0,7%
De 32.501 a 35.000	1.204	0,3%	36	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	1.382	2,1%	41	2,7%	100	0,5%	3	0,1%
De 35.001 a 37.500	1.085	0,2%	30	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	2.896	4,4%	80	5,3%	72	0,4%	2	0,1%
De 37.501 a 40.000	816	0,2%	21	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	1.158	1,8%	30	2,0%	-	0,0%	-	0,0%
De 40.001 a 42.500	825	0,2%	20	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	3.826	5,9%	93	6,1%	123	0,7%	3	0,1%
De 42.501 a 45.000	351	0,1%	8	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	786	1,2%	18	1,2%	43	0,2%	1	0,0%
De 45.001 a 47.500	461	0,1%	10	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	2.456	3,8%	53	3,5%	47	0,2%	1	0,0%
De 47.501 a 50.000	243	0,1%	5	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	586	0,9%	12	0,8%	-	0,0%	-	0,0%
De 50.001 a 52.500	616	0,1%	12	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	3.641	5,6%	71	4,7%	205	1,1%	4	0,2%
De 52.501 a 55.000	215	0,0%	4	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	644	1,0%	12	0,8%	-	0,0%	-	0,0%
De 55.001 a 57.500	337	0,1%	6	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	1.636	2,5%	29	1,9%	-	0,0%	-	0,0%
De 57.501 a 60.000	58	0,0%	1	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	174	0,3%	3	0,2%	-	0,0%	-	0,0%
De 60.001 a 70.000	682	0,2%	11	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	4.637	7,1%	72	4,7%	62	0,3%	1	0,0%
De 70.001 a 80.000	652	0,1%	9	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	4.504	6,9%	61	4,0%	-	0,0%	-	0,0%
De 80.001 a 90.000	83	0,0%	1	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	3.185	4,9%	38	2,5%	82	0,4%	1	0,0%
De 90.001 a 100.000	92	0,0%	1	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	2.055	3,2%	22	1,4%	-	0,0%	-	0,0%
Acima de 100.000	774	0,2%	6	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	15.502	23,8%	108	7,1%	-	0,0%	-	0,0%
Total	448.670	100,0%	45.438	100,0%	89.976	100,0%	14.156	100,0%	65.197	100,0%	1.519	100,0%	18.710	100,0%	2.364	100,0%

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.10 - Distribuição das Operações em Faixas de Valor (em Valores Liberados), Segregado por Garantia (cont.)

Faixas de Valor (Em R\$)	CDC PESADOS - REFIN				CDC UTILITARIOS				CDC UTILITARIOS REFIN			
	Somatório do Valor Liberado - R\$(000)	%	Quantidade de Contratos	%	Somatório do Valor Liberado - R\$(000)	%	Quantidade de Contratos	%	Somatório do Valor Liberado - R\$(000)	%	Quantidade de Contratos	%
Até 2.500	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
De 2.501 a 5.000	14	0,1%	4	1,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
De 5.001 a 7.500	116	0,9%	18	4,6%	6	0,7%	1	4,8%	-	0,0%	-	0,0%
De 7.501 a 10.000	160	1,3%	19	4,9%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
De 10.001 a 12.500	310	2,5%	29	7,4%	12	1,4%	1	4,8%	-	0,0%	-	0,0%
De 12.501 a 15.000	269	2,2%	20	5,1%	15	1,8%	1	4,8%	-	0,0%	-	0,0%
De 15.001 a 17.500	647	5,2%	41	10,5%	33	4,0%	2	9,5%	-	0,0%	-	0,0%
De 17.501 a 20.000	241	1,9%	13	3,3%	19	2,3%	1	4,8%	-	0,0%	-	0,0%
De 20.001 a 22.500	1.063	8,6%	51	13,1%	21	2,5%	1	4,8%	-	0,0%	-	0,0%
De 22.501 a 25.000	210	1,7%	9	2,3%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
De 25.001 a 27.500	1.111	8,9%	43	11,0%	25	3,1%	1	4,8%	27	15,7%	1	25,0%
De 27.501 a 30.000	114	0,9%	4	1,0%	29	3,6%	1	4,8%	-	0,0%	-	0,0%
De 30.001 a 32.500	773	6,2%	25	6,4%	62	7,6%	2	9,5%	-	0,0%	-	0,0%
De 32.501 a 35.000	135	1,1%	4	1,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
De 35.001 a 37.500	612	4,9%	17	4,4%	36	4,4%	1	4,8%	-	0,0%	-	0,0%
De 37.501 a 40.000	116	0,9%	3	0,8%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
De 40.001 a 42.500	659	5,3%	16	4,1%	41	5,0%	1	4,8%	83	48,2%	2	50,0%
De 42.501 a 45.000	43	0,3%	1	0,3%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
De 45.001 a 47.500	415	3,3%	9	2,3%	47	5,7%	1	4,8%	-	0,0%	-	0,0%
De 47.501 a 50.000	49	0,4%	1	0,3%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
De 50.001 a 52.500	666	5,4%	13	3,3%	50	6,1%	1	4,8%	-	0,0%	-	0,0%
De 52.501 a 55.000	108	0,9%	2	0,5%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
De 55.001 a 57.500	57	0,5%	1	0,3%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
De 57.501 a 60.000	59	0,5%	1	0,3%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
De 60.001 a 70.000	626	5,0%	10	2,6%	197	24,0%	3	14,3%	62	36,1%	1	25,0%
De 70.001 a 80.000	881	7,1%	12	3,1%	149	18,1%	2	9,5%	-	0,0%	-	0,0%
De 80.001 a 90.000	582	4,7%	7	1,8%	80	9,8%	1	4,8%	-	0,0%	-	0,0%
De 90.001 a 100.000	368	3,0%	4	1,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Acima de 100.000	2.029	16,3%	13	3,3%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total	12.430	100,0%	390	100,0%	823	100,0%	21	100,0%	172	100,0%	4	100,0%



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas a KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. NDMS 3906.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

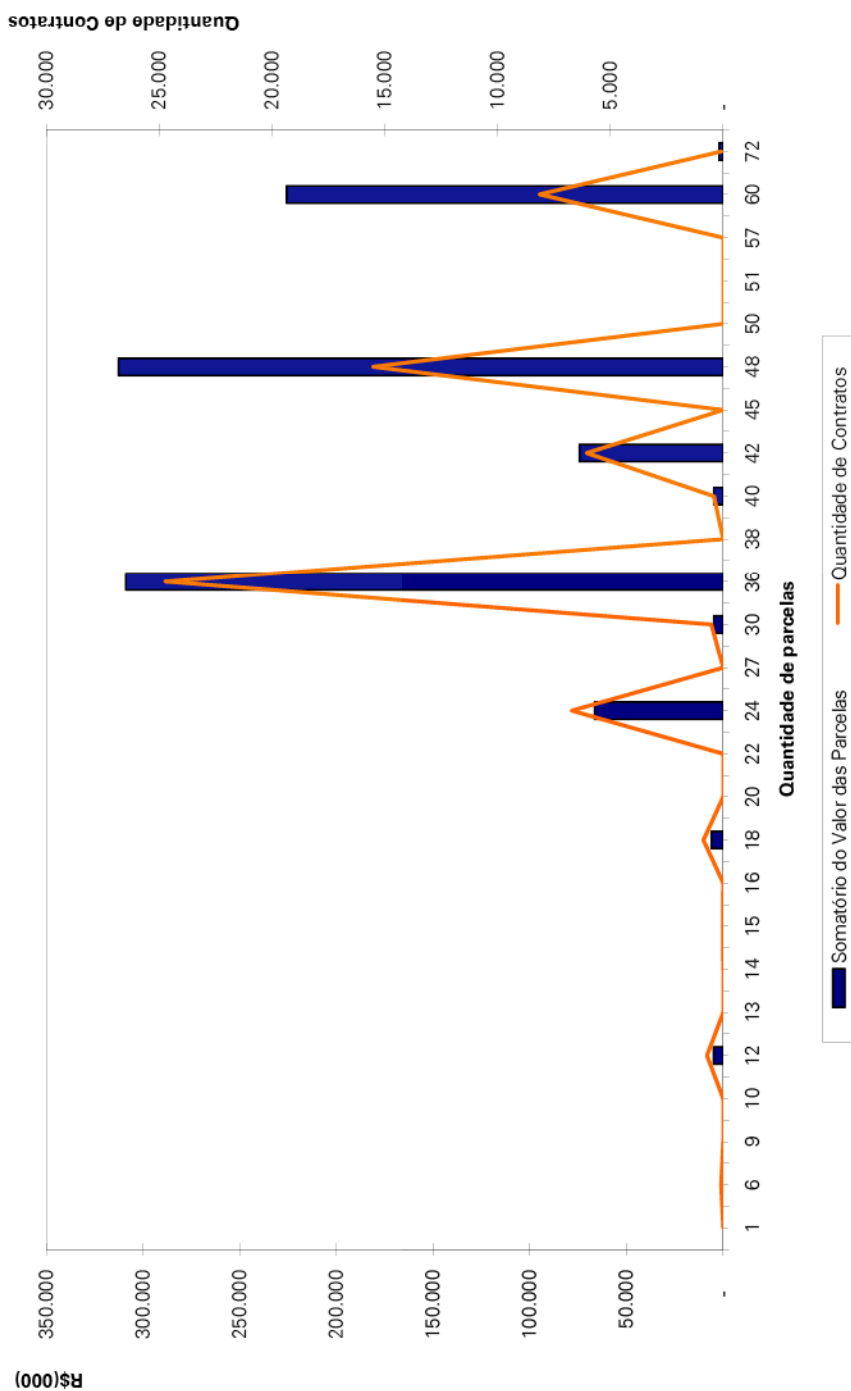
Tabela 2.11 - Distribuição das Operações por Quantidade de Parcelas

Quantidade de Parcelas	Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)	% Acum.	Quantidade de Contratos	% Acum.
1	56	0,0%	1	0,0%
6	705	0,1%	88	0,1%
9	27	0,0%	4	0,0%
10	4	0,0%	1	0,0%
12	4.993	0,5%	724	1,1%
13	12	0,0%	2	0,0%
14	10	0,0%	2	0,0%
15	41	0,0%	6	0,0%
16	24	0,0%	2	0,0%
18	6.094	0,6%	875	1,4%
20	27	0,0%	2	0,0%
22	6	0,0%	1	0,0%
24	66.456	6,6%	6.712	10,5%
27	7	0,0%	1	0,0%
30	4.954	0,5%	526	0,8%
36	308.904	30,5%	24.729	38,7%
38	10	0,0%	1	0,0%
40	4.971	0,5%	416	0,7%
42	74.462	7,4%	6.052	9,5%
45	16	0,0%	1	0,0%
48	312.775	30,9%	15.527	24,3%
50	28	0,0%	1	0,0%
51	26	0,0%	1	0,0%
57	25	0,0%	1	0,0%
60	225.788	22,3%	8.141	12,7%
72	2.211	0,2%	75	0,1%
Total	1.012.631	100,0%	63.892	100,0%
Prazo Médio Ponderado		45 meses		



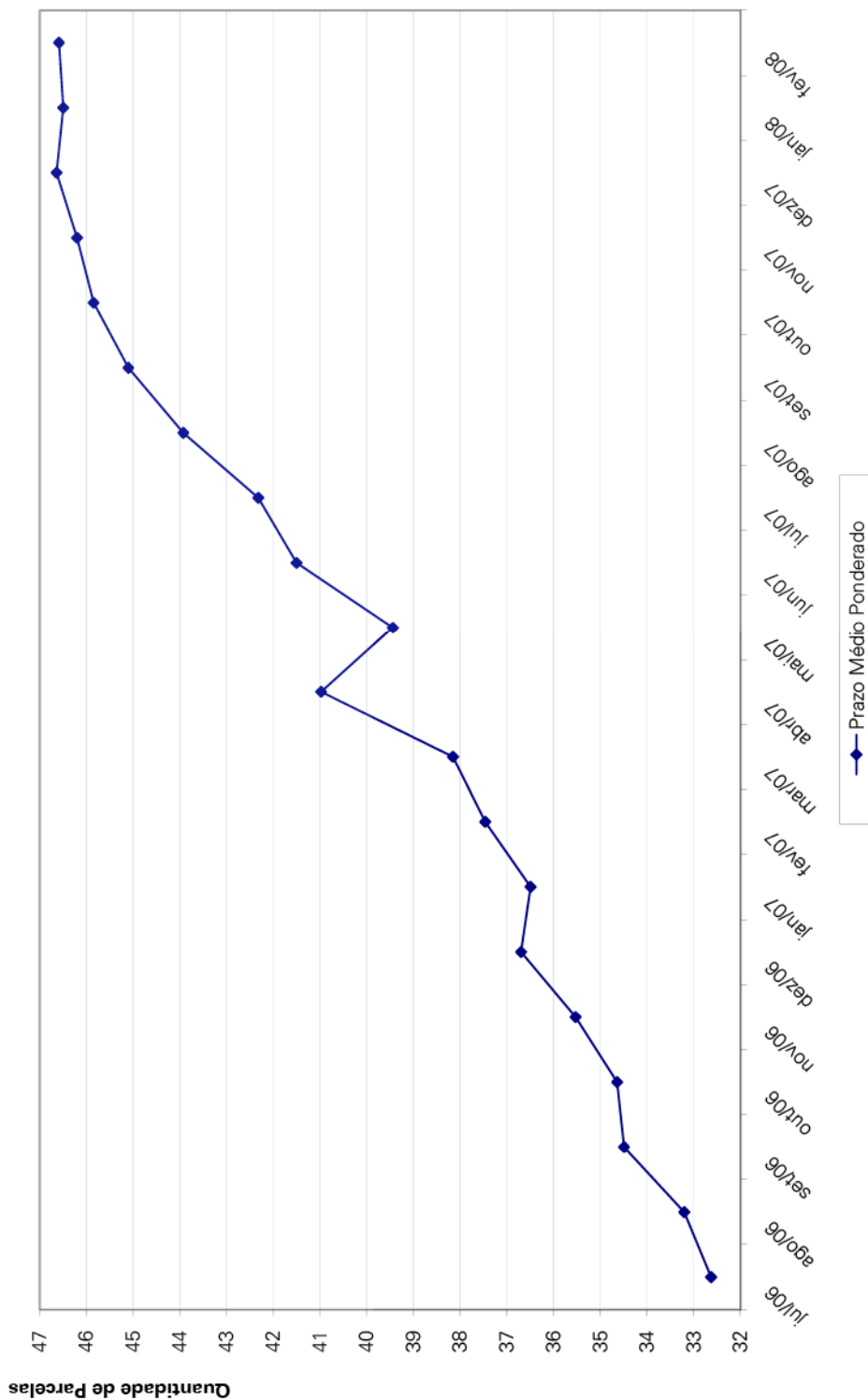
Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Gráfico 2.5 - Distribuição das Operações por Quantidade de Parcelas (cont.)



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Gráfico 2.6 - Evolução da Quantidade Média de Parcelas



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. NDMS 39086.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.12 - Distribuição das Operações por Quantidade de Parcelas - Segregado por Garantia

Quantidade de Parcelas	CDC Leves			CDC Motos			CDC Pesados			CDC AutoFin		
	Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	Quantidade de Contratos	Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	Quantidade de Contratos	Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	Quantidade de Contratos	Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	Quantidade de Contratos
1	56	0,0%	1	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
6	486	0,1%	56	42	0,0%	11	41	0,0%	4	136	0,5%	17
9	5	0,0%	1	-	0,0%	-	-	0,0%	-	13	0,0%	2
10	4	0,0%	1	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
12	2.880	0,4%	445	486	0,4%	104	443	0,4%	25	814	3,0%	132
13	12	0,0%	2	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
14	10	0,0%	2	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
15	31	0,0%	4	10	0,0%	2	-	0,0%	-	-	0,0%	-
16	4	0,0%	1	-	0,0%	-	-	0,0%	-	20	0,1%	1
18	3.589	0,5%	575	605	0,4%	123	579	0,6%	22	1.007	3,7%	140
20	27	0,0%	2	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
22	6	0,0%	1	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
24	34.962	4,8%	4.361	6.595	4,7%	1.121	13.966	13,8%	424	5.884	21,6%	637
27	7	0,0%	1	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
30	339	0,0%	33	107	0,1%	14	407	0,4%	9	4.019	14,8%	467
36	188.573	26,0%	16.229	63.909	46,0%	6.833	34.270	33,9%	617	12.849	47,3%	881
38	-	0,0%	-	10	0,0%	1	-	0,0%	-	-	0,0%	-
40	30	0,0%	3	3.917	2,8%	372	-	0,0%	-	1.024	3,8%	41
42	32.277	4,5%	2.410	38.758	27,9%	3.578	1.964	1,9%	21	1.267	4,7%	41
45	16	0,0%	1	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
48	248.575	34,3%	13.167	24.434	17,6%	1.987	35.799	35,4%	325	159	0,6%	5
50	28	0,0%	1	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
51	26	0,0%	1	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
57	25	0,0%	1	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
60	210.773	29,1%	8.064	-	0,0%	-	13.750	13,6%	72	-	0,0%	-
72	2.211	0,3%	75	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
Total	724.953	100,0%	45.438	138.872	100,0%	14.156	101.220	100,0%	1.519	27.193	100,0%	2.364
	Prazo Médio Pond.		47 parcelas	Prazo Médio Pond.		39 parcelas	Prazo Médio Pond.		42 parcelas	Prazo Médio Pond.		31 parcelas

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.13 - Distribuição das Operações por Quantidade de Parcelas - Segregado por Garantia (cont.)

Quantidade de Parcelas	CDC PESADOS - REFIN			CDC UTILITARIOS			CDC UTILITARIOS REFIN		
	Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	Quantidade de Contratos	Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	Quantidade de Contratos	Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	Quantidade de Contratos
1	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
6	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
9	8	0,0%	1	-	0,0%	-	-	0,0%	-
10	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
12	370	2,0%	18	-	0,0%	-	-	0,0%	-
13	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
14	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
15	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
16	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
18	313	1,7%	15	-	0,0%	-	-	0,0%	-
20	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
22	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
24	4.940	26,2%	164	74	5,8%	4	34	12,8%	1
27	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
30	83	0,4%	3	-	0,0%	-	-	0,0%	-
36	9.068	48,1%	163	171	13,4%	5	63	23,7%	1
38	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
40	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
42	196	1,0%	2	-	0,0%	-	-	0,0%	-
45	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
48	2.644	14,0%	20	994	77,8%	11	169	63,4%	2
50	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
51	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
57	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
60	1.225	6,5%	4	39	3,1%	1	-	0,0%	-
72	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
Total	18.848	100,0%	390	1.278	100,0%	21	267	100,0%	4

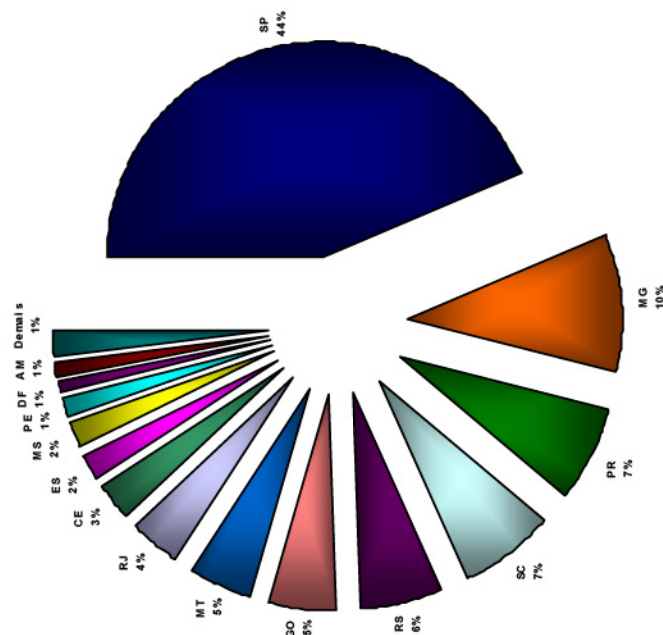


© 2008 KPMG Risk Advisory Serviços Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. NDMS 3906.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

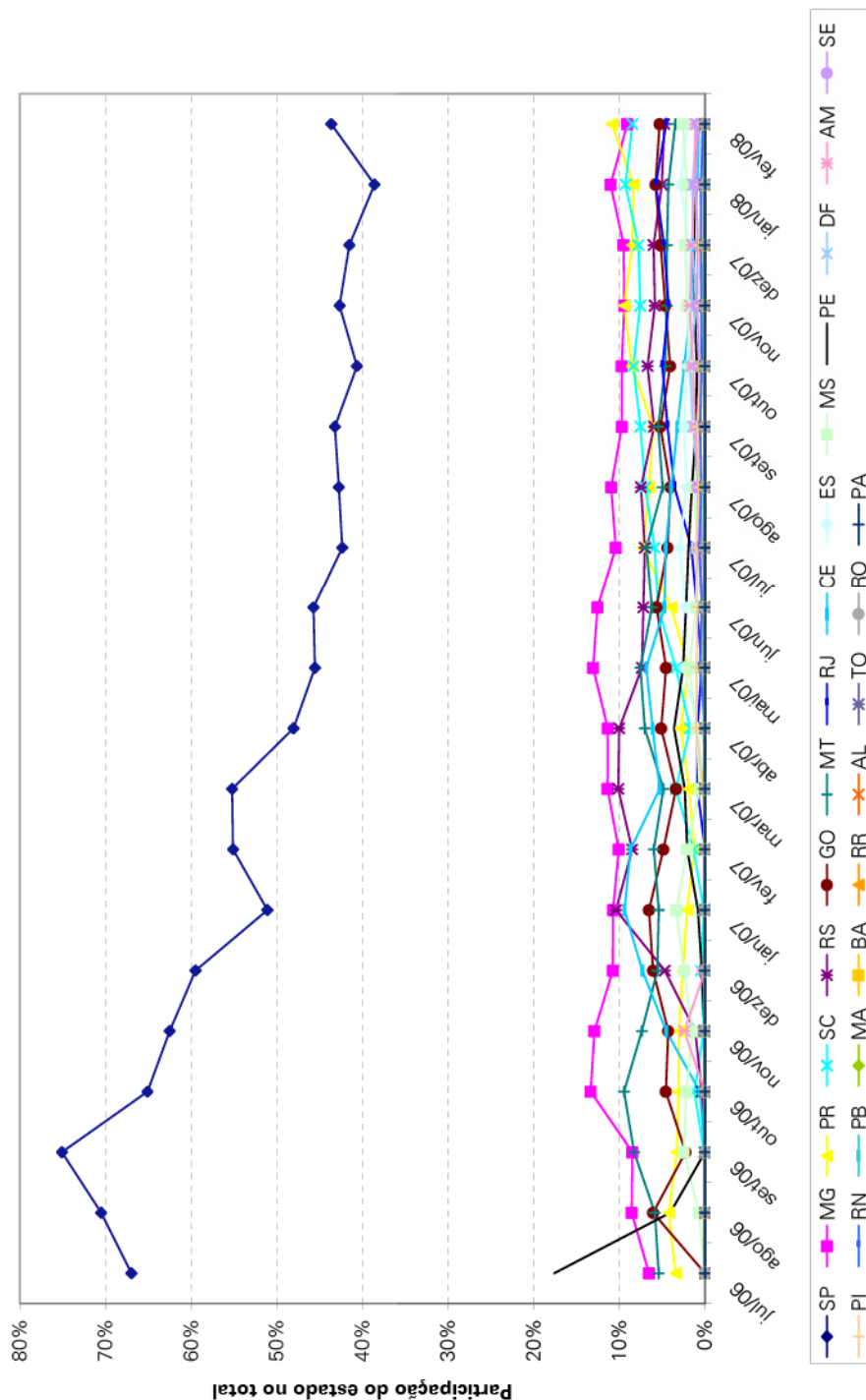
Tabela 2.14 - Distribuição das Operações por UF

UF	Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)	% Acum.	Quantidade de Contratos	% Acum.
SP	440.580	43,5%	27.619	43,2%
MG	103.868	10,3%	7.634	11,9%
PR	75.663	7,5%	4.043	6,3%
SC	71.348	7,0%	3.723	5,8%
RS	61.916	6,1%	3.687	5,8%
GO	50.072	4,9%	3.439	5,4%
MT	49.966	4,9%	3.810	6,0%
RJ	38.363	3,8%	1.857	2,9%
CE	26.958	2,7%	1.853	2,9%
ES	20.652	2,0%	1.299	2,0%
MS	18.514	1,8%	1.423	2,2%
PE	13.979	1,4%	1.032	1,6%
DF	10.707	1,1%	578	0,9%
AM	10.649	1,1%	621	1,0%
SE	7.392	0,7%	425	0,7%
PI	5.879	0,6%	391	0,6%
RN	3.980	0,4%	308	0,5%
PB	1.076	0,1%	80	0,1%
MA	628	0,1%	41	0,1%
BA	179	0,0%	9	0,0%
RR	90	0,0%	8	0,0%
AL	56	0,0%	4	0,0%
TO	43	0,0%	4	0,0%
RO	42	0,0%	3	0,0%
PA	29	0,0%	1	0,0%
Total	1.012.631	100,0%	63.892	100,0%



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.7 - Evolução Mensal das Operações por UF



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.15 - Distribuição das Operações por UF - Segregado por Garantia

UF Financiado	CDC Leves			CDC Motos			CDC Pesados			CDC AutoFin		
	Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)	% Quantidade de Contratos	%	Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)	% Quantidade de Contratos	%	Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)	% Quantidade de Contratos	%	Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)	% Quantidade de Contratos	%
AL	56	100,0%	100,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
AM	10.430	97,9%	98,1%	-	0,0%	0,0%	53	0,5%	0,3%	124	1,2%	1,3%
BA	15	8,6%	11,1%	76	42,2%	7	88	49,2%	1	-	0,0%	0,0%
CE	24.179	89,7%	94,8%	63	0,2%	0,3%	1.420	5,3%	24	905	3,4%	3,1%
DF	7.495	70,0%	68,9%	1.609	15,0%	150	1.388	13,0%	18	147	1,4%	1,7%
ES	16.132	78,1%	75,5%	2.742	13,3%	250	863	4,2%	16	614	3,0%	3,4%
GO	28.651	57,2%	52,6%	13.259	26,5%	1.383	5.816	11,6%	88	1.434	2,9%	3,9%
MA	552	87,9%	82,9%	58	9,3%	6	-	0,0%	-	18	2,8%	2,4%
MG	48.775	47,0%	43,2%	35.066	33,8%	3.611	12.617	12,1%	243	4.388	4,2%	5,2%
MS	7.350	39,7%	29,8%	9.973	53,9%	960	796	4,3%	10	381	2,1%	2,0%
MT	24.737	49,5%	40,3%	21.655	43,3%	2.125	1.967	3,9%	38	1.344	2,7%	2,7%
PA	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	-	29	100,0%	100,0%
PB	984	92,3%	92,5%	-	0,0%	0,0%	21	2,0%	1	61	5,7%	5,3%
PE	11.799	84,4%	88,1%	554	4,0%	56	951	6,8%	11	615	4,4%	5,3%
PI	5.266	89,6%	87,7%	401	6,8%	37	-	0,0%	-	212	3,6%	2,8%
PR	56.058	74,1%	76,4%	6.216	8,2%	656	10.260	13,6%	140	1.646	2,2%	3,5%
RJ	36.430	95,0%	96,8%	215	0,6%	20	448	1,2%	9	414	1,1%	1,0%
RN	3.759	94,4%	94,8%	10	0,3%	1	24	0,6%	1	187	4,7%	4,5%
RO	17	39,7%	66,7%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	-	-	0,0%	0,0%
RR	63	69,9%	62,5%	21	23,1%	2	-	0,0%	-	6	7,0%	12,5%
RS	52.199	84,3%	90,2%	768	1,2%	74	5.929	9,6%	80	2.155	3,5%	5,2%
SC	52.386	73,4%	82,1%	2.742	3,8%	265	11.612	16,3%	181	2.052	2,9%	4,6%
SE	6.451	87,3%	88,7%	262	3,5%	24	451	6,1%	12	100	1,4%	2,1%
SP	331.138	75,2%	77,2%	43.159	9,8%	4.521	46.514	10,6%	644	10.360	2,4%	3,5%
TO	22	51,3%	50,0%	21	48,7%	2	-	0,0%	-	-	0,0%	0,0%
Total	724.953	71,6%	71,1%	138.872	13,7%	14.156	101.220	10,0%	1.519	27.193	2,7%	3,7%

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.16 - Distribuição das Operações por Estado - Segregado por Garantia (cont.)

UF Financiado	CDC PESADOS - REFIN			CDC UTILITARIOS			CDC UTILITARIOS REFIN		
	Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)	% Quantidade de Contratos	%	Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)	% Quantidade de Contratos	%	Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)	% Quantidade de Contratos	%
AL	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
AM	17	0,2%	0,2%	25	0,2%	0,2%	-	0,0%	0,0%
BA	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
CE	391	1,5%	0,5%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
DF	67	0,6%	0,3%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
ES	301	1,5%	0,6%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
GO	912	1,8%	0,7%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
MA	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
MG	2.891	2,8%	1,1%	29	0,0%	0,0%	102	0,1%	0,0%
MS	13	0,1%	0,1%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
MT	263	0,5%	0,2%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
PA	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
PB	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
PE	60	0,4%	0,1%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
PI	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
PR	1.483	2,0%	0,5%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
RJ	191	0,5%	0,2%	666	1,7%	0,4%	-	0,0%	0,0%
RN	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
RO	25	60,3%	33,3%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
RR	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
RS	612	1,0%	0,2%	252	0,4%	0,1%	-	0,0%	0,0%
SC	2.541	3,6%	1,2%	15	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
SE	128	1,7%	0,7%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
SP	8.951	2,0%	0,6%	292	0,1%	0,0%	165	0,0%	0,0%
TO	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total	18.848	1,9%	0,6%	1.278	0,1%	0,0%	267	0,0%	0,0%



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

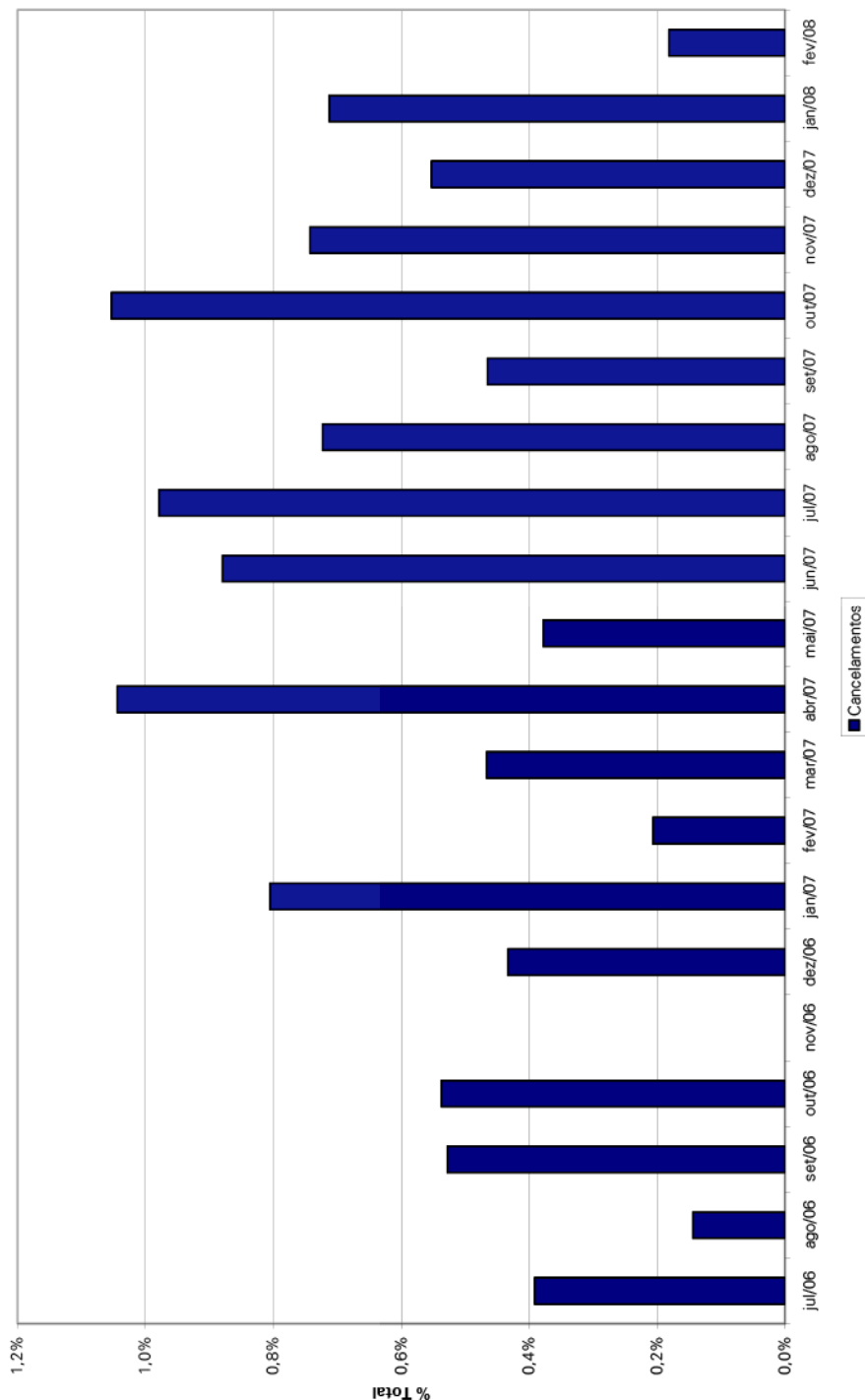
Tabela 2.17 - Evolução Mensal das Operações Canceladas

Origem	Cancelamentos			Total	
	Somatório do Valor das Parcelas - R\$(000)	% sob Total	Quantidade de Contratos	% sob Total	Somatório do Valor das Quantidade de Parcelas - Contratos R\$(000)
jul/06	5	0,4%	1	0,9%	1.241
ago/06	5	0,1%	1	0,3%	3.407
set/06	25	0,5%	3	0,6%	4.724
out/06	32	0,5%	4	0,6%	6.005
nov/06	-	0,0%	-	0,0%	9.885
dez/06	57	0,4%	3	0,2%	13.139
jan/07	105	0,8%	9	0,7%	13.070
fev/07	25	0,2%	2	0,2%	12.135
mar/07	79	0,5%	6	0,4%	16.922
abr/07	235	1,0%	12	0,7%	22.552
mai/07	119	0,4%	5	0,2%	31.430
jun/07	409	0,9%	19	0,6%	46.523
jul/07	553	1,0%	30	0,8%	56.507
ago/07	509	0,7%	27	0,6%	70.310
set/07	370	0,5%	21	0,4%	79.464
out/07	1.149	1,1%	52	0,8%	109.108
nov/07	871	0,7%	52	0,8%	117.282
dez/07	692	0,6%	41	0,6%	125.121
jan/08	1.033	0,7%	56	0,7%	144.963
fev/08	234	0,2%	35	0,5%	128.846
Total	6.507	0,6%	379	0,6%	1.012.631
					63.892



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Gráfico 2.8 - Evolução Mensal das Operações Canceladas



© 2008 KPMG Risk Advisory Serviços Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. NDMS 39086.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.18 - Distribuição Mensal da Taxa Média Praticada

Origem	AutoFin		Leves		Motos		Pesados		Pesados - Refin		Utilitários		Utilitários - Refin		Total	
	Taxa ao mês - %	Taxa ao mês - %	Taxa ao mês - %	Taxa ao mês - %	Taxa ao mês - %	Taxa ao mês - %	Taxa ao mês - %	Taxa ao mês - %	Taxa ao mês - %	Taxa ao mês - %	Taxa ao mês - %	Taxa ao mês - %	Taxa ao mês - %	Taxa ao mês - %	Taxa ao mês - %	Taxa ao mês - %
jul/06	3,2%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	2,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,8%	2,8%
ago/06	3,3%	2,9%	2,9%	3,1%	3,1%	2,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,9%	2,9%
set/06	3,2%	2,9%	2,9%	2,9%	2,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,9%	2,9%
out/06	3,1%	2,9%	2,9%	2,8%	2,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,9%	2,9%
nov/06	2,9%	2,7%	2,7%	2,7%	2,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,7%	2,7%
dez/06	2,9%	2,7%	2,7%	2,7%	2,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,7%	2,7%
jan/07	2,9%	2,6%	2,6%	2,6%	2,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,7%	2,7%
fev/07	2,9%	2,6%	2,6%	2,7%	2,7%	0,0%	0,0%	2,8%	2,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,7%	2,7%
mar/07	2,9%	2,6%	2,6%	2,7%	2,7%	2,7%	2,8%	2,8%	2,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,6%	2,6%
abr/07	2,8%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,7%	3,0%	3,0%	3,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,6%	2,6%
mai/07	2,9%	2,6%	2,6%	2,4%	2,4%	2,5%	3,1%	3,1%	3,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,5%	2,5%
jun/07	2,8%	2,5%	2,5%	2,4%	2,4%	2,3%	2,9%	2,9%	2,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,4%	2,4%
jul/07	2,9%	2,4%	2,4%	2,3%	2,3%	2,4%	2,9%	2,9%	2,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,4%	2,4%
ago/07	2,6%	2,3%	2,3%	2,4%	2,4%	2,4%	2,9%	2,9%	2,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,3%	2,3%
set/07	2,4%	2,2%	2,2%	2,4%	2,4%	2,4%	2,8%	2,8%	2,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,3%	2,3%
out/07	2,4%	2,2%	2,2%	2,4%	2,4%	2,2%	2,7%	2,7%	2,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,2%	2,2%
nov/07	2,3%	2,2%	2,2%	2,3%	2,3%	2,2%	2,4%	2,4%	2,4%	1,9%	1,9%	1,9%	0,0%	0,0%	2,2%	2,2%
dez/07	2,4%	2,2%	2,2%	2,3%	2,3%	2,3%	2,6%	2,6%	2,6%	2,1%	2,1%	2,1%	0,0%	0,0%	2,3%	2,3%
jan/08	2,4%	2,3%	2,3%	2,3%	2,3%	2,4%	2,6%	2,6%	2,6%	1,9%	1,9%	1,9%	2,3%	2,3%	2,3%	2,3%
fev/08	2,4%	2,3%	2,3%	2,4%	2,4%	2,3%	2,4%	2,4%	2,4%	2,2%	2,2%	2,2%	2,1%	2,1%	2,3%	2,3%
Total	2,6%	2,3%	2,3%	2,4%	2,4%	2,3%	2,6%	2,6%	2,6%	2,1%	2,1%	2,1%	2,2%	2,2%	2,3%	2,3%



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.19 - Distribuição Percentual de Financiamento Praticado

Origem	Somatório do Valor da Garantia - R\$(000)	Somatório do Valor do Financiado - R\$(000)	% de Financiamento
jul/06	1.233	809	65,6%
ago/06	3.388	2.184	64,4%
set/06	4.485	2.975	66,3%
out/06	5.719	3.810	66,6%
nov/06	9.562	6.371	66,6%
dez/06	12.145	8.373	68,9%
jan/07	12.774	8.401	65,8%
fev/07	11.840	7.708	65,1%
mar/07	16.542	10.728	64,9%
abr/07	20.956	14.097	67,3%
mai/07	29.334	19.932	67,9%
jun/07	41.460	29.404	70,9%
jul/07	51.009	35.782	70,1%
ago/07	64.885	44.760	69,0%
set/07	70.748	50.498	71,4%
out/07	96.358	68.955	71,6%
nov/07	104.155	73.887	70,9%
dez/07	105.956	78.280	73,9%
jan/08	122.061	89.579	73,4%
fev/08	114.703	79.444	69,3%
Total	899.312	635.978	70,7%



© 2008 KPMG Risk Advisory Serviços Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas a KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. NDMS 39086.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.20 - Distribuição Percentual do Comprometimento da Renda Praticado

Origem	Somatório do Valor da Renda do Financiado - R\$(000)	Somatório do Valor de Uma Parcela dos Contratos - R\$(000)	% de Comprometimento
jul/06	178	39	21,9%
ago/06	712	109	15,3%
set/06	696	146	21,0%
out/06	1.004	182	18,1%
nov/06	1.919	293	15,3%
dez/06	1.845	378	20,5%
jan/07	1.815	381	21,0%
fev/07	1.518	348	22,9%
mar/07	2.838	488	17,2%
abr/07	2.927	608	20,8%
mai/07	3.959	909	22,9%
jun/07	7.533	1.207	16,0%
jul/07	7.959	1.437	18,1%
ago/07	8.774	1.726	19,7%
set/07	11.229	1.909	17,0%
out/07	12.979	2.566	19,8%
nov/07	14.053	2.732	19,4%
dez/07	19.604	2.880	14,7%
jan/08	15.856	3.347	21,1%
fev/08	18.644	2.978	16,0%
Total	136.041	24.663	18,1%



© 2008 KPMG Risk Advisory Serviços Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. NDMS 39086.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.21 - Distribuição da Carteira por Rating de Atraso (Resolução 2682)

Rating	Somatório do		Somatório do		% Acum.	Quantidade de Contratos	% Acum.	% Acum.
	Valor das Parcelas - R\$(000)	%	Valor Liberado - R\$(000)	%				
A	800.613	79,1%	504.801	79,4%	79,4%	50.791	79,5%	79,5%
B	60.937	6,0%	37.818	5,9%	85,1%	3.627	5,7%	85,2%
C	57.776	5,7%	35.485	5,6%	90,8%	3.364	5,3%	90,4%
D	22.310	2,2%	13.540	2,1%	93,0%	1.326	2,1%	92,5%
E	13.525	1,3%	8.236	1,3%	94,3%	781	1,2%	93,7%
F	8.753	0,9%	5.351	0,8%	95,2%	547	0,9%	94,6%
G	7.550	0,7%	4.557	0,7%	95,9%	426	0,7%	95,3%
H	13.845	1,4%	8.324	1,3%	97,3%	926	1,4%	96,7%
HH	1.481	0,1%	899	0,1%	97,4%	126	0,2%	96,9%
Liquidado	25.843	2,6%	16.968	2,7%	100,0%	1.978	3,1%	100,0%
Total	1.012.631	100,0%	635.978	100,0%		63.892	100,0%	

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.22 - Aging List

Faixas	RS(000)	%	% Acum.
Total sob análise	1.012.631		
(-) Cancelamentos	6.507		
(+) Multas	3.963		
(-) Descontos	3.196		
(-) Parcelas a vencer após 29 de fevereiro de 2008	877.084		
Parcelas vencidas e/ou liquidadas até 29 de fevereiro de 2008	129.808	100,0%	
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	13.363	10,3%	10,3%
Parcelas antecipadas de 151 a 180 dias	590	0,5%	10,8%
Parcelas antecipadas de 121 a 150 dias	628	0,5%	11,2%
Parcelas antecipadas de 91 a 120 dias	679	0,5%	11,8%
Parcelas antecipadas de 61 a 90 dias	810	0,6%	12,4%
Parcelas antecipadas de 31 a 60 dias	1.488	1,1%	13,5%
Parcelas antecipadas de 16 a 30 dias	3.030	2,3%	15,9%
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	37.522	28,9%	44,8%
Parcelas liquidadas no vencimento	15.781	12,2%	56,9%
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	28.773	22,2%	79,1%
Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	8.381	6,5%	85,6%
Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	5.281	4,1%	89,6%
Parcelas liquidadas de 60 a 180 dias	1.104	0,9%	90,5%
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	311	0,2%	90,7%
Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	113	0,1%	90,8%
Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	42	0,0%	90,8%
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	48	0,0%	90,9%
Parcelas vencidas de 1 a 15 dias	4.504	3,5%	94,3%
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	1.800	1,4%	95,7%
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	2.045	1,6%	97,3%
Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	1.140	0,9%	98,2%
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	758	0,6%	98,8%
Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	518	0,4%	99,2%
Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	363	0,3%	99,4%
Parcelas vencidas acima de 180 dias	717	0,6%	100,0%

* O alto percentual de antecipações acima de 180 dias refere-se a pré-liquidações de contratos e/ou retomada e venda das garantias por busca e apreensão ou entrega amigável.



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.23 - Aging List por Produto

Faixas	CDC Leves		CDC Motos		CDC Pesados		CDC AutoFin	
	R\$(000)	% acum.	R\$(000)	% acum.	R\$(000)	% acum.	R\$(000)	% acum.
Total sob análise	72.953		138.872		101.220		27.193	
(-) Cancelamentos	4.647		469		1.130		67	
(+) Multas	2.765		608		266		260	
(-) Descontos	2.170		218		430		307	
(-) Parcelas a vencer após 29 de fevereiro de 2008	632.438		116.614		89.553		20.605	
Parcelas vencidas e/ou liquidadas até 29 de fevereiro de 2008	88.463	100,0%	22.180	100,0%	10.372	100,0%	6.474	100,0%
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	9.638	10,9%	1.468	6,6%	1.271	12,3%	805	12,4%
Parcelas antecipadas de 150 a 180 dias	394	0,4%	70	0,3%	53	0,5%	62	1,0%
Parcelas antecipadas de 120 a 150 dias	420	0,5%	75	0,3%	53	0,5%	68	1,0%
Parcelas antecipadas de 90 a 120 dias	449	0,5%	93	0,4%	52	0,5%	72	1,1%
Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias	541	0,6%	121	0,5%	56	0,5%	76	1,2%
Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	936	1,1%	310	1,4%	75	0,7%	89	1,4%
Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	2.083	2,4%	697	3,1%	112	1,1%	119	1,8%
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	26.098	29,5%	7.693	34,7%	1.907	18,4%	1.429	22,1%
Parcelas liquidadas no vencimento	9.888	11,2%	2.271	10,2%	2.197	21,2%	930	14,4%
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	18.996	21,5%	4.792	21,6%	2.775	26,8%	1.527	23,6%
Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	5.619	6,4%	1.417	6,4%	658	6,3%	516	8,0%
Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	3.667	4,1%	853	3,8%	349	3,4%	321	5,0%
Parcelas liquidadas de 60 a 180 dias	788	0,9%	170	0,8%	64	0,6%	64	1,0%
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	211	0,2%	51	0,2%	17	0,2%	27	0,4%
Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	77	0,1%	23	0,1%	5	0,1%	8	0,1%
Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	27	0,0%	10	0,0%	2	0,0%	3	0,0%
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	32	0,0%	16	0,1%	0	0,0%	0	0,0%
Parcelas vencidas de 1 a 15 dias	3.174	3,6%	711	3,2%	377	3,6%	151	2,3%
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	1.283	1,4%	272	1,2%	145	1,4%	67	1,0%
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	1.494	1,7%	339	1,5%	121	1,2%	63	1,0%
Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	852	1,0%	209	0,9%	38	0,4%	31	0,5%
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	568	0,6%	148	0,7%	22	0,2%	18	0,3%
Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	386	0,4%	102	0,5%	17	0,2%	11	0,2%
Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	272	0,3%	78	0,4%	3	0,0%	8	0,1%
Parcelas vencidas acima de 180 dias	512	0,6%	190	0,9%	2	0,0%	9	0,1%



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.24 - Aging List por Produto (cont.)

Faixas	CDC PESADOS - REFIN		CDC Utilitários		CDC UTILITARIOS REFIN	
	R\$(000)	% acum.	R\$(000)	% acum.	R\$(000)	% acum.
Total sob análise	18.848		1.278		267	
(-) Cancelamentos	195		0		0	
(+) Multas	64		0		0	
(-) Descontos	71		0		0	
(-) Parcelas a vencer após 29 de fevereiro de 2008	16.357		1.253		264	
Parcelas vencidas e/ou liquidadas até 29 de fevereiro de 2008	2.290	100,0%	26	100,0%	3	100,0%
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	200	8,7%	0	0,0%	0	0,0%
Parcelas antecipadas de 150 a 180 dias	12	0,5%	0	0,0%	0	0,0%
Parcelas antecipadas de 120 a 150 dias	12	0,5%	0	0,0%	0	0,0%
Parcelas antecipadas de 90 a 120 dias	14	0,6%	0	0,0%	0	0,0%
Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias	16	0,7%	0	0,0%	0	0,0%
Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	17	0,7%	0	0,0%	0	0,0%
Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	19	0,8%	0	0,0%	0	0,0%
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	387	16,9%	7	27,9%	0	0,0%
Parcelas liquidadas no vencimento	493	21,5%	1	2,5%	1	44,6%
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	672	29,3%	11	41,8%	0	0,0%
Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	189	7,4%	2	8,3%	0	0,0%
Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	91	4,0%	0	0,0%	0	0,0%
Parcelas liquidadas de 60 a 180 dias	17	0,7%	0	0,0%	0	0,0%
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	5	0,2%	0	0,0%	0	0,0%
Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Parcelas vencidas de 1 a 15 dias	86	3,7%	3	11,4%	2	55,4%
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	33	1,4%	0	0,0%	0	0,0%
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	26	1,2%	2	7,9%	0	0,0%
Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	11	0,5%	0	0,0%	0	0,0%
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	2	0,1%	0	0,0%	0	0,0%
Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	2	0,1%	0	0,0%	0	0,0%
Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	2	0,1%	0	0,0%	0	0,0%
Parcelas vencidas acima de 180 dias	3	0,1%	0	0,0%	0	0,0%



© 2008 KPMG Risk Advisory Serviços Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. NDMS 39086.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.25 - Aging 1st Payment Default e 2nd Payment Default

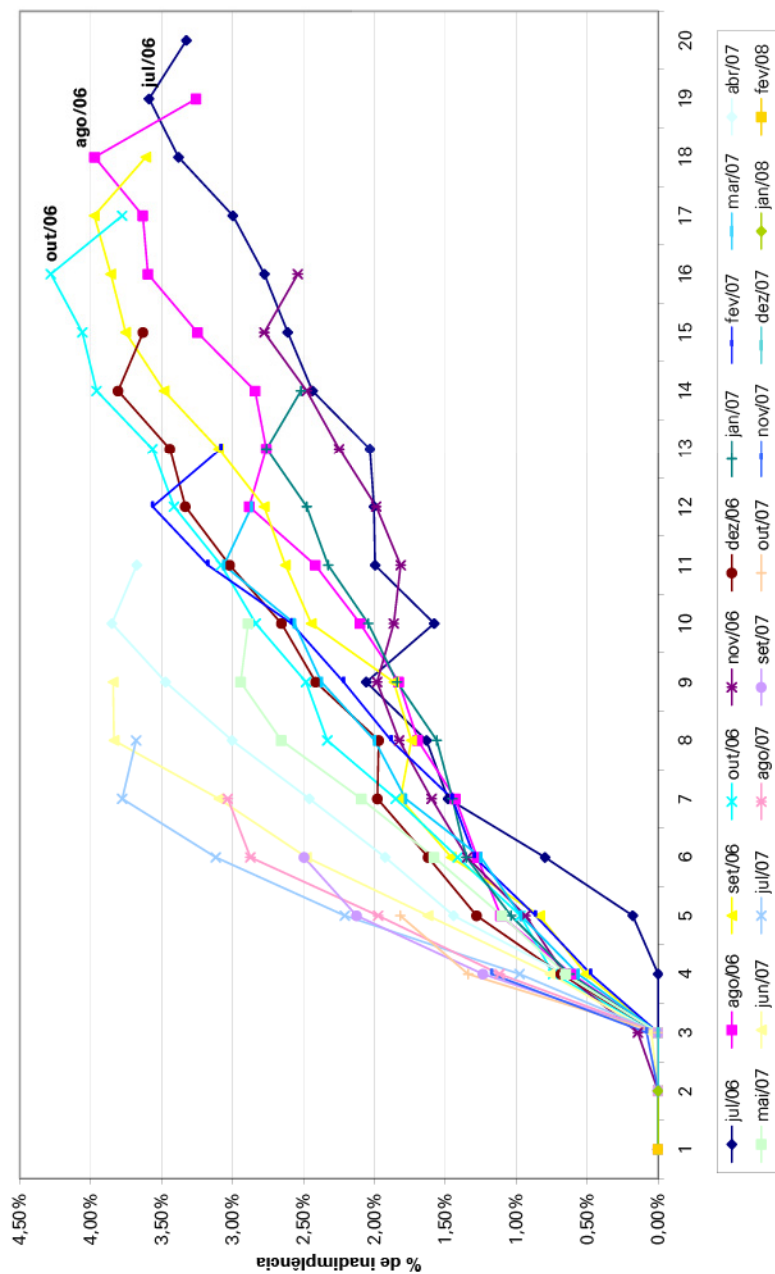
Faixas	First Payment Default			Demais Contratos			Second Payment Default			Demais Contratos		
	R\$(000)	%	% Acum.	R\$(000)	%	% Acum.	R\$(000)	%	% Acum.	R\$(000)	%	% Acum.
Total sob análise	176.008			836.623			169.971			842.660		
(-) Cancelamentos				6.507						6.507		
(-) Desconto	126			3.837			109			3.854		
(+) Multa	128			3.068			50			3.146		
Parcelas a vencer em 29 de fevereiro de 2008	171.551			705.532			166.328			710.756		
Total vencido e/ou liquidado até 29 de fevereiro de 2008	4.458	100,0%		125.350	100,0%		3.583	100,0%		126.225	100,0%	
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	289	6,5%	6,5%	13.094	10,4%	10,4%	232	6,5%	6,5%	13.151	10,4%	10,4%
Parcelas antecipadas de 151 a 180 dias	11	0,2%	6,7%	579	0,5%	10,9%	8	0,2%	6,7%	582	0,5%	10,9%
Parcelas antecipadas de 121 a 150 dias	11	0,3%	7,0%	617	0,5%	11,4%	8	0,2%	6,9%	620	0,5%	11,4%
Parcelas antecipadas de 91 a 120 dias	12	0,3%	7,2%	668	0,5%	11,9%	8	0,2%	7,1%	671	0,5%	11,9%
Parcelas antecipadas de 61 a 90 dias	13	0,3%	7,5%	797	0,6%	12,6%	8	0,2%	7,4%	802	0,6%	12,5%
Parcelas antecipadas de 31 a 60 dias	22	0,5%	8,0%	1.466	1,2%	13,7%	11	0,3%	7,7%	1.477	1,2%	13,7%
Parcelas antecipadas de 16 a 30 dias	11	0,2%	8,3%	3.019	2,4%	16,1%	4	0,1%	7,8%	3.026	2,4%	16,1%
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	89	2,0%	10,2%	37.433	29,9%	46,0%	18	0,5%	8,3%	37.504	29,7%	45,8%
Parcelas liquidadas no vencimento	53	1,2%	11,4%	15.728	12,5%	58,6%	10	0,3%	8,6%	15.771	12,5%	58,3%
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	128	2,9%	14,3%	28.645	22,9%	81,4%	34	1,0%	9,5%	28.738	22,8%	81,1%
Parcelas liquidadas de 16 a 30 dias	68	1,5%	15,8%	8.313	6,6%	88,0%	21	0,6%	10,1%	8.360	6,6%	87,7%
Parcelas liquidadas de 31 a 60 dias	183	4,1%	19,9%	5.098	4,1%	92,1%	47	1,3%	11,4%	5.233	4,1%	91,8%
Parcelas liquidadas de 61 a 90 dias	242	5,4%	25,4%	862	0,7%	92,8%	102	2,8%	14,3%	1.002	0,8%	92,6%
Parcelas liquidadas de 91 a 120 dias	69	1,6%	26,9%	242	0,2%	93,0%	53	1,5%	15,8%	257	0,2%	92,8%
Parcelas liquidadas de 121 a 150 dias	34	0,8%	27,7%	79	0,1%	93,1%	26	0,7%	16,5%	87	0,1%	92,9%
Parcelas liquidadas de 151 a 180 dias	15	0,3%	28,0%	27	0,0%	93,1%	11	0,3%	16,8%	31	0,0%	92,9%
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	24	0,5%	28,5%	24	0,0%	93,1%	21	0,6%	17,4%	27	0,0%	93,0%
Parcelas vencidas até 15 dias	822	18,4%	47,0%	3.682	2,9%	96,0%	763	21,3%	38,7%	3.740	3,0%	95,9%
Parcelas vencidas de 16 a 30 dias	388	8,7%	55,7%	1.412	1,1%	97,2%	369	10,0%	48,7%	1.441	1,1%	97,1%
Parcelas vencidas de 31 a 60 dias	606	13,6%	69,3%	1.439	1,1%	98,3%	548	15,3%	64,0%	1.497	1,2%	98,3%
Parcelas vencidas de 61 a 90 dias	417	9,3%	78,6%	724	0,6%	98,9%	387	10,8%	74,8%	754	0,6%	98,8%
Parcelas vencidas de 91 a 120 dias	297	6,7%	85,3%	461	0,4%	99,2%	278	7,8%	82,6%	480	0,4%	99,2%
Parcelas vencidas de 121 a 150 dias	206	4,6%	89,9%	312	0,2%	99,5%	194	5,4%	88,0%	324	0,3%	99,5%
Parcelas vencidas de 151 a 180 dias	144	3,2%	93,1%	219	0,2%	99,7%	139	3,9%	91,9%	224	0,2%	99,7%
Parcelas vencidas acima de 180 dias	306	6,9%	100,0%	411	0,3%	100,0%	292	8,1%	100,0%	425	0,3%	100,0%



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas a KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. NDMS 38086.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

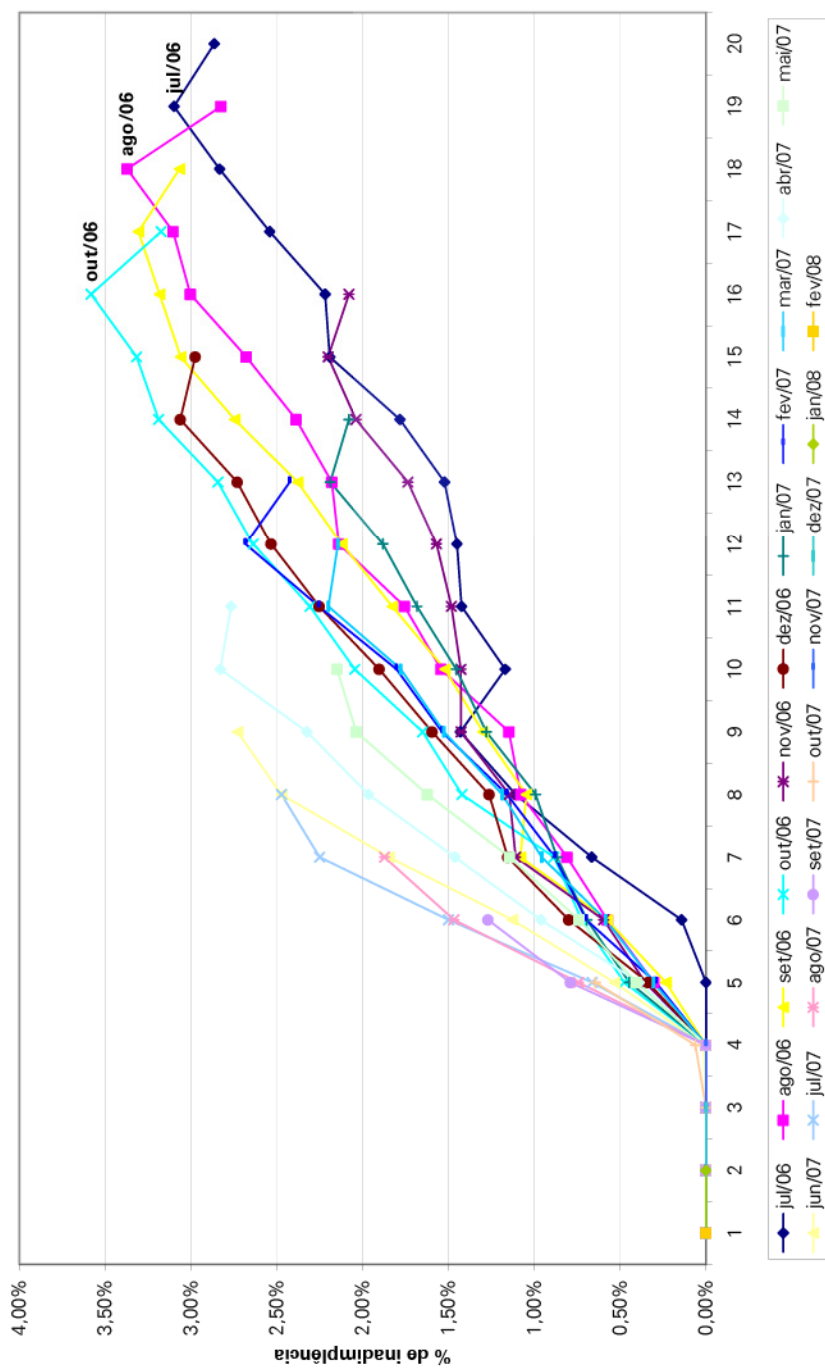
Gráfico 2.9 - Pool/Estático
Representação Gráfica do Pool Estático - Inadimplância por Safra de Parcelas Vencidas Acima de 60 Dias



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Gráfico 2.10 - Pool Estático

Representação Gráfica do Pool Estático - Inadimplência por Safra de Parcelas Vendidas Acima de 90 Dias

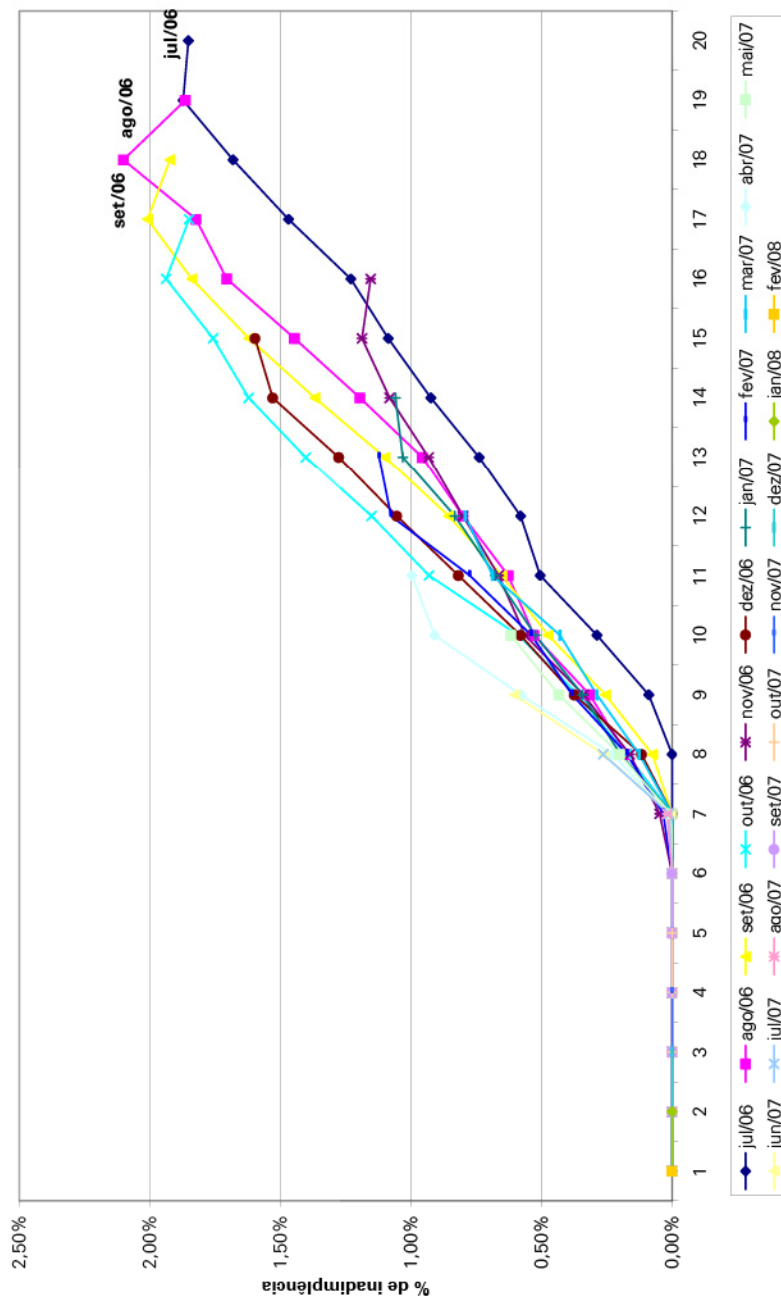


© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. NDMS 39086.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Gráfico 2.11 - Pool Estático

Representação Gráfica do Pool Estático - Inadimplência por Safra de Parcelas Vencidas Acima de 180 Dias



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Tabela 2.26 - Representatividade das Baixas

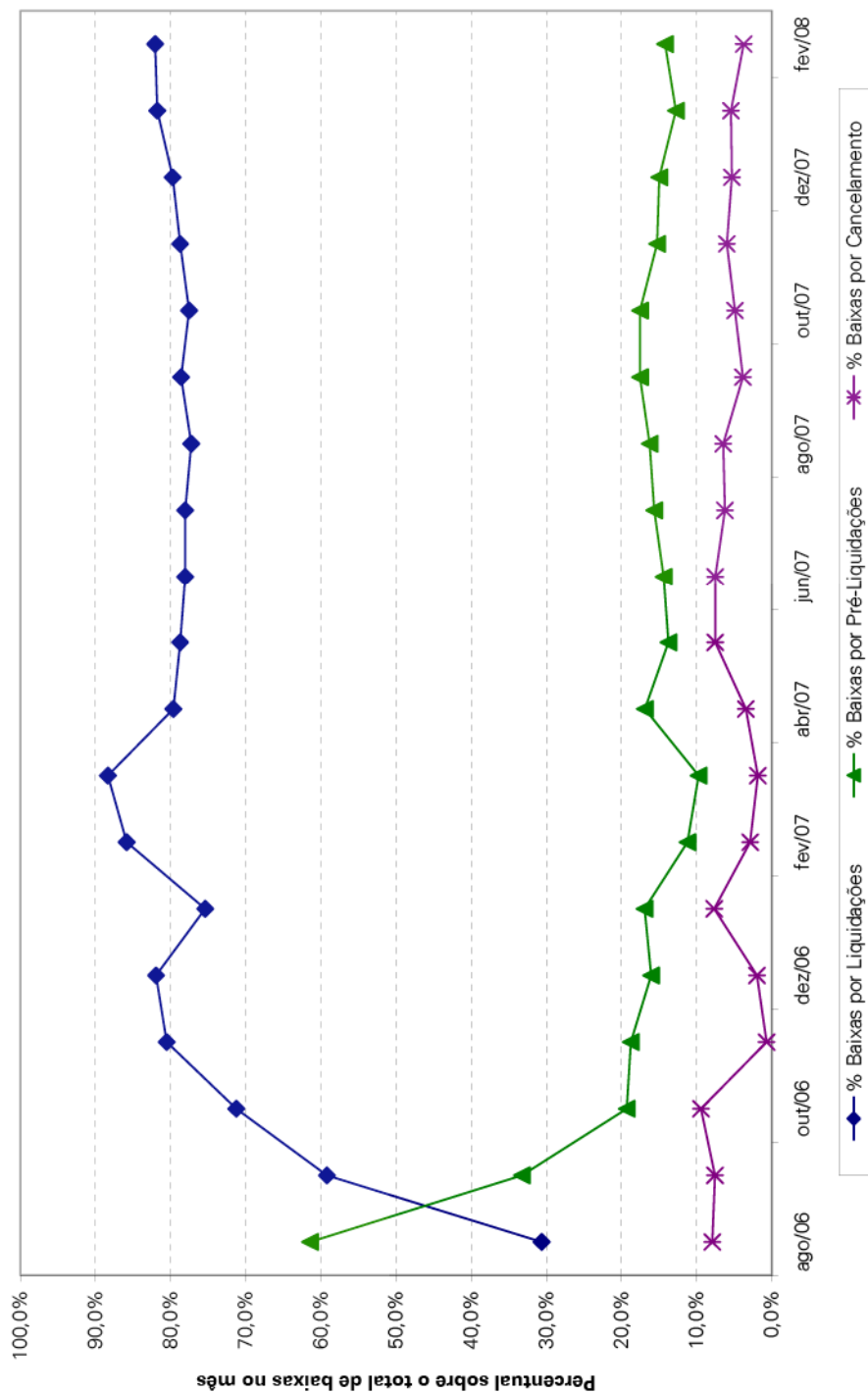
Mês de movimento	Total de Baixas no mês - R\$(000)	Total das Baixas por Liquidações - R\$(000)	Total das Baixas por Pré-Liquidações - R\$(000)	Total das Baixas por Cancelamento - R\$(000)	% Baixas por Liquidações	% Baixas por Pré-Liquidações	% Baixas por Cancelamento
ago/06	123	38	76	10	30,6%	61,4%	7,9%
set/06	219	130	73	17	59,2%	33,2%	7,6%
out/06	390	278	75	37	71,3%	19,3%	9,4%
nov/06	543	437	102	4	80,5%	18,7%	0,7%
dez/06	833	683	134	17	82,0%	16,1%	2,0%
jan/07	1.468	1.107	248	113	75,4%	16,9%	7,7%
fev/07	1.546	1.328	174	45	85,9%	11,2%	2,9%
mar/07	2.061	1.821	201	39	88,4%	9,8%	1,9%
abr/07	2.770	2.206	468	96	79,6%	16,9%	3,5%
mai/07	3.553	2.797	488	268	78,7%	13,7%	7,5%
jun/07	4.387	3.424	632	331	78,1%	14,4%	7,5%
jul/07	6.114	4.773	958	383	78,1%	15,7%	6,3%
ago/07	7.868	6.079	1.279	510	77,3%	16,3%	6,5%
set/07	8.710	6.846	1.529	335	78,6%	17,6%	3,8%
out/07	12.233	9.486	2.148	599	77,5%	17,6%	4,9%
nov/07	14.297	11.257	2.184	856	78,7%	15,3%	6,0%
dez/07	15.635	12.463	2.341	830	79,7%	15,0%	5,3%
jan/08	21.535	17.614	2.747	1.174	81,8%	12,8%	5,5%
fev/08	22.566	18.518	3.203	845	82,1%	14,2%	3,7%
Total	126.851	101.284	19.059	6.507	79,8%	15,0%	5,1%



© 2008 KPMG Risk Advisory Serviços Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. NDMS 3908.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Gráfico 2.12 - Representatividade das Baixas



Conciliação da Base de Dados com os Registros Contábeis

Base de Dados Sujeita à Análise

A base de dados sujeita à análise foi-nos fornecida pela área de Tecnologia do Daycoval, contemplando todo o seu faturamento correspondente ao período de 1º de julho de 2004 a 31 de janeiro de 2008. Essa base de dados sofreu algumas eliminações, a fim de se identificar o volume de faturamento a ser cedido, conforme descrito a seguir:

Conciliação da Base de Dados

Com o intuito de conciliar a base de dados, aplicamos procedimentos de comparação dos saldos dos arquivos fornecidos pela área de Tecnologia do Daycoval com os respectivos saldos contábeis. Apresentamos abaixo o resultado da aplicação desses procedimentos.

A aplicação dos procedimentos descritos nesta seção objetivou estabelecer uma base de confiança na qualidade das informações processadas. O resultado desses procedimentos indicou a existência de certas divergências que foram consideradas imateriais pelo Grupo Estruturador no contexto da operação.

Tabela 2.27 - Conciliação da Base de Dados com os Saldos Contábeis

Descrição	R\$(000)
Total da Base de Dados	1.012.631
(-) Contratos Cancelados	(6.507)
(-) Contratos Liquidados	(117.964)
= Contratos a vencer e/ou vencidos	888.160
(-) Rendas a apropriar	(297.804)
= Valor presente dos contratos	590.357
Total contábil em 29/02/2008	589.651
Diferença - R\$(000)	705
Diferença %	0,12 %



© 2008 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. NDMS 39086.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Descrição dos Procedimentos para Originação e Cobrança dos Recebíveis

Seção 3

Entendimento dos Procedimentos de Crédito

- Tais informações foram obtidas por investigação à Administração do Daycoval e estão em conformidade com as informações contidas nos manuais de crédito disponibilizados, sendo testadas quanto à sua eficácia por meio de procedimentos de simulação com base em amostragem.

Processo de Contratação da Proposta

Preenchimento da Proposta

O início do processo de concessão de crédito relativo ao financiamento com alienação fiduciária, realizado pelo Daycoval, ocorre no momento em que o cliente aciona a loja/revenda em busca da aquisição de um veículo por meio de um financiamento, ou refinanciamento (empréstimo cujo veículo é a garantia da operação).

De posse dos parâmetros preestabelecidos pelo Daycoval, a loja/revenda apresenta os planos e as opções disponíveis. Estando o cliente de acordo, ocorre o preenchimento da Ficha Cadastral, na qual são solicitados os seguintes dados:

- Loja (identificação da revenda, região etc.)
- Cliente (nome, data de nascimento, CPF, RG etc.)
- Residenciais (endereço, telefone, tipo de residência etc.)
- Referências comerciais/pessoais
- Referências bancárias
- Bens pessoais
- Dados da garantia e operação (modelo do veículo, ano, valor da venda, valor da entrada, valor do financiamento, chassi, placa etc.)

Após o preenchimento da ficha cadastral, os dados do cliente são digitados no sistema Função e enviados por *Web* à promotora de vendas responsável por aquela loja/revenda. A promotora de vendas recebe as informações, executa uma revisão de seus dados e repassa, pelo sistema, as informações para análise. A análise é efetuada na matriz do Daycoval.

Análise de Crédito

A análise de crédito, realizada pela área de Crédito na matriz ou nas filiais, envolve os seguintes procedimentos e consultas:

Consultas Obrigatórias

- Consulta "Risco Interno" (verificação de histórico de cliente no Banco Daycoval, caso tenha sido cliente).
- Consulta ao Sistema Crivo (este sistema busca as informações no SPC/na Serasa, na Receita Federal, Allcheck, CrediLink e informa os resultados ao analista)
- Prazo de validade (as propostas possuem validade de 10 dias)
- LT (confirmação do Local de Trabalho).
- LR (confirmação do Local de Residência)
- RP (Referências Pessoais)
- Verificação do percentual mínimo de entrada em relação ao valor do bem
- Verificação do percentual máximo do valor da parcela em relação à renda
- Referências bancárias/referências comerciais
- Sindicância (confirmação de dados do cliente com vizinhos)
- In Loco (quando solicitado)



Descrição dos Procedimentos para Originação e Cobrança dos Recebíveis (cont.)

Teste de Aderência - KPMG

Com o objetivo de testar a aderência aos processos de análises de crédito apontados, foi realizado o acompanhamento de consultas referentes a cinco propostas de financiamentos (quatro relativas a veículos leves e uma a veículo pesado), sendo apurados os seguintes resultados:

	Análises de crédito				
	1	2	3	4	5
Consultas obrigatórias					
Consulta "Risco Interno"	R	R	R	R	R
Consulta ao Crivo	R	R	R	R	R
Prazo de Validade	R	R	R	R	R
LT (Confirmação do local de trabalho)	R	R	R	R	R
LR (Confirmação do local de residência)	R	R	R	R	R
Verificação do percentual mínimo de entrada em relação ao valor do bem	R	R	R	R	R
Verificação do percentual máximo do valor da parcela em relação à renda	R	R	R	R	R
Consultas facultativas, de acordo com a necessidade apontada pelo analista					
Consultas a referências bancárias	NR	NR	NR	NR	R
Consultas a outras instituições para verificação do crédito e de eventuais passagens	NR	NR	NR	NR	R
Referências Comerciais	NR	NR	NR	NR	R
Referências Bancárias	NR	NR	NR	NR	R
Sindicância	NR	NR	NR	NR	NR
Visita in loco confirmando dados do cliente	NR	NR	NR	NR	R

Legenda: R - Realizado; NR - Não Realizado; N/A - Não Aplicável

Resultados Obtidos

Análise de Crédito 1

O crédito foi negado, pois as informações do local de trabalho e local da residência não foram confirmadas, além de a renda ser incompatível com o valor a ser financiado.

Análise de Crédito 2

O crédito foi negado, pois o local de trabalho não foi confirmado com os dados cadastrados na proposta.

Análise de Crédito 3

O crédito foi negado, pois o percentual de financiamento excedia os percentuais estipulados pela política de crédito do Daycoval.

Análise de Crédito 4

O crédito foi aprovado, sem a necessidade de análises complementares. Essa proposta foi aprovada pelo coordenador e estava sob sua alçada.

Análise de Crédito 5

O crédito está pendente de aprovação, pois o valor solicitado (R\$ 1,5 MM) depende da aprovação da diretoria. Para esse caso, verificamos que o coordenador que possuía alçada de R\$ 30.000 não foi capaz de aprovar a proposta com a sua senha.



Descrição dos Procedimentos para Originação e Cobrança dos Recebíveis (cont.)

Aprovação das Propostas

Em seguida à aprovação das propostas, as promotoras de vendas são comunicadas, sendo solicitado às lojas/revendas os seguintes documentos, condicional à liberação do recurso:

- DUT do veículo
- Informação do Megadata
- Autorização de pagamento devidamente assinada
- Outras documentações que tenham sido solicitadas pelo analista de crédito

Limites de Alçada

As alçadas para liberação de crédito devem ser obedecidas conforme tabela apresentada a seguir:

NÍVEL - FUNCAO	LIMITE – VALOR (R\$)
*Analista Jr.	Até R\$12.000,00
Analista Pl.	Até R\$20.000,00
Analista Sr.	Até R\$25.000,00
Coordenador	Até R\$30.000,00
Supervisor	Até R\$35.000,00
Gerente	Até R\$50.000,00
Comitê	Até R\$150.000,00
Comitê + Diretoria	Acima de 150.000,00

*Nos primeiros 90 dias, a alçada de analista júnior fica limitada a R\$ 10.000,00.

Teste de Aderência - KPMG

Com o objetivo de testar a aderência às alçadas apresentadas, foram realizadas duas simulações de aprovação de crédito. Os resultados apurados foram os seguintes:

Função	Limite de alçada	Simulação	Resultado
Coordenador	R\$ 30.000,00	R\$ 20.000,00	Aprovado
Coordenador	R\$ 30.000,00	R\$ 1.500.000,00	Não aprovado

Resultados Obtidos

Em todos os casos, quando os valores superiores aos limites de alçada foram inseridos, as propostas não puderam ser aprovadas, seguindo para uma fila de aprovação, em que somente os níveis com alçada superiores poderiam aprovar as propostas.



Descrição dos Procedimentos para Originação e Cobrança dos Recebíveis (cont.)

Liberação do Crédito

A liberação do crédito ocorre na matriz do Daycoval, estando condicionada à aprovação da proposta, bem como ao recebimento das documentações solicitadas às lojas/revendas, conforme mencionado. Essas documentações são enviadas por fax ao Daycoval, que realiza as devidas conferências. Não sendo verificadas restrições, o fluxo prossegue, sendo realizada a inclusão do gravame, alienando o veículo em nome do Daycoval, bem como a liberação do crédito.

Formalização

Em um prazo máximo de dez dias após a liberação do pagamento, toda a documentação solicitada é enviada pelas promotoras de venda à matriz do Daycoval ou diretamente para as dependências da Interfile (empresa de arquivamento/custódia), sendo solicitados os seguintes itens:

- Ficha cadastral
- Contrato assinado (CCB), em três vias
- Cópia do CPF
- Cópia do RG
- Comprovante de renda
- Comprovante de residência
- Termo de Evicção
- DUT do veículo - Alienação Fiduciária ao Daycoval
- Nota fiscal, em caso de veículo zero km
- Autorização de pagamento preenchida

O Daycoval contratou a empresa Interfile para efetuar as conferências e verificações da formalização das operações, bem como o arquivamento/a custódia. Em visita à Interfile, foram efetuados os seguintes procedimentos:

Levantamento de Dados da Empresa

A Interfile Gestão Arquivos Ltda. está localizada em Taboão da Serra, São Paulo, à Avenida Paulo Ayres, 70 e possui os seguintes mecanismos de segurança:

- Vigilância 24 horas
- Extintores de incêndio
- Hidrantes

Logística no Controle das operações

Os contratos custodiados na Interfile são controlados a partir de sistema eletrônico CredCons. No caso de entrada ou retirada de documentação, são digitados em sistema os itens de entrada ou saída e o funcionário responsável.



Descrição dos Procedimentos para Originação e Cobrança dos Recebíveis (cont.)

Formalização Interfile

A Interfile possui um roteiro operacional no qual estão descritos os documentos exigidos de acordo com a política do Daycoval. O roteiro descreve os seguintes procedimentos de verificação:

- **Pedido de pagamento** - Preenchido e assinado
- **Ficha cadastral** - Preenchida e assinada
- **Cédula de Crédito Bancário** - Três vias assinadas
- **Termo de Evicção** - Decalque do chassi, documento do veículo ou nota fiscal
- **DUT do veículo** - Preenchido frente e verso
- **RG e CPF** - É verificado se estão legíveis
- **Comprovante de endereço** - É verificado se estão válidos em nome do financiado
- **Comprovante de renda** - De acordo com a solicitação de crédito
- **In loco** - Quando solicitado pela área de Crédito

Teste de Aderência - KPMG

Selecionamos uma amostra de 100 contratos identificados a partir da base de dados fornecida pelo Daycoval. Dessa amostra, foram apresentados os processos e respectivos documentos arquivados relativos a 100 contratos, sobre os quais foram adotados os procedimentos relacionados a seguir.

Procedimentos	Sem divergência	Com divergência	Não identificado	Não apresentado	Comentários
Identificacao do "Contrato"	98	-	-	2	
Identificação da "Nome do financiado"	98	-	-	2	
Identificação da "CPF do financiado"	98	-	-	2	
Identificação da "Valor da parcela"	98	-	-	2	
Identificação da "Quantidade de parcelas"	98	-	-	2	
Identificação da "Data de Vencimento"	98	-	-	2	
Identificação do "Município Financiado"	98	-	-	2	
Identificação da "UF Financiado"	98	-	-	2	
Identificação da "Taxa de Financiamento"	98	-	-	2	
Verificação do "Valor Financiado"	98	-	-	2	
Verificação da "Ficha Cadastral"	95	-	3	2	
Verificação da "Cópia do RG"	96	-	2	2	
Verificação da "Cópia do CPF"	92	-	6	2	i
Verificação de "Comprovante de Renda"	97	-	1	2	
Verificação de "Comprovante de Endereço"	97	-	1	2	
Verificação do "DUT"					

i - Segundo informações da Gerência do Daycoval, os contratos que não apresentaram comprovante de renda se enquadraram na renda presumida, na qual não é necessária a comprovação de renda.



Descrição dos Procedimentos para Originação e Cobrança dos Recebíveis (cont.)

Entendimento dos Procedimentos de Cobrança

O sistema de cobrança do Daycoval tem o objetivo de acompanhar, controlar e atuar de forma efetiva e preventiva na inadimplência das operações de Financiamento de Veículos Automotores, minimizando seus efeitos e custos.

Etapas de Cobranças das Parcelas Inadimplentes

O movimento de cobrança das parcelas em atraso das Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) inadimplidas segue regras específicas para as seguintes situações de atraso, estabelecidas conforme a ordem cronológica de vencimento das parcelas das CCBs: (i) situação B1, que corresponde à situação de atraso verificada no adimplimento da primeira parcela devida; (ii) situações B2, B3, B4 ou B5, que correspondem às situações de atraso verificadas no adimplimento da segunda, terceira, quarta ou quinta parcelas devidas; e (iii) situações B6 ou seguintes, que correspondem às situações de atraso verificadas no adimplimento da sexta parcela ou de quaisquer das parcelas seguintes à sexta parcela.

O sistema de cobrança das parcelas dos Financiamentos ou Refinanciamentos inadimplentes é composto das seguintes etapas:

- Bancária - o financiado tem até o prazo do vencimento para pagamento na rede bancária, e até o máximo de 15 dias contados do seu vencimento para pagamento do boleto diretamente no Banco Bradesco, que é o banco responsável pela arrecadação do Daycoval.
- Amigável - após o 16º dia de atraso da parcela, a Gerência de Cobrança envia as parcelas inadimplentes à empresa de cobrança terceirizada que entra em contato com o financiado, buscando uma data para liquidação de parcela inadimplente. A cobradora, depois de firmar um acordo com o financiado, envia um boleto para pagamento exclusivamente na rede do Banco Bradesco.
- Pré-judicial - a partir do 25º, 31º ou 45º dia de atraso (ver item a seguir "Régua de cobrança"), a empresa de cobrança providenciará a notificação do financiado, iniciando o processo de ajuizamento com o Daycoval. A partir do 30º dia, o financiado será negativado no SPC/na Serasa automaticamente pelo sistema.
- Judicial - após o recebimento da notificação positiva, a empresa de cobrança inicia o processo de ajuizamento da ação e paralelamente continua tentando uma entrega amigável.

Régua de Cobrança das Operações em Atraso

Regra para Cobrança de Parcelas/Contratos em Atraso

- Do 1º ao 30º dia - Cobrança extrajudicial externa, com o intuito de verificar/detectar dificuldades, o motivo do não-pagamento ou problemas com o financiamento, como falta de dados para localização do financiado ou uma possível fraude.
- 30º dia - Negativação no SPC/na Serasa.
- 31º dia - Envio de notificação ao financiado para constituir-lo em mora e possibilitar ação de busca e apreensão do veículo.
- 45º dia - Ajuizamento da operação.
- 45º ao 60º dia - Cobrança mais intensiva, visando a evitar o ajuizamento do contrato.
- 61º dia - Cobrança judicial, porém sempre com possibilidades de acordo, seja para atualização, seja para liquidação do contrato.

Instrumentos de Cobrança

Devolução Amigável

Havendo interesse por parte do financiado na entrega amigável do veículo ou apreendido judicialmente, o veículo é recolhido ao pátio credenciado pelo Banco, onde é realizada a vistoria do veículo. Se após a venda do veículo o saldo remanescente não for pago, o cliente prossegue como inadimplente com o Banco, continuando seu cadastro negativado no SPC/na Serasa.

Descontos

Em caso de negociação de dívidas, o Daycoval, de acordo com a situação e a necessidade, concede descontos aos seus clientes.

Busca e apreensão

São acionados os procedimentos de busca e apreensão nos casos em que não haja mais possibilidades de recuperação dos créditos inadimplidos.



Descrição dos Procedimentos para Originação e Cobrança dos Recebíveis (cont.)

Teste de Aderência - KPMG

Com o objetivo de testar a aderência aos processos de análises de cobrança apontados, foi realizado o acompanhamento de consultas referentes a dez contratos inadimplidos, sendo apurados os seguintes resultados:

Contrato	Descrição do Bem	Número da Parcela	Data de vencimento em aberto	Situação das parcelas em Fevereiro 2008	Verificação KPMG				Ajuizamento Ação
					Cobrança Cobradora	Negativação Serasa / SPC	Notificação Extra-Judicial		
40-13990/07	CDC Pesados	6	22/12/2007	Parcelas vencidas de 61 a 90 dias	✓	✓	✓	✓	✓
11-32748/07	CDC LEVES	2	23/12/2007	Parcelas vencidas de 61 a 90 dias	✓	✓	✓	✓	*
10-15714/07	CDC Leves	5	06/12/2007	Parcelas vencidas de 61 a 90 dias	✓	✓	✓	✓	✓
10-27991/07	CDC Leves	3	28/12/2007	Parcelas vencidas de 61 a 90 dias	✓	✓	✓	✓	**
10-02308/06	CDC Leves	13	22/12/2007	Parcelas vencidas de 61 a 90 dias	✓	✓	✓	✓	✓
10-27552/07	CDC Leves	2	26/11/2007	Parcelas vencidas de 91 a 120 dias	✓	✓	✓	✓	*
10-18025/07	CDC Leves	4	25/11/2007	Parcelas vencidas de 91 a 120 dias	✓	✓	✓	✓	*
10-34267/07	CDC Leves	1	30/11/2007	Parcelas vencidas de 91 a 120 dias	✓	✓	✓	✓	✓
21-13836/07	CDC MOTOS	5	21/11/2007	Parcelas vencidas de 91 a 120 dias	✓	✓	✓	✓	*
10-03950/07	CDC Leves	11	02/12/2007	Parcelas vencidas de 61 a 90 dias	✓	✓	✓	✓	✓

- ✓ Procedimento realizado
- ✗ Procedimento não realizado
- Cliente possui parcela saltada

* Verificamos que esses contratos possuem parcelas saltadas, ou seja, por algum motivo esta parcela em questão no foi paga, porém as parcelas posteriores foram ou estão sendo liquidadas. Constatamos que esses clientes encontram-se negativados nos órgãos de proteção ao crédito e foram notificados extrajudicialmente, porém, segundo informações da Gerência do Daycoval, ainda não foram ajuizados judicialmente, pois eleluaram pagamento das parcelas seguintes, e o Banco está buscando o recebimento dessas parcelas de forma amigável.

** Nesse caso, o cliente em questão não foi localizado e a notificação extrajudicial foi devolvida como endereço inexistente, o que impossibilita o início do procedimento judicial.



Súmula da Agência Classificadora de Risco

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

Data de Publicação: 30 de julho de 2008

Relatório de Rating Preliminar

Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Analistas: Leandro de Albuquerque, São Paulo, 55 (11) 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com; Marcio Rocha, Nova York, 1 (212) 438-6223, marcio_rocha@standardandpoors.com; Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo, 55 (11) 3039-9743, jp_gil@standardandpoors.com

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Este relatório baseia-se em informações obtidas até 30 de julho de 2008, considerando as modificações efetuadas no regulamento do Fundo em 30 de junho de 2008. O rating atribuído é preliminar, uma vez que a documentação final, com seus respectivos suplementos, ainda não está disponível. A atribuição de um rating final está condicionada ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Este relatório não constitui uma recomendação para compra, venda ou retenção de quaisquer títulos. Quaisquer informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating diferente do preliminar.

Rating Preliminar em 30 de julho de 2008

Instrumento	Rating Preliminar*	Montante Preliminar (em R\$ Milhões)	Vencimento Final Legal**
Cotas Seniores	'brAAAF'	Até R\$ 300 (77%)	10 de dezembro de 2012
Cotas Subordinadas	Não classificadas	Até R\$ 89.6 (23% de nível mínimo)	Não aplicável

* Os ratings atribuídos à cada classe de cotas são preliminares e estão sujeitos a mudanças a qualquer momento.

** Como o veículo é um fundo, não há promessa de resgate de cotas no período de tempo especificado.

Perfil

Data prevista para o início do Fundo: Agosto de 2008

Direitos creditórios: Contratos de financiamento a pessoas físicas ou jurídicas garantidos por alienação fiduciária de veículos originados pelo Banco Daycoval S.A.

Administrador do Fundo: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Originador dos direitos creditórios: Banco Daycoval S.A. (Daycoval).

Custodiante: Banco Itaú S.A.

Proteção de Crédito: Proporcionada pela subordinação de cotas (piso mínimo de 23%) e pelo spread excedente (inicialmente em 11,1% a.a.).

Fundamentos

A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu hoje o rating preliminar 'brAAAF', em sua Escala Nacional Brasil, ao Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Daycoval Veículos FIDC). Os ativos subjacentes do Daycoval Veículos FIDC são financiamentos de veículos, originados pelo Daycoval, caixa e outros investimentos específicos.

O rating 'brAAAF' atribuído às cotas seniores do Daycoval Veículos FIDC na Escala Nacional Brasil de classificação de fundos expressa a qualidade geral de crédito do Fundo, com base no histórico

de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating 'brAAAf' atribuído às cotas seniores do Fundo indica que sua estrutura, seus mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que compõem sua carteira fornecem proteção EXTREMAMENTE FORTE contra perdas advindas de inadimplência, baseado em diferentes cenários de estresse.

Os mecanismos de reforço de qualidade de crédito presentes no Fundo incluem a proteção de crédito proporcionada pela subordinação de cotas (nível mínimo de 23%), e pelo *spread* excedente, calculado inicialmente em 11,1% ao ano.

O Daycoval Veículos FIDC será um condomínio fechado, com prazo de duração de 10 anos. A primeira série de cotas seniores será resgatada no dia 10 de dezembro de 2012. O administrador do Fundo poderá incluir recebíveis de crédito e outros títulos de renda fixa em sua carteira, com base em critérios de elegibilidade definidos e aprovados pela Standard & Poor's.

Um FIDC é uma entidade protegida contra a falência do emissor, possuindo características exclusivas às operações estruturadas (*Structured Finance*) e aos fundos de investimento. Como ativos subjacentes do fundo, os administradores de FIDC podem incorporar tanto carteiras de crédito combinadas – que, no mínimo, devem corresponder a 50% dos ativos totais do fundo –, quanto títulos de dívida.

Comparados aos títulos de renda fixa, os fundos de investimento não prometem pagamentos específicos de juros ou de principal aos investidores (cotistas do FIDC). Portanto, cada cotista espera receber apenas um retorno previsto sobre o investimento. Apesar desse fato, a Standard & Poor's considerou várias premissas de estresse ao testar o fluxo de caixa dos ativos subjacentes do Daycoval Veículos FIDC.

O rating de qualidade de crédito atribuído a um fundo avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira. Os ratings de qualidade de crédito, que variam de 'brAAAf' (nível mais elevado de proteção) a 'brCCCf' (nível mais baixo de proteção), baseiam-se na análise de fatores como a qualidade geral de crédito da carteira; os riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito, à liquidez e à concentração; bem como ao risco cambial apresentado pelo Fundo.

A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo 'br', indicando 'Brasil'. A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's ou com qualquer outra de suas escalas nacionais ou àquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras de ativos de renda fixa.

Principais Pontos Fortes, Fragilidades e Fatores Atenuantes

Pontos Fortes

Os principais pontos fortes observados na análise de crédito da estrutura são:

- A robusta proteção de crédito fornecida pela subordinação de cotas (nível mínimo de 23%) e *spread* excedente (inicialmente de 11,1% a.a.);
- A sólida experiência do Banco Itaú S.A., como o custodiante;
- A qualidade de crédito da carteira de financiamento a veículos do Daycoval, até o momento, ressaltando-se o curto histórico de desempenho e de envelhecimento da carteira;
- A estrutura legal da transação, que possui dispositivos adequados para resguardar os direitos dos cotistas;
- A obrigatoriedade de contratação de operações de *hedge* para mitigar parcialmente o risco de descasamento de taxa de juros.

Fragilidades e Fatores Atenuantes

As principais fragilidades observadas na análise de crédito da estrutura são:

- A qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes poderá variar durante a vida do Fundo em razão da natureza rotativa da estrutura;
- O curto histórico de desempenho e de envelhecimento (16 meses) da carteira de financiamentos a veículos do Daycoval;
- O descasamento de taxa de juros gerado pela rentabilidade pré-fixada do ativo e a rentabilidade pós-fixada das obrigações do Fundo;
- Risco de Fungibilidade: os recursos provenientes do pagamento dos direitos creditórios serão depositados inicialmente em uma conta do Daycoval, e terão até dois dias úteis para serem transferidos, pelo cedente, à conta do Fundo.

Os fatores mitigantes são:

- Os critérios de elegibilidade bem definidos para a aquisição de direitos creditórios, que reduzem o risco de deterioração da qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes;
- A adequada proteção de crédito fornecida pela subordinação de cotas e *spread* excedente;
- A utilização de premissas conservadoras de perda na análise de cenários de estresse da carteira;
- A exigência obrigatória para a contratação de operações de *swap* de taxa de juros com contrapartes classificadas como 'brAAA' pela Standard & Poor's;
- A reserva de caixa equivalente a 1,5% do patrimônio líquido do Fundo, com o objetivo de mitigar o risco de fungibilidade.

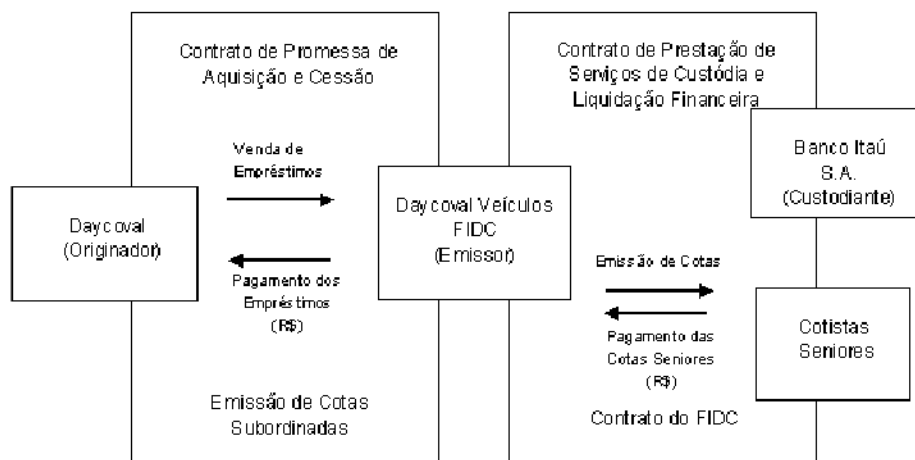
Descrição do Daycoval Veículos FIDC

Características Gerais

O Daycoval Veículos FIDC será um condomínio fechado, com vencimento final de dez anos. A emissão da primeira série de cotas do Fundo pode ser vendida no Brasil para investidores qualificados, incluindo algumas empresas e clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras e outros fundos de investimento.

O Fundo realizará compras rotativas de direitos creditórios originados pelo Daycoval por meio de financiamento de veículos.

Segue abaixo uma descrição da estrutura do Fundo em sua data de emissão:



Mecanismo de Pagamento das Cotas

O Fundo emitirá cotas seniores e subordinadas, denominadas em reais. Essas cotas terão o direito de receber os rendimentos decorrentes do pagamento de financiamentos de veículos denominados na mesma moeda, e/ou outros instrumentos de renda fixa, investimentos financeiros de curto prazo e dinheiro integrantes da carteira do Fundo. O rendimento e o valor de face das cotas seniores serão pagos com o fluxo de caixa gerado por financiamentos e outros investimentos. O originador deterá as cotas subordinadas, que não são classificadas pela Standard & Poor's.

Componente do Rendimento

Diferente do que ocorre com instrumentos de dívida, um fundo não promete a seus investidores (cotistas) o pagamento de principal ou de juros em qualquer data específica. Assim, cada cotista espera somente receber uma remuneração alvo, que é apenas um objetivo e não uma promessa. Conseqüentemente, o Fundo buscará oferecer uma remuneração alvo aos cotistas seniores equivalente a 113% da Taxa DI Over. As cotas subordinadas não terão uma remuneração alvo específica, porém se beneficiarão de todo o fluxo disponível no Fundo, após este ter alcançado a remuneração alvo das cotas seniores.

Componente do Valor de Face

Apesar de o Fundo ter um prazo de duração indeterminado, a primeira série de cotas seniores será amortizada em até quatro anos contados a partir da data de emissão. Dessa forma, espera-se que a amortização dessas cotas seja realizada em 13 pagamentos trimestrais de juros, após um período de carência de 12 meses contados a partir da emissão, e em 9 pagamentos trimestrais de principal, após um período de carência de 24 meses.

Com a função de garantir que o Fundo tenha ativos com a liquidez necessária para cumprir as amortizações e/ou resgate das cotas seniores nas datas previstas no regulamento, o administrador do Fundo deverá manter em caixa ou em ativos de alta liquidez um montante equivalente a 30% da próxima amortização prevista com 60 dias de antecedência, 50% da próxima amortização prevista com 30 dias de antecedência, e 100% da próxima amortização prevista com 15 dias de antecedência.

As cotas subordinadas apenas serão amortizadas se o nível de subordinação for maior do que o nível mínimo até que a relação entre o valor das cotas subordinadas e o patrimônio líquido do Fundo retorne ao nível mínimo de 23%, e desde que as amortizações das cotas seniores estejam ocorrendo regularmente.

Fluxo de Recursos do Daycoval Veículos FIDC

Os financiados efetuam o pagamento dos direitos creditórios na rede bancária utilizando-se de carnês, registrados pelo agente pagador como de titularidade do Fundo. Os montantes são reconciliados e os pagamentos são feitos por meio de transferências para a conta do Fundo no Banco Itaú S.A. (custodiante). Assim que os recursos são transferidos para a conta do Fundo, o custodiante calcula as provisões de perdas, verifica os níveis de subordinação e os informa ao administrador do Fundo (Oliveira Trust) que, em nome do Fundo, constitui as reservas, efetua as amortizações, se necessário, e compra novos direitos creditórios do Daycoval (originador).

Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade do Daycoval Veículos FIDC

Os principais critérios de elegibilidade que os recebíveis precisam satisfazer são:

- Prazo do direito creditório não pode ser superior a 1.800 dias, sendo que caso o prazo do direito creditório seja superior ao prazo de vencimento da série com o prazo mais longo em andamento, o recebível em questão não será utilizado para fins do cálculo do nível mínimo de subordinação;
- O somatório do valor contábil dos direitos creditórios de titularidade do Fundo devidos pelo mesmo financiado não pode ser superior a R\$ 450.000,00;
- O somatório do valor nominal dos direitos creditórios do Fundo, cujos recursos foram utilizados pelos financiados na aquisição de veículos leves motocicletas, ônibus e/ou veículos pesados, não pode ser superior a 100%, 15%, 15% e 50%, respectivamente, do valor do patrimônio líquido do Fundo;
- A respectiva alienação fiduciária deve estar registrada no Sistema Nacional de Gravames;
- O ano de fabricação do veículo automotor, vinculado ao respectivo direito creditório, deverá

ser superior a 1989.

Além dos critérios de elegibilidade, o Daycoval somente cederá direitos creditórios que atendam às seguintes características:

- O financiado já ter efetuado, no mínimo, o pagamento de duas parcelas do respectivo financiamento;
- Financiamentos que possuam valor nominal pré-fixado e frequência de pagamento mensal;
- O financiado não esteja inadimplente no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária com o Daycoval por um prazo superior a três dias úteis.

Riscos Relevantes de Estruturas Lastreadas por Financiamento de Veículos

Os ratings de operações estruturadas normalmente se baseiam na qualidade de crédito de ativos isolados ou de carteiras de ativos, portanto, de forma independente da qualidade de crédito do originador ou do tomador de recursos. As operações estruturadas procuram isolar uma emissão de seu originador, como, por exemplo, um cedente de direitos creditórios que possua um rating baixo ou que não possua rating. Um dos cenários de análise de maior impacto assume a falência de cada participante da operação cujo rating seja menor que o da operação.

Esta seção descreve a metodologia para a análise dos riscos creditícios de uma operação de financiamento de veículos que constitui a carteira subjacente de direitos creditórios do Daycoval Veículos FIDC. O principal risco associado à maior parte dos ativos é o risco de inadimplência e *default* do devedor. A fungibilidade de caixa é outra preocupação em todos os financiamentos garantidos por ativos. Custos de manutenção e aspectos relacionados à prestação do serviço também são motivos de preocupação e serão analisados nesta seção.

Principais Riscos de Operações Lastreadas por Financiamento de Veículos			
Tipo de Risco	Explicação Resumida	Aplica-se à Operação	Forma de Atenuação para as Cotas Seniores
(1) <i>Default</i> do devedor	Desempenho histórico de inadimplência e provisões para falta de pagamento.	Sim	Subordinação de cotas e <i>spread</i> excedente.
(2) Custos de manutenção da carteira	Custos previstos que serão incorridos durante o período de amortização.	Sim	Subordinação de cotas e <i>spread</i> excedente.
(3) Risco de Fungibilidade	Os recebimentos poderiam ser fungíveis aos de outros recebíveis/empréstimos do originador.	Sim	O risco de fungibilidade é limitado, pois o Daycoval precisa transferir os recursos pertencentes ao Daycoval Veículos FIDC no prazo máximo de dois dias úteis após a conciliação dos recebimentos. Para cobrir esse risco de fungibilidade entre os recursos do Daycoval e do Fundo, a estrutura conta com uma conta reserva, que será instituída no momento inicial da transação, e será equivalente a 1,5% do Patrimônio Líquido.
(4) Aspectos relacionados à administração	O originador dos direitos creditórios poderia ser o administrador da carteira de ativos.	Sim	A participação do cedente como agente de cobrança do fundo não exime o custodiante de responsabilidade pelo processo de cobrança.
*N.A. – Não se aplica.			

Os itens abaixo referem-se às respectivas seções contidas na tabela.

Risco de Default do Devedor (Cliente)

O histórico de inadimplência e o comportamento de baixas são normalmente os melhores indicadores da qualidade de crédito de uma carteira. A maioria das instituições financeiras e dos bancos brasileiros mantém empréstimos ou recebíveis inadimplentes por prazos muito maiores do que entidades similares de países de mercados não emergentes, antes de baixá-los. Isso pode ser considerado positivo, uma vez que as contas são trabalhadas até que sejam exauridas todas as oportunidades de recebimento. Entretanto, se as políticas de baixa são discricionárias e estão sujeitas à manipulação, torna-se difícil determinar o valor dos empréstimos vencidos. Por esse motivo, os critérios para a análise de empréstimos garantidos concentram-se na análise dos índices de inadimplência acima de 180 dias como indicadores da qualidade de crédito.

Custos de Manutenção da Carteira

Em uma operação estruturada típica, é necessário que se crie uma reserva para cobrir juros e custos, tais como custos de serviços e fiduciários, que serão incorridos durante o prazo de amortização do Fundo. Pelo fato de os empréstimos elegíveis serem ativos que rendem juros, deve haver um nível de *spread* excedente confortável, calculado entre a diferença do rendimento dos ativos subjacentes e das cotas do Fundo que rendem juros.

Risco de Fungibilidade

O risco de fungibilidade refere-se à possibilidade de os recebimentos serem fungíveis aos de outros recebíveis do cedente. No caso do Daycoval Veículos FIDC, o risco de fungibilidade será mitigado pela exigência de que os recursos provenientes dos direitos creditórios sejam transferidos, pelo Daycoval, para a conta do Fundo no prazo máximo de dois dias úteis após a conciliação de seus recebimentos. Adicionalmente, será constituída, no momento inicial da transação, uma conta reserva equivalente a 1,5% do patrimônio líquido para atenuar esse risco.

Aspectos Relacionados à Administração

Em grande parte das operações estruturadas, o cedente dos direitos creditórios torna-se responsável por parte da administração dos ativos subjacentes. Entendemos que essa é uma das formas mais eficientes de administração de uma carteira cedida, uma vez que os sistemas de cobrança normalmente são proprietários e, mesmo quando adquiridos, são normalmente modificados para melhor se adaptarem aos negócios específicos do cedente. Mesmo assim, há duas recomendações relativas à administração de operações estruturadas. A primeira é que a operação deverá prever a possibilidade de se nomear um administrador substituto, caso o vendedor/administrador tome-se incapaz de continuar administrando a carteira, ou seja, isentado de suas responsabilidades. A segunda é que a taxa a ser paga ao administrador substituto deverá estar estipulada nos documentos da operação e que seu valor seja suficiente para remunerar adequadamente o administrador substituto, caso ele tenha que assumir as atividades de administração e de recebimento e cobrança. No caso do Daycoval Veículos FIDC, o principal administrador não será o originador, mas uma entidade independente, a Oliveira Trust DTVM S.A., que tem um bom histórico no mercado brasileiro. O Daycoval permanecerá como agente de cobrança do Fundo.

Análise de Crédito dos Ativos Subjacentes

A Standard & Poor's realizou uma análise do grau de suficiência do fluxo de recursos para pagar os cotistas no prazo estipulado. Para se determinar o rating 'brAAAf' atribuído às cotas seniores do Fundo, submetemos os fluxos de caixa a vários cenários de estresse, considerando-se para o caso base um *proxy* de inadimplência de crédito determinado tanto pelo nível de inadimplência máximo da carteira selecionada quanto pelo nível de inadimplência observado em outras operações estruturadas com características semelhantes ao Daycoval Veículos FIDC. Após a definição de um *proxy* de inadimplência de crédito, o nível de inadimplência máximo foi multiplicado por um fator de estresse de crédito, o qual foi determinado pelo cenário construído para o rating almejado. Para determinar a força e a resistência dos fluxos e estruturas de caixa, essa porcentagem foi então submetida a outros testes de estresse, utilizando-se variáveis diferentes, com o objetivo de avaliar a viabilidade do pagamento das cotas.

Severidade da Perda

Uma vez que a informação da carteira selecionada foi analisada, o *proxy* de severidade de perda estabelecido foi definido com base nas informações de inadimplemento superiores a 180 dias. Dessa forma, o índice de perda adotado foi de 4,3%, que é uma média conservadora dado o curto histórico de desempenho e de envelhecimento da carteira, e dados os indicadores de perda observados em carteiras de outros cedentes com características semelhantes de originação e posição de mercado. Esse índice foi então testado, aplicando-se o fator de perda de crédito para refletir o cenário do rating 'brAAAf'. O múltiplo utilizado para o cenário 'brAAAf' foi de 5x. Consequentemente, o fluxo de caixa resultante foi testado, utilizando-se um índice de severidade de perda de crédito igual a 21,5%, de acordo com diversos cenários. Abaixo listamos três principais cenários:

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Perdas de crédito	21,5%	20%	20%
Período das perdas de crédito	Mês 1 a 24: 75% Mês 25 a 48: 25%	Ano 1: 40% Ano 2: 30% Ano 3: 20% Ano 4: 10%	Mês 1 a 48: 100%
Rentabilidade das cotas seniores	113% CDI	113% CDI	113% CDI
Pré-pagamento	Não	Sim (12%)	Sim (12%)

Inadimplência

O pior cenário de inadimplência histórica foi assumido depois de analisados os *pools* estático e dinâmico do originador dos ativos subjacentes, bem como o histórico de perda observada na carteira de outros bancos com características semelhantes de origemação e de posição de mercado.

Reforço da Qualidade de Crédito

Para cobrir os riscos relacionados às carteiras de financiamento de veículos, relativos especificamente ao ambiente de fundos de investimentos em direitos creditórios no Brasil, deverá ser estruturado um reforço da qualidade de crédito para o FIDC no nível da categoria de rating 'brAAAf'. O reforço de crédito permitirá o suporte de crédito das cotas seniores do FIDC e será realizado na forma de subordinação estrutural mínima de 23% e de *spread* excedente, estimado inicialmente em 11,1% ao ano. O cálculo do *spread* excedente inicial foi feito com base na taxa mínima de cessão do Fundo (de 175% da taxa DI over – atualmente equivalente a 22,75% a.a. – aplicada sobre 98,5% dos ativos do Fundo de forma a excluir a reserva de liquidez do Fundo de 1,5%), subtraída do rendimento alvo das cotas seniores do Fundo (de 113% da taxa DI over a.a. sobre 77% do PL do Fundo – o que equivale inicialmente a 11,3% a.a.), baseado no patamar atual da taxa DI over, de 13% a.a..

Análise de Sensibilidade

Risco de Pré-Pagamento

De acordo com a análise estática da carteira de financiamento de veículos originada pelo Banco Daycoval, o índice de pré-pagamento é de aproximadamente 12%. Esta foi a taxa utilizada em alguns de nossos cenários de estresse. Quando aplicamos o estresse de pré-pagamento em nossos cenários, reduzimos ligeiramente o índice total de perda esperada, de 21,5% para 20,0%, uma vez que a Standard & Poor's entende que ambas as variáveis seguem direções geralmente opostas, ou seja, um aumento no índice de pré-pagamento está normalmente atrelado a um cenário econômico mais positivo, com taxas de juros declinantes e maior disponibilidade de renda e liquidez aos consumidores. Por outro lado, as perdas potenciais da carteira poderiam aumentar em um cenário inverso, com diminuição da liquidez disponível no mercado e uma diminuição da renda disponível aos consumidores.

Risco de Descasamento de Taxas de Juros e Mecanismos de Swap

Com o objetivo de mitigar parte do risco de descasamento de taxa de juros entre o ativo pré-fixado e as obrigações pós-fixadas do Fundo, o administrador, obrigatoriamente, deverá contratar operações de *swap* com contrapartes que possuam rating 'brAAA' atribuído pela Standard & Poor's. No entanto, o *swap* não protegerá perfeitamente o risco de descasamento, de modo que, em nossos cenários de estresse com aumento na taxa de juros, os recursos provenientes do *swap* seriam suficientes para cobrir somente cerca de 32% do efeito da variação da taxa de juros.

Risco Cambial

Não há risco cambial para os cotistas, uma vez que as cotas são emitidas em reais e garantidas por recebíveis de crédito denominados em reais.

Eventos de Avaliação e de Liquidação Antecipada

Eventos de Avaliação do Daycoval Veículos FIDC

Quaisquer uma das situações abaixo será considerada um evento de avaliação, que, por sua vez, obrigará o Fundo a realizar uma Assembléia Geral de Cotistas para deliberar sobre os

procedimentos a serem tomados.

Os Eventos de Avaliação mais relevantes são:

- Caso o Fundo deixe de efetuar o pagamento integral de quaisquer uma das amortizações;
- Descumprimento pelo Daycoval de quaisquer uma de suas respectivas obrigações de transferência dos recursos que não seja regularizada no prazo de três dias úteis, contado da data em que a administradora enviou a comunicação ao Daycoval;
- Inobservância pelo Custodiante e/ou pelo Daycoval de seus respectivos deveres e obrigações;
- Caso a agência classificadora de risco não divulgue a atualização trimestral do Relatório de Risco em um prazo igual ou superior a 60 dias;
- Amortização de cotas subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos;
- Caso o Fundo deixe de atender a Razão de Garantia e tal evento não seja sanado no prazo de 10 dias úteis contado da data em que a administradora informar ao Daycoval;
- Caso os gatilhos de inadimplência definidos no Regulamento do Fundo sejam atingidos;
- Caso a Reserva de Caixa não atenda ao disposto no Regulamento;
- Caso o Índice de Liquidez não atenda ao disposto no Regulamento.

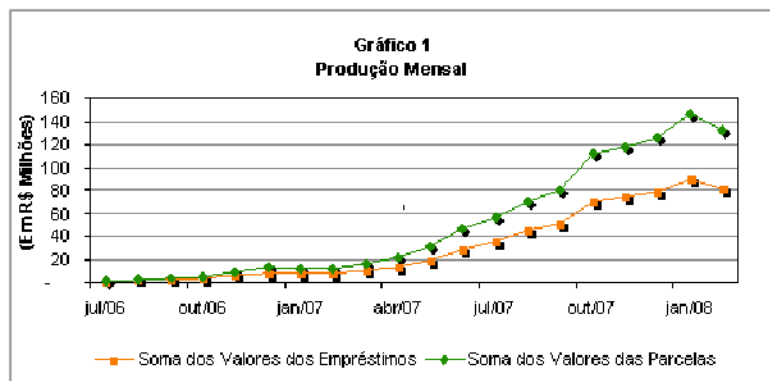
Eventos de Amortização Antecipada do Daycoval Veículos FIDC

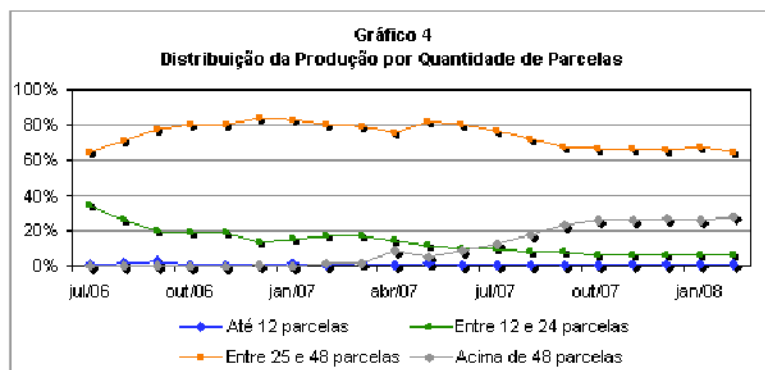
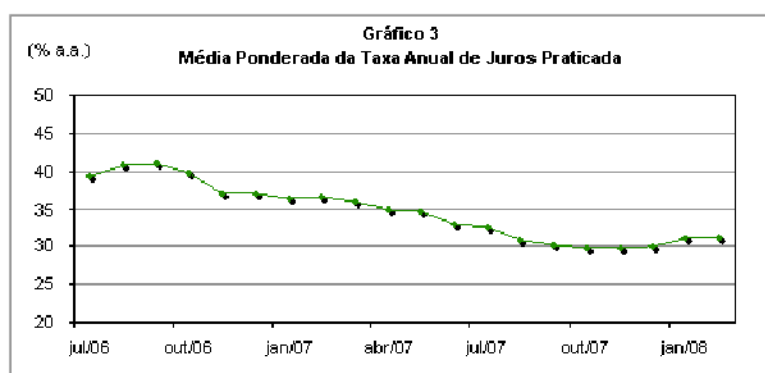
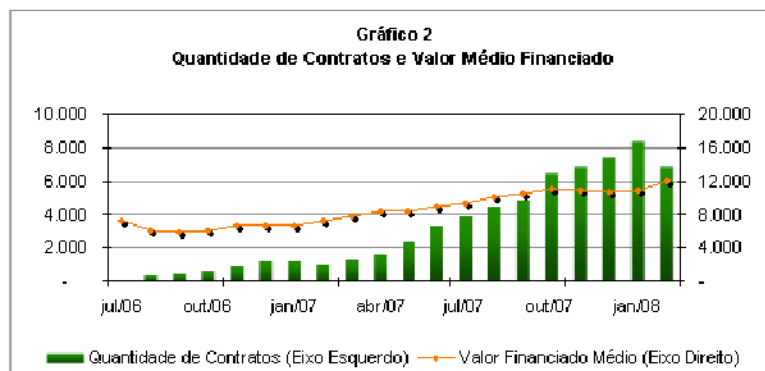
No caso de ocorrência de quaisquer uma das situações abaixo, será considerado um evento de liquidação, que, por sua vez, obrigará o Fundo: (1) a informar os cotistas; (2) a interromper a compra de direitos creditórios; (3) a iniciar os procedimentos de liquidação do Fundo; e (4) a convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que eles possam decidir se os procedimentos para liquidação antecipada devem ou não continuar.

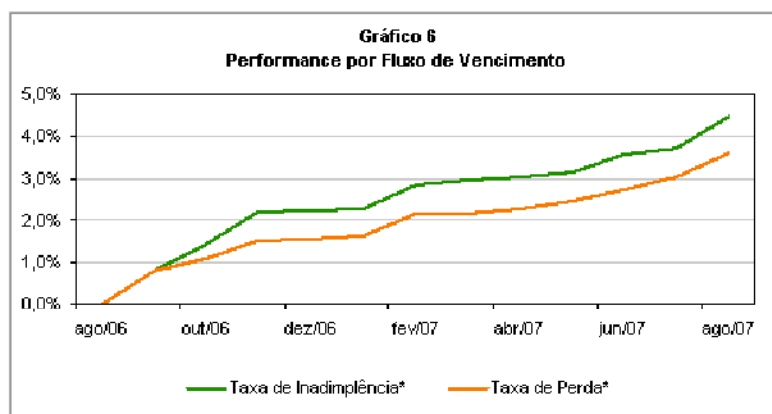
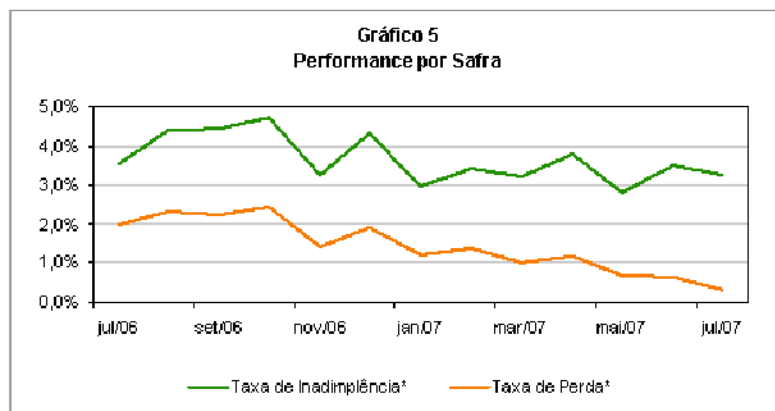
Os Eventos de Amortização Antecipada mais relevantes são:

- Caso o Contrato de Cessão seja resilido;
- Caso o Daycoval deixe de comunicar à Administradora e/ou Custodiante a ocorrência de um Evento de Avaliação;
- Caso seja efetuado pagamento aos cotistas subordinados em desacordo com as regras e limites previstos no Regulamento;
- Caso um evento de avaliação seja considerado um evento de amortização antecipada.

Características da Carteira de Financiamentos para Aquisição de Veículos Originada pelo Banco Daycoval (ver gráficos a seguir)







Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2008 pela The McGraw-Hill Companies, Inc.
A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

Regulamento

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

1651956

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO
DAYCOVAL VEÍCULOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**



Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, grupo 205, condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados ("Administradora"), resolve:

1. Constituir um fundo de investimento em direitos creditórios, conforme faculta a Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, nos termos da instrução normativa nº 356, editada pela CVM, em 17 de dezembro de 2001, e alterações posteriores, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob a forma de condomínio fechado, que terá a denominação de **DAYCOVAL VEÍCULOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS** ("Fundo");
2. Designar como diretor responsável, nos termos da regulamentação pertinente, o Sr. Mauro Sergio de Oliveira, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade regº nº 6.722-9 expedida pelo CRE/RJ - 1ª região em 25/05/93, inscrito no CPF sob o nº 197.460.087-49, domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, diretor da Administradora, para responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativa;
3. Assumir as funções de administração do Fundo, na forma do Regulamento neste ato aprovado;
4. Contratar: (i) o **Banco Itaú S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Itaúsa, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.701.190/0001-04, para a prestação dos serviços de escrituração, custódia e controladoria dos ativos do Fundo; (ii) a **Standard & Poor's Ratings Services**, uma divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, agência classificadora de risco, para prestar os serviços de classificação de risco de cada série de Quotas Seniores do Fundo; e (iii) a **KPMG Auditores Independentes**, empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 33, 17º andar, São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, para prestar serviços de auditoria independente para o Fundo; e

5. Submeter à CVM esta deliberação de constituição do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro do Fundo e da distribuição pública de suas Quotas Sênior da 1ª Série.

Esta deliberação e o Regulamento do Fundo com seus anexos, deverá ser registrada no Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2008.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

**José Alexandre C. de Freitas
DIRETOR**

Testemunhas:

1. Paula Perazzi A. Ferreira
Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**
RG: **11812920-4 IFP/RJ**
CPF: **095.449.027-40**

2. Paulo Henrique de Almeida Jr.
Nome: **Paulo Henrique de Almeida Jr.**
RG: **20.788.384-4**
CPF: **116.871.587-60**



1. OFÍCIO DE REG. DE TÍT. E DOCS.
CIDADE DO RIO DE JANEIRO

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO
E REGISTRADO EM CD-ROM SOB O Nº.

1651956

Rio de Janeiro, 28/05/2008

103- Geraldo Calmon Costa Jr.
(Matr. 06/0857 - Oficial Titular)
103- Kleber Calmon Hirdes
(CTPS 93043/128 - 10.0f. Subst.)
103- Geraldo L. Miranda B. Jr.
(CTPS 768856/022 - 20.0f. Subst.)
103- Carlos de Souza
(CTPS 78596/095 - 30.0f. Subst.)
103- Bernardino Carvalho
(CTPS 89896/082 - 40.0f. Subst.)

EMOLUMENTOS E TAXAS R\$ 370,21

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO
DAYCOVAL VEÍCULOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, grupo 205, condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de Administradora ("Administradora") do **DAYCOVAL VEÍCULOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**, constituído em 28 de maio de 2008, através do Instrumento Particular de Constituição registrado na mesma data sob o nº 1651956, perante o 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro ("Fundo"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores.

CONSIDERANDO que até a presente data não foi iniciada a oferta pública de distribuição das Quotas Seniores 1ª Série do Fundo.

RESOLVE a Administradora deliberar pela alteração do Regulamento do Fundo, conforme itens abaixo listados e alterações destacadas, que passam a vigorar com a seguinte redação, a partir do registro do presente Instrumento no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

Alteração da redação do item 4.7 do Capítulo Quatro, em função da supressão da primeira frase:

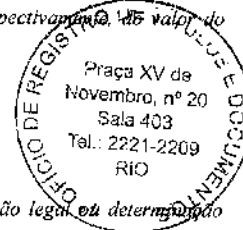
"4.7. É expressamente vedada a realização de cessões de fração do valor nominal de Direitos Creditórios pelo Daycoval e pelo Fundo. As cessões de crédito realizadas pelo Fundo para qualquer Pessoa deverão sempre observar os termos e as condições definidos no inciso 29.3 do Capítulo Vinte e Nove."

Alteração da redação das alíneas "b" e "c" do item 5.2 do Capítulo Cinco:

b) considerada, pro forma, a cessão pretendida, o somatório do valor presente dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos pelo respectivo Financiador, não é superior a R\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais);

c) considerada, pro forma, a cessão pretendida, o somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, cujos respectivos recursos foram utilizados pelos Financiados na aquisição de Veículos

Leves, Motocicletas, Ônibus e/ou Veículos Pesados, não é superior, conforme o caso, a 100% (cem por cento), 15% (quinze por cento), 15% (quinze por cento) e 50% (cinquenta por cento), respectivamente, do valor do Patrimônio Líquido;



Retificação da expressão “vetar” por “votar” no item 10.9 do Capítulo Dez:

10.9. Na hipótese de extinção ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, no lugar da Taxa DI, automaticamente, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado, autorizados a funcionar pelo Bacen, para operações similares. Na hipótese de inexistência do parâmetro acima referido, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que seja deliberado pelos titulares das Quotas Sênior o novo parâmetro a ser utilizado para definição do valor das Quotas Sênior. A maioria dos titulares de Quotas Subordinadas terá o direito de votar a adoção do parâmetro aprovado na referida Assembleia Geral, por meio de deliberação alcançada em votação em separado, podendo, nesta ocasião, apresentar um índice ou critério alternativo de apreçamento.

Alteração da redação dos itens 11.12 e 11.16 do Capítulo Onze:

11.12. Enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, o Índice de Liquidez referente a cada Série em Circulação deverá ser igual ou superior a 1 (um), a Razão de Garantia deverá ser equivalente a, no máximo, 77% (setenta e sete por cento) e a Alocação de Investimento Mínima deverá ser, no mínimo, equivalente a 50% (cinquenta por cento).

11.16. Admitir-se-á integralização de Quotas Subordinadas mediante a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, observado o que a respeito dispuser este Regulamento e o artigo 15 da Instrução CVM nº 356. Todavia, as Quotas Sênior somente poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, admitindo-se ainda que Quotas Sênior poderão ser subscritas e integralizadas através do MDC - Módulo de Distribuição de Cotas da Cetip - Câmara de Custódia e Liquidação.

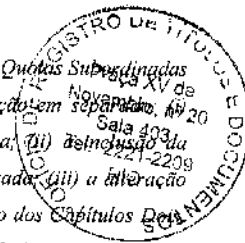
Alteração da redação do item 14.1 do Capítulo Quatorze:

14.1. As Quotas Sênior serão registradas, para negociação secundária, no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP. Sem prejuízo do disposto acima, a Administradora poderá registrar as Quotas Sênior para negociação também no SOMAFIX, operacionalizado pela BVSP. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.

Alteração da redação do item 17.6 do Capítulo Dezessete:

Esta folha é parte integrante do Instrumento Particular de Fidejussão Alteração ao Regulamento do Fundo de Veículos Leves, datado de 30/06/2008.

17.16. Observados os termos e as condições deste Regulamento, a maioria dos titulares das Quotas Subordinadas em Circulação, reunidos em Assembleia Geral, terão o direito de votar, em votação em separado, em separado, 49/20 alteração do Contrato de Cessão, nos termos da alínea "j" do inciso 17.1 acima; (ii) a instituição da instituição escolhida pelos titulares de Quotas Sênior como nova Instituição Autorizada; (iii) a alteração dos dispositivos do Regulamento perfílados no inciso 17.15 acima; e (iv) a alteração dos Capítulos Deza, Quatro, Cinco, Seis, Quinze, Vinte e Um, Vinte e Seis e Vinte e Oito, aos incisos 17.5, 17.6, 17.11 e 17.18 deste Capítulo Dezessete. A maioria dos titulares das Quotas Subordinadas em Circulação, reunidos em Assembleia Geral, terão o direito de votar a emissão de nova(s) Série(s) de Quotas Sênior, não possuindo os titulares das Quotas Sênior direito de votar sobre esta matéria.



Alteração da redação das alíneas "d", "g" a "k" do item 18.1 do Capítulo Dezoito:

- d) rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer Série em mais do 1 (um) sub-nível, considerando-se a tabela de classificação da Agência Classificadora de Risco;
- g) o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia por 10 (dez) dias úteis consecutivos;
- h) caso o Fundo deixe de atender ao Índice de Liquidez com referência a qualquer Série em Circulação em qualquer Data de Verificação;
- i) caso o valor dos recursos segregados na RC não atenda ao disposto no inciso 11.13 do Capítulo Onze por 5 (cinco) dias úteis consecutivos e o Fundo não se encontre no curso dos procedimentos definidos no inciso 12.1 do Capítulo Doze;
- j) caso o DCV, o DCV30, o DCV120 ou o DCV180, apurado pela Administradora em qualquer Data de Verificação, seja superior a 15% (quinze por cento), a 10% (dez por cento), a 9% (nove por cento) ou 8% (oito por cento), respectivamente;
- k) caso o ILACCB seja igual ou superior a 20% (vinte por cento) em qualquer Data de Verificação; ou

Alteração da definição do item "18" do Anexo I:

18. "BVSP" significa a Bolsa de Valores de São Paulo - BVSP;

Inserção de nova definição aos itens "79" e "80" do Anexo I, com a conseqüente renumeração dos itens seguintes:

79. "Motocicletas" significa motocicletas – código 4;

80. "Ônibus" significa ônibus – código 5;

Exclusão da definição do antigo item "80" do Anexo I, com a conseqüente renumeração dos itens seguintes.

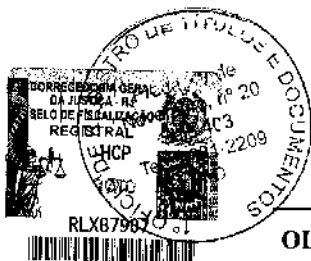
Alteração da redação do item "29.1" do Capítulo Vinte e Nove:

29.1. O valor mínimo de subscrição inicial de Quotas não poderá ser inferior a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Esta deliberação e o Regulamento do Fundo com seus anexos deverão ser registrados no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2008.



**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

HELEN DE OLIVEIRA THOMAS
PROCURADORA

Cesar Reinaldo Leal Pinto
Diretor

Testemunhas:

1. Paula Puzzi Azeite

Nome:

RG: **Paula Puzzi A. Ferreira**
RG: 11812823-4 IFP/RJ

CPF: **095.442.027-40**

CPF:

DOCUMENTOS E TÍTULOS R\$ 374,94

Rio de Janeiro, 01/07/2008
11 - Geraldo Calmon Dias Jr.
Matr 06/0897 - Oficial Titular
12 - Kleber Calmon Hines
ICTPS 93045/128 - 10.05. Subst
13 - Geraldo L. Miranda Jr.
ICTPS 76856/022 - 20.05. Subst
14 - Carlos de Souza
ICTPS 75386/095 - 30.05. Subst
15 - Bernardino Carvalho
ICTPS 89896/082 - 40.05. Subst

2. Maria Eunice Motta M. de F. Mello

Nome:

RG: **MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO**
CPF: 088.887.377-82

CPF: **12.857.135-3**

CPF:

REPRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO
E REGISTRADO EM CO-RG SOB O No. **1654280**

1. OFÍCIO DE REG. DE TÍT. E DOC.
CIDADE DO RIO DE JANEIRO

1651956

1. OFÍCIO DE REG. DE TÍT. E DOC.
CIDADE DO RIO DE JANEIRO
O PEDIDO DE PARTE INTERESSADA, O
PRESENTE DOCUMENTO FORNECIDO
EM NOME DO REGISTRO DE No.

1655479

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO
DAYCOVAL VEÍCULOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, grupo 205, condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de Administradora ("Administradora") do **DAYCOVAL VEÍCULOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**, constituído em 28 de maio de 2008, através do Instrumento Particular de Constituição registrado na mesma data sob o nº 1651956, com seu Regulamento alterado através do Instrumento Particular de Primeira Alteração registrado sob o nº 1654280 em 30/06/2008, ambos perante o 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro ("Fundo"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores.

CONSIDERANDO que:

- (i) até a presente data não foi iniciada a oferta pública de distribuição das Quotas Seniores 1ª Série do Fundo; e
- (ii) a Comissão de Valores Mobiliários formulou exigências através do Ofício/COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS/SRE/GER-1/Nº 1098/2008.

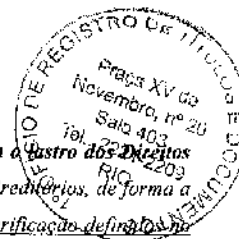
RESOLVE a Administradora deliberar pela alteração do Regulamento do Fundo, conforme itens abaixo listados e alterações destacadas, que passam a vigorar com a seguinte redação, a partir do registro do presente Instrumento no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

- Alteração do índice, de modo a incluir os Anexos ao Regulamento e respectiva numeração das páginas;
- Alteração da redação do item 7.10 do Capítulo Sete:

7.10. Será devida à Administradora, a título de honorários pela desempenho de suas atribuições definidas neste Regulamento e nos Documentos de Securitização, observado o valor mínimo constante do inciso 7.11 abaixo, uma remuneração mensal equivalente ao percentual anual de 0,10% (dez centésimos por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido até o montante de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), acrescido do valor equivalente ao percentual anual equivalente a 0,09% (nove centésimos por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido que exceder o montante de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). A remuneração mensal prevista neste inciso será acrescida das verbas devidas à Administradora nos termos do inciso 7.14 abaixo ("Taxa de Administração").

- Alteração da redação da alínea “i” do item 9.3 do Capítulo Nove:

- i) **Verificação posterior pelo Custodiante dos Documentos Comprobatórios que evidenciam o Pasto dos Direitos Creditórios.** O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos Creditórios, de forma a verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios, conforme Procedimentos de Verificação definidos no Anexo II deste Regulamento. Considerando-se que essa auditoria será realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá prejudicar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por ele adquiridos. A seleção da amostra objeto da auditoria trimestral terá um limite de erro tolerável de 5% (cinco por cento).



- Alteração da redação do item 15.2 do Capítulo Quinze, com a conseqüente renumeração dos itens seguintes:

- 15.2. Os Direitos Creditórios serão precificados considerando-se o respectivo Preço de Aquisição. Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o ágio ou deságio apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

- Inserção do item 15.3 e respectivos subitens ao Capítulo Quinze:

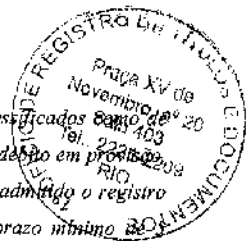
- 15.3 O Custodiante constituirá, para Direitos Creditórios relativos a Cédulas de Crédito Bancário Inadimplentes, provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o disposto na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, conforme posteriormente alterada. Este provisionamento para créditos de liquidação duvidosa consiste na reserva mensal de valores, para fazer face ao valor inadimplido por cada Financiador, em percentual sobre o valor da operação que sofre variação de acordo com critérios objetivos de classificação das Financiadas, de suas operações e do período de atraso verificado previstas na referida regulamentação.

- 15.3.1. Os níveis de risco, provisão e faixas de atraso observarão os seguintes critérios, de acordo com o disposto na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, conforme posteriormente alterada:

Nível de risco	Dias de atraso	% de provisão
AA	0	0
A	Até 14	0,5
B	15 a 30	1,0
C	31 a 60	3,0
D	61 a 90	10,0
E	91 a 120	30,0
F	121 a 150	50,0
G	151 a 180	70,0
II	Acima de 180	100,0

Esta folha é parte integrante do Instrumento Particular de Segunda Alteração ao Regulamento do Duque de Valentim F.H.L., datada de 17/07/2003.

[Handwritten signature]



15.3.2. *Os Direitos Creditórios relativos a Cêdulas de Crédito Bancário Inadimplentes, classificados em risco nível H, serão transferidos para conta de compensação, com o correspondente de débito em provisionamento após decorridos 6 (seis) meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior, permanecendo registrados em conta de compensação pelo prazo mínimo (cinco) anos e enquanto não esgotados os procedimentos de cobrança.*

15.3.3. *A provisão para devedores duvidosos atingirá todos os Direitos Creditórios devidos pelo mesmo Financiador, conforme descrito nos incisos 15.3.1 e 15.3.2 acima ("efeito vagão").*

15.4 *É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo de cada Direito Creditório e dos Outros Ativos, calculados de acordo com os parâmetros estabelecidos neste Capítulo.*

- Inserção do item "16.5" ao Capítulo Dezesseis:

16.5 *Sem prejuízo da responsabilidade legal do Custodiante, a verificação do lastro dos Direitos Creditórios de que trata a alínea "o" do inciso 16.1 acima deverá ser realizada por meio de auditoria trimestral nos respectivos Documentos Comprobatórios, por amostragem, conforme Procedimentos de Verificação descritos no Anexo II deste Regulamento.*

16.5.1. *A auditoria trimestral nos respectivos Documentos Comprobatórios, mencionada no inciso 16.5 acima, poderá ser realizada por terceiro contratado pelo Custodiante, sob sua total responsabilidade e às suas expensas.*

16.5.2. *Para a primeira verificação referida no inciso 16.5 acima, o Custodiante deverá considerar, para seleção da amostra, a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, enquanto que, para as demais verificações, serão considerados apenas os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada, de titularidade do Fundo.*

16.5.3. *O Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Quotistas por conta de qualquer irregularidade dos Documentos Comprobatórios.*

16.5.4. *Para atendimento ao disposto no § 3º, inciso IV, do artigo 8º da Instrução CVM nº 356/01, a Administradora considerará os resultados da verificação dos Documentos Comprobatórios, por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e os apontamentos relacionados aos Documentos Comprobatórios apresentados ou não pela respectiva auditoria.*

- Alteração da redação do item 21.1 do Capítulo 21:

21.1. Se existirem Quotas em Circulação, o Fundo deverá ser liquidado antecipadamente caso ocorra o Evento de Amortização Antecipada, nos termos do item 18.4 do Capítulo Dezoito, ou caso os Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, assim deliberarem, nos termos do item 17.1 do Capítulo Dezesete. Em qualquer das hipóteses, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate das Séries de Quotas Sênior em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite do valor de cada Quota Sênior apurado, pro forma, observado o disposto na alínea "c" do inciso 10.3 do Capítulo Dez ("Valor Referencial"). Após a conclusão do resgate das Quotas Sênior, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate das Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver. É assegurado o resgate das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes na hipótese de decisão assemblear pela não liquidação do Fundo. As cessões de crédito realizadas nos termos deste inciso deverão observar o disposto no inciso 29.3 do Capítulo Vinte e Nove.

- Alteração da redação da definição do antigo item "89" do Anexo I, com a conseqüente renumeração dos itens seguintes.

89. "Procedimentos de Verificação" significa os procedimentos de verificação, por amostragem, dos Direitos Creditórios, conforme parâmetros definidos no Anexo II;

Esta deliberação e o Regulamento do Fundo com seus anexos deverão ser registrados no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2008.



RLX89106
CARTÓRIO DE REG. DE TÍT. E DOC.
CIDADE DO RIO DE JANEIRO
O PRESENTE DOCUMENTO FOI AVERBADO
NA MARGEM DO REGISTRO DE NO.
1654280

VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Alexandre Lodi de Oliveira
PROCURADOR

1. OFÍCIO DE REG. DE TÍT. E DOC.
CIDADE DO RIO DE JANEIRO

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO
E REGISTRADO EM CD-ROM SOB O Nº.

1655479

Rio de Janeiro, 17/07/2008

III- Geraldo Calmon Costa Jr.
Matr. 06/0697 - Oficial Titular
IV- Walter Calmon Nêres
ICTPS 93043/128 - 10.0f. Subst.
II- Geraldo L. Miranda B. Jr.
ICTPS 768856/022 - 20.0f. Subst.
II- Carlos de Souza
ICTPS 78596/095 - 30.0f. Subst.
II- Bernardino Carusinho
ICTPS 89896/082 - 40.0f. Subst.

Maria Eunice Motta M. de F. Mello

MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO
CPF: 088.887.377-02
RG: 12.857.136-3

Emolumentos e Taxas R\$ 384,40
Aline de A. Hamond

Aline de A. Hamond
CPF: 116.576.577-28
RG: 11.122.043-0 DETRAN/RJ

Esta folha é parte integrante do Instrumento Particular de Segunda Alteração do Regulamento do Daycoval Veículos FIDC, datado de 17/07/2008.

ÍNDICE

CAPÍTULO UM – DO FUNDO.....	3
CAPÍTULO DOIS – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO	3
CAPÍTULO TRÊS – DO REGISTRO.....	4
CAPÍTULO QUATRO – DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS	4
CAPÍTULO CINCO – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.....	9
CAPÍTULO SEIS – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DO RECEBIMENTO DE VALORES.....	10
CAPÍTULO SETE – DA ADMINISTRADORA	11
CAPÍTULO OITO – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA	20
CAPÍTULO NOVE – DOS FATORES DE RISCO.....	22
CAPÍTULO DEZ – DAS QUOTAS.....	33
CAPÍTULO ONZE – DA EMISSÃO DE QUOTAS, DA RESERVA DE CAIXA E DA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO.....	40
CAPÍTULO DOZE – DA AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS	44
CAPÍTULO TREZE – DO PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS	46
CAPÍTULO QUATORZE – DO REGISTRO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	47
CAPÍTULO QUINZE – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO ..	47
CAPÍTULO DEZESSEIS – DO CUSTODIANTE	49
CAPÍTULO DEZESSETE – DA ASSEMBLÉIA GERAL.....	52
CAPÍTULO DEZOITO – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA.....	57
CAPÍTULO DEZENOVE – DO REENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA, DA ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTO MÍNIMA E DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ.....	61
CAPÍTULO VINTE – DA AMORTIZAÇÃO COMPULSÓRIA PARA FINS DE REENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA E/OU DA ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTO MÍNIMA	63
CAPÍTULO VINTE E UM – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO.....	64
CAPÍTULO VINTE E DOIS – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	66



1

CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	67
CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS	68
CAPÍTULO VINTE E CINCO – DOS ENCARGOS DO FUNDO	69
CAPÍTULO VINTE E SEIS – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS	70
CAPÍTULO VINTE E SETE – DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	72
CAPÍTULO VINTE E OITO – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS TITULARES DAS QUOTAS SÊNIOR	73
CAPÍTULO VINTE E NOVE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	74
ANEXO I - DEFINIÇÕES	76
ANEXO II - PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO	92
ANEXO III - AVISO DE DESENQUADRAMENTO	94
ANEXO IV - CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO	96
ANEXO V - POLÍTICA DE COBRANÇA	98
ANEXO VI - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	100
ANEXO VII - SUPLEMENTO	102
ANEXO VIII - TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E CIÊNCIA DE RISCO	105



Regulamento do **DAYCOVAL VEÍCULOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**, administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.



CAPÍTULO UM – DO FUNDO

- 1.1. O **DAYCOVAL VEÍCULOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**, doravante designado, abreviadamente, o “Fundo”, é constituído sob a forma de condomínio fechado.
- 1.2. Os termos e as expressões adotados neste Regulamento, grafados em letra maiúscula, terão os significados a eles atribuídos no Anexo I deste Regulamento, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.
- 1.3. Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Pessoas que sejam investidores qualificados (“Investidores Qualificados”), conforme disposto na Instrução CVM nº 409, inclusive fundos de investimento e fundo de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo.

CAPÍTULO DOIS – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

- 2.1. O prazo de vigência regular do Fundo será de 10 (dez) anos, contado do início das atividades do Fundo (“Prazo de Vigência”). Na hipótese de o prazo acima estabelecido encerrar-se em dia não útil, a liquidação do Fundo será efetuada no 1º (primeiro) dia útil imediatamente subsequente. O Fundo somente poderá ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas neste Regulamento, sendo que, neste caso, deverão ser observados pela Administradora os procedimentos definidos no Capítulo Vinte e Um.

CAPÍTULO TRÊS – DO REGISTRO

- 3.1. O presente Regulamento, seus eventuais aditamentos e os Suplementos ~~serão levados~~ registro em cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado na ~~sede da~~ Administradora.



CAPÍTULO QUATRO – DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

- 4.1. Observado o disposto neste Regulamento e no Contrato de Cessão, o objetivo do Fundo é atuar no sentido de propiciar aos Quotistas a valorização de suas Quotas, por meio da aplicação de recursos em carteira composta por Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade e, conforme o caso, por Outros Ativos. Observados os termos e as condições do Contrato de Cessão e deste Regulamento, o Fundo adquirirá do Daycoval, em moeda corrente nacional e/ou por meio da subscrição e integralização de Quotas Subordinadas pelo Daycoval, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou qualquer tipo de coobrigação, Direitos Creditórios Elegíveis e todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas assegurados em razão de sua titularidade, inclusive aqueles decorrentes da alienação fiduciária do Veículo Automotor cuja aquisição seja financiada por meio da celebração da respectiva Cédula de Crédito Bancário.
- 4.2. O Daycoval, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo nem pela solvência dos Financiados. O Daycoval é somente responsável, na respectiva Data de Aquisição, pela existência, autenticidade e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.
- 4.3. A Administradora, o Custodiante, o Distribuidor, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não respondem pela solvência dos Financiados, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização, sem prejuízo das obrigações assumidas pela Administradora e pelo Custodiante nos Documentos da Securitização.

- 4.4. Em até 90 (noventa) dias contados da data de protocolo na CVM dos documentos de constituição do Fundo definidos na Instrução CVM nº 356, o Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis. O Fundo poderá manter a totalidade (100%) do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido, não investido em Direitos Creditórios, em uma conta corrente nacional, ou aplicar: (i) em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; (ii) operações compromissadas tendo como lastro títulos públicos federais; e/ou (iii) em quotas de fundo(s) de investimento classificado(s) como “referenciados DI” ou “renda fixa”, de longo prazo, com liquidez diária, que tenha(m) seu patrimônio representado por títulos ou ativos mencionados nas alíneas “i” e “ii” acima. É expressamente vedada a aquisição, pelo Fundo, de ativos de renda variável.
- 4.5. A Administradora envidará seus melhores esforços para adquirir Outros Ativos cujos vencimentos propiciem à carteira classificação de investimento de “longo prazo”, para fins de tributação dos Quotistas.
- 4.6. É vedado ao Fundo adquirir Outros Ativos nos quais a Administradora atue na condição de contraparte.
- 4.7. É expressamente vedada a realização de cessões de fração do valor nominal de Direitos Creditórios pelo Daycoval e pelo Fundo. As cessões de crédito realizadas pelo Fundo para qualquer Pessoa deverão sempre observar os termos e as condições definidos no inciso 29.3 do Capítulo Vinte e Nove.
- 4.8. É facultado ao Fundo, a exclusivo critério da Administradora, realizar operações compromissadas, tendo necessariamente como contraparte qualquer das Instituições Autorizadas. Ressalvada a contratação de operações compromissadas com lastro em títulos públicos, é vedada a realização de qualquer operação financeira, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro ou aquelas compromissadas ou com derivativos, em que o Daycoval, a Administradora, quaisquer Pessoas controladoras das referidas Pessoas, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes.

4.9. A Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá realizar, desde que atendidas as condições de *Swap*, operações com instrumento derivativos com o objetivo de proteger a rentabilidade dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo cuja remuneração estará necessariamente, vinculada a taxas pré-fixadas, observando, para tanto, o prazo médio de vencimento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. As operações contratadas pelo Fundo com instrumentos derivativos poderão ser realizadas (a) em mercado de balcão tendo como contraparte, necessariamente, 1 (uma) ou mais Instituições Autorizadas, sendo que tais operações deverão ser necessariamente registradas na BM&F sob a modalidade “com garantia” e/ou (b) diretamente na BM&F, sob a modalidade “com garantia”, desde que previamente autorizada, por escrito, pela Agência Classificadora de Risco. É expressamente vedada a realização de operações de venda de opções de compra a descoberto e alavancadas, a qualquer título. A Administradora deverá disponibilizar à Agência Classificadora de Risco cópia dos contratos das operações com instrumento derivativos realizadas pelo Fundo.

4.9.1. As operações com instrumentos derivativos serão contratadas com base no valor presente dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo na respectiva Data de Aquisição (“VCH”) apurado pelo Custodiante, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCH = \sum \frac{VDC}{\left[(1 + TDH)^{\frac{N}{252}} \right]}$$

onde:

VCH = somatório do valor de aquisição dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, na respectiva Data de Aquisição, apurado pelo Custodiante exclusivamente para fins de contratação pela Administradora de operações com instrumentos derivativos.

VDC = valor nominal de cada Direito Creditório ofertado pelo Daycoval e que estará sendo adquirido pelo Fundo na respectiva Data de Aquisição.

TDH = Taxa de Desconto para *Hedge*, informada pela Administradora ao Custodiante, em cada data de apuração do VCH, expressa na forma

decimal ao ano. A TDH será equivalente a taxa média de operações de *swap*, do dia útil imediatamente anterior, regularmente calculada, apurada e divulgada pela BM&F com base em coleta de preços realizada com as instituições participantes do mercado interfinanceiro de *swaps* e deverá ser apurada pela Administradora na BM&F com base no prazo médio (*duration*) dos Direitos Creditórios adquiridos na respectiva Data de Aquisição (Exemplo: para uma taxa de 20% ao ano, TDH = 0,20). Se TDH > 40% ao ano então TDH para fins de apuração de VCH será igual a 0,4.

N = número de dias úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório e a Data de Aquisição, incluindo-se na contagem o 1º dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

4.9.2. Observado o disposto no Regulamento, a Administradora somente procederá à contratação de operações com instrumentos derivativos, por conta e ordem do Fundo, desde que estejam presentes as seguintes condições ("Condições de Swap"):

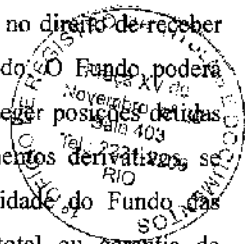
- a) existência de contraparte para realização da respectiva operação com instrumentos derivativos; e
- b) caso o Fundo tenha recursos livres e disponíveis para arcar com os custos de realização da respectiva operação com instrumentos derivativos.

4.9.3. Os recursos decorrentes de ajustes credores em operações de contratos futuros, celebradas pelo Fundo, deverão ser mantidos obrigatoriamente nas modalidades de investimento referidas na alínea "i" do inciso 4.4 acima.

4.9.4. Todos os recursos devidos ao Fundo por conta da liquidação de operações no mercado de derivativos deverão ser creditados na Conta Corrente do Fundo, devendo a Administradora fazer constar tal obrigação nos contratos porventura celebrados.

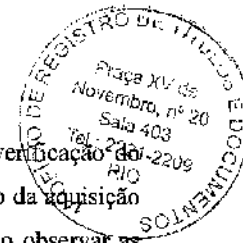
4.9.5. A Administradora não poderá contratar operações com derivativos caso os respectivos contratos ("Contratos de Swap") estipulem: (i) direito de a contraparte rescindir

antecipadamente o Contrato de *Swap*; e/ou (ii) restrições ou limitações no direito de receber os valores devidos por conta dos ajustes positivos em favor do Fundo. O Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas no mercado à vista, até o limite dessas. As operações com instrumentos derivativos, se realizadas pelo Fundo, visam proteger parcela dos ativos de titularidade do Fundo das flutuações da taxa de juros, não garantindo, entretanto, proteção total ou garantia de rentabilidade às Quotas.



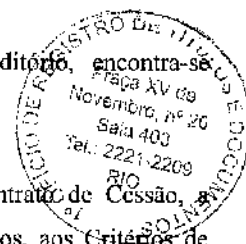
- 4.9.6. Quando da realização das operações com derivativos, a Administradora poderá celebrar, a seu critério, diversos Contratos de *Swap*, desde que o prazo médio de tais operações se aproxime daquele da carteira de Direitos Creditórios objeto de aquisição.
- 4.10. Os Outros Ativos e os Direitos Creditórios devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM.
- 4.11. As vias originais e/ou, conforme o caso, cópias reprográficas dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo deverão ser custodiados por Agente devidamente autorizado pelo Custodiante à prestação desse serviço, nos termos da Instrução CVM nº 356, do Contrato de Custódia e do Contrato de Cessão.
- 4.12. É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.
- 4.13. Os recursos decorrentes de ajustes credores em operações de contratos futuros, celebradas pelo Fundo, deverão ser mantidos obrigatoriamente em moeda corrente nacional, ou aplicados em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen.
- 4.14. Os percentuais e limites referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente pela Administradora, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior.

CAPÍTULO CINCO – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE



- 5.1. Na aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo caberá ao Custodiante a verificação do atendimento pelos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade. Quando da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, a Administradora e o Custodiante deverão observar as rotinas e os procedimentos definidos neste Regulamento e nos demais Documentos da Securitização cujo atendimento esteja sob sua específica responsabilidade.
- 5.2. Serão considerados direitos creditórios elegíveis ("Direitos Creditórios Elegíveis") os Direitos Creditórios cujas informações foram transmitidas ao Custodiante pelo Daycoval, por meio eletrônico, de acordo com os procedimentos definidos no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e que atendam, cumulativamente, na Data de Aquisição, aos seguintes "Critérios de Elegibilidade":
- a) o prazo de vencimento do Direito Creditório não é superior a 1.800 (um mil e oitocentos) dias contados da Data de Aquisição;
 - b) considerada, *pro forma*, a cessão pretendida, o somatório do valor presente dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos pelo respectivo Financiador, não é superior a R\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais);
 - c) considerada, *pro forma*, a cessão pretendida, o somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, cujos respectivos recursos foram utilizados pelos Financiados na aquisição de Veículos Leves, Motocicletas, Ônibus e/ou Veículos Pesados, não é superior, conforme o caso, a 100% (cem por cento), 15% (quinze por cento), 15% (quinze por cento) e 50% (cinquenta por cento), respectivamente, do valor do Patrimônio Líquido;
 - d) o respectivo Financiador não se encontra inadimplente, ou em atraso, no cumprimento de qualquer obrigação com o Fundo por prazo superior a 3 (três) dias úteis, contado da data de vencimento original das respectivas obrigações;
 - e) a alienação fiduciária do Veículo Automotor, vinculado ao respectivo Direito Creditório, encontra-se registrada no SNG; e

- f) o Veículo Automotor, vinculado ao respectivo Direito Creditório, encontra-se registrado com ano de fabricação após 1989.

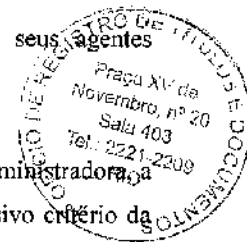


- 5.3. Observados os termos e as condições deste Regulamento e do Contrato de Cessão, a verificação pelo Custodiante do atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade será considerada como definitiva.
- 5.4. A perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível, não dará ao Fundo qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra o Daycoval, a Administradora, o Custodiante, suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

CAPÍTULO SEIS – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DO RECEBIMENTO DE VALORES

- 6.1. A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis do Daycoval, observados os procedimentos definidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão, desde que, computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios (a) em moeda corrente nacional e/ou (b) por meio da emissão de Quotas Subordinadas, o Fundo atenda, cumulativamente, ao disposto no inciso 11.12 do Capítulo Onze, observados os prazos para regularização definidos neste Regulamento na hipótese de desenquadramento de quaisquer dos limites e parâmetros acima referidos.
- 6.2. No curso ordinário do Programa de Securitização, os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo serão pagos pelos Financiados, na rede bancária, por meio da utilização dos Carnês, registrados pelo Agente Arrecadador como de titularidade do Fundo, sendo as respectivas verbas acolhidas em contas correntes de titularidade do Daycoval e transferidas posteriormente, pelo Daycoval, para a Conta Corrente do Fundo. O Custodiante deverá proceder à conciliação das verbas transferidas, a qualquer título, pelo Daycoval, para a Conta Corrente do Fundo com o fluxo de caixa

esperado do Fundo e as informações passadas pelo Daycoval ou por seus agentes previamente cientificados à Administradora.

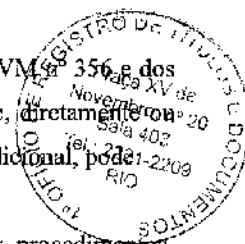


- 6.2.1. Nos termos do Contrato de Cobrança Bancária e do Contrato de Cessão, a Administradora, a qualquer tempo, caso o Daycoval sofra algum evento adverso que, a exclusivo critério da Administradora, poderá vir a afetar negativamente a solvência do Fundo, poderá instruir o Agente de Arrecadação a transferir diretamente para conta corrente de titularidade do Fundo, os recursos pertencentes ao Fundo, registrados de maneira segregada no sistema de cobrança do Agente Arrecadador.
- 6.3. No curso ordinário do Programa de Securitização, o Daycoval, na qualidade de agente cobrador, nos termos do Contrato de Cobrança, será responsável, por conta e ordem do Fundo, diretamente ou por meio de seus Agentes, pela cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios relativos às Cédulas de Crédito Bancário Inadimplentes e às Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas, incluindo a implementação de todos os procedimentos relativos à execução da respectiva alienação fiduciária.

CAPÍTULO SETE – DA ADMINISTRADORA

- 7.1. O Fundo é administrado pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 (“Administradora”).
- 7.2. Para a plena realização dos objetivos do Fundo, a Administradora assume a obrigação de aplicar em sua administração os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício dos Quotistas, observados os direitos, as garantias e prerrogativas especiais dos titulares das Quotas Sênior definidos nos Documentos da Securitização, atentos à conjuntura em geral, respeitadas as determinações das autoridades monetárias e fiscalizadoras competentes, além das obrigações que lhe são impostas por força de lei e deste Regulamento.

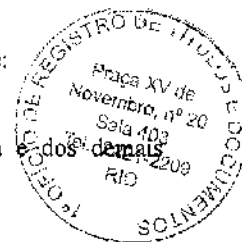
7.3. Observados os termos e as condições deste Regulamento e da Instrução CVM nº 356 e dos demais normativos aplicáveis, a Administradora, sob sua responsabilidade, diretamente ou por meio de seus Agentes, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:



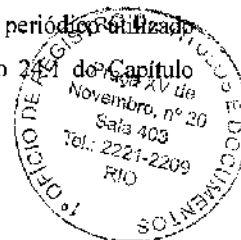
- a) observado o disposto no Contrato de Cobrança, iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (i) à cobrança dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, (ii) à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, e (iii) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas, observado o disposto no Capítulo Vinte e Oito;
- b) observadas as regras da Política de Cobrança e os demais procedimentos definidos no Contrato de Cessão, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos referidos ativos;
- c) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Exceção feita às procurações com poderes da cláusula *ad judicia* e àquelas outorgadas ao Custodiante e ao Agente Cobrador, nos termos do Contrato de Custódia e do Contrato de Cobrança, respectivamente, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica, em todas as demais procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, constará o respectivo prazo de validade, que não poderá ser superior a 12 (doze) meses contado da data da outorga;
- d) providenciar o registro deste Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do Capítulo Três; e
- e) praticar todos os atos de administração do Fundo, de modo a manter a sua boa ordem legal, operacional e administrativa, observados os termos e as condições deste Regulamento e as limitações legais e regulamentares em vigor.

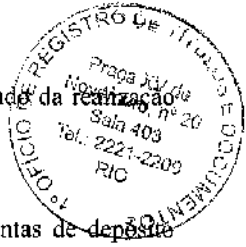
7.4. Sem prejuízo do disposto no Contrato de Cessão de seus outros deveres legais, incluem-se entre as obrigações da Administradora:

- a) manter em sua sede e colocar à disposição dos Quotistas gratuitamente:
- i) cópias dos pareceres preparados pela Empresa de Auditoria e dos demais documentos e relatórios enviados à CVM;
 - ii) exemplar do Regulamento;
 - iii) exemplar do Prospecto, o qual deverá ser devidamente atualizado quando da realização de qualquer Distribuição; e
 - iv) encaminhar ao Bacen, nos termos previstos pela legislação aplicável, as informações relativas à cessão dos Direitos Creditórios do Daycoval ao Fundo;
- b) manter atualizados e em perfeita ordem enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação ou pelo prazo de 5 (cinco) anos, o que ocorrer por último:
- i) o registro dos Quotistas;
 - ii) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - iii) o livro de presença de Quotistas;
 - iv) a documentação relativa às operações do Fundo, incluindo seus respectivos registros contábeis;
 - v) os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer despesa ou encargo do Fundo, inclusive os relativos ao recolhimento de impostos, contribuições, taxas e emolumentos; e
 - vi) os demonstrativos trimestrais preparados pelo Diretor Designado nos termos do inciso 7.9 deste Capítulo;

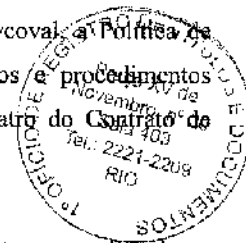


- c) informar os Quotistas de alteração da Taxa de Administração ou do período de utilização pelo Fundo para a prestação de informações, nos termos do inciso 2.4.1 do Capítulo Vinte e Quatro;
- d) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- e) colocar à disposição em sua sede e nas instituições que distribuam Quotas, cópias das demonstrações financeiras do Fundo, auditadas ou não, dos relatórios referentes ao Fundo que venham a ser entregues à CVM e das atualizações elaboradas pela Agência Classificadora de Risco;
- f) providenciar, trimestralmente, às expensas do Fundo, a atualização da classificação de risco das Quotas em Circulação objeto de distribuição pública pela Agência Classificadora de Risco;
- g) alocar os recursos de titularidade do Fundo, não aplicados em Direitos Creditórios, em Outros Ativos, observada a política de investimento prevista neste Regulamento;
- h) observar a política de investimento do Fundo definida neste Regulamento, incluindo as disposições referentes à contratação de operações com instrumentos derivativos;
- i) realizar a contratação, pelo Fundo, de operações em mercados de derivativos, observado o disposto na política de investimento prevista no Capítulo Quatro deste Regulamento;
- j) proceder à escrituração e ao registro de todos os fatos contábeis do Fundo, de forma que o mesmo possa manter sua contabilidade atualizada e em perfeita ordem;
- k) preparar os demonstrativos financeiros mensais e anuais do Fundo e zelar para que os mesmos, conforme o caso, sejam auditados pela Empresa de Auditoria e enviados às autoridades competentes dentro dos prazos legais;
- l) submeter os demonstrativos referidos no inciso 7.9 deste Capítulo ao exame da Empresa de Auditoria, quando da auditoria anual;



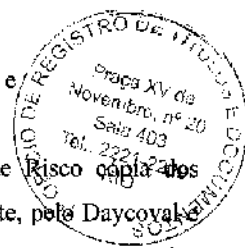
- 
- m) fornecer as informações solicitadas pela Empresa de Auditoria quando da realização da auditoria anual de encerramento do exercício do Fundo;
 - n) realizar os serviços de escrituração, abertura e manutenção das contas de depósito abertas em nome dos Quotistas ou contratar terceiros devidamente habilitados e autorizados para realizar tais serviços;
 - o) manter registros analíticos e completos de todas as movimentações ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas, bem como manter em perfeita ordem os documentos necessários à comprovação da capacidade dos Quotistas em aplicar recursos em quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, exceto sobre os documentos referentes a Quotistas que adquirirem Quotas no mercado secundário, quando a guarda e verificação destes documentos será de responsabilidade exclusiva das instituições intermediárias que executarem a(s) ordem(ns) do(s) investidor(es);
 - p) disponibilizar aos Quotistas, mensalmente, em seu *website*, as seguintes informações (i) o número de Quotas detidas pelo respectivo Quotista, (ii) o valor atualizado de suas Quotas, (iii) a remuneração acumulada das Quotas desde a respectiva Data de Emissão; e (iv) o valor do Patrimônio Líquido;
 - q) fornecer aos Quotistas, anualmente, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e seu respectivo valor;
 - r) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável;
 - s) calcular o valor do FM, do RC e do ILACCR;
 - t) realizar, às expensas do Daycoval, diretamente ou por meio de seus Agentes, no mínimo, anualmente, testes estatísticos, por meio de procedimentos passíveis de

auditoria, de forma a verificar que foram observadas, pelo Daycoval, a Política de Concessão de Crédito, a Política de Cobrança e os requisitos e procedimentos definidos nas alíneas “g” a “n” do inciso 4.1 da Cláusula Quarta do Contrato de Cessão;



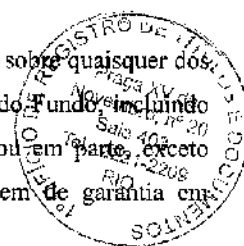
- u) informar ao Custodiante, por meio eletrônico, a Taxa de Desconto a ser utilizada na determinação do Preço de Aquisição, observado o disposto neste Regulamento e no Contrato de Cessão;
- v) proceder, às expensas do Fundo, à contratação dos serviços do Custodiante, da Agência Classificadora de Risco, da Empresa de Auditoria e à celebração dos Documentos da Securitização e dos demais documentos necessários à operacionalização do Programa de Securitização;
- w) monitorar o cumprimento pelo Fundo dos índices e parâmetros referidos no inciso 11.12 do Capítulo Onze;
- x) monitorar, diretamente ou por meio de seus Agentes, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Daycoval, ao Custodiante e ao Agente Escriturador, nos termos do Contrato de Cobrança, do Contrato de Custódia e do Contrato de Escrituração, respectivamente;
- y) processar a subscrição, integralização e amortização de Quotas Sênior e/ou de Quotas Subordinadas, observados os procedimentos definidos neste Regulamento, de forma que considerado, *pro forma*, o respectivo evento, o Fundo atenda ao disposto no inciso 11.12 do Capítulo Onze;
- z) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco a ocorrência dos seguintes eventos:
 - i) substituição da Empresa de Auditoria ou do Custodiante;
 - ii) ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Amortização Antecipada; e

- iii) celebração de aditamentos aos Documentos da Securitização; e
- aa) entregar e/ou manter à disposição da Agência Classificadora de Risco ~~copia dos~~ relatórios preparados pela própria Administradora, pelo Custodiante, pelo Daycoval e pelos demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, nos termos dos Documentos da Securitização.



- 7.5. Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis, é vedado à Administradora realizar qualquer modalidade de negociação ou operação com o Fundo, direta ou indiretamente, com exceção da aquisição de Quotas Sênior, salvo se expressamente autorizada nos termos deste Regulamento e dos demais Documentos da Securitização.
- 7.6. As vedações contidas no inciso 7.5 acima abrangem as Pessoas controladoras da Administradora, sociedades por estas direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum.
- 7.7. É vedado à Administradora, em nome do Fundo:
- a) obter ou conceder qualquer empréstimo, financiamento ou adiantamento de recursos a qualquer Pessoa, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;
 - b) realizar operações ou negociar com ativos financeiros ou modalidades operacionais não admitidas pela legislação aplicável aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios ou por este Regulamento;
 - c) emitir quaisquer classes ou séries de Quotas não expressamente autorizadas neste Regulamento ou vender Quotas à prestação;
 - d) aplicar recursos direta ou indiretamente no exterior;

- e) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre quaisquer dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo qualquer direito ou prerrogativa a estes relacionados, no todo ou em parte, exceto quando se tratar da utilização dos Outros Ativos como margem de garantia em operações realizadas pelo Fundo em mercados de derivativos; e



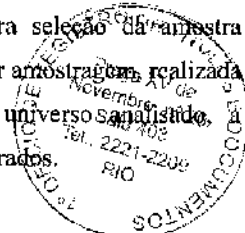
- f) locar ou emprestar, seja a que título for, quaisquer dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo qualquer direito ou prerrogativa a estes relacionados, no todo ou em parte, exceto quando se tratar da utilização dos Outros Ativos como margem de garantia em operações realizadas pelo Fundo em mercados de derivativos.

7.8. Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou pelos titulares das Quotas Sênior em Circulação, reunidos em Assembléia Geral, é igualmente vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços;
- b) distratar, rescindir ou modificar por sua iniciativa quaisquer dos Documentos da Securitização, salvo se expressamente autorizada nos respectivos instrumentos contratuais; e
- c) proceder à abertura de contas correntes bancárias, de investimento e de custódia, além daquelas previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos neste Regulamento e nos respectivos Documentos da Securitização.

7.9. O Diretor Designado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deverá elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando que: (i) as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Capítulo Quatro e com os limites de composição e de diversificação a eles aplicáveis; (ii) as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de

mercado; (iii) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período; e (iv) os resultados da verificação do lastro por amostragem realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados.



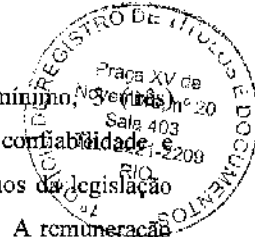
- 7.9.1. Os demonstrativos referidos no inciso 7.9 acima devem ser enviados à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos, disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período e permanecer à disposição dos Quotistas, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.
- 7.10. Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas neste Regulamento e nos Documentos de Securitização, observado o valor mínimo constante do inciso 7.11 abaixo, uma remuneração mensal equivalente ao percentual anual de 0,10% (dez centésimos por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido até o montante de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), acrescido do valor equivalente ao percentual anual equivalente a 0,09% (nove centésimos por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido que exceder o montante de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). A remuneração mensal prevista neste inciso será acrescida das verbas devidas à Administradora nos termos do inciso 7.14 abaixo (“Taxa de Administração”).
- 7.11. A Taxa de Administração prevista no inciso 7.10 acima será, no mínimo, de R\$9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) mensais.
- 7.12. O primeiro pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no último dia útil do mês calendário em que ocorrer a primeira integralização de Quotas e as demais, no último dia dos meses subsequentes. Os valores devidos à Administradora deverão ser pagos pelo Fundo, considerando as informações contidas na memória de cálculo enviada previamente ao Custodiante pela Administradora, sob sua exclusiva responsabilidade, até o dia útil imediatamente anterior à data de pagamento das respectivas verbas, por meio de crédito dos montantes devidos em conta corrente de titularidade da Administradora, servindo o comprovante do crédito para a comprovação da quitação desta obrigação pecuniária.

- 7.13. O valor mínimo da Taxa de Administração, previsto no inciso 7.11 acima, será atualizado a cada período de 12 (doze) meses contado de 01 de fevereiro de 2008 ou, na menor periodicidade admitida em lei, pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo.
- 7.14. A Taxa de Administração será acrescida do valor dos tributos incidentes sobre pagamento da espécie, a saber: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), Imposto de Renda Retido na Fonte e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a Taxa de Administração.
- 7.15. A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.
- 7.16. 50% (cinquenta por cento) da parcela da Taxa de Administração devida exclusivamente à Administradora, após serem deduzidos os valores devidos aos demais terceiros contratados, será paga diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.150.453/0001-20, na qualidade de prestadora de serviços de consultoria especializada, nos termos do artigo 39, inciso I, da Instrução CVM nº 356, para a Administradora, na forma do artigo 56, §2º da Instrução CVM nº 356, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem quaisquer custos adicionais para o Fundo. Tal valor será deduzido da Taxa de Administração devida.
- 7.17. A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembléias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, entre outros.

CAPÍTULO OITO – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

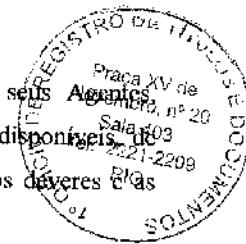
- 8.1. Os Quotistas titulares de 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação, observado o disposto no inciso 8.6 deste Capítulo Oito, poderão solicitar a substituição da Administradora. Para tanto, os respectivos Quotistas deverão encaminhar à Administradora correspondência registrada e protocolada contendo as razões e os motivos da solicitação e a

indicação do nome, qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 3 (três) instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável, deste Regulamento e dos demais Documentos da Securitização. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos respectivos Quotistas não poderá ser superior em 20% (vinte por cento) ao valor da Taxa de Administração.



- 8.2. Na hipótese do inciso 8.1 acima, os Quotistas titulares da maioria das Quotas em Circulação terão o direito de escolher, na referida Assembléia Geral, qualquer das instituições apresentadas pelos demais Quotistas para exercer as funções da Administradora.
- 8.3. A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no periódico referido no inciso 24.1 do Capítulo Vinte e Quatro e por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 (vinte) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias, contado da data em que os Quotistas sejam comunicados da decisão da Administradora, nos termos deste inciso. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora não poderá renunciar às suas funções, nos termos deste Regulamento, até a conclusão dos procedimentos referidos no Capítulo Vinte e Um.
- 8.4. A Administradora permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias contado da data de realização da Assembléia Geral referida no inciso 8.3 acima ou por prazo inferior, caso assim seja deliberado pelos Quotistas. O prazo de 90 (noventa) dias acima referido poderá ser automaticamente prorrogado uma única vez por igual período, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e obrigações da Administradora e comprometa-se a desempenhá-los de acordo com os termos e as condições deste Regulamento.
- 8.5. A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da realização da respectiva Assembléia Geral ou, conforme o caso, antes do término do prazo estabelecido no inciso 8.4 acima, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados,

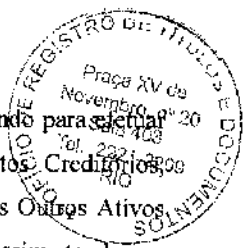
preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou por qualquer de seus Agentes, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.



- 8.6. Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Amortização Antecipada, e enquanto tal evento não for sanado, os titulares de Quotas Subordinadas não poderão solicitar a substituição da Administradora.

CAPÍTULO NOVE – DOS FATORES DE RISCO

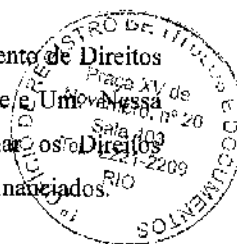
- 9.1. Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito e/ou riscos operacionais das contrapartes, incluindo a eventual incapacidade de os Financiados honrarem suas obrigações definidas nas respectivas Cédulas de Crédito Bancário, podendo, assim, gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante, o Distribuidor ou qualquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em hipótese alguma, ser responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.
- 9.2. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa, os seguintes:
- a) **Liquidez das Quotas.** Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, sem admitir a possibilidade de resgate das Quotas a qualquer tempo, a critério dos Quotistas, estes podem ter dificuldade em realizar seu investimento.



- b) **Amortização Condicionada.** As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização de suas Quotas decorrem da liquidação dos Direitos Creditórios, conforme identificado nas alíneas do inciso 9.3 deste Capítulo, e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, pelas respectivas contrapartes. Assim, tendo em vista a inexistência de coobrigação ou direito de regresso contra o Daycoval, qualquer de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes directa ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, com relação aos Direitos Creditórios e Outros Ativos, após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização, em moeda corrente nacional, de suas Quotas.
- c) **Amortização de Quotas na Medida da Liquidação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos integrantes de sua carteira e, conforme o caso, aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a existência de vedações e/ou eventual impossibilidade de a Administradora alienar os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização das Quotas, em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes de sua carteira sejam pagos diretamente pelos Financiados e que as verbas recebidas sejam transferidas para o Fundo, tanto a Administradora quanto o Custodiante e o Distribuidor encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização integral das Quotas. O valor de amortização das Quotas Sênior continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do Patrimônio Líquido, não sendo devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, inclusive o Daycoval, a Administradora, o Custodiante e o Distribuidor, todavia, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa, por qualquer motivo, ser realizado.

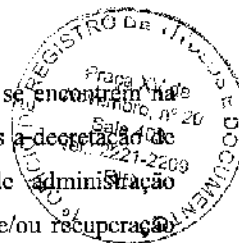
Este Regulamento estabelece que o Fundo poderá ser liquidado, caso existam Quotas em Circulação em caso de um Evento de Amortização Antecipada. Neste caso, o

resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios, observados os procedimentos definidos no Capítulo Vinte e Um. Nessa hipótese, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios recebidos em dação e/ou cobrar os valores devidos pelos Financiados.



- d) **Amortização Não-Programada de Quotas Sênior.** Observados os procedimentos definidos no Capítulo Vinte, as Quotas Sênior poderão ser amortizadas antecipadamente pelo Fundo. Nesta hipótese, os titulares das Quotas Sênior poderão vir a sofrer perdas caso, por exemplo, não consigam reinvestir os recursos pagos pelo Fundo, decorrentes da amortização antecipada de Quotas Sênior, nos mesmos termos e condições das Quotas Sênior. Ademais, a ocorrência do evento acima identificado poderá afetar a programação de fluxo de caixa dos titulares de Quotas Sênior.
- e) **Ausência de Notificação aos Financiados.** A cessão de crédito objeto do Contrato de Cessão não será objeto de notificação prévia aos Financiados contendo instruções para que estes efetuem o pagamento dos valores devidos diretamente ao Fundo. Os Financiados não estão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão.
- f) **Risco de Liquidação Antecipada pelos Financiados das Cédulas de Crédito Bancário.** Os Financiados podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas na Cédula de Crédito Bancário. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos neste Regulamento.
- g) **Trânsito dos Valores Relativos aos Direitos Creditórios de Titularidade do Fundo pela Conta Corrente do Daycoval.** Observados os termos e as condições deste Regulamento e do Contrato de Cessão, todos e quaisquer valores acolhidos pelo Daycoval, decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo pelos Financiados, inclusive nos casos de liquidação antecipada dos respectivos Direitos Creditórios, deverão ser transferidos pelo Daycoval para a Conta Corrente do Fundo, no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis, contado do recebimento

dos respectivos valores. Os recursos de titularidade do Fundo, que se encontram na posse do Daycoval ou que sejam a este transferidos quando ou após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária, podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.



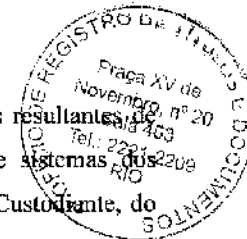
- h) **Fatores Macroeconômicos Relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, assim como os demais fatores de risco descritos neste Capítulo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, poderão resultar em perda, por parte dos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo o Daycoval, a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de tais eventos.
- i) **Inexistência de Rendimento Predeterminado.** O preço de integralização das Quotas Sênior será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos na alínea “c” do inciso 10.3 do Capítulo Dez. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Sênior na hipótese de amortização de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Daycoval, da Administradora, do Custodiante, do Distribuidor, de suas respectivas Pessoas controladoras, das sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou de outras sociedades sob controle comum, como forma de assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas.
- j) **Descasamentos de Taxas.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios, os quais são remunerados a uma taxa pré-fixada, e em Outros Ativos. Considerando-se que o valor das Quotas Sênior será

definido na forma estabelecida na alínea “c” do inciso 10.3, do Capítulo Dez, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e (ii) das Quotas Sênior, ainda que a Administradora realize operações com derivativos para proteção da carteira. A Administradora, o Custodiante, o Distribuidor, o Daycoval e quaisquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descasamento acima identificado, mesmo na hipótese de a Administradora utilizar-se de instrumentos derivativos para mitigar tal risco.

- k) **Não Afetação do Patrimônio Líquido do Fundo.** Os ativos integrantes da carteira do Fundo não se encontram vinculados ao pagamento de qualquer Série de Quotas Sênior específica. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, amortização e/ou de resgate de Quotas Sênior não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas.
- l) **Riscos Associados aos Outros Ativos, Inclusive de Liquidez.** O Fundo poderá alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Outros Ativos, os quais se encontram sujeitos a oscilações de preços e a outros riscos, incluindo, sem limitação, riscos de crédito, de liquidez ou riscos decorrentes do uso de derivativos, de oscilação de mercados e de apreamento de ativos, que podem afetar negativamente o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas. O Fundo, a Administradora, o Custodiante e o Distribuidor, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsabilizados por qualquer depreciação no valor dos Outros Ativos ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Quotas. Entre tais riscos, destacam-se: (i) os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Outros Ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional; (ii) os Outros Ativos estão, também, sujeitos à capacidade dos seus emissores/contrapartes

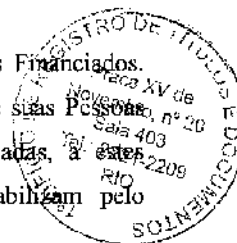
em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal. Ademais, alterações nas condições financeiras dos emissores dos Outros Ativos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem fazer impactos adversos significativos nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. O Fundo poderá, ainda, incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Outros Ativos em nome do Fundo. Na hipótese de incapacidade financeira ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Outros Ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar seus créditos. O apreçamento dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizado de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução no valor do Patrimônio Líquido. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

- m) **Risco Proveniente do Uso de Derivativos.** Nos termos do Capítulo Quatro, o Fundo realizará operações em mercados de derivativos. Ao realizar operações em mercados de derivativos como parte de sua estratégia de investimento, estas operações podem não produzir os efeitos pretendidos, provocando oscilações bruscas e significativas no Patrimônio Líquido, podendo resultar em perdas patrimoniais para os Quotistas. Isto pode ocorrer em virtude do preço dos derivativos depender, além do preço do ativo objeto no mercado à vista, de outros parâmetros de precificação baseados em expectativas futuras. Mesmo que o preço do ativo objeto permaneça inalterado, os contratos de derivativos podem sofrer alterações substanciais de preço, resultando em prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.



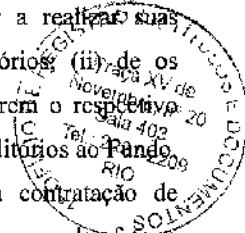
- n) **Riscos Operacionais.** O Fundo e os Quotistas poderão sofrer perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, dos prestadores de serviços do Fundo, tais como da Administradora, do Custodiante, do Daycoval, do Agente Cobrador, do Agente Escriturador, entre outros.
- o) **Emissão de Novas Quotas.** O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Capítulo Onze deste Regulamento, emitir novas Quotas, sem a necessidade de consulta ou aprovação prévia dos titulares de Quotas em Circulação. Na hipótese de emissão de novas Quotas, não será assegurado direito de preferência para os quotistas do Fundo na ocasião, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Quotas da mesma classe que já estejam em Circulação na ocasião.
- p) **Potenciais Conflitos de Interesses.** O Daycoval, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras, inclusive o Custodiante. Ademais, o Daycoval, além de ser cedente dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, o mesmo também será responsável, por conta e ordem do Fundo e na qualidade de Agente Cobrador, pela adoção da Política de Cobrança e, por conta e ordem do Custodiante, pela custódia física dos Documentos Comprobatórios.
- 9.3. Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios e ao Daycoval (Originador), destacam-se, de forma não taxativa:
- a) **Risco de Crédito.** A situação financeira do Fundo depende do pagamento, pelos Financiados, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Na hipótese de incapacidade financeira ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos devedores dos Direitos Creditórios, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar seus créditos.
- b) **Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação na Cessão de Direitos Creditórios do Daycoval.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso contra ou coobrigação do Daycoval ou de qualquer outra Pessoa. O Daycoval somente se responsabiliza, na Data de Aquisição, pela existência, autenticidade e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos, não assumindo

qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Financiados. Em nenhuma hipótese, a Administradora, o Custodiante, quaisquer de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a este, coligadas ou outras sociedades sob controle comum se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Financiados.



- c) **Possibilidade de Deterioração das Garantias Prestadas pelo Financiador.** Os Direitos Creditórios cedidos pelo Daycoval para o Fundo provêm de operações de financiamento de Veículos Automotores, formalizadas por meio de Cédulas de Crédito Bancário firmadas entre o Daycoval e cada Financiador, por meio dos quais (i) o Daycoval financia a aquisição, pelo Financiador, do respectivo Veículo Automotor e (ii) o Financiador aliena fiduciariamente ao Daycoval o Veículo Automotor, observados os procedimentos definidos no SNG, em garantia do financiamento contratado. Na hipótese de inadimplemento do Financiador, observados os termos e as condições definidos na legislação aplicável, o Daycoval, na qualidade de agente cobrador do Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança, dará início aos procedimentos de retomada e, posteriormente, alienação do respectivo Veículo Automotor. Ademais, o Veículo Automotor pode não ser encontrado ou, mesmo após a alienação do bem, as importâncias recebidas podem não ser suficientes para o pagamento integral da dívida e seus encargos, continuando o Financiador obrigado a liquidar o saldo remanescente nas condições estabelecidas na Cédula de Crédito Bancário.
- d) **Possibilidade de Interrupção da Aquisição de Direitos Creditórios.** A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios pelo Daycoval. O Daycoval não se encontra obrigado a ceder Direitos Creditórios ao Fundo indefinidamente, sendo facultado a este, inclusive, ceder direitos creditórios de sua titularidade para outros cessionários, inclusive para fundos de investimento em direitos creditórios que venham a ser constituídos. A interrupção dos procedimentos de cessão, seja decorrente da diminuição do nível de atividades do Daycoval, seja decorrente de decisões estratégicas tomadas pelos administradores do Daycoval, poderá resultar na ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. Apesar de os Direitos Creditórios serem lastreados em financiamentos já concedidos (créditos “performados”), a continuidade da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis

pelo Daycoval ao Fundo depende (i) de o Daycoval continuar a realizar suas atividades em nível suficiente para gerar novos Direitos Creditórios; (ii) de os Financiados contratarem financiamentos com o Daycoval e efetuarem o respectivo pagamento; e (iii) de o Daycoval ter interesse em ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Não há como assegurar que a demanda dos Financiados pela contratação de financiamentos com o Daycoval permaneça nos patamares atuais, o que pode afetar a continuidade da geração de Direitos Creditórios.



- e) **Possibilidade de os Direitos Creditórios Virem a Ser Alcançados por Obrigações do Daycoval ou de Terceiros Prestadores de Serviços ao Fundo.** Todos e quaisquer valores eventualmente acolhidos pelo Daycoval ou por qualquer terceiro prestador de serviços ao Fundo, decorrentes da liquidação dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo pelos Financiados, não poderão garantir o pagamento de qualquer obrigação devida pelo Daycoval ou por qualquer terceiro. Caso o Daycoval ou qualquer terceiro prestador de serviços ao Fundo venha a ter qualquer conta corrente de sua titularidade bloqueada ou empenhada em decorrência de obrigações por estes devidas, todos e quaisquer valores de titularidade do Fundo não poderão responder pelo adimplemento de tais obrigações, bem como deverão ser transferidos para a Conta Corrente do Fundo, nos termos deste Regulamento e dos demais Documentos da Securitização. Os recursos de titularidade do Fundo, que se encontrem na posse do Daycoval ou de qualquer terceiro podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.
- f) **Possibilidade de Regime de Administração Especial Temporária, Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Daycoval.** O Daycoval, por ser uma instituição financeira, está sujeito ao regime de administração especial temporária, à intervenção ou à liquidação extrajudicial, nos termos da Lei nº 2.321/87 e da Lei nº 6.024/74. Caso o Daycoval esteja submetido ao regime de administração especial temporária ou tenha sua intervenção ou liquidação extrajudicial decretada, poderá ser vedado ao Daycoval ceder Direitos Creditórios ao Fundo. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios pelo Daycoval e a interrupção dos procedimentos de cessão poderá resultar na ocorrência de um Evento de

Amortização Antecipada. Ademais, caso o Daycoval se encontre na posse de valores de titularidade do Fundo quando ou após a decretação de sua intervenção, a liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária, tais recursos podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

- g) **Emissão dos Carnês e Recebimento dos Recursos pelo Daycoval.** O Daycoval é responsável pela emissão e pelo envio dos Carnês aos Financiados após a contratação do financiamento. Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo são pagos pelos Financiados, na rede bancária, por meio da utilização dos Carnês, em conta corrente de titularidade do Daycoval. No curso ordinário do Programa de Securitização, caberá ao Daycoval, diretamente ou por meio de seus Agentes, transferir para a Conta Corrente do Fundo todos os valores relativos ao pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Qualquer interrupção ou falha, por qualquer motivo, por parte do Daycoval e/ou de seus Agentes, na condução de qualquer dos procedimentos acima descritos, poderá resultar no não recebimento, no atraso e/ou no crédito dos valores de titularidade do Fundo.
- h) **Cobrança Judicial ou Extrajudicial dos Direitos Creditórios.** Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas são de responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral. O Daycoval, a Administradora, o Custodiante, quaisquer de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Sênior deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Capítulo Vinte e Oito.

- i) **Verificação posterior pelo Custodiante dos Documentos Comprobatórios que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios.** O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos Creditórios, de forma a verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios, conforme Procedimentos de Verificação definidos no Anexo II deste Regulamento. Considerando-se que essa auditoria será realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá prejudicar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por ele adquiridos. A seleção da amostra objeto da auditoria trimestral terá um limite de erro tolerável de 5% (cinco por cento).
- j) **Verificação do lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo por critério de amostragem.** Nos termos do Anexo II e do Contrato de Custódia, o Custodiante realizará a verificação do lastro dos Direitos Creditórios – ou seja, dos Documentos Comprobatórios – trimestralmente, por critério de amostragem. Tendo em vista a política de investimento do Fundo, que determina que sua carteira seja composta por uma quantidade expressiva de Direitos Creditórios, mesmo tendo os Direitos Creditórios do Fundo natureza uniforme, poderá não ser detectada eventual irregularidade nos Documentos Comprobatórios a estes relativos, resultando em prejuízo do pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por ele adquiridos.

9.4. As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia do Daycoval, da Administradora, do Custodiante, do Distribuidor, de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos neste Capítulo poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e, conseqüentemente, comprometer a capacidade de o Fundo efetuar o pagamento, total ou parcial, das Quotas dentro dos prazos e nas condições originalmente previstos neste Regulamento.

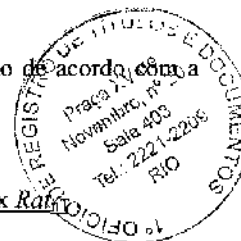
CAPÍTULO DEZ – DAS QUOTAS



- 10.1. O Fundo poderá emitir 01 (uma) classe de quotas sênior ("Quotas Sênior"), as quais poderão ser divididas em Séries, a serem distribuídas em uma ou mais Distribuições, e manter em Circulação Quotas Sênior no montante total, na Data de Emissão de cada Série, de até R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) e número indeterminado de Quotas Subordinadas. As Datas de Amortização, o valor das Amortizações Programadas e/ou das Amortizações Integrais e as condições de remuneração de cada Série de Quotas Sênior serão definidas no Suplemento da Série "n". Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Sênior não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando da amortização de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas, devidamente atualizadas nos termos da alínea "c" do inciso 10.3 abaixo, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.
- 10.2. O Fundo poderá emitir, a qualquer tempo, 01 (uma) classe de quotas subordinadas ("Quotas Subordinadas"), em número indeterminado e em série única, observado o disposto no inciso 10.11 abaixo.
- 10.3. Cada Quota Sênior da Série "n" possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:
- a) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate, observado o disposto neste Regulamento;
 - b) tem o preço unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª Data de Emissão da respectiva Série;
 - c) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série "n", terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, sendo este equivalente (a) ao valor apurado de acordo com o disposto no inciso 10.4 abaixo, observada a opção de remuneração da Série "n" definida no item "2" do respectivo Suplemento da Série "n"; ou (b) na hipótese de o valor das Quotas Subordinadas em Circulação ser igual a 0 (zero), com referência a

todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação, ao valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQS_{nT} = \frac{(NQS_{nT} \times R\$25.000,00 - VAL_n) + PL_T \times Rat_{nT}}{NQS_{nT}}$$



VQS_{nT} valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de amortização, calculado para a data “T”.

PL_T PL_T = Patrimônio Líquido – Valor Investido,

sendo que, se PL_T menor que zero, então PL_T igual a zero (0).

onde: Valor Investido = $[(NQS_{at} + NQS_{bt} + + NQS_{zt}) \times R\$25.000,00]$

NQS_{nT} número de Quotas Sênior da Série “n” em Circulação na data “T”. Sendo NQS_{aT} o número de Quotas Sênior da 1ª Série ou Série “a” em Circulação, e, assim, sucessivamente, apurado diariamente pela Administradora na data de apuração do VQS_{nT} .

VAL_n valor apurado para a Série “n” de Quotas Sênior, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VAL = \frac{(\text{Valor Investido} - \text{Patrimônio Líquido}) \times NQS_{nT}}{(NQS_{at} + NQS_{bt} + + NQS_{zt})}$$

sendo que se VAL menor ou igual a 0 (zero), então $VAL = 0$ (zero).

Rat_{nT} significa o percentual de rateio apurado de acordo com a seguinte expressão:

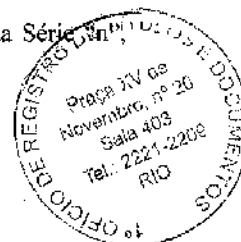
$$Rat_{nT} = \frac{VRE_{nT} \times NQS_{nT}}{(VRE_{aT} \times NQS_{aT}) + (VRE_{bT} \times NQS_{bT}) + + (VRE_{zT} \times NQS_{zT})}$$

onde:



$VREN$ valor que excede ao valor nominal de cada Quota Sênior da Série “n”,
apurado pela aplicação da seguinte expressão:

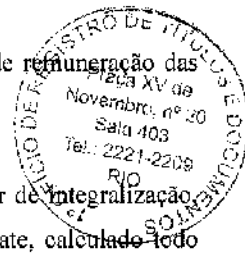
$$VREN_T = VQSDIn_T - R\$25.000,00, \text{ sendo que:}$$



$VQSDIn_T$ é o valor de cada Quota Sênior da Série “n”, para efeito de cálculo de seu valor de amortização, nas hipóteses definidas neste Regulamento, calculado para a data “T”, apurado na forma da alínea “a”, “b” ou “c” do inciso 10.4 abaixo, observado o definido no item “2” do Suplemento da Série “n”.

- d) nos termos do Capítulo Vinte e Oito, os titulares das Quotas Sênior poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão de Série de Quotas Sênior específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas;
 - e) pode ser objeto de amortização compulsória, na hipótese de reequadramento da Razão de Garantia e/ou da Alocação de Investimento Mínima e/ou de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada;
 - f) os créditos dos titulares das Quotas Sênior contra o Patrimônio Líquido, na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada ou de resgate de Quotas Sênior, nos termos deste Regulamento, são *pari-passu* entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Séries de Quotas Sênior em Circulação; e
 - g) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto.
- 10.4. Observado o disposto no inciso 10.3 acima, cada Série de Quotas Sênior poderá ser remunerada por 1 (uma) das 3 (três) opções de remuneração previstas nas alíneas “a”, “b” ou “c” deste inciso. Neste sentido, constará no item “2” do Suplemento da Série “n” o critério

de remuneração aplicável a cada Série de Quotas Sênior. As opções de remuneração das Quotas Sênior, no curso do Programa de Securitização, são as seguintes:



- a) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VQSn_T = VQSn_{T-1} \times \left\{ \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{\text{Sobretaxa } n}{100} \right) + 1 \right\},$$

- b) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VQSn_T = VQSn_{T-1} \times \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{\text{Spread } n}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}},$$

- c) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VQSn_T = VQSn_{T-1} \times \left(\frac{\text{Taxa Pr } \epsilon}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}},$$

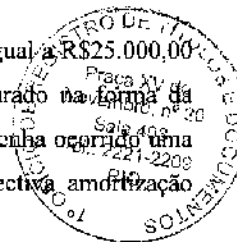
onde:

$VQSn_T$ valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado para a data “T”.

$VQSn_{T-1}$ valor de cada Quota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado no dia útil imediatamente anterior à data “T”. No caso de o cálculo ser



efetuado no dia útil seguinte à 1ª Data de Emissão, $VQSn_{T-1}$ é igual a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), sempre considerando-se o valor apurado na forma da alínea aplicável do inciso (10.3) acima. Caso, na data “T – 1”, tenha ocorrido uma amortização de Quotas Sênior da Série “n”, o valor da respectiva amortização deverá ser deduzido do $VQSn_{T-1}$.



- DI_{T-1} Taxa DI-over, média, extra grupo, divulgado pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), expressa na forma percentual, em base anual (252 dias úteis) (“Taxa DI”), referente ao dia útil anterior à data “T”. Exemplo: Se Taxa DI over do dia útil anterior for 16,50%, então $DI_{T-1} = 16,50$.
- $Sobretaxa_n$ percentual aplicado sobre a Taxa DI, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Quotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma do item “a” acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”. Exemplo: Se a Sobretaxa definida no Suplemento for 110%, então $Sobretaxa_n = 110$.
- $Spread_n$ *spread*, na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Quotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma do item “b” acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”. Exemplo: Se *spread* 3,50% ao ano, então $spread_n = 3,5$.
- $Taxa Pré_n$ percentual a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Quotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma do item “c” acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”. Exemplo: Se a *Taxa Pré* definida no Suplemento for 20% ao ano, então $Taxa Pré_n = 20$.

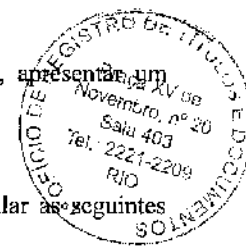
- 10.5. Cada Quota Sênior poderá ser objeto de 1 (uma) ou mais amortizações programadas, parciais ou totais (“Amortizações Programadas”), nas Datas de Amortização definidas no Suplemento da Série “n”. Caso não seja prevista no Suplemento da Série “n” a existência de Amortizações Programadas, as Quotas Sênior da Série “n” deverão ser integralmente amortizadas na Data de Amortização definida no Suplemento da Série “n” (“Amortização Integral”). O Fundo não poderá emitir Quotas Sênior com Data de Amortização posterior ao Prazo de Vigência.

- 10.6. As Amortizações Programadas e/ou Amortização Integral de Quotas Sênior de qualquer Série deverão obrigatoriamente ocorrer sempre no mesmo dia, independentemente de seu efetivo fluxo de amortização.



- 10.7. Os critérios de determinação do valor das Quotas Sênior, definidos na alínea "c" do inciso 10.3 acima, têm como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Sênior na hipótese de amortização ou resgate de suas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, do Daycoval, do Custodiante, do Distribuidor, e de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas, ou outras sociedades sob controle comum em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Sênior não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas, atualizado de acordo com o parâmetro acima referido, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para a respectiva Série.
- 10.8. Quando da definição do valor das Quotas Sênior, nos termos deste Capítulo, a Taxa DI deverá ser utilizada considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Quotas Sênior, será utilizada em sua substituição a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do respectivo evento. Neste caso, a Administradora deverá promover as competentes compensações financeiras na Data de Amortização imediatamente subsequente à data de divulgação da Taxa DI que seria aplicável.
- 10.9. Na hipótese de extinção ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, no lugar da Taxa DI, automaticamente, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado, autorizados a funcionar pelo Bacen, para operações similares. Na hipótese de inexistência do parâmetro acima referido, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que seja deliberado pelos titulares das Quotas Sênior o novo parâmetro a ser utilizado para definição do valor das Quotas Sênior. A maioria dos titulares de Quotas Subordinadas terá o direito de votar a adoção do parâmetro aprovado na referida Assembleia Geral, por meio de

deliberação alcançada em votação em separado, podendo, nesta ocasião, apresentar um índice ou critério alternativo de apuração.



10.10. Cada Quota Subordinada possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações:

- a) subordina-se às Quotas Sênior para efeito de amortização ou resgate, observados os termos deste Regulamento;
- b) tem o preço unitário de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas;
- c) a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, o valor unitário de cada Quota Subordinada, apurado todo dia útil pela Administradora, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado das Quotas Sênior em Circulação, apurado na forma da alínea “c” do inciso 10.3 acima, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de apuração; e
- d) enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, somente terá o direito de aprovar as matérias constantes dos incisos 17.16 a 17.18 do Capítulo Dezessete, no curso das Assembléias Gerais convocadas especialmente para estes fins.

10.11. Nas hipóteses previstas na alínea “d” do inciso 10.10 acima e no Capítulo Dezessete, cada Quota Subordinada legitimará o seu titular a participar com 01 (um) voto, sendo expressamente excluído o direito de voto para esta classe de Quotas, com referência a qualquer outra matéria. Na hipótese de inexistirem Quotas Sênior em Circulação, as Quotas Subordinadas poderão votar qualquer matéria objeto de deliberação nas Assembléias Gerais.

10.12. A Administradora poderá deliberar e fazer realizar, em 1 (uma) ou mais Distribuições, a emissão de Quotas Subordinadas, em número indeterminado, sem a necessidade de aprovação dos Quotistas titulares das Quotas Sênior em Circulação, devendo, para tanto, ser observados os termos e as condições deste Regulamento.

- 10.13. Após sua amortização integral, as respectivas Quotas não mais serão consideradas em Circulação para todos os efeitos legais.
- 10.14. Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas poderão ser amortizadas resgatadas em Direitos Creditórios pelo Fundo, por meio dos procedimentos de dação em pagamento definidos no Capítulo Vinte e Um, observado o disposto no artigo 15 da Instrução CVM nº 356.
- 10.15. O somatório do valor atualizado das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas será necessariamente equivalente ao valor do Patrimônio Líquido.
- 10.16. É expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os Quotistas titulares das Quotas de uma mesma classe, ressalvada, conforme o caso, a existência de condições de remuneração, prazos e valores para amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, distintos para cada Série, conforme definidos nos respectivos Suplementos.

CAPÍTULO ONZE – DA EMISSÃO DE QUOTAS, DA RESERVA DE CAIXA E DA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO

- 11.1. As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma definida nas alíneas “b” ou “c” dos incisos 10.3 e 10.10 do Capítulo Dez, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos investidores à disposição do Fundo, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen ou, na hipótese de subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão.
- 11.2. As Quotas do Fundo serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos neste Regulamento.
- 11.3. No curso de cada Distribuição, poderá ser adotado pelo Distribuidor o procedimento diferenciado de distribuição, observado, o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM nº

400, não havendo, neste caso, lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas. Neste caso, a alocação final dos lotes entre os investidores poderá ser qualitativa e discricionária, cabendo ao Distribuidor definir a quantidade de Quotas a ser alocadas a cada investidor e a taxa de remuneração final de cada Série de Quotas Sênior, tendo em vista suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, de sorte que deverão ser assegurados: (i) que o tratamento aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos clientes do Distribuidor; e (iii) que os representantes de venda do Distribuidor recebam previamente exemplar do Prospecto para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Distribuidor.

- 11.4. A qualidade de Quotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em seu nome, somente podendo adquirir Quotas Sênior os investidores que comprovarem sua condição de Investidores Qualificados.
- 11.5. Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar boletim de subscrição e o Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco e indicar, se for o caso, um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora ou pelo Agente Escriturador, nos termos deste Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico (*e-mail*). Caberá a cada Quotista informar ao Agente Escriturador e à Administradora a alteração de seus dados cadastrais.
- 11.6. O extrato da conta de depósito emitido será o documento hábil para comprovar a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.
- 11.7. Os titulares das Quotas poderão oferecer suas Quotas em garantia de qualquer negócio jurídico e sobre elas instituir usufruto, devendo a Administradora, em qualquer desses casos, proceder ao registro do respectivo gravame, informando tal procedimento ao Agente Escriturador.
- 11.8. As Quotas deverão ter seu valor calculado pela Administradora ou por seu Agente, todo dia útil, observados os termos e as condições deste Regulamento.

- 11.9. Observados os termos do Contrato de Cessão, a aplicação em Quotas Subordinadas poderá ser efetuada pelo Daycoval, em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, observados, conforme o caso, os dispositivos legais e regulamentares referentes a aplicações de quotas em direitos creditórios.
- 11.10. A Administradora não cobrará taxa de performance, ingresso ou saída.
- 11.11. O Fundo somente poderá emitir qualquer Série de Quotas Sênior, em qualquer Distribuição, desde que, (i) computada, *pro forma*, a integralização, total ou parcial, da respectiva Série e a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados por meio de sua integralização, o mesmo atenda, concomitantemente, ao disposto no inciso 11.12 abaixo, referente tanto à Série de Quotas Sênior em processo de subscrição e integralização quanto a todas as demais Séries em Circulação; (ii) o Suplemento referente à nova Série “n” tenha sido registrado nos termos do Capítulo Três; e (iii) sejam observados os procedimentos de protocolo e registro de distribuição definidos na Instrução CVM nº 356 e na Instrução CVM nº 400, bem como os termos e as condições deste Regulamento.
- 11.12. Enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, o Índice de Liquidez referente a cada Série em Circulação deverá ser igual ou superior a 1 (um), a Razão de Garantia deverá ser equivalente a, no máximo, 77% (setenta e sete por cento) e a Alocação de Investimento Mínima deverá ser, no mínimo, equivalente a 50% (cinquenta por cento).
- 11.13. No curso ordinário do Programa de Securitização, e observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte e Seis e a política de investimento constante do Capítulo Quatro, a Administradora envidará seus melhores esforços para constituir e manter uma reserva de caixa (“Reserva de Caixa” ou “RC”), cujo valor mínimo diário deverá ser apurado, respectivamente, de acordo com a seguinte expressão:

$$RC = (1,5\% \times PL) + D$$

onde:

RC Reserva de Caixa

PL Patrimônio Líquido do Fundo no Dia Útil imediatamente anterior à data de apuração de RC

D despesas e encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de 90 (noventa) dias contado da data de apuração da RC, estimadas pela Administradora.



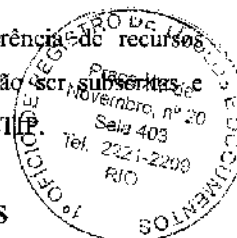
11.14. No curso ordinário do Programa de Securitização, e observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte e Seis e a política de investimento constante do Capítulo Quatro, a Administradora envidará seus melhores esforços para constituir e manter uma reserva de amortização ("Reserva de Amortização" ou "RAM"), cujo valor mínimo deverá atender aos seguintes parâmetros:

- a) até o 60º dia anterior a cada Data de Amortização de Quotas Sênior de qualquer Série, a RAM deverá ser igual ou superior a 30% (trinta por cento) do valor total da respectiva Amortização Programada e/ou Amortização Integral de Quotas Sênior;
- b) até o 30º dia anterior a cada Data de Amortização de Quotas Sênior de qualquer Série, a RAM deverá ser igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do valor total da respectiva Amortização Programada e/ou Amortização Integral de Quotas Sênior; e
- c) até o 15º dia anterior a cada Data de Amortização de Quotas Sênior de qualquer Série, a RAM deverá ser igual a 100% (cem por cento) do valor total da respectiva Amortização Programada e/ou Amortização Integral de Quotas Sênior.

11.15. Os recursos captados em moeda corrente nacional por meio da emissão de Quotas não poderão ser arrecadados com a finalidade específica de permitir a amortização de qualquer Série de Quotas Sênior.

11.16. Admitir-se-á integralização de Quotas Subordinadas mediante a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, observado o que a respeito dispuser este Regulamento e o artigo 15 da Instrução CVM nº 356. Todavia, as Quotas Sênior somente poderão ser integralizadas em

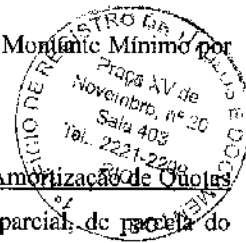
moeda corrente nacional, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, admitindo-se ainda que Quotas Sênior poderão ser subscritas e integralizadas através do MDC - Módulo de Distribuição de Cotas da CEIPE.



CAPÍTULO DOZE – DA AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

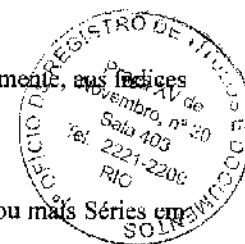
- 12.1. Sem prejuízo da manutenção da Reserva de Amortização e da Reserva de Caixa, a partir do 20º (vigésimo) dia útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização, a Administradora deverá dar início aos seguintes procedimentos:
- a) interromper a aquisição de Direitos Creditórios do Daycoval e de Outros Ativos até que seja atingida 100% (cem por cento) da respectiva RAM, adotando as medidas prudenciais necessárias de forma que o resgate ou alienação destes ativos não afete sua rentabilidade;
 - b) quando o somatório dos valores auferidos nos termos da alínea “a” acima forem equivalentes ao somatório do valor total da parcela das Quotas Sênior a ser amortizado na respectiva Data de Amortização, a Administradora deverá manter tais valores devidamente investidos em uma das modalidades de Outros Ativos previstas no Capítulo Quatro, até a Data de Amortização, quando a Administradora destinará tais recursos, após o respectivo desinvestimento, para o pagamento da respectiva Amortização Programada e/ou Amortização Integral, em sua Data de Amortização; e
 - c) caso, na Data de Amortização, o somatório dos valores referidos na alínea “a” acima seja (i) inferior ao somatório do valor total da parcela das Quotas Sênior a ser amortizado na respectiva Data de Amortização; e (ii) superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) (“Montante Mínimo”), a Administradora destinará os referidos recursos ao pagamento da respectiva Amortização Programada e/ou Amortização Integral em sua Data de Amortização, observado o disposto na alínea “a” do inciso 18.1 do Capítulo Dezoito deste Regulamento. Nos dias subsequentes ao pagamento parcial da Amortização Programada e/ou Amortização Integral, e até o cumprimento integral do pagamento pelo Fundo da Amortização Programada devida, a Administradora deverá continuar destinando à amortização das Quotas Sênior os

recursos referidos nos termos da alínea “a” acima, observado o Montante Mínimo por evento de pagamento.



- 12.2. A partir do 5º dia útil contado de cada Data de Verificação (“Data de Amortização de Quotas Subordinadas”), o Fundo deverá promover a amortização, total ou parcial, de ~~proteção~~ do valor de cada Quota Subordinada em Circulação, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no inciso 12.1 acima, desde que considerada, *pro forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente, a todos os parâmetros de enquadramento definidos no inciso 11.12 do Capítulo Onze (“Amortização Programada de Quotas Subordinadas”). A primeira Data de Amortização de Quotas Subordinadas deverá coincidir com a 2ª Data de Verificação.
- 12.3. Os titulares de Quotas Subordinadas em Circulação poderão outrossim solicitar à Administradora, por escrito, até o 2º dia útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização de Quotas Subordinadas que o Fundo não realize a referida amortização.
- 12.4. Na hipótese do inciso 12.3 acima, o Fundo somente poderá promover nova Amortização Programada de Quotas Subordinadas na próxima Data de Amortização de Quotas Subordinadas.
- 12.5. A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente os procedimentos referidos no inciso 12.2 acima e no Capítulo Dezenove, caso entenda que os mesmos possam comprometer a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos titulares das Quotas Sênior.
- 12.6. Os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo o pagamento da amortização compulsória ou do resgate de suas respectivas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.
- 12.7. O Fundo poderá reiniciar os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios do Daycoval quando este contar com a totalidade dos recursos, em moeda corrente nacional, necessários à efetivação da amortização de Quotas Sênior na respectiva Data de Amortização e quando,

após o pagamento da respectiva amortização, o Fundo atender, cumulativamente, aos índices definidos no inciso 11.12 do Capítulo Onze e à RC.

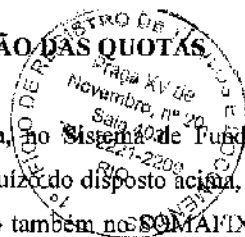


- 12.8. Caso não haja recursos suficientes para pagamento aos Quotistas de uma ou mais Séries em Circulação do valor de suas Quotas, apurado de acordo com a alínea “c” do inciso 10.3 do Capítulo Dez, em determinada Data de Amortização, o valor disponível deverá ser rateado entre os Quotistas, na proporção dos valores devidos na respectiva Data de Amortização.

CAPÍTULO TREZE – DO PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS

- 13.1. O Fundo efetuará o pagamento da amortização de Quotas, em moeda corrente nacional, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizados pelo Bacen ou, conforme o caso, por meio dos procedimentos de dação referidos no Capítulo Vinte e Um.
- 13.2. Observados os registros de titularidade mantidos pela Administradora no dia útil imediatamente anterior à data da realização do pagamento dos valores devidos aos Quotistas quando da amortização ou resgate de Quotas, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, efetuará o referido pagamento.
- 13.3. No curso ordinário do Programa de Securitização, inclusive na hipótese prevista no Capítulo Vinte e Um, as verbas pagas aos titulares das Quotas Sênior, a título de amortização de suas Quotas, deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, no pagamento dos rendimentos auferidos e, posteriormente, na amortização de seu valor unitário definido para a 1ª Data de Emissão da respectiva Série.
- 13.4. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, as verbas pagas aos titulares das Quotas Sênior, a título de amortização de suas Quotas, deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, na amortização do saldo não amortizado de seu valor unitário definido para a 1ª Data de Emissão da respectiva Série e, posteriormente, no pagamento dos rendimentos auferidos por cada Série. Os procedimentos aqui referidos somente serão descontinuados após o pagamento integral dos respectivos valores de amortização das Quotas Sênior e, conforme o caso, das Quotas Subordinadas.

CAPÍTULO QUATORZE – DO REGISTRO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

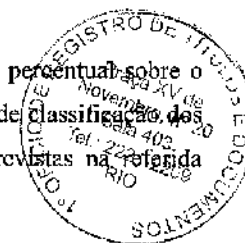


- 14.1. As Quotas Sênior serão registradas, para negociação secundária, no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela CETIP. Sem prejuízo do disposto acima, a Administradora poderá registrar as Quotas Sênior para negociação também no SOMAFIX, operacionalizado pela BVSP. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.
- 14.2. As Quotas Subordinadas não serão registradas para negociação em mercado de balcão organizado. As Quotas Subordinadas somente poderão ser subscritas e integralizadas pelo Daycoval e/ou por suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum.
- 14.3. Caberá exclusivamente aos intermediários assegurar que os adquirentes de Quotas encontrem-se habilitados, nos termos da legislação aplicável, a investir recursos em quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

CAPÍTULO QUINZE – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

- 15.1. Com exceção dos Direitos Creditórios, os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, quando houver, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.
- 15.2. Os Direitos Creditórios serão precificados considerando-se o respectivo Preço de Aquisição. Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o ágio ou deságio apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.
- 15.3. O Custodiante constituirá, para Direitos Creditórios relativos a Cédulas de Crédito Bancário Inadimplentes, provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o disposto na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, conforme posteriormente alterada. Este provisionamento para créditos de liquidação duvidosa consiste na reserva mensal de

valores, para fazer face ao valor inadimplido por cada Financiador, em percentual sobre o valor da operação que sofre variação de acordo com critérios objetivos de classificação dos Financiados, de suas operações e do período de atraso verificado previstas na referida regulamentação.



- 15.3.1. Os níveis de risco, provisão e faixas de atraso observarão os seguintes critérios, de acordo com o disposto na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, conforme posteriormente alterada:

Nível de risco	Dias de atraso	% de provisão
AA	0	0
A	Até 14	0,5
B	15 a 30	1,0
C	31 a 60	3,0
D	61 a 90	10,0
E	91 a 120	30,0
F	121 a 150	50,0
G	151 a 180	70,0
H	Acima de 180	100,0

- 15.3.2. Os Direitos Creditórios relativos a Cédulas de Crédito Bancário Inadimplentes, classificados como de risco nível H, serão transferidos para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos 6 (seis) meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior, permanecendo registrados em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos e enquanto não esgotados os procedimentos de cobrança.

- 15.3.3. A provisão para devedores duvidosos atingirá todos os Direitos Creditórios devidos pelo mesmo Financiador, conforme descrito nos incisos 15.3.1 e 15.3.2 acima ("efeito vagão").

- 15.4. É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo de cada Direito Creditório e dos Outros Ativos, calculados de acordo com os parâmetros estabelecidos neste Capítulo.



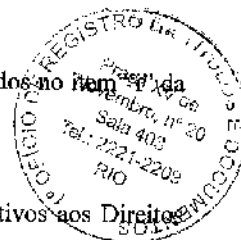
CAPÍTULO DEZESSEIS – DO CUSTODIANTE



16.1. Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 359 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

- a) verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pelo Daycoval ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
- b) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos de Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- c) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, observado o disposto no Contrato de Cessão;
- d) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria;
 - i) extratos do Fundo comprovando pagamento de valores creditados pelo Custodiante na Conta Corrente do Daycoval;
 - ii) Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados pelo Daycoval ou por seus Agentes;
 - iii) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
 - iv) registros eletrônicos da Base de Dados do Fundo, relatórios preparados nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua responsabilidade;

- e) entregar à Administradora, quando solicitado, os documentos referidos no item 1.º da alínea “d” acima;
- f) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, transferidos, a qualquer título, pelo Daycoval ou por seus Agentes;
- g) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as verbas recebidas deverão ser exclusivamente creditadas, após a sua conciliação e trânsito em contas intermediárias de titularidade do Fundo, na Conta Corrente do Fundo, sendo expressamente vedado o crédito destes valores em qualquer outra conta corrente;
- h) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora por meio eletrônico e os procedimentos definidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão, sendo que a instrução para que o Custodiante processe o pagamento do Preço de Aquisição deverá ser recebida pelo Custodiante até às 16 horas;
- i) apurar e colocar à disposição da Administradora, diariamente, o valor da Razão de Garantia, do Índice de Liquidez e da Alocação de Investimento Mínima;
- j) colocar à disposição da Administradora os relatórios contendo os parâmetros necessários para o cálculo do valor do DCV, do DCV30, do DCV120 e do DCV180;
- k) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais;
- l) colocar à disposição da Administradora os parâmetros necessários à apuração, pela Administradora, do ILACCB e da taxa de remuneração dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, utilizados pela Administradora no cálculo dos índices do Fundo cuja apuração esteja sob responsabilidade da Administradora;





- m) manter registros dos Direitos Creditórios em relatórios independentes;
- n) somente acatar ordens passadas por pessoa(s) autorizada(s) da Administradora, desde que as mesmas estejam de acordo com o previstos neste Regulamento; e
- o) realizar os Procedimentos de Verificação.

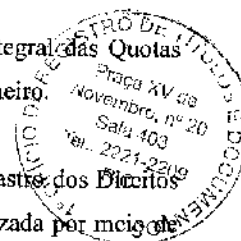
16.2. Enquanto no exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a:

- a) conforme o caso, abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (i) no SELIC, (ii) na CETIP, ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas a prestação desses serviços pelo Baccn ou pela CVM em que os Outros Ativos sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
- b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Outros Ativos; e
- c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora.

16.3. Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Quotistas, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Capítulo Oito.

16.4. O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a este atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos da Securitização, desde que o faça com aviso prévio de, no mínimo, 90 (noventa) dias, exclusivamente na hipótese de não ter sido nomeado custodiante substituto. Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Amortização Antecipada ou Evento de Avaliação, e caso o Custodiante venha a renunciar ao exercício de suas atribuições, este continuará prestando os serviços

descritos neste Regulamento e no Contrato de Custódia até o resgate integral das Quotas Sênior ou até 90 (noventa) dias da ocorrência do evento, o que ocorrer primeiro.



16.5. Sem prejuízo da responsabilidade legal do Custodiante, a verificação do lastro dos Direitos Creditórios de que trata a alínea "o" do inciso 16.1 acima deverá ser realizada por meio de auditoria trimestral nos respectivos Documentos Comprobatórios, por amostragem, conforme Procedimentos de Verificação descritos no Anexo II deste Regulamento.

16.5.1. A auditoria trimestral nos respectivos Documentos Comprobatórios, mencionada no inciso 16.5 acima, poderá ser realizada por terceiro contratado pelo Custodiante, sob sua total responsabilidade e às suas expensas.


16.5.2. Para a primeira verificação referida no inciso 16.5 acima, o Custodiante deverá considerar, para seleção da amostra, a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, enquanto que, para as demais verificações, serão considerados apenas os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada, de titularidade do Fundo.

16.5.3. O Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Quotistas por conta de qualquer irregularidade dos Documentos Comprobatórios.

16.5.4. Para atendimento ao disposto no § 3º, inciso IV, do artigo 8º da Instrução CVM nº 356/01, a Administradora considerará os resultados da verificação dos Documentos Comprobatórios, por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e os apontamentos relacionados aos Documentos Comprobatórios apresentados ou não pela respectiva auditoria.

CAPÍTULO DEZESSETE – DA ASSEMBLÉIA GERAL

17.1. Observados os respectivos quoruns de instalação e de deliberação definidos neste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral:

- 
- a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
 - b) alterar o Regulamento, observado o disposto nos incisos 17.15 e 17.16 deste Capítulo;
 - c) deliberar sobre a alteração da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento da remuneração que tenha sido objeto de redução;
 - d) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação antecipada do Fundo;
 - e) deliberar sobre a alteração do periódico destinado à publicação de informações do Fundo, referido no inciso 24.1 do Capítulo Vinte e Quatro;
 - f) deliberar sobre a eventual necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo pelos titulares das Quotas Sênior, nos termos do Capítulo Vinte e Oito ou pela liquidação do Fundo, nas hipóteses definidas neste Regulamento;
 - g) deliberar sobre a alteração do parâmetro de rentabilidade das Quotas Sênior descrito no inciso 10.9 do Capítulo Dez;
 - h) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver;
 - i) deliberar sobre a substituição da Administradora, do Custodiante e da Empresa de Classificação de Risco, nas hipóteses previstas nos respectivos instrumentos de contratação; e
 - j) aprovar a realização de aditamentos e modificações aos Documentos da Securitização.

17.2. O Regulamento e os Documentos da Securitização poderão ser alterados independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento de exigências das autoridades competentes, de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada tal alteração, conforme o caso, no prazo máximo

de 30 (trinta) dias úteis, contado da divulgação do fato aos Quotistas, divulgação esta que lhes será encaminhada, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento.

- 17.3. A primeira e a segunda convocações da Assembleia Geral far-se-ão por meio de ~~aviso~~ publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de ~~e-mail~~ enviado ao representante dos Quotistas indicado na forma do inciso 11.5 do Capítulo Onze, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a assembleia e, ainda, que de forma sucinta, a ordem do dia. A convocação deverá indicar estarem disponíveis na sede da Administradora as informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.
- 17.4. A Assembleia Geral poderá ser convocada a qualquer tempo pela Administradora ou por Quotistas titulares de Quotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) de qualquer das classes de Quotas em Circulação.
- 17.5. Salvo se outro prazo não for estabelecido neste Regulamento, a Assembleia Geral deverá realizar-se, em primeira convocação, no prazo mínimo de 10 (dez) dias e máximo de 15 (quinze) dias, contado de sua convocação, nos termos do inciso 17.3 acima.
- 17.6. Não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, por falta de quorum de instalação, a Assembleia Geral realizar-se-á, em segunda convocação, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias e máximo de 8 (oito) dias, contado da data estabelecida neste Regulamento para a realização de Assembleia Geral em primeira convocação.
- 17.7. A Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas Sênior em Circulação, e, em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, um condômino (Quotista).
- 17.8. Independentemente das formalidades previstas neste Capítulo, será considerada regular a Assembleia Geral em que comparecerem todos os Quotistas.
- 17.9. Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á na sede da Administradora. Quando houver de efetuar-se em outro local, os avisos de convocação indicarão, com

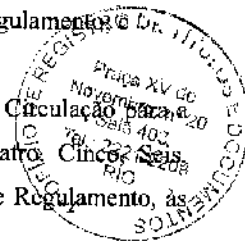
clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade onde se situa a sede da Administradora.



- 17.10. A presidência da Assembléia Geral caberá, na seguinte ordem (a) ao Diretor Designado ou a seu Agente ou (b) ao representante dos Quotistas presentes à Assembléia Geral, escolhido pela maioria dos titulares das Quotas Sênior presentes.
- 17.11. A Administradora ou Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) de qualquer das classes de Quotas em Circulação poderão convocar, para participar de Assembléia Geral, representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer outros terceiros cuja presença seja considerada relevante para a deliberação de qualquer matéria constante da ordem do dia.
- 17.12. Independentemente de quem tenha convocado a Assembléia Geral, o Diretor Designado ou seu Agente deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar as informações que lhe forem solicitadas.
- 17.13. Toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis da maioria dos presentes à Assembléia Geral que tenham direito de votar a matéria objeto de deliberação, salvo se outro quorum de deliberação não for exigido por este Regulamento.
- 17.14. Para efeito da constituição de quaisquer dos quoruns de instalação ou deliberação da Assembléia Geral, serão excluídas as Quotas Sênior de titularidade, direta ou indireta, inclusive por meio de fundos de investimento, da Administradora, do Daycoval, de suas Pessoas controladoras, das sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum, assim como por funcionários e administradores de quaisquer dessas Pessoas.
- 17.15. A aprovação das seguintes matérias dependerá dos votos favoráveis de:
- a) 90% (noventa por cento) dos titulares das Quotas Sênior em Circulação para aprovação de alteração do Prazo de Vigência, de qualquer dos *quoruns* de instalação ou

deliberação estabelecidos neste Regulamento, incluindo todas as alíneas deste inciso 17.15 e quaisquer dos incisos dos Capítulos Dez, Onze e Doze do Regulamento.

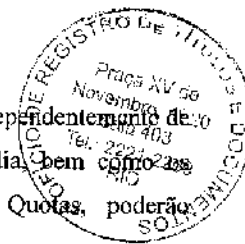
- b) 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Quotas Sênior em Circulação para a aprovação de alteração de quaisquer dos incisos do Capítulo Quatro, Cinco, Seis, Quinze, Dezoito, Dezenove, Vinte, Vinte e Um e Vinte e Seis deste Regulamento, as disposições dos Suplementos e às definições constantes do Anexo I.



- 17.16. Observados os termos e as condições deste Regulamento, a maioria dos titulares das Quotas Subordinadas em Circulação, reunidos em Assembléia Geral, terão o direito de votar, em votação em separado: (i) alteração do Contrato de Cessão, nos termos da alínea “j” do inciso 17.1 acima; (ii) a inclusão da instituição escolhida pelos titulares de Quotas Sênior como nova Instituição Autorizada; (iii) a alteração dos dispositivos do Regulamento perfilados no inciso 17.15 acima; e (iv) a alteração dos Capítulos Dois, Quatro, Cinco, Seis, Quinze, Vinte e Um, Vinte e Seis e Vinte e Oito, aos incisos 17.5, 17.6, 17.11 e 17.18 deste Capítulo Dezesete. A maioria dos titulares das Quotas Subordinadas em Circulação, reunidos em Assembléia Geral, terão o direito de votar a emissão de nova(s) Série(s) de Quotas Sênior, não possuindo os titulares das Quotas Sênior direito de votar sobre esta matéria.
- 17.17. No termos do § 1º do artigo 29 da Instrução CVM nº 356, a maioria dos titulares das Quotas em Circulação, reunidos em Assembléia Geral, terão o direito de votar a substituição da Administradora ou do Custodiante, deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação antecipada do Fundo, bem como deliberar qualquer alteração na Taxa de Administração.
- 17.18. Qualquer alteração nas condições de amortização ou remuneração de qualquer Série de Quotas Sênior em Circulação dependerá de aprovação, em separado: (i) dos titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Sênior da respectiva Série que sofrerá modificação em suas condições; e (ii) dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas em Circulação.
- 17.19. Os titulares das Quotas Sênior ou das Quotas Subordinadas poderão ser representados por mandatários legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de

mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

- 17.20. Os titulares das Quotas Sênior, os titulares das Quotas Subordinadas, independentemente de possuírem direito de voto sobre as matérias previstas na ordem do dia, bem como os representantes das instituições responsáveis pela distribuição das Quotas, poderão comparecer a todas as Assembleias Gerais.



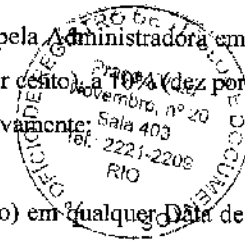
- 17.21. As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Quotas Sênior quanto os titulares das Quotas Subordinadas, quer tenham comparecido à Assembleia Geral, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido.
- 17.22. A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas, observado o disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 356 e na alínea “h” do inciso 17.1 deste Capítulo.

CAPÍTULO DEZOITO – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA

- 18.1. São considerados eventos de avaliação (“Eventos de Avaliação”) quaisquer das seguintes ocorrências:
- a) caso o Fundo deixe de efetuar o pagamento integral de qualquer das Amortizações Integrais e/ou Amortizações Programadas relativa a qualquer Série, nas respectivas Datas de Amortização;
 - b) descumprimento pelo Daycoval de qualquer de suas respectivas obrigações de transferência dos recursos relativos ao pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que não seja regularizado no prazo de 3 (três) dias úteis contado do recebimento, pelo Daycoval, de comunicação enviada pela Administradora, informado-o de sua ocorrência;

- c) inobservância pelo Custodiante e/ou pelo Daycoval de seus respectivos deveres e obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cessão e/ou no Contrato de Cobrança, que não seja um Evento de Amortização Antecipada, desde que o respectivo evento, a critério exclusivo da Administradora, (i) possa afetar adversamente o equilíbrio econômico e financeiro do Fundo e (ii) não seja regularizado no prazo de 3 (três) dias úteis contado do recebimento, pelo Custodiante e/ou pelo Daycoval, conforme o caso, de comunicação enviada pela Administradora, informado-o de sua ocorrência;
- d) rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer Série em mais de 1 (um) sub-nível, considerando-se a tabela de classificação da Agência Classificadora de Risco;
- e) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente a qualquer Série de Quotas Sênior em Circulação por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;
- f) amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos neste Regulamento, que possa causar o desenquadramento do Fundo com relação ao disposto no inciso 11.12 do Capítulo Onze;
- g) caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia por 10 (dez) dias úteis consecutivos;
- h) caso o Fundo deixe de atender ao Índice de Liquidez com referência a qualquer Série em Circulação em qualquer Data de Verificação;
- i) caso o valor dos recursos segregados na RC não atenda ao disposto no inciso 11.13 do Capítulo Onze por 5 (cinco) dias úteis consecutivos e o Fundo não se encontre no curso dos procedimentos definidos no inciso 12.1 do Capítulo Doze;

- j) caso o DCV, o DCV30, o DCV120 ou o DCV180, apurado pela Administradora em qualquer Data de Verificação, seja superior a 15% (quinze por cento), a 10% (dez por cento), a 9% (nove por cento) ou 8% (oito por cento), respectivamente; ou
- k) caso o ILACCB seja igual ou superior a 20% (vinte por cento) em qualquer Data de Verificação; ou
- l) ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão.



- 18.2. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, os quais são considerados fatos relevantes para efeito de comunicação aos Quotistas, a Administradora suspenderá imediatamente o pagamento da amortização de Quotas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios. Concomitantemente, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento do Programa de Securitização. Caso os titulares da maioria das Quotas em Circulação decidam que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá implementar os procedimentos definidos no inciso 18.5 abaixo, excluindo a convocação de nova Assembléia Geral. Os titulares das Quotas Sênior, reunidos na Assembléia Geral referida neste inciso, convocada para avaliar o grau de comprometimento do Programa de Securitização, deverão deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Quotas Sênior detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.
- 18.3. Caso o Evento de Avaliação não dê causa à declaração de um Evento de Amortização Antecipada, após a conclusão de eventuais ajustes aos Documentos da Securitização, aprovados nos termos da alínea “j” do inciso 17.1 do Capítulo Dezessete, o Fundo deverá dar prosseguimento às rotinas ordinárias do Programa de Securitização, definidas nos Documentos da Securitização, incluindo a amortização de Quotas.
- 18.4. São considerados eventos de amortização antecipada de Quotas (“Eventos de Amortização Antecipada”), quaisquer das seguintes ocorrências:



- a) caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resiliado;
- b) caso os Quotistas não consigam, por 2 (duas) Assembléias Gerais Consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de apreçamento para as Quotas Senior, nos termos do inciso 10.9 do Capítulo Dez;
- c) caso o Daycoval deixe de comunicar à Administradora e/ou ao Custodiante a ocorrência de um Evento de Avaliação;
- d) caso seja efetuado pagamento aos titulares de Quotas Subordinadas em desacordo com as regras e com os limites definidos neste Regulamento;
- e) caso os recursos necessários à realização dos procedimentos definidos no Capítulo Vinte e Oito não sejam tempestivamente colocados à disposição do Fundo, nos termos ali previstos;
- f) caso, após o prazo previsto no Capítulo Oito, não tenha sido aprovado pelos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, uma nova instituição administradora para o Fundo;
- g) caso, após o prazo previsto no inciso 16.4 do Capítulo Dezesseis, não tenha sido aprovado pelos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, um novo custodiante para o Fundo;
- h) caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada; ou
- i) caso ocorra qualquer dos Eventos de Inadimplemento Contratual, conforme definidos no Contrato de Cessão.

18.5. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (a) comunicar o fato aos Quotistas, (b) suspender imediatamente o pagamento pela amortização de Quotas

Subordinadas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisições de Direitos Creditórios, e (c) dar início aos procedimentos de amortização antecipada de Quotas Sênior do Fundo definidos no inciso 18.6 abaixo. A Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que os Quotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

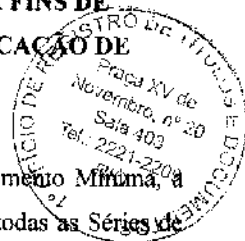
- 18.6. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora, a seu exclusivo critério, de forma a preservar os direitos, garantias e interesses dos titulares das Quotas Sênior, poderá, antes da realização da Assembleia Geral referida no inciso 18.5 acima, dar início aos procedimentos de amortização antecipada de Quotas do Fundo definidos neste inciso. No curso dos procedimentos de amortização antecipada de Quotas Sênior do Fundo, as Quotas Sênior em Circulação deverão ser compulsoriamente amortizadas, total ou parcialmente, concomitantemente e em igualdade de condições, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no inciso 12.1 do Capítulo Doze e a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte e Seis.
- 18.7. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá aplicar e manter os Outros Ativos de titularidade do Fundo exclusivamente em moeda corrente nacional e/ou em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen.

CAPÍTULO DEZENOVE – DO REENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA, DA ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTO MÍNIMA E DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ

- 19.1. A Administradora deverá enviar ao Daycoval, por meio eletrônico, no dia em que seja verificado que o Fundo deixou de atender à Razão de Garantia, à Alocação de Investimento Mínima e/ou ao Índice de Liquidez, observado o disposto no inciso 11.12 do Capítulo Onze, Aviso de Desenquadramento, o qual deverá ser respondido pelo Daycoval à Administradora improrrogavelmente até o 2º (segundo) dia útil subsequente à data de seu recebimento. Quando do envio da resposta ao Aviso de Desenquadramento, o Daycoval, a seu exclusivo critério, deverá informar à Administradora:

- a) se a competente integralização de Quotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou em Direitos Creditórios Elegíveis, observado o disposto no Contrato de Cessão, devendo, conforme o caso, enviar, concomitantemente, novo Layout ao Custodiante; ou
- b) sua intenção em reenquadrar o Fundo aos parâmetros definidos neste Regulamento para a Razão de Garantia e/ou Alocação de Investimento Mínima, por meio da Amortização Não Programada de Quotas Sênior em Circulação, observados os procedimentos definidos no Capítulo Vinte abaixo. Quando do envio de sua resposta ao Aviso de Desenquadramento, o Daycoval deverá indicar o valor da Amortização Não Programada, a ser implementada pela Administradora no curso dos procedimentos definidos no Capítulo Vinte, e o novo valor do Patrimônio Líquido em que o Daycoval reenquadrará o Fundo aos parâmetros definidos no inciso 11.12 do Capítulo Onze.
- 19.2. Na hipótese da alínea “a” do inciso 19.1 acima, a integralização das Quotas Subordinadas será realizada em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, de forma que, considerada, *pro forma*, a integralização pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente, aos parâmetros definidos no inciso 11.12 do Capítulo Onze.
- 19.3. Na hipótese da alínea “b” do inciso 19.1 acima, a Administradora dará início aos procedimentos estabelecidos no Capítulo Dezoito, com vista à Amortização Não Programada.
- 19.4. Caso o Daycoval deixe de responder o Aviso de Desenquadramento e/ou, conforme o caso, não efetue a integralização de Quotas Subordinadas nos termos da alínea “a” do inciso 19.1 supra, serão iniciados os procedimentos definidos nos incisos 18.5 e seguintes do Capítulo Dezoito.

**CAPÍTULO VINTE – DA AMORTIZAÇÃO COMPULSÓRIA PARA FINS DE
REENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA E/OU DA ALOCAÇÃO DE
INVESTIMENTO MÍNIMA**

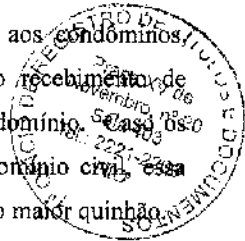


- 20.1. Para o reenquadramento da Razão de Garantia e/ou Alocação de Investimento Mínima, a Administradora procederá à amortização antecipada, total ou parcial, de todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação, proporcionalmente e em igualdade de condições, por seu valor calculado nos termos da alínea “c” do inciso 10.3 do Capítulo Dez, de forma que, computada, *pro forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente, aos parâmetros de enquadramento definidos no inciso 11.12 do Capítulo Onze (“Amortização Não Programada”).
- 20.2. Caso o Fundo deixe de atender à Alocação de Investimento Mínima, a Administradora deverá promover a amortização compulsória, total ou parcial, de Quotas de forma que, computada, *pro forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda à Alocação de Investimento Mínima e aos demais índices definidos no inciso 11.12 do Capítulo Onze. Quando da realização da amortização compulsória acima referida, deverão ser prioritariamente amortizadas Quotas Subordinadas e, caso a referida amortização não seja suficiente para reenquadrar o Fundo à Alocação de Investimento Mínima, a Administradora promoverá a Amortização Não Programada de todas as Séries de Quotas Sênior em Circulação, proporcionalmente e em igualdade de condições.
- 20.3. Quando da realização de Amortização Não Programada de Quotas Sênior e amortizações de Quotas Subordinadas ao amparo deste Capítulo, deverão ser observados pela Administradora, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos nos incisos 18.5 e seguintes do Capítulo Dezoito. A Administradora deverá informar imediatamente aos representantes de cada um dos titulares das Quotas, indicados nos termos do inciso 11.5 do Capítulo Onze, mediante correspondência com aviso de recebimento, a ocorrência e natureza do evento e o valor total das amortizações, incluindo o valor das Quotas detidas pelo respectivo investidor que será amortizado.

CAPÍTULO VINTE E UM – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

- 21.1. Se existirem Quotas em Circulação, o Fundo deverá ser liquidado ~~antecipadamente, caso~~ ocorra um Evento de Amortização Antecipada, nos termos do item 18.4 do Capítulo Dezoito, ou caso os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, assim deliberarem, nos termos do item 17.1 do Capítulo Dezessete. Em qualquer destas hipóteses, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate das Séries de Quotas Sênior em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite do valor de cada Quota Sênior apurado, *pro forma*, observado o disposto na alínea “c” do inciso 10.3 do Capítulo Dez (“Valor Referencial”). Após a conclusão do resgate das Quotas Sênior, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate das Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver. É assegurado o resgate das Quotas devidas pelos Quotistas dissidentes na hipótese de decisão assemblear pela não liquidação do Fundo. As cessões de crédito realizadas nos termos deste inciso deverão observar o disposto no inciso 29.3 do Capítulo Vinte e Nove.
- 21.2. Para que haja o resgate de Quotas, nos termos do inciso 21.1 acima e a posterior liquidação do Fundo a Administradora deverá promover, às expensas do Fundo, nos termos da alínea “g” do inciso 25.1 do Capítulo Vinte e Cinco, procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor de liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo, o qual poderá ser distinto dos critérios utilizados na definição do valor contábil dos referidos ativos. Posteriormente, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de informar o resultado do processo de avaliação e proceder à eleição, pelos titulares de Quotas, de um administrador para o condomínio civil referido no inciso 21.3 abaixo.
- 21.3. Para fins do disposto no inciso 21.1 deste Capítulo, os Direitos Creditórios dados em dação pelo Fundo aos titulares de Quotas Sênior e, conforme o caso, das Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembléia Geral referida no inciso 21.2 acima. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos a este efetivamente atribuídos. Os termos e as

condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos originalmente titulares de Quotas Sênior, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio. Se caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.



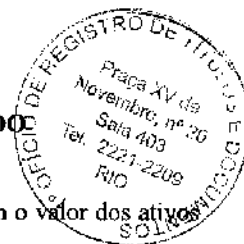
- 21.4. O Custodiante ou seus Agentes farão a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contado de sua constituição. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado este prazo ou caso os Quotistas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil referido do inciso 21.3 acima e/ou a eleger o seu administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil brasileiro.
- 21.5. Antes da implementação dos procedimentos de dação referidos no inciso 21.1 acima, o Daycoval terá a opção de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pelo Valor Referencial, acrescido de todos os custos e despesas necessários à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades. O Daycoval poderá exercer a opção de compra acima referida no prazo decadencial de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento de comunicação, enviada pela Administradora, informando o Daycoval do respectivo evento. As cessões de crédito realizadas nos termos deste inciso deverão observar o disposto no inciso 29.3 do Capítulo Vinte e Nove. Na hipótese de o Daycoval optar por não exercer a opção de compra aqui referida, a Administradora iniciará os procedimentos referidos no inciso 21.2 acima.
- 21.6. Os pagamentos de valores aos antigos Quotistas nos termos deste Capítulo deverão observar, no que forem aplicáveis, a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte e Seis.

CAPÍTULO VINTE E DOIS – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



- 22.1. O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no COSIF.
- 22.2. O Fundo será auditado anualmente pela Empresa de Auditoria. Deverá necessariamente constar de cada relatório de auditoria e das respectivas notas explicativas descrição pormenorizada:
- a) apresentando o comportamento e perfil de adimplência da carteira de Direitos Creditórios do Fundo;
 - b) referente ao cumprimento pela Administradora, no respectivo exercício social, dos termos e condições deste Regulamento e do Contrato de Cessão e, pelo Custodiante, das rotinas operacionais e demais procedimentos definidos no Contrato de Custódia e neste Regulamento que estejam sob sua responsabilidade, neste caso, exclusivamente mediante a análise dos relatórios diários colocados pelo Custodiante à disposição da Administradora;
 - c) referente ao cumprimento, pelo Daycoval, dos procedimentos definidos nas Políticas de Concessão de Crédito, na Política de Cobrança, das obrigações definidas no Convênio de Cobrança, e das declarações prestadas pelo Daycoval nas alíneas “g” a “n” do inciso 4.1 da Cláusula Quatro do Contrato de Cessão; e
 - d) análise dos demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do inciso 7.9 do Capítulo Sete.
- 22.3. O exercício social do Fundo tem duração de 1 (um) ano, encerrando-se em 30 de novembro de cada ano, exceto no primeiro exercício, que se iniciará na data de constituição do Fundo e encerrar-se-á em 30 de novembro de 2008.

CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

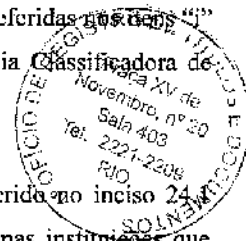


- 23.1. O Patrimônio Líquido corresponderá à soma algébrica do disponível com o valor dos ativos integrantes da carteira mais os valores a receber, apurados na forma do Capítulo Quinze, menos as exigibilidades referentes às despesas e encargos do Fundo e provisões.
- 23.2. Devem ser considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais decorrentes da manutenção de posições em mercados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

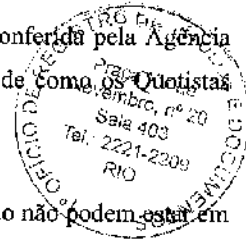
- 24.1. Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma, relacionados aos interesses dos Quotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no jornal “Monitor Mercantil” do Rio de Janeiro, cientificado aos Quotistas nos termos da Instrução CVM nº 356, e (b) de *e-mail* enviado ao representante do Quotista indicado na forma do inciso 11.5 do Capítulo Onze. Excepcionalmente, os anúncios de início e encerramento de distribuição de Quotas do Fundo e eventual aviso ao mercado comunicando protocolo, na CVM, de pedido de registro de qualquer distribuição pública, serão publicados no jornal “Valor Econômico” ou “Gazeta Mercantil”, ambos de edição nacional. As publicações referidas neste Capítulo deverão ser mantidas à disposição dos condôminos na sede da Administradora.
- 24.2. Observado o disposto neste Regulamento, a Administradora deverá proceder à determinação e colocar à disposição dos Quotistas, em seu *website* (www.oliveiratrust.com.br), em base diária, (i) o valor de cada Quota; (ii) a rentabilidade do Fundo e o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, dos ativos financeiros e das demais modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado, com base nos dados relativos ao último dia útil do mês imediatamente anterior, incluindo o valor do DCV, DCV30, DCV120 e DCV180, e (iii) o valor dos índices

referidos no inciso 11.12 do Capítulo Onze e da RC. As informações referidas nos itens “i” e “ii” acima deverão, também, ser colocadas à disposição da Agência Classificadora de Risco, em base diária.



- 24.3. A Administradora deverá divulgar, trimestralmente, no periódico referido no inciso 24.1 acima e em seu *website*, além de manter disponíveis em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, informações sobre: (i) o valor do Patrimônio Líquido; (ii) o valor das Quotas de cada classe; (iii) a Razão de Garantia; (iv) as rentabilidades acumuladas no respectivo trimestre e no ano civil a que se referirem; e, se houver, (v) os relatórios preparados pela Agência Classificadora de Risco. A divulgação das informações acima referidas poderá ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação.
- 24.4. A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:
- a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
 - b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, no caso de demonstrações financeiras anuais, devidamente auditadas.
- 24.5. A Administradora deverá enviar informe mensal à CVM, conforme previsto no artigo 45 da Instrução CVM nº 356, observando o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, bem como colocar à disposição dos Quotistas, em seu *website*, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) saldo das aplicações; (ii) valor do Patrimônio Líquido; (iii) rentabilidade apurada no período; (iv) valor e quantidade de Quotas em Circulação; (v) comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados e comentários sobre o desempenho esperado e realizado; (vi) posições mantidas com instrumentos derivativos; e (vii) número de Quotistas.

- 24.6. Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência Classificadora de Risco, suas respectivas atualizações e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.
- 24.7. As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com este Regulamento e com o Prospecto protocolado na CVM.

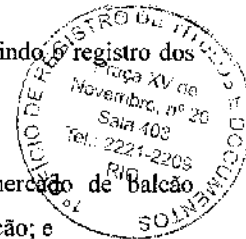


CAPÍTULO VINTE E CINCO – DOS ENCARGOS DO FUNDO

- 25.1. Além da Taxa de Administração, constituem encargos do Fundo as seguintes despesas:
- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo, inclusive taxa de registro do Fundo devida à CVM;
 - b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
 - c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
 - d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
 - e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
 - f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
 - g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;



- h) taxas de custódia de ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo o registro dos competentes instrumentos jurídicos;
- i) contribuição devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- j) despesas com a contratação de agência de classificação de risco.



- 25.2. Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.
- 25.3. A Administradora poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços por esta contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o valor da Taxa de Administração.
- 25.4. Sem prejuízo da responsabilidade da Administradora e do Diretor Designado, poderão ser constituídos conselhos consultivos, por iniciativa dos Quotistas ou da própria Administradora, ressaltando-se que tais órgãos serão remunerados pelas Pessoas que vierem a constituir-los.

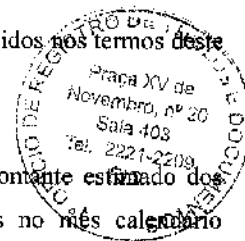
CAPÍTULO VINTE E SEIS – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

- 26.1. No curso ordinário do Programa de Securitização, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, não considerando as provisões realizadas e os valores segregados a título de RC, na seguinte ordem:
- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;

- b) no provisionamento e na criação de reserva monetária no montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no mês calendário subsequente ao da realização do respectivo provisionamento, bem como na constituição ou enquadramento da RC;
- c) no provisionamento e na criação da RAM, nos termos do inciso 11.14 do Capítulo Onze;
- d) na amortização das Quotas Sênior, emitidas ao amparo do inciso 28.1 do Capítulo Vinte e Oito, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Quotas Sênior com maior remuneração;
- e) na amortização das Quotas Sênior em Circulação, observados o disposto no inciso 12.8 do Capítulo Doze e os demais termos e condições deste Regulamento, bem como do(s) respectivo(s) Suplemento(s);
- f) no pagamento de encargos, emolumentos e demais despesas decorrentes de operações contratadas no mercado de derivativos;
- g) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;
- h) na constituição de reserva de pagamento relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- i) na amortização de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

26.2. Exclusivamente na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, e enquanto tal evento não for sanado, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- b) no provisionamento e na criação de reserva monetária no montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no mês calendário subsequente ao da realização do respectivo provisionamento;
- c) na amortização das Quotas Sênior, emitidas ao amparo do inciso 28.1 do Capítulo Vinte e Oito, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Quotas Sênior com maior remuneração;
- d) na amortização das Quotas Sênior em Circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- e) na constituição de reserva de pagamento relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- f) na amortização de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

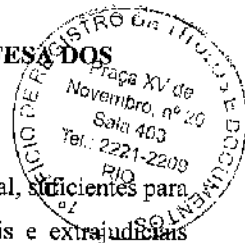


26.3. Exclusivamente na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, o pagamento da remuneração da Agência Classificadora de Risco somente ocorrerá após a amortização ou resgate integral das Quotas Sênior.

CAPÍTULO VINTE E SETE – DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

- 27.1. A Agência Classificadora de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco de cada Série de Quotas Sênior. A classificação de risco deverá ser atualizada, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede da Administradora e em seu *website*.
- 27.2. Qualquer alteração na classificação de risco das Quotas Sênior, constitui fato relevante para efeito de comunicação aos Quotistas, observado o disposto no Capítulo Vinte e Quatro.

**CAPÍTULO VINTE E OITO – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS
TITULARES DAS QUOTAS SÊNIOR**



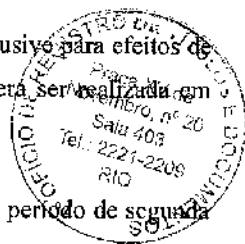
- 28.1. Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, a maioria dos titulares das Quotas Sênior, reunidos em Assembléia Geral, poderão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização de Série de Quotas Sênior específica, a ser realizada por todos os titulares das Quotas Sênior, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.
- 28.2. Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos titulares das Quotas Sênior em Circulação, não estando a Administradora, o Daycoval, o Custodiante, o Distribuidor e quaisquer de suas respectivas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste Capítulo.
- 28.3. A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos deste Capítulo, deverá ser previamente aprovada pelos titulares da maioria das Quotas Sênior reunidos na Assembléia Geral prevista no inciso 28.1 acima. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma deste Capítulo, os Quotistas deverão definir na referida Assembléia Geral o cronograma de integralização da respectiva Série de Quotas Sênior, as quais deverão ser integralizadas pelos titulares das Quotas Sênior, na proporção de seus créditos, em moeda corrente nacional, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos deliberados na referida Assembléia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.
- 28.4. O Fundo reembolsará os valores adiantados pelos Quotistas, se possível, quando do resgate das referidas Quotas, por meio dos procedimentos definidos no Capítulo Vinte e Seis.

- 28.5. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este Capítulo e da assunção pelos titulares das Quotas Sênior do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.
- 28.6. A Administradora, o Custodiante, o Distribuidor, o Daycoval, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.
- 28.7. Todos os pagamentos devidos pelos Quotistas ao Fundo, nos termos deste Capítulo, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO VINTE E NOVE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 29.1. O valor mínimo de subscrição inicial de Quotas não poderá ser inferior a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- 29.2. Todas as disposições contidas neste Regulamento implicando qualquer tipo de obrigação de dar, fazer ou não fazer a ser realizada pelo Fundo, deverá ser considerada, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

- 29.3. A cessão de Direitos Creditórios pelo Fundo para qualquer Pessoa, inclusive para efeitos de dação em pagamento referida no Capítulo Vinte e Um, somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação do Fundo.
- 29.4. Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por “dia útil” o período de segunda a sexta-feira, inclusive, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro.
- 29.5. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



Rio de Janeiro, 17 de julho de 2008.

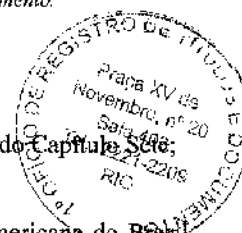
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Instituição Administradora

Alexandre Lodi de Oliveira
PROCURADOR

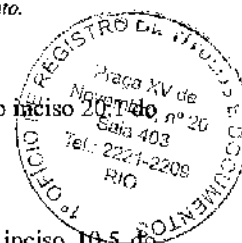
Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

ANEXO I - DEFINIÇÕES



1. “Administradora” tem o significado que lhe é atribuído no inciso 7.1 do Capítulo Sete;
2. “Agência Classificadora de Risco” significa a McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda. (Standard & Poor’s), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.295.585/0001-40, ou sua sucessora contratada nos termos deste Regulamento;
3. “Agente” significa quaisquer acionistas, administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos ou mandatários de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa;
4. “Agente Arrecadador” significa o Banco Bradesco S.A., com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o número 60.746.948/0001-12, e/ou outro agente arrecadador que tenha celebrado contrato com o Daycoval, observado o disposto no Contrato de Cessão, nos termos de cada Contrato de Cobrança Bancária;
5. “Agente Cobrador” significa o Daycoval quando do exercício de suas atribuições nos termos do Contrato de Cobrança;
6. “Agente Escriturador” significa o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Itáisa, inscrito no CNPJ/MF sob nº o 60.701.190/0001-04, ou seu sucessor no exercício de suas funções nos termos deste Regulamento e do Contrato de Escrituração;
7. “Alocação de Investimento Mínima” significa fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, o denominador equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, apurada diariamente pelo Custodiante (Exemplo: Se Alocação de Investimento Mínima = 0,50, então Alocação de Investimento Mínima = 50%);
8. “Amortização Integral” tem o significado que lhe é atribuído no inciso 10.5 do Capítulo Dez;

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.



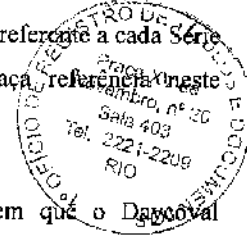
9. “Amortização Não Programada” tem o significado que lhe é atribuído no inciso 20.7 do Capítulo Vinte;
10. “Amortização Programada” tem o significado que lhe é atribuído no inciso 10.5 do Capítulo Dez;
11. “Amortização Programada de Quotas Subordinadas” tem o significado que lhe é atribuído no inciso 12.2 do Capítulo Doze;
12. “Anexo” significa os anexos ao presente Regulamento, cujos termos são parte integrante e complementar deste instrumento, para todos os fins e efeitos de direito;
13. “Assembleia Geral” significa as assembleias gerais, ordinárias e/ou extraordinárias, de Quotistas do Fundo, realizadas nos termos deste Regulamento;
14. “Aviso de Desenquadramento” significa o documento preparado pela Administradora, na forma do Anexo III, e por esta enviado ao Daycoval, por meio do qual o Fundo solicita que o Daycoval informe como pretende, se for o caso, proceder ao reenquadramento da Razão de Garantia, da Alocação Mínima de Investimento e/ou do Índice de Liquidez;
15. “Bacen” significa o Banco Central do Brasil;
16. “Base de Dados do Fundo” significa uma base de dados, atualizada diariamente pelo Custodiante, contendo certas informações relativas aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, identificadas nos modelos de relatórios previamente definidos entre a Administradora e o Custodiante;
17. “BM&F” significa a Bolsa de Mercadorias & Futuros;
18. “BVSP” significa a Bolsa de Valores de São Paulo - BVSP;
19. “Capítulo” significa cada um dos capítulos do Regulamento;

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

20. “Carnê” significa o documento emitido pelo Daycoval, preparado nos termos do anexo I do Contrato de Cessão, o qual contém os boletos de pagamento das prestações relativas aos Direitos Creditórios vinculados a cada Cédula de Crédito Bancário;
21. “Cédula de Crédito Bancário” significa a “Cédula de Crédito Bancário com Alienação Fiduciária”, preparada substancialmente na forma do Anexo IV, celebrada entre o Daycoval e cada Financiador, por meio da qual (i) o Daycoval financia a aquisição, pelo Financiador, de Veículo Automotor, e (ii) o Financiador aliena fiduciariamente ao Daycoval o respectivo Veículo Automotor, observados os procedimentos definidos no SNG, em garantia do financiamento contratado;
22. “Cédula de Crédito Bancário Adimplente” significa a Cédula de Crédito Bancário integrante da carteira do Fundo que não contenha, na respectiva data de observação, qualquer Direito Creditório vencido e não pago por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias contado de sua respectiva data de vencimento;
23. “Cédula de Crédito Bancário Inadimplente” significa a Cédula de Crédito Bancário integrante da carteira do Fundo que não seja uma Cédula de Crédito Bancário Adimplente, ou uma Cédula de Crédito Bancário Provisionada;
24. “Cédula de Crédito Bancário Provisionada” significa qualquer Cédula de Crédito Bancário integrante da carteira do Fundo, cujos respectivos Direitos Creditórios tenham sido integralmente provisionados pelo Fundo, nos termos do COSIF e da Resolução nº 2.682, de 22 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações posteriores;
25. “CETIP” significa a Câmara de Custódia e Liquidação;
26. “Circulação” significa o número de Quotas devidamente subscritas e integralizadas, nos termos deste Regulamento, e não integralmente amortizadas, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;
27. “Circulação Especial” significa o número de Quotas Sênior devidamente subscritas e integralizadas, nos termos do Regulamento, e não integralmente amortizadas ou

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

resgatadas e as Quotas Sênior a serem subscritas e integralizadas, referente a cada Série de Quotas Sênior em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;



28. “Cobrança Registrada” significa a modalidade de cobrança em que o Daycoval encaminha à instituição financeira prestadora dos serviços, Direitos Creditórios para registro, ficando a cargo da respectiva instituição identificar e informar quais Direitos Creditórios foram liquidados pelos respectivos Financiados;
29. “Condições de Swap” tem o significado que lhe é atribuído no inciso 4.9.2 do Capítulo Quatro;
30. “Conta Corrente do Daycoval” significa a conta corrente de titularidade do Daycoval, prévia e expressamente informada, por escrito, pelo Daycoval ao Custodiante e à Administradora;
31. “Conta Corrente do Fundo” significa a conta corrente aberta em nome do Fundo, na agência nº 2001 do Custodiante;
32. “Contrato de Cessão” significa o “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Daycoval, com a interveniência do Custodiante;
33. “Contrato de Cobrança” significa o “Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança”, a ser celebrado entre o Daycoval e a Administradora, por conta e ordem do Fundo;
34. “Contrato de Cobrança Bancária” significa (i) o “Contrato para Prestação de Serviços de Cobrança - Bancos Correspondentes”, a ser celebrado entre o Banco Bradesco S.A. e o Daycoval; e/ou (ii) o contrato de cobrança celebrado com qualquer Agente Arrecadador, por meio do qual a respectiva instituição financeira promove a Cobrança Registrada de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

35. “Contrato de Custódia” significa o “Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante;
36. “Contrato de Escrituração” significa o “Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Quotas”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Agente Escriturador;
37. “Contrato de Swap” tem o significado que lhe é atribuído no inciso 4.9.5 do Capítulo Quatro;
38. “Convênio” significa o “Contrato de Prestação de Serviços”, celebrado em 17 de dezembro de 1998 entre FENASEG e outras partes e o “Termo de Adesão”, celebrado em 27 de maio de 2002, por meio do qual o Daycoval aderiu ao contrato acima referido e passou a utilizar os serviços prestados pela FENASEG, tendo, assim, acesso ao SNG;
39. “COSIF” significa o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Bacen;
40. “Critérios de Elegibilidade” tem o significado que lhe é atribuído no inciso 5.2 do Capítulo Cinco;
41. “Custodiante” significa o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Itaúsa, inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04, ou seu sucessor no exercício de suas funções nos termos deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
42. “CVM” significa a Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
43. “Data de Amortização” significa a data em que o Fundo efetua a Amortização Integral e/ou a Amortização Programada de Quotas Sênior, observado o disposto no respectivo Suplemento da Série “n”;
44. “Data de Amortização de Quotas Subordinadas” tem o significado que lhe é atribuído no inciso 12.2 do Capítulo Doze;

45. “Data de Aquisição” significa a data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis do Daycoval, em moeda corrente nacional, nos termos do Contrato de Cessão, e/ou quando ocorre o lançamento na conta corrente do Daycoval de Quotas Subordinadas em razão de sua integralização em contrapartida à cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão;
46. “Data de Emissão” significa a data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de determinada Série de Quotas Sênior ou de Quotas Subordinadas, em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, respectivamente, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos deste Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um “dia útil”;
47. “Data de Oferta” significa a data em que o Daycoval envia o Layout para o Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão;
48. “Data de Verificação” significa o 5º (quinto) dia útil de cada mês calendário;
49. “Daycoval” significa o Banco Daycoval S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1793 – 12º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.232.889/0001-90;
50. “DCV” significa a fração calculada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo inferior a 30 (trinta) dias, e, se for o caso, Direitos Creditórios a vencer, excluindo-se do DCV os Direitos Creditórios referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes do DCV30, DCV120 e DCV180, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas integrantes da carteira do Fundo (Se DCV for 0,19, então DCV = 19,00%);

51. “DCV30” significa a fração calculada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias e inferior a 120 (cento e vinte) dias e, se for o caso, Direitos Creditórios a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas integrantes da carteira do Fundo (Se DCV30 for 0,10, então $DCV30 = 10,00\%$);
52. “DCV120” significa a fração calculada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias e inferior a 180 (cento e oitenta) dias e, se for o caso, Direitos Creditórios a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios relativos às Cédulas de Crédito Bancário Provisionadas integrantes da carteira do Fundo (Se DCV120 for 0,03, então $DCV120 = 3,00\%$);
53. “DCV180” significa a fração calculada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios referentes às Cédulas de Crédito Bancário integrantes da Base de Dados do Fundo, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias e, se for o caso, Direitos Creditórios a vencer, e o denominador o somatório do valor nominal de todos os Direitos Creditórios que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a 1ª (primeira) Data de Oferta, incluindo aqueles que

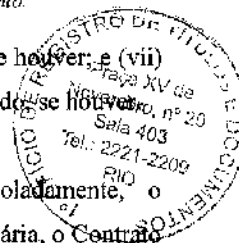
Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

tenham sido cedidos pelo Fundo para qualquer terceiro (Se DCV180 for 0,02, então DCV180 = 2,00%);

54. “Direito Creditório” significa cada prestação devida pelo Financiador ao Daycoval ou a seu cessionário, sempre em moeda corrente nacional, decorrente de contratação de operação de financiamento de Veículo Automotor celebrada entre o Daycoval e o respectivo Financiador, nos termos da Cédula de Crédito Bancário, cujo pagamento será realizado mediante a utilização dos respectivos boletos integrantes dos Carnês;
55. “Direito Creditório Elegível” tem o significado que lhe é atribuído no inciso 5.2 do Capítulo Cinco;
56. “Diretor Designado” significa o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas;
57. “Distribuição” significa cada distribuição pública de Quotas Sênior do Fundo, sendo cada distribuição sujeita aos procedimentos de protocolo definidos na Instrução CVM nº 356 e na Instrução CVM nº 400;
58. “Distribuidor” significa a instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários contratada pela Administradora para efetuar a distribuição pública de qualquer Série de Quotas Sênior;
59. “Documentos Comprobatórios” significa: (i) 1 (uma) via original da respectiva Cédula de Crédito Bancário; (ii) cópia reprográfica da tela do SNG evidenciando que o Veículo Automotor, cuja aquisição tenha sido financiada por meio da celebração da respectiva Cédula de Crédito Bancária, encontra-se alienado fiduciariamente em favor do Daycoval ou cópia reprográfica do CRV evidenciando a referida alienação; (iii) cópia reprográfica da nota fiscal ou recibo da aquisição, pelo Financiador, do Veículo Automotor, emitido pelo respectivo estabelecimento comercial ou, no caso de Veículo Automotor usado, adquirido de pessoa natural ou fora de estabelecimento comercial, cópia reprográfica do DUT – Documento Único de Transferência; (iv) (uma) via original da Ficha Cadastral do respectivo Financiador; (v) cópia reprográfica do CPF/MF ou do CNPJ/MF, conforme o caso, do respectivo Financiador, se houver; (vi)

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.


cópia reprográfica da Cédula de Identidade do respectivo Financiador, se houver; e (vii)
cópia reprográfica do comprovante de residência do respectivo Financiador, se houver;



60. “Documentos da Securitização” significa, em conjunto ou isoladamente, o Regulamento, o Contrato de Cessão, o(s) Contrato(s) de Cobrança Bancária, o Contrato de Custódia, o Contrato de Cobrança e o Contrato de Escrituração;
61. “Empresa de Auditoria” significa a KPMG Auditores Independentes, auditor independente devidamente registrado na CVM com sede, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Renato Paes de Barros, nº 33, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, ou seu sucessor no exercício de suas funções;
62. “Eventos de Amortização Antecipada” tem o significado que lhe é atribuído no inciso 18.4 do Capítulo Dezoito;
63. “Eventos de Avaliação” tem o significado que lhe é atribuído no inciso 18.1 do Capítulo Dezoito;
64. “Eventos de Inadimplemento Contratual” significa os eventos perfilados no Contrato de Cessão, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de amortização antecipada de Quotas, nos termos do inciso 18.5 e seguintes do Capítulo Dezoito;
65. “Eventos de Revisão” significa os eventos perfilados no Contrato de Cessão, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos definidos nos incisos 18.2 e seguintes do Capítulo Dezoito;
66. “FENASEG” significa a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.623.893/0001-80;
67. “Financiador” significa a pessoa natural ou jurídica, residente no Brasil, que contratou com o Daycoval financiamento para aquisição de Veículo Automotor, nos termos da Cédula de Crédito Bancário;
68. “FM” ou “Fator Multiplicador” significa o fator apurado diariamente pela Administradora considerando (i) o número, e (ii) as condições de remuneração das

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

Quotas Sênior em Circulação Especial na data de apuração do FM, de acordo com a seguinte expressão:

$$FM = \frac{\left[VQS_n \times NQS_n \times \left(\frac{FMS_n}{100} \right) \right] + \left[VQS_{n-1} \times NQS_{n-1} \times \left(\frac{FMS_{n-1}}{100} \right) \right] + \dots + \left[VQS_1 \times NQS_1 \times \left(\frac{FMS_1}{100} \right) \right]}{VQSC}$$


onde:

VQS_n valor de VQS para a n -ésima Série de Quotas Sênior, apurado na forma da alínea “c”, do inciso 10.3 do Capítulo Dez, sendo VQS_a o valor de VQS para a Série de Quotas Sênior “a”, e, assim, sucessivamente, apurado pelo Custodiante para a data de apuração do FM.

$VQSC$ somatório do valor de todas as Quotas Sênior em Circulação Especial, apurado na forma da alínea “c”, do inciso 10.3 do Capítulo Dez para a data de apuração do FM, obtido por meio da aplicação da seguinte expressão:

$$VQSC = (NQS_a \times VQS_a) + (NQS_b \times VQS_b) + \dots + (NQS_n \times VQS_n)$$

FMS_n (i) *Sobretaxa_n*, para a n -ésima Série, sendo FMS_a o valor da *Sobretaxa* para a Série “a”, e assim sucessivamente, na hipótese de o valor das Quotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma da alínea “a”, do inciso 10.4 do Capítulo Dez, observado o definido no respectivo Suplemento;

(ii) o valor apurado por meio da aplicação da seguinte fórmula, na hipótese de o valor das Quotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma da alínea “b” do inciso 10.4 do Capítulo Dez, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”:

$$\frac{\left\{ \left[\left(\frac{DI_{t-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}} - 1 \right\}}{\left[\left(\frac{DI_{t-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right]}$$

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

ou

- (iii) o valor apurado por meio da aplicação da seguinte fórmula, na hipótese de o valor das Quotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma da alínea “b” do inciso 10.4 do Capítulo Dez, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”;

$$\frac{\left\{ \left(\frac{\text{Taxa Pr é}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right\}}{\left[\left(\frac{\text{DI}_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right]}$$

69. “IGP-M” significa o Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
70. “Índice de Liquidação Antecipada das Cédulas de Crédito Bancário” ou “ILACCB” significa o valor apurado pela Administradora, a partir do 120º (centésimo vigésimo) dia imediatamente subsequente a 1ª Data de Emissão, em cada Data de Verificação. O ILACCB será equivalente ao somatório dos recursos pagos pelos Financiados a título de liquidação antecipada dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o valor do saldo devedor em aberto das Cédulas de Crédito Bancário objeto dos procedimentos de devolução amigável de veículos automotores, no período de 90 (noventa) dias imediatamente anterior à data de apuração do ILACCB, dividido pelo valor do Patrimônio Líquido, acrescido do somatório das amortizações de Quotas Sênior ocorridas, a qualquer título, no período de 90 (noventa) dias imediatamente anterior à data de apuração do ILACCB, deduzido do valor dos Outros Ativos, na data de apuração do ILACCB;
71. “Índice de Liquidez” significa o valor apurado diariamente pelo Custodiante, para cada evento de Amortização Programada e/ou Amortização Integral de cada Série de Quotas Sênior em Circulação, mediante a aplicação da seguinte expressão:

$$\text{Índice Liquidez} = \left(\frac{\text{SDCV}}{\text{SVAP} \times 1,2} \right), \text{ onde:}$$

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

SDCV somatório, na data "T", do valor contábil (a) dos Outros Ativos e (b) dos Direitos Creditórios referentes às Cédulas de Crédito Bancário Adimplentes integrantes da carteira do Fundo, devidamente atualizados, que tenham liquidez e/ou data de vencimento, conforme o caso, até o 5º (quinto) dia útil imediatamente anterior à data da respectiva Data de Amortização da Amortização Programada e/ou Amortização Integral, conforme o caso, a que se refere o Índice de Liquidez

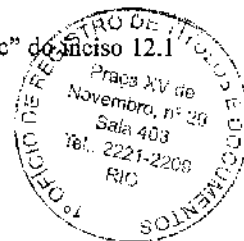
SVAP somatório, na data "T", do montante das Amortizações Programadas e/ou Amortizações Integrais de todas as Quotas Sênior em Circulação, na respectiva data de apuração do Índice de Liquidez, cujas respectivas Datas de Amortização ocorram até, inclusive, a Data de Amortização a que se refere o Índice de Liquidez.

72. "Instituições Autorizadas" são as seguintes: (i) União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco; (ii) Banco Bradesco S.A.; (iii) Banco Itaú S.A.; (iv) Banco Itaú BBA S.A.; (v) Banco Santander S.A.; (vi) Banco Citibank S.A.; (vii) HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo; (viii) Banco do Brasil S.A.; (ix) Caixa Econômica Federal, (x) Banco Safra S.A.; (xi) outras instituições financeiras ou equiparadas controladas por qualquer dos bancos referidos nos itens "i" a "x" acima; (xii) outras instituições de 1ª linha que sejam classificadas pela Agência Classificadora de Risco; ou (xiii) outras instituições de 1ª linha que sejam aprovadas pelos titulares da maioria das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas, em separado, reunidos em Assembléia Geral;
73. "Instrução CVM nº 356" significa a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores;
74. "Instrução CVM nº 400" significa a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores;
75. "Instrução CVM nº 409" significa a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores;
76. "Investidor Qualificado" tem o significado que lhe é atribuído no inciso 1.3 do Capítulo Um;
77. "Layout" tem o significado que lhe é atribuído no Contrato de Cessão;



Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

78. “Montante Mínimo” tem o significado que lhe é atribuído na alínea “c” do Artigo 12.1 do Capítulo Doze;
79. “Motocicletas” significa motocicletas – código 4;
80. “Ônibus” significa ônibus – código 5;
81. “Outros Ativos” significa os ativos financeiros, modalidades operacionais, incluindo operações com instrumentos derivativos, e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se Direitos Creditórios;
82. “Patrimônio Líquido” ou “PL” significa o patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Capítulo Vinte e Três;
83. “Pessoa” significa pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;
84. “Política de Cobrança” significa a política de cobrança do Daycoval definida no Anexo V deste Regulamento;
85. “Política de Concessão de Crédito” significa a política de concessão de crédito do Daycoval definida no Anexo VI deste Regulamento;
86. “Potencial de Cessão” significa o valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional de titularidade do Fundo, apurado na Data de Oferta, não comprometidas com o pagamento de exigibilidades do Fundo, nos termos deste Regulamento, e disponível para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, deduzido do valor, estimado pela Administradora, dos recursos necessários (i) à contratação e manutenção de operações com instrumentos derivativos, alocados a título de margem de garantia e ajustes diários e (ii) à manutenção das demais reservas financeiras definidas neste Regulamento;

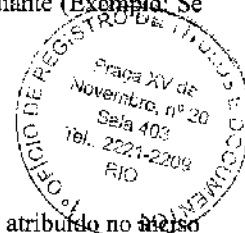


Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

87. “Prazo de Vigência” tem o significado que lhe é atribuído no inciso 2.1 do Capítulo Dois;
88. “Preço de Aquisição” ou “PA” significa o valor presente dos Direitos Creditórios Elegíveis, pago pelo Fundo ao Daycoval, em moeda corrente nacional e/ou em contrapartida à integralização de Quotas Subordinadas, conforme definido em cada Termo de Cessão, apurado por meio de algoritmo contido no Contrato de Cessão;
89. “Procedimentos de Verificação” significa os procedimentos de verificação, por amostragem, dos Direitos Creditórios, conforme parâmetros definidos no Anexo II;
90. “Programa de Securitização” significa os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização por meio dos quais o Daycoval cede Direitos Creditórios ao Fundo;
91. “Prospecto” significa o prospecto do Fundo, preparado nos termos da Instrução CVM nº 356 e da Instrução CVM nº 400;
92. “Quota” significa, em conjunto ou isoladamente, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas emitidas em qualquer Distribuição;
93. “Quota Sênior” significa, em conjunto ou isoladamente, as Quotas Sênior de quaisquer Séries emitidas pelo Fundo emitidas em qualquer Distribuição;
94. “Quotas Subordinadas” tem o significado que lhe é atribuído no inciso 10.2 do Capítulo Dez;
95. “Quotista” significa, em conjunto ou isoladamente, o titular de Quota;
96. “Razão de Garantia” significa a fração cujo numerador é equivalente ao somatório do valor atualizado das Quotas Sênior, deduzido do valor dos Outros Ativos, e o denominador o valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor contábil dos Outros Ativos e do somatório do valor dos Direitos Creditórios cuja data de vencimento é posterior à data de vencimento da Série de Quotas Sênior em Circulação que possua a

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

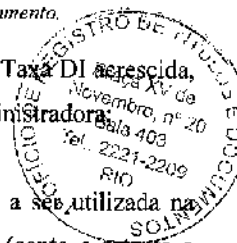
data de vencimento mais distante, apurada diariamente pelo Custodiante (Exemplo: Se Razão de Garantia for 0,81, então Razão de Garantia = 81,0%);



- 97. “Regulamento” o presente regulamento do Fundo;
- 98. “Reserva de Amortização” ou a “RAM” tem o significado que lhe é atribuído no inciso 11.14 do Capítulo Onze;
- 99. “Reserva de Caixa” ou a “RC” tem o significado que lhe é atribuído no inciso 11.13 do Capítulo Onze;
- 100. “SELIC” significa o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia;
- 101. “Série” significa qualquer série de Quotas Sênior emitida pelo Fundo em qualquer Distribuição;
- 102. “SNG” significa o Sistema Nacional de Gravames, por meio do qual a FENASEG, nos termos do Convênio, presta os serviços de gerenciamento e controle dos gravames pertinentes a cada Veículo Automotor alienado fiduciariamente em favor do Daycoval, cuja aquisição é financiada por meio da celebração de Cédula de Crédito Bancário;
- 103. “Spread” significa a o percentual a ser acrescido à Taxa DI indicado no Suplemento de cada Série “n”;
- 104. “Suplemento” significa o documento preparado na forma do Anexo VII deste Regulamento;
- 105. “Taxa de Administração” tem o significado que lhe é atribuído no inciso 7.10 do Capítulo Sete;
- 106. “Taxa de Desconto” significa a taxa de desconto, informada pela Administradora ao Custodiante, por meio dos sistemas eletrônicos colocados a disposição para tanto, utilizada na determinação do Preço de Aquisição, sendo esta equivalente a maior entre as seguintes taxas: (i) aquela diariamente indicada pela Administradora, nos termos

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

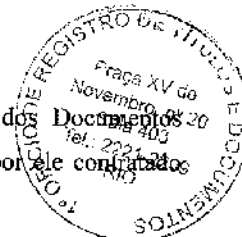
deste Regulamento, observada a Taxa de Desconto Mínima; e (ii) a Taxa DI acrescida, exponencialmente, do último Fator Multiplicador apurado pela Administradora;



107. “Taxa de Desconto Mínima” significa a menor Taxa de Desconto a ser utilizada na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, equivalente a 175% (cento e setenta e cinco por cento) da Taxa DI Futura;
108. “Taxa DI” tem o significado que lhe é atribuído no inciso 10.4 do Capítulo Dez;
109. “Taxa DI Futura” significa a cotação, no dia útil anterior, da Taxa DI (DI x pré) para contratos com vencimento em 1 (um) ano, obtida na opção “indicadores” no *website* da BM&F (www.bmf.com.br);
110. “TDH” tem o significado que lhe é atribuído no inciso 4.12 do Capítulo Quatro;
111. “Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco” significa o documento preparado sob a forma do Anexo VIII, firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento;
112. “Valor Referencial” tem o significado que lhe é atribuído no inciso 21.1 do Capítulo Vinte e Um;
113. “VCII” tem o significado que lhe é atribuído no inciso 4.9.1 do Capítulo Quatro;
114. “Veículos Automotores” significa veículos adquiridos pelos Financiados e cujas aquisições são financiadas pelo Daycoval por meio da celebração de Cédulas de Crédito Bancário, compreendendo Veículos Levas, Veículos Pesados e Outros Veículos;
115. “Veículos Leves” significa automóveis de passeio para até 7 (sete) passageiros e automóveis utilitários tipo “van” ou “pick-ups” de até 2,5 (dois vírgula cinco) toneladas de capacidade de carga – código 1; e
116. “Veículos Pesados” significa veículos acima de 2,5 (dois vírgula cinco) toneladas de capacidade de carga – código 2.

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

ANEXO II - PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO



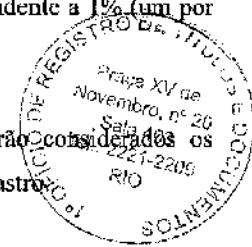
1. A verificação do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis (ou seja, dos Documentos Comprobatórios) por amostragem será realizada pelo Custodiante, ou terceiro por ele contratado, sob sua total responsabilidade, que deverá observar os seguintes parâmetros:

- (i) em conformidade com as boas práticas nacionais (Norma Brasileira de Contabilidade n.º 11, do Conselho Federal de Contabilidade) e internacionais, serão empregadas técnicas de amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de auditoria dos Documentos Comprobatórios do Fundo, em que a amostra é selecionada com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas;
- (ii) para seleção da amostragem, emprega-se a técnica de seleção aleatória utilizando rotina automática (*software* ACL), que permite ao Custodiante utilizar o resultado dos testes da amostra para realizar inferências sobre toda a carteira de Direitos Creditórios Elegíveis, definindo-se o seguinte critério para seleção da amostra:
 - a) *Grau de Confiança*: 95% (noventa e cinco por cento); sendo que "*Grau de Confiança*" é o percentual que o Custodiante confia de que o número de erros na carteira analisada não ultrapassará o limite máximo tolerável; e
 - b) *Limite de Erro Tolerável*: 5% (cinco por cento); sendo que "*Limite de Erro Tolerável*" é o erro máximo na carteira analisada que o Custodiante está disposto a tolerar e, ainda assim, concluir que o resultado da amostra atingiu o objetivo da verificação; o *Limite de Erro Tolerável* é considerado durante o planejamento dos trabalhos; quanto menor o erro tolerável, maior deve ser o tamanho da amostra;
- (iii) se o auditor espera que a carteira de Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo analisada contenha erro superior ao Limite de Erro Tolerável, será necessário examinar amostra maior, para concluir que o erro real da população não exceda o Limite de Erro Tolerável;
- (iv) a amostra irá refletir 1% (um por cento) da população, limitado ao máximo de 200 (duzentos) contratos. Por exemplo, para um universo de 15.000 (quinze mil) contratos, o

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

auditor verificará 150 (cento e cinquenta) contratos (amostra correspondente a 1% (um por cento) da população); e

- (v) a verificação será realizada uniformemente, ou seja, não sendo serão considerados os parâmetros de diversificação de Financiados quando da verificação do lastro;



2. Na análise física dos Documentos Comprobatórios celebrados entre o Daycoval e os Financiados, a análise dos Documentos Comprobatórios será feita com o objetivo de verificação dos seguintes itens:

- (i) 1 (uma) via original da respectiva Cédula de Crédito Bancário;
- (ii) cópia reprográfica da tela do SNG evidenciando que o Veículo Automotor, cuja aquisição tenha sido financiada por meio da celebração da respectiva Cédula de Crédito Bancário, encontra-se alienado fiduciariamente em favor do Daycoval ou cópia reprográfica do CRV evidenciando a referida alienação;
- (iii) cópia reprográfica da nota fiscal ou recibo da aquisição, pelo Financiador, do Veículo Automotor, emitido pelo respectivo estabelecimento comercial ou, no caso de Veículo Automotor usado, adquirido de pessoa natural ou fora de estabelecimento comercial, cópia reprográfica do DUT – Documento Único de Transferência;
- (iv) 1 (uma) via original da Ficha Cadastral do respectivo Financiador;
- (v) cópia reprográfica do CPF/MF ou do CNPJ/MF, conforme o caso, do respectivo Financiador, se houver;
- (vi) cópia reprográfica da Cédula de Identidade do respectivo Financiador, se houver; e
- (vii) cópia reprográfica do comprovante de residência do respectivo Financiador, se houver.

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

ANEXO III - AVISO DE DESENQUADRAMENTO

Aviso de Desenquadramento nº [•]

Data: [•].



A OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MI sob o nº 36.113.876/0001 91, na qualidade de administradora do “Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios” vem, por meio desta, solicitar ao Banco Daycoval S.A. que indique qual dos procedimentos definidos no inciso 19.1 do Capítulo Dezenove serão adotados de forma a promover, se for o caso, o reenquadramento da Razão de Garantia, da Alocação de Investimento Mínima e/ou do Índice de Liquidez.

Na forma do inciso 19.1 do Capítulo Dezenove, a Banco Daycoval S.A. vem, pela presente, informá-los que:

Opções definidas nas alíneas do inciso 19.1 do Capítulo Dezenove	SIM	NAO
Alínea “a” (1)		
Alínea “b” (2)		

(Resposta afirmativa para evento 1)

A integralização de Quotas Subordinadas será realizada com as seguintes contraprestações:

- a) Moeda Corrente Nacional: R\$[•]; e/ou
- b) Direitos Creditórios: R\$[•].

(Resposta afirmativa para evento 2)

Valor da Amortização Não Programada: R\$[•].

Novo Valor do Patrimônio Líquido: R\$[•].

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

Atenciosamente,

Banco Daycoval S.A.

Nome:

Cargo:

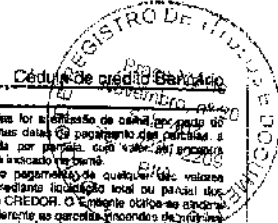
Banco Daycoval S.A.

Nome:

Cargo:



Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.



CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

1 - O Banco CREDOR concede em favor do EMITENTE em financiamento para aquisição de bens e serviços fornecidos pelo beneficiário, relacionado no item V, ficando o EMITENTE obrigado a resgatar ao CREDOR o referido montante acrescido dos encargos incidentes, no total indicado no item III, em prestações mensais e consecutivas.

2 - O CREDOR fica autorizado a creditar ao Beneficiário relacionado no item V, através de Doc. Cheque ou transferência bancária a importância correspondente ao valor EMITENTE/BENEFICIÁRIO.

4 - Qualquer quantia devida pelo EMITENTE, por força desta Cédula de Crédito Bancário, vendida e não paga, na época própria, será considerada automaticamente em mora, ficando o débito sujeito do vencimento ao efetivo pagamento, ao vencimento do Mês de Exatidão por cento sobre o valor de cada parcela vencida além de Juros compensatórios e título de cobrança de penhoramento que será o mesmo de não for logo solidariamente responsável com o EMITENTE pelo pagamento do principal, encargos e todas as demais contrapartidas que venham a incidir sobre o mesmo, que sejam moratórias ou compensatórias, honorárias ou legais, despesas de cobrança, custas e honorários advocatícios e tudo o mais que tiver a dever por força desta cédula.

6 - O EMITENTE e O AVALISTA reconhecem como sendo de sua inteira responsabilidade, além dos encargos previstos nesta cédula, os créditos, despesas, as taxas e multas decorrentes da operação firmada, sendo que, com relação as partes, se manifestam referem-se aqueles decorrentes da prestação de serviços pelo CREDOR, divulgadas em tabela de Tarifas de Serviços Bancários e anexadas nos aplicativos e dependências do mesmo.

7 - O CREDOR poderá considerar antecipadamente vencida a dívida de pleno direito, independentemente de aviso, notificação ou intimação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) Se o EMITENTE deixar de pagar, em seu vencimento qualquer quantia devida por força desta cédula de crédito Bancário.

b) Se for movida contra o EMITENTE ou AVALISTA, intimação de qualquer caráter, inclusive alimentícia, que possa afetar os direitos creditórios do CREDOR;

c) Se o EMITENTE ou AVALISTA se tornarem insolventes ou entrar em estado de liquidação, sofrer processos de qualquer tipo ou vier a ignorar ou ocorrer mudança de seu domicílio sem a devida comunicação ao CREDOR.

d) Se o EMITENTE ou AVALISTA, propuserem qualquer medida judicial contra o CREDOR, contrariando assim, a quebra do relacionamento comercial entre partes.

e) Se por qualquer ato do EMITENTE ou AVALISTA, tornarem ineficazes as condições iniciais, quer sejam com relação às garantias oferecidas, dados contábeis, societários, semestrais, que tenham sido informados e constatados quando da emissão do crédito decorrente desta Cédula de crédito.

f) Se for apontado a falsidade de documentos, de qualificação ou de dados cadastrais do EMITENTE ou AVALISTA que anulem a erro ou a anulação necessária do Crédito.

8 - Quando a forma de quitação das parcelas for a prestação de bens, por parte do CREDOR, o EMITENTE obriga-se a pagar, nas datas de pagamento das parcelas, o tanto de emissão de cambé (TEC), cobrada por parcela, com valor em percentual determinado no item III do preâmbulo e estará indicado no item III.

9 - Caso o EMITENTE queira antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas desta cédula, deverá fazê-lo mediante quitação total ou parcial dos valores devidos, comunicando tal intenção ao CREDOR. O EMITENTE obriga-se a pagar ao CREDOR além do valor devido anteriormente ao cancelamento de qualquer uma das parcelas, a contar desta data, o valor autenticado dos documentos comprobatórios de propriedade dos bens, contendo o registro no órgão competente, da garantia a favor do BANCO DAYCOVAL S.A.

11 - Nesta ata o EMITENTE assume a qualidade de seu depositário dos bens dados em garantia na forma da legislação em vigor, além de todas as responsabilidades inerentes a esta, que deverá conhecer e aceitar para todos os fins a efeitos.

12 - O EMITENTE obriga-se a manter as suas expostas, os bens dados em garantia da presente Cédula de Crédito Bancário, seguros contra risco de fogo, roubo ou danos físicos, insuavos contra terceiros por quantia não inferior ao valor da garantia, devendo suas respectivas apólices, conter o BANCO DAYCOVAL S.A. como beneficiário da indenização em decorrência de sinistro.

13 - Na hipótese de mora ou inadimplência da presente obrigação, o CREDOR fica desde já autorizado pelo EMITENTE e pelo AVALISTA, a enviar para inscrição os seus respectivos nomes ao SPJ (Serviço de Proteção ao Crédito), ao SERASA e a quaisquer outros órgãos de proteção e restrição ao Crédito, bem como a Central de risco do Banco Central do Brasil e ainda, a encaminhar o aludido título para o devido protesto, nos termos da MP 4.106/95 e Lei 8.429/97, autorizando assim que por se tratar de direito disponível, é outorgada ao CREDOR em caráter irrevogável e irrenunciável, sendo certo que, nos termos do artigo 43 da Lei 8.078/90 o EMITENTE e o AVALISTA têm ciência de que a obrigação exclusiva dos órgãos ou entidades da proteção e restrição ao crédito comunicada por escrito ao EMITENTE e AVALISTA de rejeição intimação, ficando o CREDOR de qualquer responsabilidade, civil ou penal, decorrente de não comunicação.

14 - Após a liquidação da dívida que originou a inscrição nos órgãos de proteção e restrição ao Crédito, o EMITENTE e o AVALISTA, mediante recibo da quitação do débito obrigam-se a providenciar a exclusão do registro.

15 - O CREDOR está expressamente autorizado, a qualquer tempo, dar em garantia ou alienar seus direitos documentais desta Cédula, inclusive suas garantias independentemente da anulação do EMITENTE ou AVALISTA, junto a qualquer órgão de instituição financeira, praticando todos os atos inerentes a este fim.

16 - O recebimento e qualquer prestação fora do prazo, ainda que após o prazo desta CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, contará merecer tolerância do CREDOR e não significará renúncia, porém, novação ou alteração das condições desta CÉDULA.

17 - O EMITENTE e o AVALISTA declaram não ter a por quanto a validade, a nulidade e eficácia de presente operação de crédito, e ainda, que concordam com o sentido e alcance de todas as suas disposições e também, que conhecem todos os dispositivos da Medida Provisória 2.160-26 de 23/Agosto/2001.

18 - Fica assim o ato de Comércio de Capela do estado de São Paulo para emitir qualquer quantia decorrente desta Cédula, com renúncia a qualquer outro, fica porém ressalvado o direito do CREDOR em optar pelo foro de domicílio do EMITENTE ou do AVALISTA.

O EMITENTE E O AVALISTA ACEITANDO E SE OBRIGANDO PELAS CONDIÇÕES ACIMA, FIRMAM A PRESENTE EM DUAS VIAS, SENDO A DO CREDOR A ÚNICA VÁLIDA E NEGOCIÁVEL.

DECLARAMOS TER LIDO PREVIAMENTE A PRESENTE CÉDULA E QUE NÃO TEMOS DÚVIDA SOBRE QUALQUER DE SUAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES.

<p>_____</p> <p>EMITENTE</p>		<p>_____</p> <p>AVALISTA</p>	
<p>_____</p> <p>CONJUGE</p>		<p>_____</p> <p>AVALISTA</p>	
<p>TESTEMUNHA 1</p> <p>Nome: _____</p> <p>CPF: _____</p> <p>RG: _____</p>		<p>TESTEMUNHA 2</p> <p>Nome: _____</p> <p>CPF: _____</p> <p>RG: _____</p>	

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

ANEXO V - POLÍTICA DE COBRANÇA

Banco Daycoval



Procedimentos de Cobrança

O sistema de cobrança do Daycoval tem o objetivo de acompanhar, controlar e atuar de forma efetiva e preventiva na inadimplência das operações de financiamento de Veículos Automotores, minimizando seus efeitos e custos.

I. Etapas de Cobranças das Parcelas Inadimplentes

O movimento de cobrança das parcelas em atraso das Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) inadimplidas segue regras específicas para as seguintes situações de atraso, estabelecidas conforme a ordem cronológica de vencimento das parcelas das CCBs.

O sistema de cobrança das parcelas dos financiamentos ou refinanciamentos inadimplentes é composto das seguintes etapas:

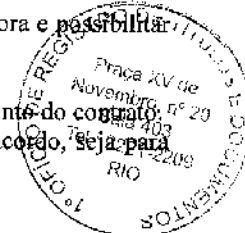
- a) Bancária - o financiado tem até o prazo do vencimento para pagamento na rede bancária, e até o máximo de 15 dias contados do seu vencimento para pagamento do boleto diretamente no banco responsável pela arrecadação do Daycoval.
- b) Amigável - após o 16º dia de atraso da parcela, a Gerência de Cobrança envia as parcelas inadimplentes à empresa de cobrança terceirizada que entra em contato com o financiado, buscando uma data para liquidação da parcela inadimplente. A cobradora, depois de firmar um acordo com o financiado, envia um boleto para pagamento exclusivamente na rede do banco responsável pela arrecadação do Daycoval.
- c) Pré-jurídica - a partir do 25º, 31º ou 45º dia de atraso (ver item a seguir "Régua de Cobrança"), a empresa de cobrança providenciará a notificação do financiado, iniciando o processo de ajuizamento com o Daycoval. A partir do 30º dia, o financiado será negativado no SPC/na Serasa automaticamente pelo sistema.
- d) Jurídica - após o recebimento da notificação positiva, a empresa de cobrança inicia o processo de ajuizamento da ação e paralelamente continua tentando uma entrega amigável.

II. Régua de Cobrança das Operações em Atraso

- Do 17º a 30º dia - Cobrança extrajudicial externa, com o intuito de verificar/detectar dificuldades, o motivo do não-pagamento ou problemas com o financiamento, como falta de dados para localização do financiado ou uma possível fraude.
- 30º dia - Negativação no SPC/na Serasa.

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

- 31º dia - Envio de notificação ao financiado para constituí-lo em mora e possibilitar ação de busca e apreensão do veículo.
- 45º dia - Ajuizamento da operação.
- 45º ao 60º dia - Cobrança mais intensiva, visando a evitar o ajuizamento do contrato.
- 61º dia - Cobrança judicial, porém sempre com possibilidades de acordo, seja para atualização, seja para liquidação do contrato.



III. Instrumentos de Cobrança

a) Devolução Amigável

Havendo interesse por parte do financiado na entrega amigável do veículo ou apreendido judicialmente, o veículo é recolhido ao pátio credenciado pelo Daycoval, onde é realizada a vistoria do veículo. Se após a venda do veículo o saldo remanescente não for pago, o cliente prossegue como inadimplente com o Daycoval, continuando seu cadastro negativado no SPC/na Serasa.

b) Descontos

Em caso de negociação de dívidas, o Daycoval, de acordo com a situação e a necessidade, concede descontos aos seus clientes.

c) Busca e Apreensão

São acionados os procedimentos de busca e apreensão nos casos em que não haja mais possibilidades de recuperação dos créditos inadimplidos.

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

ANEXO VI - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Banco Daycoval



Procedimentos para Concessão de Crédito

Processo de Contratação da Proposta

I. Preenchimento da Proposta

O início do processo de concessão de crédito relativo ao financiamento com alienação fiduciária, realizado pelo Daycoval, ocorre no momento em que o cliente aciona a loja/revenda em busca da aquisição de um veículo por meio de um financiamento, ou refinanciamento (empréstimo cujo veículo é a garantia da operação).

De posse dos parâmetros preestabelecidos pelo Daycoval, a loja/revenda apresenta os planos e as opções disponíveis. Estando o cliente de acordo, ocorre o preenchimento da Ficha Cadastral, na qual são solicitados os seguintes dados:

- Loja (identificação da revenda, região etc.)
- Cliente (nome, data de nascimento, CPF/MF ou CNPJ/MF, RG etc.)
- Residenciais (endereço, telefone, tipo de residência etc.)
- Referências comerciais/pessoais
- Referências bancárias
- Bens pessoais
- Dados da garantia e operação (modelo do veículo, ano, valor da venda, valor da entrada, valor do financiamento, chassi, placa etc.)

Após o preenchimento da ficha cadastral, os dados do cliente são digitados no sistema Função e enviados por *Web* à promotora de vendas responsável por aquela loja/revenda. A promotora de vendas recebe as informações, executa uma revisão de seus dados e repassa, pelo sistema, as informações para análise. A análise é efetuada na matriz do Daycoval.

II. Análise de Crédito

A análise de crédito, realizada pela área de crédito na matriz ou nas filiais, envolve os seguintes procedimentos e consultas:

- Consulta "Risco Interno" (verificação de histórico de cliente no Daycoval, caso tenha sido cliente).
- Consulta ao Sistema Crivo (este sistema busca as informações no SPC/na Serasa, na Receita Federal, Allcheck, CrediLink e informa os resultados ao analista)
- Prazo de validade (as propostas possuem validade de 10 dias)
- LT (confirmação do Local de Trabalho)
- LR (confirmação do Local de Residência)
- RP (Referências Pessoais)
- Verificação do percentual mínimo de entrada em relação ao valor do bem
- Verificação do percentual máximo de valor da parcela em relação à renda
- Referências bancárias/referências comerciais

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

- Sindicância (confirmação de dados do cliente com vizinhos)
- *In Loco* (quando solicitado)

III. Aprovação das Propostas

Em seguida à aprovação das propostas, as promotoras de vendas são comunicadas, sendo solicitado às lojas/revendas os seguintes documentos, condicional à liberação do recurso.

- DUT do veículo
- Informação do Megadata
- Autorização de pagamento devidamente assinada
- Outras documentações que tenham sido solicitadas pelo analista de crédito

Limites de Alçada

As alçadas para liberação de crédito devem ser obedecidas conforme tabela apresentada a seguir:

NÍVEL - FUNÇÃO	LIMITE - VALOR (R\$)
*Analista Jr.	Até R\$12.000,00
Analista Pl.	Até R\$20.000,00
Analista Sr.	Até R\$25.000,00
Coordenador	Até R\$30.000,00
Supervisor	Até R\$35.000,00
Gerente	Até R\$50.000,00
Comitê	Até R\$150.000,00
Comitê + Diretoria	Acima de 150.000,00

*Nos primeiros 90 dias, a alçada de analista júnior fica limitada a R\$10.000,00.

Liberação do Crédito

A liberação do crédito ocorre na matriz do Daycoval, estando condicionada à aprovação da proposta, bem como ao recebimento das documentações solicitadas às lojas/revendas, conforme mencionado. Essas documentações são enviadas por fax ao Daycoval, que realiza as devidas conferências. Não sendo verificadas restrições, o fluxo prossegue, sendo realizada a inclusão do gravame, alienando o veículo em nome do Daycoval, bem como a liberação do crédito.

Formalização

Em um prazo máximo de dez dias após a liberação do pagamento, toda a documentação solicitada é enviada pelas promotoras de venda à matriz do Daycoval ou diretamente para as dependências de empresa responsável pela custódia física dos Documentos Comprobatórios, sendo solicitados os seguintes itens:

- Ficha cadastral
- Contrato assinado (CCB), em três vias
- Cópia do CPF/MF ou CNPJ/MF, conforme o caso
- Cópia do RG, conforme o caso
- Comprovante de renda, conforme o caso
- Comprovante de residência, conforme o caso
- Termo de Evicção
- DUT do veículo - Alienação Fiduciária ao Daycoval
- Nota fiscal, em caso de veículo zero km
- Autorização de pagamento preenchida



ANEXO VII - SUPLEMENTO

Suplemento da [•]^a Série



1. Suplemento nº [•] (o “Suplemento”) referente à [•]^a Série de Quotas Sênior (a “[•]^a Série”) emitida nos termos do regulamento do “DAYCOVAL VEÍCULOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS”, registrado sob o nº [•] no [•]^o Cartório de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante (o “Regulamento”), administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a “Administradora”).
2. O valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate de cada Quota Sênior da [•]^a Série, será calculado observado critério de atualização definido na [alínea “a”][alínea “b”][alínea “c”] do inciso 10.4 do Capítulo Dez do Regulamento, observado o disposto na seguinte Tabela:

<i>Sobretaxa_n</i>	[•]
Data de Amortização, na hipótese de Amortização Integral	[dia]/[mês]/[ano]

<i>Spread_n</i>	[•]
Data de Amortização, na hipótese de Amortização Integral	[dia]/[mês]/[ano]

<i>Taxa Pré_n</i>	[•]
Data de Amortização, na hipótese de Amortização Integral	[dia]/[mês]/[ano]

- 2.1. Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida em cada dia [•] de [•] e [•] de [•] de cada exercício social (a “Data de Amortização”) a amortização de parcela do valor de cada Quotas Sênior da [•]^a Série (a “Amortização Programada”), a qual será equivalente ao

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

valor apurado de acordo com fórmula abaixo. A última Amortização Programada deverá ocorrer no dia [•] de [•] de [•], quando o Fundo deverá promover a amortização integral da respectiva Quota:

$$VAPn = VQSn_T - (R\$25.000,00 - VAE) + (PA \times R\$25.000,00),$$

onde:

VAPn valor da Amortização Programada referente a cada Quota Sênior da [•]ª Série na Data de Amortização “n”.

VQSn_T valor unitário de cada Quota Sênior da [•]ª Série, para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da [•]ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido na [alínea “a”][alínea “b”][alínea “c”] do inciso 10.4 do Capítulo do Regulamento.

VAE somatório dos valores efetivamente pagos a título de amortização de cada Quota Sênior da [•]ª Série, anteriormente à Data de Amortização “n”.

PA percentual de amortização do valor nominal de cada Quota Sênior da [•]ª Série, se houver, apurado nas respectivas Datas de Amortização das Amortizações Programadas, conforme a seguinte tabela:

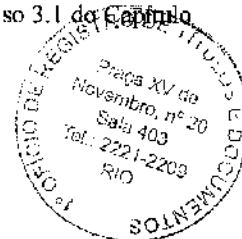
Data de Amortização	PA
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]

3. Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

4. O presente Suplemento deverá ser registrado observado o disposto no inciso 3.1 do Capítulo Três do Regulamento.

Rio de Janeiro, [●] de [●] de [●].



FUNDO/ADMINISTRADORA:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na
qualidade de administradora do DAYCOVAL
VEÍCULOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM
DIREITOS CREDITÓRIOS

Nome:

Cargo:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,
na qualidade de administradora do DAYCOVAL
VEÍCULOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM
DIREITOS CREDITÓRIOS

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF/MF:

Nome:

RG:

CPF/MF:

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

ANEXO VIII - TERMO DE ADESAO AO REGULAMENTO E CIÊNCIA DE RISCO

Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios



À

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown

Rio de Janeiro – RJ

Aos cuidados: Sr: Alexandre Lodi

Eu, [•] [nome completo], [com sede] [residente] na [•] inscrito(a) no [CNPJ/MF] [CPF/MF] sob o nº [•], na qualidade de investidor do **DAYCOVAL VEÍCULOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS** (o “Fundo”), administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a “Administradora”), tendo como Diretor Designado, o Sr. **Mauro Sérgio de Oliveira**, declaro:

- I. Ter recebido, lido e compreendido os termos do Regulamento do Fundo e de seu prospecto, concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, inclusive com a natureza dos Direitos Creditórios, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido.
- II. Estar de acordo e ciente de que:
 - a) os investimentos do Fundo não representam depósitos bancários, não possuem garantia da Administradora, do Custodiante, do Daycoval, do Agente Cobrador, de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC;
 - b) nos termos do Capítulo Nove, não obstante a adoção por parte da Administradora de padrões criteriosos no que se refere à administração técnica da carteira do Fundo e do cumprimento de sua política de investimentos, por sua própria natureza, os investimentos do Fundo estarão sempre sujeitos a riscos provenientes das flutuações de mercado, a riscos de crédito dos devedores dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo,

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

entre outros, sendo que poderá haver, portanto, perda, parcial ou total, e ~~garanto no~~ reembolso do capital investido;

- c) a existência de rentabilidade/performance do Fundo no passado não constitui ~~garantia de~~ rentabilidade/performance futura;
- d) os recursos a serem investidos no Fundo deverão ser depositados/creditados diretamente na conta corrente de titularidade do Fundo nº [●], na agência [●] do Banco Itaú S.A.;
- e) o periódico a ser utilizado na divulgação das informações relativas ao Fundo será de o jornal “Monitor Mercantil” do Rio de Janeiro, exceto pela publicação dos anúncios de início e encerramento de distribuição de Quotas do Fundo e eventual aviso ao mercado comunicando protocolo, na CVM, de pedido de registro de qualquer distribuição pública, serão publicados no jornal “Valor Econômico” ou “Gazeta Mercantil”, ambos de edição nacional, observado o disposto no Capítulo Vinte e Quatro do Regulamento; e
- f) as Quotas do Fundo apenas poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas por investidores qualificados, nos termos das normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.
- III. Ademais, nos termos do inciso 11.5 do Capítulo Onze do Regulamento informamos que comunicações a mim enviadas pela Administradora e/ou pelo Agente Escriturador deverão ser encaminhadas para o seguinte e-mail, aos cuidados do Sr. [●] [qualificar].

(Local e data)

Nome:

Cargo:



Suplemento da 1ª Série de Quotas Sênior

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

1654292



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO AO
SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES DO
DAYCOVAL VEÍCULOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada “Administradora”) do **DAYCOVAL VEÍCULOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**, constituído em 28 de maio de 2008, registrado sob o nº 1651956 perante o 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado “Fundo”);

CONSIDERANDO QUE:

- (i) O Suplemento nº I (o “Suplemento”), referente à 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo (a “1ª Série”) celebrado pela Administradora em 29 de maio de 2008, registrado na mesma data sob o nº 1652033, perante o 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, informa que as Quotas Seniores da 1ª Série serão remunerada à *Sobretaxa_n* equivalente a 110% do CDI; e
- (ii) Até a presente data não foi iniciada a oferta pública de distribuição das Quotas Seniores 1ª Série do Fundo.

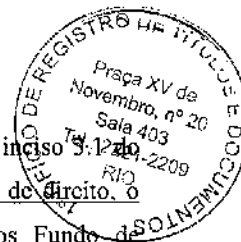
RESOLVE a Administradora aditar o Suplemento, conforme abaixo:

- (i) Alterar o item 2 e o item 4 do Suplemento, os quais passam a vigorar com a seguinte redação, conforme alteração sublinhada:

- 2. “O valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate de cada Quota Sênior da 1ª Série, será calculado observado critério de atualização definido na alínea “a” do inciso 10.4 do Capítulo Dez do Regulamento, observado o disposto na seguinte Tabela:”

<i>Sobretaxa_n</i>	<u>113%</u>
Data de Amortização, na hipótese de Amortização Integral	10/junho/2012

4. "O presente Suplemento deverá ser registrado observado o disposto no inciso 3.º do Capítulo Três do Regulamento e substituí, para todos os fins e efeitos de Direito, o "Suplemento da 1ª Série de Quotas Seniores do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios", datado de 29 de maio de 2008 e registrado na mesma data no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o nº 1651956."



- (ii) Consolidar o Suplemento da 1ª Série, conforme documento em anexo DA PARTE INTERESSADA. O PRESENTE DOCUMENTO FOI AVERBADO NA MARGEM DO REGISTRO DE Nº.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2008.

1651956

FUNDO/ADMINISTRADORA:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na qualidade de administradora do DAYCOVAL VEÍCULOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Nome: Cesar Reinaldo Leal Pinto
Cargo: Diretor

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na qualidade de administradora do DAYCOVAL VEÍCULOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Nome: HELEN DE OLIVEIRA THOMAS
Cargo: PROCURADORA

Testemunhas:

Paula Forazzi A. Ferreira

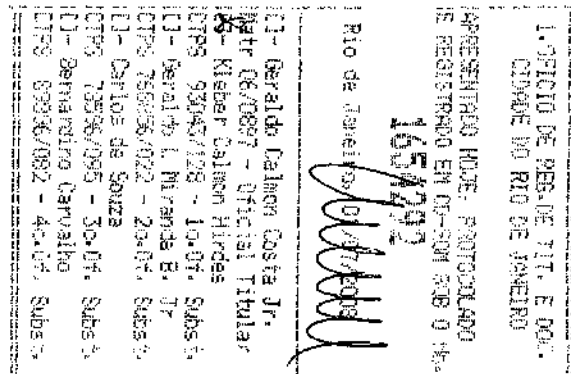
Paula Forazzi A. Ferreira
RG: 11812920-4 IFP/RJ
CPF: 085.449.027-40

Maria Eunice Motta M. de F. Mello

MARIA EUNICE MOTTAM. DE F. MELLO
CPF: 088.887.377-82
IFP: 12.857.135-3



ENCLOSURAS E TOMBOS 33.135.97





**Suplemento da 1ª Série de Quotas Seniores do
DAYCOVAL VEÍCULOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

1. Suplemento nº I (o “Suplemento”) referente à 1ª Série de Quotas Sênior (a “1ª Série”) emitida nos termos do regulamento do “DAYCOVAL VEÍCULOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS”, registrado em 28 de maio de 2008, sob o nº 1651956 no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante (o “Regulamento”), administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a “Administradora”).
2. O valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate de cada Quota Sênior da 1ª Série, será calculado observado critério de atualização definido na alínea “a” do inciso 10.4 do Capítulo Dez do Regulamento, observado o disposto na seguinte Tabela:

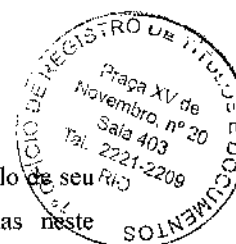
<i>Sobretaxa,</i>	113%
Data de Amortização, na hipótese de Amortização Integral	10/junho/2012

- 2.1. Desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes na ocasião, será promovida, a partir de 10 de junho de 2009, inclusive, em cada dia 10 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada exercício social (a “Data de Amortização”) a amortização de parcela do valor de cada Quotas Sênior da 1ª Série (a “Amortização Programada”), a qual será equivalente ao valor apurado de acordo com fórmula abaixo. A última Amortização Programada deverá ocorrer no dia 10 de junho de 2012, quando o Fundo deverá promover a amortização integral da respectiva Quota:

$$VAPn = VQSn - VAE_n \cdot (PA \times VQSA_n),$$

onde:

VAPn valor da Amortização Programada referente a cada Quota Sênior da 1ª Série na Data de Amortização “n”.



VQSn_r valor unitário de cada Quota Sênior da 1ª Série, para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da 1ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido na alínea “a” do inciso 10.4 do Capítulo do Regulamento, na data de apuração de *VAP_n*.

VQSA_n valor unitário de cada Quota Sênior da 1ª Série, para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, de cada Quota Sênior da 1ª Série, calculado de acordo com o critério de atualização definido na alínea “a” do inciso 10.4 do Capítulo do Regulamento, em 10 de maio de 2009;

VAE_n somatório dos valores efetivamente pagos a título de amortização de cada Quota Sênior da 1ª Série, anteriormente à Data de Amortização “n” apurado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$VAE = VQSA_n \times (1 - SPA)$$

Sendo que:

SPA é o somatório dos percentuais de amortização (*PA*) das Quotas Sênior da 1ª Série efetivamente ocorridas até o dia útil anterior à data de apuração de *VAP_n*.

PA percentual de amortização do preço unitário de cada Quota Sênior da 1ª Série, se houver, apurado nas respectivas Datas de Amortização das Amortizações Programadas, conforme a seguinte tabela:

Numero de Ordem	Data de Amortização	PA
1	10/jun/09	0,00%
2	10/set/09	0,00%
3	10/dez/09	0,00%
4	10/mar/10	0,00%
5	10/jun/10	11,11%
6	10/set/10	11,11%

7	10/dez/10	11,11%
8	10/mar/11	11,11%
9	10/jun/11	11,11%
10	10/set/11	11,11%
11	10/dez/11	11,11%
12	10/mar/12	11,11%
13	10/jun/12	11,12%



3. Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.
4. O presente Suplemento deverá ser registrado observado o disposto no inciso 3.1 do Capítulo Três do Regulamento e substituí, para todos os fins e efeitos de direito, o "Suplemento da 1ª Série de Quotas Seniores do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios", datado de 29 de maio de 2008 e registrado na mesma data no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o nº 1651956.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2008.

FUNDO/ADMINISTRADORA:

[Assinatura]
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S.A., na qualidade de administradora do
DAYCOVAL VEÍCULOS FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS**

Nome: Cesar Reinaldo Leal Pinto
Cargo: Diretor

[Assinatura]
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S.A., na qualidade de administradora do
DAYCOVAL VEÍCULOS FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS**

Nome:
Cargo: HELEN DE OLIVEIRA THOMAS
PROCURADORA

Testemunhas:

[Assinatura]
Nome: Paula Perazzi A. Ferreira
RG: RG: 11812920-4 IFP/RJ
CPF/MF: CPF: 095.449.027-40

[Assinatura]
Nome: MARIAEUNICE MOTA M. DEF. MELLO
RG: CPF: 088.887.377-82
CPF/MF: IFP: 12.857.135-3

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

Banco Daycoval S. A. – Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2007

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

Banco Daycoval S.A.

*Demonstrações Financeiras,
do Banco e do Consolidado
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2007 e 2006 e
Parecer dos Auditores Independentes*

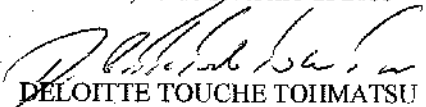
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

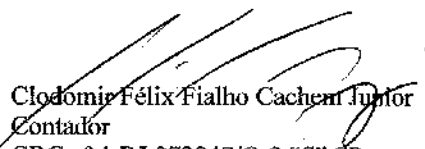
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À Administração e aos Acionistas do
Banco Daycoval S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais individuais do Banco e consolidados do Banco Daycoval S.A., suas controladas e entidade de propósito específico representado pelo fundo de investimento em direitos creditórios, levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (Controlador) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2007, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco e das controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco e das controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco e consolidada do Banco Daycoval S.A. em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2007, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras básicas referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa, individuais e consolidadas, que estão sendo apresentadas na nota explicativa nº 28 para propiciar informações suplementares sobre o Banco, não eram requeridas até 31 de dezembro de 2007 como parte integrante das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações suplementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2008


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Clodomir Félix Fialho Cachem Junior
Contador
CRC nº 1 RJ 072947/O-2 "S" SP

BANCO DAYCOVAL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Referência Nota explicativa	2007		2006	
		Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
ATIVO CIRCULANTE		4.768.180	4.980.703	2.321.429	2.395.956
Disponibilidades		49.417	49.589	33.975	34.017
Aplicações interfinanceiras de liquidez	Nota 4	1.994.360	1.994.360	854.614	854.614
Aplicações no mercado aberto		1.925.353	1.925.353	804.315	804.315
Aplicações em depósitos interfinanceiros		56.599	56.599	28.064	28.064
Aplicações em moedas estrangeiras		12.408	12.408	22.235	22.235
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	Notas 5 e 6.II.a)	134.910	164.394	95.714	114.909
Carteira própria		75.242	104.726	33.799	52.994
Vinculados a operações compromissadas		29.867	29.867	29.174	29.174
Instrumentos financeiros derivativos		19.280	19.280	9.065	9.065
Vinculados à prestação de garantias		10.521	10.521	23.676	23.676
Relações interfinanceiras		73.816	73.816	6.193	6.198
Pagamentos e recebimentos a liquidar		-	-	12	12
Créditos vinculados-					
Depósitos no Banco Central		67.359	67.359	1.509	1.509
Correspondentes		6.457	6.457	4.677	4.677
Operações de crédito		2.240.315	2.422.579	1.261.770	1.316.677
Operações de crédito - setor público	Nota 7	18.397	18.397	19.323	19.323
Operações de crédito - setor privado	Nota 7	2.281.547	2.467.125	1.282.329	1.338.594
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)	Nota 8	(59.629)	(62.943)	(39.882)	(41.240)
Outros créditos		217.590	218.193	68.824	69.207
Carteira de câmbio	Nota 9.a)	205.272	205.272	66.647	66.647
Rendas a receber		166	234	6	42
Negociação e intermediação de valores	Nota 6.II.a)	3.945	3.945	274	274
Diversos	Nota 9.b)	8.207	8.742	1.897	2.244
Outros valores e bens	Nota 10	57.772	57.772	334	334
Bens não de uso próprio		4.363	4.363	147	147
Despesas antecipadas		53.409	53.409	187	187
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.598.726	1.562.919	648.726	680.355
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	Notas 5 e 6.II.a)	623.371	585.440	378.770	410.389
Carteira própria		149.547	111.616	50.721	82.340
Vinculados a operações compromissadas		409.002	409.002	255.021	255.021
Instrumentos financeiros derivativos		2.522	2.522	9.452	9.452
Vinculados à prestação de garantias		62.300	62.300	63.576	63.576
Operações de crédito		807.638	809.760	222.205	222.215
Operações de crédito - setor público	Nota 7	684	684	24.976	24.976
Operações de crédito - setor privado	Nota 7	821.854	823.976	201.644	201.654
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)	Nota 8	(14.900)	(14.900)	(4.415)	(4.415)
Outros créditos		109.517	109.519	47.751	47.751
Devedores por depósitos em garantia		63.370	63.370	47.156	47.156
Diversos	Nota 9.b)	46.147	46.149	595	595
Outros valores e bens	Nota 10	58.200	58.200	-	-
Despesas antecipadas		58.200	58.200	-	-
PERMANENTE		59.489	13.026	65.584	11.672
Investimentos		53.847	514	61.704	908
Participações em controladas - no país	Nota 11	53.335	-	60.807	-
Outros investimentos		512	514	897	908
Imobilizado de uso	Nota 12	5.500	12.357	3.748	10.606
Imóveis de uso		-	11.175	-	10.875
Outras imobilizações de uso		8.110	8.801	5.440	6.846
(Depreciações acumuladas)		(2.610)	(7.619)	(1.692)	(7.115)
Diferido		142	155	132	158
Gastos de organização e expansão		338	442	280	384
(Amortizações acumuladas)		(196)	(287)	(148)	(226)
TOTAL DO ATIVO		6.426.395	6.556.648	3.035.739	3.087.983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO DAYCOVAL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Referência Nota explicativa	2007		2006	
		Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
PASSIVO CIRCULANTE		3.790.502	3.926.264	1.886.668	1.945.802
Depósitos	Nota 13	1.834.230	1.834.198	1.021.844	1.021.835
Depósitos à vista		190.672	190.640	104.763	104.754
Depósitos interfinanceiros		226.411	226.411	93.951	93.951
Depósitos a prazo		1.417.140	1.417.140	822.723	822.723
Outros depósitos		7	7	407	407
Captações no mercado aberto	Nota 13	1.514.396	1.514.396	572.376	572.376
Carteira própria		432.173	432.173	280.052	280.052
Carteira de terceiros		1.082.223	1.082.223	292.324	292.324
Recursos de aceites e emissão de títulos	Nota 14	3.295	3.277	139.486	139.486
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		3.295	3.277	139.486	139.486
Relações interfinanceiras		1.341	1.341	309	309
Recebimentos e pagamentos a liquidar		1.341	1.341	309	309
Relações interdependências		15.028	15.028	5.954	5.954
Recursos em trânsito de terceiros		15.028	15.028	5.954	5.954
Obrigações por empréstimos e repasses	Nota 15	209.976	344.274	62.971	120.818
Empréstimos no país		-	134.298	-	19.893
Empréstimos no exterior		209.976	209.976	62.971	100.925
Instrumentos financeiros derivativos	Nota 6.II.a)	2.567	2.567	1.320	1.320
Instrumentos financeiros derivativos		2.567	2.567	1.320	1.320
Outras obrigações		209.669	211.183	82.408	83.764
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		710	710	513	513
Carteira de câmbio	Nota 16.a)	68.551	68.551	23.096	23.096
Sociais e estatutárias	Nota 16.b)	46.076	46.148	-	-
Fiscais e previdenciárias	Nota 16.c)	64.677	65.847	32.810	34.046
Negociação e intermediação de valores	Nota 6.II.a)	1.217	1.217	2.334	2.334
Diversas	Nota 16.d)	28.438	28.710	23.635	23.715
NÃO CIRCULANTE EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		1.107.096	1.101.033	709.312	702.415
Depósitos	Nota 13	502.393	497.660	332.120	326.739
Depósitos interfinanceiros		6.737	6.737	1.490	1.490
Depósitos a prazo		495.656	490.923	330.630	325.249
Recursos de aceites e emissão de títulos	Nota 14	212.556	211.316	260.473	258.957
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		212.556	211.316	260.473	258.957
Obrigações por empréstimos e repasses	Nota 15	220.844	220.844	421	421
Empréstimos no exterior		220.844	220.844	421	421
Instrumentos financeiros derivativos	Nota 6.II.a)	133	133	962	962
Instrumentos financeiros derivativos		133	133	962	962
Outras obrigações		171.080	171.080	115.336	115.336
Fiscais e previdenciárias	Nota 16.c)	169.325	169.325	114.980	114.980
Diversas	Nota 16.d)	1.755	1.755	356	356
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		11.394	11.394	1.992	1.992
Resultados de exercícios futuros		11.394	11.394	1.992	1.992
PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS		-	464	-	7
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 19	1.517.493	1.517.493	437.767	437.767
Capital					
De domiciliados no país		1.359.143	1.359.143	188.561	188.561
Reservas de capital		54	54	453	453
Reservas de reavaliação		2.071	2.071	2.199	2.199
Reservas de lucros		160.838	160.838	32.252	32.252
Ajustes ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(4.613)	(4.613)	5.049	5.049
Lucros acumulados		-	-	209.253	209.253
TOTAL DO PASSIVO		6.426.395	6.556.648	3.035.739	3.087.983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO DAYCOVAL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 E
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Referência Nota explicativa	2º Semestre de 2007		2007		2006	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	430.268	437.291	760.071	772.622	474.303	476.377
Operações de crédito	332.446	345.179	502.882	617.512	376.607	380.123
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	128.134	122.419	214.306	205.240	107.286	110.686
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(25.054)	(25.054)	(68.202)	(68.202)	(21.753)	(26.595)
Resultado de operações de câmbio	12.842	12.847	18.524	18.511	12.465	12.163
Resultado das aplicações compulsórias	1.900	1.900	2.561	2.561	-	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(216.772)	(221.230)	(373.462)	(383.373)	(244.379)	(246.510)
Operações de captação no mercado	(156.600)	(166.275)	(301.593)	(300.962)	(198.379)	(199.136)
Operações de empréstimos e repasses	(8.325)	(13.128)	(11.013)	(23.560)	(12.397)	(14.780)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(41.847)	(41.847)	(60.851)	(60.851)	(35.594)	(35.594)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	213.496	216.061	386.609	390.249	229.924	229.867
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(60.720)	(62.967)	(114.350)	(117.456)	(105.804)	(105.962)
Receitas de prestação de serviços	6.606	6.577	12.713	13.490	11.359	11.685
Despesa de pessoal	(29.844)	(30.252)	(52.077)	(52.762)	(34.887)	(35.197)
Outras despesas administrativas	(47.770)	(48.210)	(109.070)	(110.972)	(70.864)	(71.934)
Despesas tributárias	(16.160)	(16.293)	(28.275)	(28.198)	(16.531)	(16.671)
Resultado de participações em controladas	360	-	(403)	-	(5.262)	-
Outras receitas operacionais	34.148	34.242	76.815	78.756	28.889	30.977
Outras despesas operacionais	(7.570)	(9.031)	(14.051)	(18.350)	(15.479)	(20.622)
RESULTADO OPERACIONAL	172.776	173.094	272.259	272.793	123.120	123.905
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(422)	(493)	(487)	(581)	(48)	(41)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	172.354	172.601	271.772	272.212	123.072	123.864
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(36.132)	(36.165)	(51.430)	(51.566)	(37.997)	(38.761)
Provisão para imposto de renda	(33.805)	(33.920)	(62.208)	(62.376)	(29.105)	(29.668)
Provisão para contribuição social	(11.115)	(11.343)	(20.685)	(20.754)	(8.894)	(9.113)
Ativo fiscal diferido	7.698	7.698	31.464	31.464	-	-
PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO	(14.325)	(14.311)	(14.325)	(14.511)	-	-
PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS	-	(8)	-	(8)	-	(1)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	119.897	119.897	205.017	206.017	85.074	85.082
Quantidade de Ações	222.633.512	222.633.512	222.633.512	222.633.512	3.321.652	3.321.652
Lucro líquido por ação no fim do semestre/exercício - R\$	0,54	0,54	0,93	0,93	25,61	25,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO DAYCOVAL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 E
PARA O SEMESTRE FINIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Em milhares de reais-R\$)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros		Ajustes ao valor de mercado - IFRS-derivativos	Lucros acumulados	Total
					Legal	Lucros a realizar			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	170.909	8.996	417	2.326	16.319	11.834	-	156.476	365.663
Aumentos de capital:									
Honologação (Nota 19.d))	8.996	(8.996)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital (Nota 19.d))	-	8.656	-	-	-	-	-	-	8.656
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	36	-	-	-	-	-	36
Ajustes ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	6.663	-	6.663
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(194)	-	-	-	194	-
Imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação de controlada	-	-	-	67	-	-	-	-	67
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	85.082	85.082
Destinações:									
Reserva Legal	-	-	-	-	4.254	-	-	(4.254)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(155)	-	155	-
Juros sobre o capital próprio (Nota 19.e))	-	-	-	-	-	-	-	(28.400)	(28.400)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	179.905	8.656	453	2.199	20.573	11.679	5.049	209.253	437.767
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	179.905	8.656	453	2.199	20.573	11.679	-	209.253	437.767
Aumentos de capital:									
Aumento de capital (Nota 19.d))	1.179.238	(8.656)	(453)	-	(20.573)	-	-	(209.253)	940.303
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	54	-	-	-	-	-	54
Ajustes ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	(9.662)	-	(9.662)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(195)	-	-	-	195	-
Imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação de controlada	-	-	-	67	-	-	-	-	67
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	206.017	206.017
Destinações:									
Reserva Legal	-	-	-	-	10.301	-	-	(10.301)	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	-	730	-	(730)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	-	138.128	(138.128)	-
Dividendos (Nota 19.e))	-	-	-	-	-	-	-	(1.262)	(1.262)
Juros sobre o capital próprio (Nota 19.e))	-	-	-	-	-	-	-	(55.791)	(55.791)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	1.359.143	-	51	2.071	10.301	12.409	138.128	-	1.517.493

BANCO DAYCOVAL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 E
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Em milhares de reais-R\$)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros		Ajustes ao valor de mercado - rem-derivativos	Lucros acumulados	Total
					Legal	Lucros a realizar			
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007	1.359.143	-	-	2.123	4.306	11.679	-	5.369	1.451.165
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	54	-	-	-	-	-	54
Ajustes ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(98)	-	-	-	98	(9.982)
Imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação de controlada	-	-	-	46	-	-	-	-	46
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	119.897	119.897
Destinações:									
Reserva Legal	-	-	-	-	5.995	-	-	(5.995)	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	-	730	-	(730)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	-	138.128	(138.128)	-
Dividendos (Nota 19 c))	-	-	-	-	-	-	-	(1.262)	(1.262)
Juros sobre o capital próprio (Nota 19 e))	-	-	-	-	-	-	-	(42.425)	(42.425)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	1.359.143	-	54	2.071	10.301	12.409	138.128	-	1.517.493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO DAYCOVAL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 E
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Em milhares de reais - R\$)

	2º Semestre de 2007		2007		2006	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
ORIGEM DOS RECURSOS	1.552.837	1.623.339	3.655.550	3.711.957	926.294	956.367
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	120.098	120.764	207.425	207.618	94.062	86.357
Lucro líquido do semestre/exercício	119.897	119.897	206.017	206.017	85.082	85.082
Depreciação e amortização	561	867	1.000	1.601	675	1.232
Resultado de participações em controladas	(360)	-	408	-	8.262	-
Provisão para perdas em investimentos por incentivos fiscais	-	-	-	-	43	43
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE REAVALIAÇÃO DE CONTROLADA	46	46	67	67	67	67
AJUSTE AO VALOR DE MERCADO - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(9.982)	(9.982)	(9.662)	(9.662)	6.663	6.663
ATUALIZAÇÃO DE TÍTULOS PATRIMONIAIS	54	54	54	54	36	36
VARIAÇÃO NOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	6.827	6.827	9.402	9.402	1.743	1.743
RECURSOS DE AÇIONISTAS	-	-	940.303	940.303	8.656	8.656
Aumento de capital social	-	-	940.303	940.303	8.656	8.656
RECURSOS DE TERCEIROS ORIGINÁRIOS DE	1.435.796	1.505.630	2.507.961	2.564.175	813.067	852.845
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO	1.410.312	1.479.811	2.483.636	2.562.930	813.800	852.605
Depósitos	676.641	676.384	982.659	983.284	418.528	418.996
Captações no mercado aberto	298.787	298.787	942.020	942.020	136.678	136.678
Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos	-	-	-	-	143.683	145.564
Relações interfinanceiras e interdependências	9.149	9.149	10.106	10.106	3.881	3.881
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	418	418	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	536.905	406.128	367.428	443.879	43.018	77.976
Outras obrigações	88.830	88.763	183.605	183.223	70.012	69.510
DIMINUIÇÃO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO	21.875	21.875	-	-	181	181
Aplicações interfinanceiras de liquidez	24.875	24.875	-	-	-	-
Outros valores e bens	-	-	-	-	181	181
ALIENAÇÃO DE BENS E INVESTIMENTOS	607	726	22.325	788	1.086	59
Investimentos	607	607	22.325	651	1.027	-
Imobilizado de uso	-	119	-	137	59	59
VARIAÇÃO LÍQUIDA DA PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS	-	218	-	457	-	-
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	1.536.977	1.607.493	3.640.108	3.696.385	910.346	940.788
DIVIDENDOS E REMUNERAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO	43.686	43.686	57.053	57.053	28.400	28.400
INVERSÕES EM	8.798	2.017	17.580	3.685	11.108	1.792
Investimentos	7.024	234	14.812	235	9.572	36
Imobilizado de uso	1.774	1.783	2.768	3.450	1.536	1.756
APLICAÇÕES NO DIFERIDO	-	-	58	58	114	114
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO	1.339.362	1.416.968	3.381.309	3.451.739	865.693	905.251
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	1.139.746	1.139.746	70.365	70.365
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	25.811	25.864	283.797	224.536	183.646	168.463
Relações interfinanceiras e interdependências	44.539	44.539	67.618	67.618	4.232	4.232
Operações de crédito	1.088.650	1.165.843	1.363.978	1.693.447	550.660	605.577
Outros créditos	109.497	109.697	210.532	210.754	56.790	56.574
Outros valores e bens	71.025	71.025	115.638	115.638	-	-
DIMINUIÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO	144.931	144.822	184.108	183.850	5.231	5.231
Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos	144.402	144.293	184.108	183.850	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	529	529	-	-	5.231	5.231
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	15.860	15.846	15.442	15.572	15.748	15.579
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA						
DISPONIBILIDADES:						
No início do semestre/exercício	33.557	33.743	33.975	34.017	18.227	18.438
No fim do semestre/exercício	49.417	49.589	49.417	49.589	33.975	34.017
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	15.860	15.846	15.442	15.572	15.748	15.579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO DAYCOVAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO BANCO E DO CONSOLIDADO REFERENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Daycoval S.A. ("Banco"), é uma sociedade anônima de capital aberto, que está organizado sob a forma de Banco Múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comercial, de câmbio, de investimento e de crédito e financiamento e por meio de suas subsidiárias diretas e indiretas, atua também na administração de recursos de terceiros, seguro de vida e previdência e prestação de serviços. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Conglomerado Daycoval, atuando no mercado de forma integrada.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 4 de maio de 2007, foram deliberados e aprovados, dentre outros, os seguintes assuntos: (i) abertura de capital do Banco Daycoval com a admissão dos valores mobiliários de emissão do Banco à negociação na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, bem como a listagem das ações no segmento especial de práticas diferenciadas de governança corporativa Nível 1 de negociação da BOVESPA; (ii) autorização para que o Banco Daycoval, seus diretores e demais membros de sua administração possam praticar todos os atos requeridos pelo Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1 ou necessários para a sua adesão, incluindo, sem limitação, a celebração do respectivo contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1; (iii) Política de Divulgação de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo, passando a vigorar a partir da concessão do registro de companhia aberta pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em 26 de junho de 2007; (iv) criação do Conselho de Administração do Banco Daycoval; e (v) nomeação do Diretor de Relação com Investidores.

O início da negociação das ações sobre o código DAYC4, em 29 de junho de 2007, marcou uma nova etapa na atuação do Banco Daycoval no sistema financeiro nacional. A Oferta Pública Primária de Ações resultou no aporte de recursos para aumento do capital social, no montante de R\$936.406 com a correspondente negociação de 55.082.712 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 11 de julho de 2007, o Coordenador Líder da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Preferenciais, exerceu integralmente a opção a ele concedida pelos Acionistas Vendedores para a aquisição de quantidade adicional de até 15% das ações inicialmente ofertadas, totalizando 8.382.151 ações, todas de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Ações Suplementares"), nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, de maneira a atender ao excesso de demanda constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Ações Suplementares").

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco e as demonstrações financeiras consolidadas ("Consolidado") foram preparadas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, critérios estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF do Banco Central do Brasil - BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, normativos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e entidade de propósito específico, foram eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. As demonstrações financeiras da controlada indireta no exterior tiveram seus critérios contábeis adaptados às práticas contábeis adotadas no Brasil e convertidas para reais.

As demonstrações financeiras consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, abrangem o Banco Daycoval S.A. e suas controladas diretas e indiretas e entidade de propósito específico apresentadas a seguir:

	% Participação	
	2007	2006
Atividade de Seguros e Previdência Complementar		
Dayprev Vida e Previdência S.A. ("Dayprev")	97,00	-
Não Financeiras		
ACS Participações Ltda. ("ACS")	99,99	99,99
Daycoval Asset Management Administração de Recursos Ltda.	99,99	99,99
IFP Planejamento e Consultoria em Informática Ltda. ("IFP")	99,99	99,99
SCC Assessoria em Cadastro e Cobrança Ltda. ("SCC")	99,99	99,99
Treetop Investments Ltd. ("Treetop")	99,99	99,99
Entidade de Propósito Específico (EPE)		
Daycoval Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Daycoval FIDC") ⁽¹⁾	100,00	100,00

⁽¹⁾ O percentual de participação refere-se à totalidade das cotas subordinadas, mantidas pelo Banco Daycoval, junto ao Daycoval FIDC em 31 de dezembro de 2007 e de 2006.

Os títulos e valores mobiliários registrados nas empresas controladas são demonstrados pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias, cambiais e juros contratados até a data do balanço e quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, é constituída provisão para ajuste aos seus respectivos valores de realização.

No processo de consolidação do Daycoval FIDC, os saldos da carteira de recebíveis de direitos creditórios e da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foram incorporados à carteira de operações de crédito do Banco, com o correspondente registro do financiamento, na rubrica de "Obrigações por Empréstimos e Repasses - Empréstimos no País", deduzido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representado pelas cotas subordinadas mantidas pelo Banco junto ao Daycoval FIDC.

Adicionalmente, foram registradas na rubrica de “Operações de crédito”, nas demonstrações do resultado, as rendas oriundas dos direitos creditórios apropriados pelo “Daycoval FIDC”, como também o custo do financiamento, oriundos da remuneração das cotas seniores, na rubrica de “Obrigações por empréstimos e repasses”. A receita auferida pelo Banco referente à valorização de suas cotas mantidas junto ao Daycoval FIDC, originalmente registrada na rubrica de “Resultado com títulos e valores mobiliários”, foi reclassificada para a rubrica de “Operações de crédito”, com o objetivo de refletir, nas demonstrações financeiras consolidadas, a essência desta operação.

Conforme previsto no Ofício-Circular CVM/SNC-SEP nº 01/07, de 14 de fevereiro de 2007, a Administração do Banco adicionou os saldos de recebíveis e de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa às suas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2007 e de 2006, pois considera sob sua responsabilidade o controle (recebimento, repasse e cobrança) sobre os recebíveis cedidos ao Daycoval FIDC, o que representa na essência, o fornecimento de garantias aos investidores do Fundo em relação aos recebimentos destes recebíveis.

Destacam-se, a seguir, as principais informações referentes ao Daycoval FIDC, conforme previsto na Instrução CVM nº. 408/05:

a) Características do Daycoval FIDC:

O Daycoval FIDC é administrado pela *Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.*, tendo sido constituído sob a forma de condomínio fechado destinado a investidores qualificados nos termos da regulamentação em vigor. O Daycoval FIDC iniciou suas operações em 13 de setembro de 2006, com prazo determinado de duração de 3 anos contados a partir da primeira integralização de Cotas Seniores da 1ª série do Fundo.

b) Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo Daycoval FIDC:

O objetivo do Daycoval FIDC é proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios do segmento financeiro, oriundos de operações de crédito celebradas entre o Cedente (Banco) e seus clientes.

O Fundo buscará, mas não garantirá, atingir rentabilidade no médio e longo prazos, equivalente a 106% (cento e seis por cento) da taxa DI. O “benchmark” aplica-se às Cotas Seniores, sendo que não há “benchmark” pré-determinado para as Cotas Subordinadas.

c) Participação no patrimônio líquido e nos resultados do Daycoval FIDC:

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, e artigo 47 do Regulamento do Daycoval FIDC, a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido será de 80% e os 20% restantes de seu patrimônio líquido serão representados por cotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos cotistas mensalmente.

- d) Natureza do envolvimento do Banco com o Daycoval FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento:

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Banco, sem prejuízo do direito do cessionário (Daycoval FIDC), diretamente ou por intermédio de terceiros.

- e) Montante e natureza dos créditos, obrigações, entre o Banco e o Daycoval FIDC, ativos transferidos pelo Banco e direitos de uso sobre ativos do Daycoval FIDC:

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o Banco cedeu ao Daycoval FIDC, sem coobrigação, os montantes de R\$727.076 e de R\$99.369, respectivamente, referentes às operações de crédito. Essas operações não geraram resultados para o Banco e, portanto, em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, não existem lucros não realizados referentes às operações de crédito cedidas pelo Banco ao Daycoval FIDC.

Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas no Daycoval FIDC, o Banco reconheceu nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, receita no montante de R\$12.064 e de R\$421, respectivamente, registrada contabilmente na rubrica de "Resultado com títulos e valores mobiliários".

- f) Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o Daycoval FIDC apresentava a seguinte situação patrimonial:

<u>Ativo</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>Passivo</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Disponibilidades	5	-	Outras obrigações	203	77
Títulos públicos federais	15.667	116.478			
Operações de crédito	184.386	54.917			
Direitos creditórios	187.700	56.275			
(-) Provisão para perdas com direitos creditórios	(3.314)	(1.358)	Patrimônio líquido	204.757	172.346
			Cotas seniores	154.669	137.322
Outros créditos	4.901	1.028	Cotas subordinadas	50.088	35.024
Outros valores e bens	1	-			
Total do ativo	204.960	172.423	Total do passivo	204.960	172.423

- g) Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do Daycoval FIDC:

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do Daycoval FIDC ou de seus cotistas.

- h) Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades do Daycoval FIDC:

O Banco é o detentor da totalidade das cotas subordinadas do Daycoval FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

- a) O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor final, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
- b) As aplicações interfinanceiras de liquidez e os demais direitos, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias, cambiais e juros contratados. Quando o valor de realização de um determinado ativo for inferior ao valor registrado contabilmente, é registrada provisão para ajuste deste ativo ao seu respectivo valor de realização.
- c) As bonificações oriundas das aplicações em ações de companhias abertas são registradas na carteira de títulos e valores mobiliários apenas pelas respectivas quantidades, sem modificação do valor dos investimentos, quando as ações correspondentes são consideradas "ex-direito" na bolsa de valores.
- d) Os dividendos e os juros sobre capital próprio, oriundos das aplicações em ações de companhias abertas, são contabilizados em receita quando as ações correspondentes são consideradas "ex-direito" na bolsa de valores.
- e) Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos sendo: (i) os títulos de renda fixa, atualizados com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos de seus respectivos vencimentos; (ii) as ações, atualizadas com base na cotação média informada por Bolsa de Valores onde são mais negociadas; e (iii) as aplicações em fundos de investimento, atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores.

Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01 podendo ser classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado;
- Títulos disponíveis para venda - são os títulos e valores mobiliários os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e que a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento. Os ajustes ao valor de mercado (ganhos e perdas não realizados) são registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado quando efetivamente realizados.

- Títulos mantidos até o vencimento - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até a data de seus respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado.
- f) Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações com opções, a termo, de mercado futuro e de “swap”, e são contabilizados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02, que prevê a adoção dos seguintes critérios:
- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados ao valor de mercado na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos” no ativo ou no passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção e contabilizado como redução ou aumento do custo do ativo objeto das opções, pelo seu efetivo exercício, ou como receita ou despesa no caso de não exercício;
 - Operações de futuro - os valores dos ajustes diários são registrados ao valor de mercado na rubrica de “Negociação e intermediação de valores” no ativo ou no passivo e apropriado diariamente ao resultado como receita (quando ganhos) ou despesa (quando perdas);
 - Operações de “swap” e termo de moeda - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado ao valor de mercado na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos” no ativo ou no passivo, respectivamente e apropriado ao resultado como receita (quando ganhos) ou despesa (quando perdas);
 - Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como “hedge” - em conta de receita ou despesa, no resultado;
- Instrumentos financeiros derivativos considerados como “hedge” - são classificados como “hedge” de risco de mercado ou “hedge” de fluxo de caixa.

Os “hedges” de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de “hedge” e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado.

Os “hedges” de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado, sendo a parcela efetiva destinada a esta compensação contabilizada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzida dos efeitos tributários e qualquer outra variação em contrapartida a adequada conta de receita ou despesa, no resultado.

- g) As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando-se em consideração as experiências anteriores com os tomadores de recursos, a avaliação dos riscos desses tomadores e seus garantidores, a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 editado pelo BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “II” (risco máximo - perda).

As operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de classificação de risco, têm sua receita reconhecida somente quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H”, permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

- h) As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base “pro-rata” dia) auferidas e a provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99, quando aplicável.
- i) As despesas antecipadas referentes às comissões pagas aos correspondentes bancários são controladas por contrato e contabilizadas em contas patrimoniais ativas na rubrica de “Despesas antecipadas”. A apropriação dessas despesas ao resultado é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos respectivos contratos e registrada na rubrica “Outras despesas administrativas”.
- j) As participações em empresas controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.
- k) Outros investimentos representados pelas aplicações em incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.
- l) Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são registrados pelo custo de aquisição, exceto quanto aos imóveis de uso de empresa controlada, os quais são registrados por seu valor de custo de aquisição, acrescido dos valores referentes à reavaliação a valor de mercado. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas anuais, mencionadas na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.
- m) A amortização do ativo diferido, referente aos gastos com aquisições e desenvolvimentos logísticos, é calculada pelo método linear com base nos prazos estimados de sua utilização.
- n) As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado, são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço.

- o) A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.
- p) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre adições e exclusões temporárias. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos.
- q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 489/05 e Interpretação Técnica do Instituto dos Auditores Independentes - IBRACON nº 2/06, da seguinte forma:

- Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
 - Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
 - Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente.
- r) O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações do capital social integralizado nas datas das demonstrações financeiras.
 - s) Uso de estimativas contábeis - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (ii) amortizações de itens diferidos; (iii) e provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

Banco Daycoval S.A.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas da seguinte forma:

Aplicações em:	Banco e Consolidado			
	2007		2006	
	Vencimento	Valor	Vencimento	Valor
Mercado aberto	até 1 dia útil	1.925.353	até 1 dia útil	804.315
Depósitos interfinanceiros	(a)	56.599	(a)	28.064
Moedas estrangeiras	(b)	12.408	(b)	22.235
Total		1.994.360		854.614

(a) As aplicações em depósitos interfinanceiros possuem prazos de vencimentos até dezembro de 2008 e até dezembro de 2007, respectivamente, em 31 de dezembro de 2007 e de 2006.

(b) As aplicações em moedas estrangeiras possuem prazos de vencimento de até 2 dias úteis, em 31 de dezembro de 2007 e de 2006.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição por categoria e tipo:

Títulos disponíveis para venda	Banco			
	2007		2006	
	Custo atualizado	Valor de mercado ⁽¹⁾	Custo atualizado	Valor de mercado ⁽¹⁾
Carteira própria	224.491	224.789	83.700	84.520
Letras do tesouro nacional - LTN	82.402	82.016	23.082	23.154
Letras financeiras do tesouro - LFT	61.282	61.301	14.581	14.577
Notas do tesouro nacional - NTN	23.530	23.640	6.334	6.657
Certificados de depósitos bancários - CDB	4.034	4.033	4.570	4.571
Cotas de fundo de investimento	50.088	50.088	35.024	35.024
Ações de companhias abertas	3.155	3.711	109	537
Vinculados a compromissos de recompra	446.118	438.869	278.853	284.195
Letras do tesouro nacional - LTN	277.534	273.937	44.965	45.629
Letras financeiras do tesouro - LFT	71.451	71.474	142.729	142.694
Notas do tesouro nacional - NTN	97.133	93.458	91.159	95.872
Vinculados à prestação de garantias	72.856	72.821	85.763	87.252
Letras do tesouro nacional - LTN	14.492	14.434	69.234	70.726
Letras financeiras do tesouro - LFT	58.364	58.387	16.529	16.526
Total	743.465	736.479	448.316	455.967

Títulos disponíveis para venda	Consolidado			
	2007		2006	
	Custo atualizado	Valor de mercado ⁽¹⁾	Custo atualizado	Valor de mercado ⁽¹⁾
Carteira própria	216.048	216.342	136.958	135.334
Letras do tesouro nacional - LTN	97.953	97.563	23.082	23.154
Letras financeiras do tesouro - LFT	61.282	61.301	14.581	14.577
Notas do tesouro nacional - NTN	23.530	23.640	6.334	6.657
Títulos e valores mobiliários no exterior	18.342	18.342	84.087	81.643
Certificados de depósitos bancários - CDB	4.034	4.033	4.570	4.571
Cotas de fundo de investimento	7.460	7.460	3.907	3.907
Ações de companhias abertas	3.447	4.003	397	825
Vinculados a compromissos de recompra	446.118	438.869	278.853	284.195
Letras do tesouro nacional - LTN	277.534	273.937	44.965	45.629
Letras financeiras do tesouro - LFT	71.451	71.474	142.729	142.694
Notas do tesouro nacional - NTN	97.133	93.458	91.159	95.872
Vinculados à prestação de garantias	72.856	72.821	85.763	87.252
Letras do tesouro nacional - LTN	14.492	14.434	69.234	70.726
Letras financeiras do tesouro - LFT	58.364	58.387	16.529	16.526
Total	735.022	728.032	501.574	506.781

⁽¹⁾ O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, divulgados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANDIMA, pelos administradores dos fundos de investimento, pela Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA e por outros agentes formadores de preços no caso dos títulos e valores mobiliários adquiridos no exterior.

b) Composição por prazo de vencimento:

	Banco						
	2007						
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Títulos públicos federais	-	8.745	99.141	453.663	23.640	93.458	678.647
Letras do tesouro nacional - LTN	-	8.745	93.915	267.727	-	-	370.387
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	-	5.226	185.936	-	-	191.162
Notas do tesouro nacional - NTN	-	-	-	-	23.640	93.458	117.098
Títulos privados	3.711	4.033	-	-	-	-	7.744
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	4.033	-	-	-	-	4.033
Ações de companhias abertas	3.711	-	-	-	-	-	3.711
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	50.088	-	-	50.088
Fundo de direitos creditórios	-	-	-	50.088	-	-	50.088
Total	3.711	12.778	99.141	503.751	23.640	93.458	736.479

	2006						
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Títulos públicos federais	-	34.452	47.089	174.412	159.882	-	415.835
Letras do tesouro nacional - LTN	-	19.990	47.089	72.430	-	-	139.509
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	14.462	-	101.982	57.353	-	173.797
Notas do tesouro nacional - NTN	-	-	-	-	102.529	-	102.529
Títulos privados	537	4.571	-	-	-	-	5.108
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	4.571	-	-	-	-	4.571
Ações de companhias abertas	537	-	-	-	-	-	537
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	35.024	-	-	35.024
Fundo de direitos creditórios	-	-	-	35.024	-	-	35.024
Total	537	39.023	47.089	209.436	159.882	-	455.967

	Consolidado						Total
	2007						
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Títulos públicos federais	-	8.745	106.192	462.159	23.640	93.458	694.194
Letras do tesouro nacional - LTN	-	8.745	100.966	276.223	-	-	385.934
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	-	5.226	185.936	-	-	191.162
Notas do tesouro nacional - NTN	-	-	-	-	23.640	93.458	117.098
Títulos e valores mobiliários no exterior	12.999	1.000	682	1.346	354	1.961	18.342
Ações	907	-	-	-	-	-	907
Fundos de investimento	12.092	-	-	-	-	-	12.092
Certificado de depósitos bancários - CDB	-	907	-	-	-	744	1.651
Títulos de países	-	-	-	-	-	-	-
Brasil	-	62	-	-	-	151	213
Títulos de empresas	-	-	-	-	-	-	-
Eurobonds e semelhantes	-	31	682	1.346	354	1.066	3.479
Títulos privados	4.003	4.033	-	-	-	-	8.036
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	4.033	-	-	-	-	4.033
Ações de companhias abertas	4.003	-	-	-	-	-	4.003
Cotas de Fundos de Investimento	7.460	-	-	-	-	-	7.460
Fundos de renda fixa	7.460	-	-	-	-	-	7.460
Total	24.462	13.778	106.874	463.505	23.994	95.419	728.032

	2006						Total
	2006						
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Títulos públicos federais	-	34.184	47.089	174.680	159.882	-	415.835
Letras do tesouro nacional - LTN	-	19.722	47.089	72.698	-	-	139.509
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	14.462	-	101.982	57.353	-	173.797
Notas do tesouro nacional - NTN	-	-	-	-	102.529	-	102.529
Títulos e valores mobiliários no exterior	13.290	1.032	946	24.676	24.473	17.226	81.643
Ações	924	-	-	-	-	-	924
Fundos de investimento	12.366	-	-	-	-	-	12.366
Certificado de depósitos bancários - CDB	-	1.032	-	-	-	816	1.848
Títulos de países	-	-	-	-	-	-	-
Brasil	-	-	610	21.990	-	182	22.782
Títulos de empresas	-	-	-	-	-	-	-
Eurobonds e semelhantes	-	-	336	2.686	24.473	16.228	43.723
Títulos privados	825	4.571	-	-	-	-	5.396
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	4.571	-	-	-	-	4.571
Ações de companhias abertas	825	-	-	-	-	-	825
Cotas de Fundos de Investimento	3.907	-	-	-	-	-	3.907
Fundos de renda fixa	3.907	-	-	-	-	-	3.907
Total	18.022	39.787	48.035	199.356	184.355	17.226	506.781

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

I. Informações qualitativas

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias ou de seus clientes, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais e de compensação. As demais empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, não realizaram operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são devidamente aprovados dentro da política de utilização destes produtos. Esta política determina que, previamente à implementação de cada produto, todos os aspectos devem ser analisados, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infra-estrutura adequada para o suporte operacional.

Os componentes de risco de crédito e risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos são monitorados diariamente. São definidos limites específicos para operações com os instrumentos financeiros derivativos, para os clientes e também para as câmaras de registro e liquidação. Este limite é gerenciado através de sistema que consolida as exposições por contraparte. Eventuais irregularidades são prontamente apontadas e encaminhadas para solução imediata.

O gerenciamento de risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos segue política de riscos em vigor, que estabelece que os riscos potenciais decorrentes de flutuações de preços nos mercados financeiros sejam centralizados na área de Tesouraria, sendo esta provedora de “hedge” para as demais áreas.

a) Instrumentos financeiros derivativos:

Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são: “swaps”, futuros de dólar, de DI e DDI (cupom cambial) e termo de troca (“NDF”). A partir da vigência da Circular BACEN nº 3.082/02, pôde-se optar pela aplicação da contabilização particular nos casos em que os instrumentos derivativos são utilizados para proteção das variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa da instituição.

b) Gerenciamento de riscos:

Risco de mercado

É utilizada a metodologia do Valor em Risco - V@R, para a mensuração da exposição ao risco de mercado. Esta metodologia permite que o V@R seja aplicado de forma consistente para todos os produtos e mercados, tornando possível a comparação de riscos entre diferentes carteiras do Banco. O modelo de V@R empregado se baseia na técnica de aferição paramétrica, com horizonte de tempo de um ano e nível de confiança de 99%, sendo aplicado, no fechamento de cada dia, sobre a base de operações em aberto. Os resultados obtidos e calculados com base no modelo de V@R são revisados e aprovados diariamente pelo gerente da Área de Riscos.

Os relatórios com os resultados apurados são disponibilizados para as pessoas autorizadas a consultá-los na intranet do Banco. A eficácia do modelo é testada através de processos que indicam o grau de aderência dos resultados previamente obtidos, em comparação aos resultados efetivamente auferidos.

Com o objetivo de mensurar os possíveis efeitos decorrentes de movimentos inesperados do mercado, que não são capturados pelo V@R, são utilizadas técnicas de análise de cenários. Estas técnicas contemplam análises de cenários projetados e testes de estresses, cujo objetivo final é assegurar que o Banco, e as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, se encontram em condições de reagir a situações extremas de mercado.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. O controle de risco de liquidez é efetuado diariamente por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Banco e de suas controladas, especialmente no curto prazo. São também efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de renovação de carteiras. Em paralelo são analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último são também efetuadas análises de cenário de estresse, voltados especificamente para liquidez.

Fatores de risco

Os principais fatores de risco de mercado presentes nas demonstrações financeiras, do Banco e do Consolidado são: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial, taxa de juros vinculada aos índices IPC-A, SELIC, DI e exposição à variação cambial de moedas.

c) Política de “hedge”:

A política de “hedge” é determinada com base nos limites de exposição aos diversos riscos inerentes às operações do Banco. Sempre que estas operações gerarem exposições acima dos limites estabelecidos, o que poderia resultar em relevantes flutuações no resultado do Banco, a cobertura do risco é efetuada utilizando-se instrumentos financeiros derivativos, contratados em mercado organizado ou de balcão, observadas as regras legais para a qualificação de “hedge”, conforme estabelecido pela Circular nº 3.082 do BACEN.

Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de mercado, variação cambial e juros. Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de “hedge” são o mais próximo possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco.

Caso o objeto de “hedge” apresente pagamentos intermediários, sejam de juros ou parcelas de amortização de principal, os instrumentos financeiros derivativos também são contratados com os mesmos fluxos intermediários, quer apresentando fluxos previstos dentro da mesma operação, ou com a contratação de várias operações coincidentes com os fluxos do objeto de “hedge”.

O acompanhamento da efetividade da estrutura do “hedge”, que avalia a compensação, pelos instrumentos financeiros derivativos, dos efeitos das flutuações no preço de mercado sobre os itens objeto de “hedge”, é realizado mensalmente. A efetividade apurada para cada unidade de “hedge” está entre 80% e 125%, que se refere ao intervalo estabelecido pela Circular nº 3.082 do Banco Central do Brasil.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o Banco não possui operações com instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” de fluxo de caixa.

d) Valor de mercado:

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F. Quando aplicável, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Foram adotadas as seguintes metodologias de precificação para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos:

- Operações no mercado futuro - cotações divulgadas pela Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F;
- Contratos de “swap” e termo de moedas - utilização do fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F;

II. Informações quantitativas

Os diferenciais a receber e a pagar e os ajustes diários pagos ou recebidos referentes aos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados em contas patrimoniais de “Instrumentos financeiros derivativos” e de “Negociação e intermediação de valores” em contrapartida às respectivas contas de “Resultado com instrumentos financeiros derivativos” e, em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, estão ajustados ao seu valor de mercado e os valores nominais dessas operações registrados em contas de compensação, conforme demonstrado a seguir:

- a) Composição dos saldos registrados em contas patrimoniais de ativo e passivo, na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" e "Negociação e intermediação de valores" (Banco e Consolidado):

	2007		2006	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Ativo				
Instrumentos financeiros derivativos	19.280	2.522	9.065	9.452
Operações de "swap" - diferencial a receber	19.010	1.924	8.923	9.452
Termo de moeda a receber	270	598	142	-
Negociação e intermediação de valores				
Futuros a liquidar	3.945	-	274	-
Cupom cambial (DDI)	3.692	-	51	-
Taxa de juros (DI)	183	-	223	-
Dólar futuro (DOL)	70	-	-	-
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	2.567	133	1.320	962
Operações de "swap" - diferencial a pagar	2.148	97	1.192	962
Termo de moeda a pagar	419	36	128	-
Negociação e intermediação de valores				
Futuros a liquidar	1.217	-	2.334	-
Dólar futuro (DOI)	1.158	-	258	-
Taxa de juros (DI)	59	-	8	-
Cupom cambial (DDI)	-	-	2.068	-

- b) Contratos de "swap" (Banco e Consolidado):

	2007					
	Valor referencial	Valor de custo		Valor de mercado		Diferencial a receber (a pagar)
		Banco	Contraparte	Banco	Contraparte	
Operações ativas						
Objetivo de "trading"						
CDI x Dólar	140.765	155.078	(132.224)	155.078	(134.264)	20.814
Dólar x CDI	3.278	3.301	(3.291)	3.331	(3.291)	40
"Swap" com duplo indexador	21.700	21.866	(21.786)	21.866	(21.786)	80
Total de operações ativas	165.743	180.245	(157.301)	180.275	(159.341)	20.934
Operações passivas						
Objetivo de "trading"						
CDI x Dólar	1.971	1.988	(1.999)	1.988	(2.021)	(33)
CDI x Pré	537	731	(762)	731	(806)	(75)
Dólar x CDI	7.667	7.556	(8.027)	7.634	(8.028)	(394)
Total	10.175	10.275	(10.788)	10.353	(10.855)	(502)
Objetivo de "hedge"						
Libor x CDI	172.117	173.317	(173.628)	173.531	(175.274)	(1.743)
Total	172.117	173.317	(173.628)	173.531	(175.274)	(1.743)
Total de operações passivas	182.292	183.592	(184.416)	183.884	(186.129)	(2.245)

	2006					
	Valor referencial	Valor de custo		Valor de mercado		Diferencial a receber (a pagar)
		Banco	Contraparte	Banco	Contraparte	
Operações ativas						
Objetivo de "trading"						
CDI x Dólar	76.273	89.807	(73.746)	89.785	(73.521)	16.264
Pré x CDI	4.112	4.764	(4.508)	5.990	(4.553)	1.437
"Swap" com duplo indexador	15.633	16.022	(15.832)	16.030	(15.672)	358
Iene x Pré	4.329	4.569	(4.276)	4.570	(4.255)	315
CDI x Pré	420	502	(501)	503	(502)	1
Total de operações ativas	100.767	115.664	(98.863)	116.878	(98.503)	18.375

	2006					Diferencial a receber (a pagar)
	Valor referencial	Valor de custo		Valor de mercado		
		Banco	Contraparte	Banco	Contraparte	
Operações passivas						
Objetivo de "trading"						
Dólar x Pré	10.169	11.069	(12.394)	12.258	(14.092)	(1.834)
Pré x CDI	5.763	6.239	(6.379)	6.230	(6.391)	(161)
CDI x Pré	6.358	7.072	(7.098)	7.237	(7.342)	(105)
Dólar x CDI	4.413	4.403	(4.418)	4.364	(4.418)	(54)
Total de operações passivas	26.703	28.783	(30.289)	30.089	(32.243)	(2.154)

c) Contratos de termo de moeda (Banco e Consolidado):

2007						
Termo de moeda	Valor referencial (US\$ mil)	Valor de custo		Valor de mercado		Valores a receber (a pagar)
		Banco	Contraparte	Banco	Contraparte	
Compra a termo de moeda	6.053	11.334	(10.721)	9.868	(9.259)	609
Venda a termo de moeda	2.752	5.171	(4.874)	5.139	(4.880)	259
Total de operações ativas	8.805	16.505	(15.595)	15.007	(14.139)	868
Compra a termo de moeda	5.916	11.204	(10.450)	10.360	(10.815)	(455)
Total de operações passivas	5.916	11.204	(10.450)	10.360	(10.815)	(455)
2006						
Termo de moeda	Valor referencial (US\$ mil)	Valor de custo		Valor de mercado		Valores a receber (a pagar)
		Banco	Contraparte	Banco	Contraparte	
Venda a termo de moeda	2.780	5.935	(5.853)	5.995	(5.853)	142
Total de operações ativas	2.780	5.935	(5.853)	5.995	(5.853)	142
Compra a termo de moeda	2.780	5.853	(5.927)	5.853	(5.981)	(128)
Total de operações passivas	2.780	5.853	(5.927)	5.853	(5.981)	(128)

d) Contratos futuros (Banco e Consolidado):

Contratos	2007				
	Valor de referência			Ajustes diários	
	Valor comprado	Valor vendido	Total da exposição	a receber	a pagar
Cupom cambial (DDI)	382.201	-	382.201	3.692	-
Taxa de juros (DI)	935.164	46.819	981.983	183	(59)
Dólar futuro (DOF)	-	187.272	187.272	70	(1.158)
Total	1.317.368	234.091	1.551.456	3.945	(1.217)

Contratos	2006				
	Valor de referência			Ajustes diários	
	Valor comprado	Valor vendido	Total da exposição	a receber	a pagar
Taxa de juros (DI)	592.575	13.706	606.281	223	(8)
Cupom cambial (DDI)	386.851	17.194	404.045	51	(2.068)
Dólar futuro (DOL)	61.668	-	61.668	-	(258)
Total	1.041.094	30.900	1.071.994	274	(2.334)

e) Operações por vencimento (Banco e Consolidado):

Contratos	2007					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Futuro	608.827	298.833	448.635	193.482	1.679	1.551.456
"Swap"	71.109	84.788	191.766	372	-	348.035
Termo	11.504	4.557	11.033	460	-	27.554
Total	691.440	388.178	651.434	194.314	1.679	1.927.045

Contratos	2006					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Futuros	277.493	56.061	481.733	256.707	-	1.071.994
"Swap"	44.372	49.867	33.231	-	-	127.470
Termo	11.878	-	-	-	-	11.878
Total	333.743	105.928	514.964	256.707	-	1.211.342

f) Local de negociação (Banco e Consolidado):

	Valor de referência	
	2007	2006
Futuros -		
Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F	1.551.456	1.071.994
"Swap" -		
Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP	344.880	119.642
Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F	3.153	7.828
Termo -		
Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP	27.554	11.878

g) Margens de garantia (Banco e Consolidado):

Títulos públicos federais	2007		2006	
	Valor de		Valor de	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Letras do Tesouro Nacional - LTN	14.492	14.434	69.234	70.726
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	58.364	58.387	16.529	16.526
Total	72.856	72.821	85.763	87.252

h) Ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos:

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, os instrumentos financeiros derivativos geraram ganhos e perdas, registrados diretamente no resultado na rubrica de "Resultado com instrumentos financeiros derivativos", os quais são apresentados a seguir:

Derivativos	Banco					
	2007			2006		
	Ganho	Perda	Resultado líquido	Ganho	Perda	Resultado líquido
"Swap"	41.804	(26.444)	15.360	26.283	(11.980)	14.303
Termo de moedas	5.517	(4.869)	648	6.759	(4.256)	2.503
Mercado futuro	371.200	(455.410)	(84.210)	248.822	(286.196)	(37.374)
Opções	-	-	-	5.648	(6.833)	(1.185)
Total	418.521	(486.723)	(68.202)	287.512	(309.265)	(21.753)

Derivativos	Consolidado					
	2007			2006		
	Ganho	Perda	Resultado líquido	Ganho	Perda	Resultado líquido
"Swap"	41.804	(26.444)	15.360	27.428	(17.967)	9.461
Termo de moedas	5.517	(4.869)	648	6.759	(4.256)	2.503
Mercado futuro	371.200	(455.410)	(84.210)	248.822	(286.196)	(37.374)
Opções	-	-	-	5.648	(6.833)	(1.185)
Total	418.521	(486.723)	(68.202)	288.657	(315.252)	(26.595)

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação:

	2007			
	Banco		Consolidado	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Empréstimos	1.925.284	568.418	1.998.510	570.516
Títulos descontados	174.013	974	286.365	998
Financiamentos	187.891	250.144	187.891	250.144
Financiamentos rurais e agroindustriais	12.756	3.002	12.756	3.002
Total de operações de crédito	2.299.944	822.538	2.485.522	824.660
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC/ACE)	165.847	-	165.847	-
Total de outros créditos	165.847	-	165.847	-
Total da carteira de crédito	2.465.791	822.538	2.651.369	824.660

	2006			
	Banco		Consolidado	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Empréstimos	1.037.634	95.811	1.037.634	95.811
Títulos descontados	112.757	26	169.022	36
Financiamentos	151.261	130.783	151.261	130.783
Total de operações de crédito	1.301.652	226.620	1.357.917	226.630
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC/ACE)	54.661	-	54.661	-
Total de outros créditos	54.661	-	54.661	-
Total da carteira de crédito	1.356.313	226.620	1.412.578	226.630

b) Composição da carteira de crédito por nível de risco:

Nível de risco	2007				2006			
	Total da carteira de crédito		Provisão		Total da carteira de crédito		Provisão	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
AA	1.707	1.707	-	-	2.167	2.167	-	-
A	1.232.279	1.302.650	6.161	6.161	397.933	419.228	1.989	1.989
B	1.861.836	1.972.583	18.618	18.682	1.084.714	1.119.262	10.847	10.862
C	102.667	106.707	3.080	3.787	48.825	49.257	1.465	2.491
D	23.240	23.689	2.324	2.773	11.963	11.963	1.196	1.513
E	18.950	19.403	5.685	6.138	8.723	8.723	2.617	2.617
F	14.647	15.136	7.324	7.814	2.914	2.914	1.457	1.457
G	5.554	5.790	3.888	4.124	3.227	3.227	2.259	2.259
H	27.449	28.364	27.449	28.364	22.467	22.467	22.467	22.467
Total	3.288.329	3.476.029	74.529	77.843	1.582.933	1.639.208	44.297	45.655

c) Diversificação por setor econômico:

	2007		2006	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Sector privado:				
Indústria	724.941	833.913	406.266	444.299
Comércio	483.337	529.635	252.997	262.511
Rural	15.758	15.758	-	-
Intermediários financeiros	116.388	116.388	48.436	48.436
Outros serviços	925.937	958.367	552.490	561.218
Pessoas físicas	1.002.887	1.002.887	278.445	278.445
Sector público	19.081	19.081	44.299	44.299
Total	3.288.329	3.476.029	1.582.933	1.639.208

d) Composição por prazo de vencimento:

	2007		2006	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Operações a vencer:				
Até 3 meses	1.315.690	1.441.185	802.800	853.117
De 3 a 12 meses	1.083.563	1.127.599	518.583	519.723
De 1 a 3 anos	710.587	712.709	216.762	216.772
De 3 a 5 anos	100.769	100.769	9.776	9.776
Acima de 5 anos	11.182	11.182	82	82
Total	3.221.791	3.393.444	1.548.003	1.599.470
Operações vencidas:				
Até 60 dias	31.615	45.120	11.311	15.801
De 61 a 180 dias	26.327	27.954	9.038	9.356
De 181 a 360 dias	8.588	9.503	14.427	14.427
Mais de 360 dias	8	8	154	154
Total	66.538	82.585	34.930	39.738
Total	3.288.329	3.476.029	1.582.933	1.639.208

e) Concentração das operações de crédito:

Maiores devedores	2007			
	Banco		Consolidado	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	252.806	7,69	254.393	7,32
50 seguintes maiores devedores	558.466	16,98	560.379	16,12
100 seguintes maiores devedores	536.480	16,31	566.362	16,29
Demais devedores	1.940.577	59,02	2.094.895	60,27
Total	3.288.329	100,00	3.476.029	100,00

Maiores devedores	2006			
	Banco		Consolidado	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	158.948	10,04	190.312	11,61
50 seguintes maiores devedores	366.907	23,18	382.301	23,32
100 seguintes maiores devedores	334.652	21,14	340.930	20,80
Demais devedores	722.426	45,64	725.665	44,27
Total	1.582.933	100,00	1.639.208	100,00

8. PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, para as operações de crédito registradas nas demonstrações financeiras individuais, foi constituída conforme critérios descritos na Nota 3.g), e é considerada suficiente para absorver eventuais perdas da carteira de operações de crédito. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, a provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:

	2007	2006
Saldo inicial	44.297	29.895
Constituição de provisão	60.851	35.594
Baixa como prejuízo	(30.619)	(21.192)
Saldo final	74.529	44.297
Total classificado no ativo circulante	59.629	39.882
Total classificado no ativo não circulante realizável a longo prazo	14.900	4.415

9. OUTROS CRÉDITOS

O saldo de outros créditos está apresentado da seguinte forma:

a) Carteira de câmbio:

	Banco e Consolidado	
	2007	2006
Câmbio comprado a liquidar	200.596	53.988
Direitos sobre vendas de câmbio	25.772	22.299
(-) Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(24.619)	(10.704)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	3.523	1.064
Total	205.272	66.647

b) Diversos:

	Banco			
	2007		2006	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Adiantamentos salariais	200	-	317	-
Adiantamentos para pagamentos da nossa conta	116	-	375	-
Créditos tributários (Nota 17.c))	5.322	46.147	-	-
Imposto de renda a compensar	1.618	-	-	-
Pagamentos a ressarcir	748	-	-	595
Devedores diversos	203	-	1.205	-
Total	8.207	46.147	1.897	595

	Consolidado			
	2007		2006	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Adiantamentos salariais	200	-	317	-
Adiantamentos para pagamentos da nossa conta	116	-	375	-
Créditos tributários (Nota 17.c))	5.322	46.149	-	-
Imposto de renda a compensar	2.153	-	415	-
Pagamentos a ressarcir	748	-	-	595
Devedores diversos	203	-	1.137	-
Total	8.742	46.149	2.244	595

10. OUTROS VALORES E BENS

	Banco e Consolidado			
	2007		2006	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Bens não de uso próprio ⁽¹⁾	4.363	-	147	-
Despesas antecipadas ⁽²⁾	53.409	58.200	187	-
Total	57.772	58.200	334	-

Banco Daycoval S.A.

⁽¹⁾ Refere-se aos bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

⁽²⁾ Refere-se, substancialmente, às despesas de comissões pagas antecipadamente aos correspondentes bancários (Nota 3.1)).

11. INVESTIMENTOS

Os investimentos estão, substancialmente, representados por participações em empresas controladas e as principais informações estão apresentadas a seguir:

11.1 Empresas controladas diretamente:

	Centro Sul ⁽¹⁾	ACS Participações ⁽²⁾		Daycoval Asset Management		Dayprev ⁽³⁾
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Capital social	-	23.448	23.448	1.554	1.554	15.000
Quantidade de ações/cotas possuídas	-	101.947.448	101.947.448	14.253	14.253	14.550.000
Patrimônio líquido	-	36.585	59.153	1.755	1.659	15.459
Lucro líquido (prejuízo) do exercício/período	(4.989)	(957)	(3.289)	103	16	461
Participação %	100,00	99,99	99,99	99,99	99,99	97,00
Investimento ajustado	-	36.585	59.148	1.755	1.659	14.995
Resultado de equivalência patrimonial	(4.989)	(957)	(3.289)	103	16	446

⁽¹⁾ Em 2 de janeiro de 2006, o Banco adquiriu a totalidade das cotas da empresa Centro Sul Empreendimentos Ltda., pelo valor patrimonial de R\$1.018. Conforme alteração contratual para aumento de capital, datado de 1º de fevereiro de 2006, foram subscritas novas cotas no valor de R\$5.000 e, em 14 de fevereiro de 2006, foi firmado o protocolo e justificação da incorporação da Centro Sul Empreendimentos Ltda. pelo Banco, devidamente aprovado pela Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de fevereiro de 2006, e pelo BACEN em 15 de janeiro de 2007.

⁽²⁾ Em Reunião de Sócios, realizada em 15 de março de 2007, foi deliberada e aprovada a distribuição de lucros de exercícios anteriores, da ACS Participações Ltda. para o Banco, no montante de R\$21.677.

⁽³⁾ Em Assembleia Geral de Constituição, realizada em 16 de março de 2007, foi deliberada e aprovada a criação da Dayprev Vida e Previdência S.A., empresa com o objetivo de atuar como Sociedade Seguradora do Ramo Vida e Entidade Aberta de Previdência Complementar. O processo administrativo constitutivo foi submetido à análise da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP com aprovação datada de 11 de maio de 2007 e publicada no Diário Oficial da União em 15 de maio de 2007.

11.2 Empresas controladas indiretamente:

	Treetop Investments ^{(1) (2)}		IFP Planejamento		SCC Assessoria	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Capital social	4.727	30.487	20	20	20	20
Quantidade de ações/cotas possuídas	2.668.585	14.259.585	20.000	20.000	20.000	20.000
Patrimônio líquido	17.136	42.167	113	113	109	109
Lucro líquido do exercício	2.844	881	-	13	-	12
Participação %	100,00	100,00	99,99	99,99	99,99	99,99
Investimento ajustado	17.136	42.167	113	113	109	108
Resultado de equivalência patrimonial	2.844	881	-	13	-	12

⁽¹⁾ Em Reunião de Diretoria, realizada em 13 de março de 2007, foi deliberada e aprovada a redução de capital da Treetop Investments Ltd., controlada direta da ACS Participações Ltda., de US\$14,259,585.00 para US\$5,259,585.00.

⁽²⁾ Em Reunião de Diretoria, realizada em 15 de março de 2007, foi deliberada e aprovada a redução de capital da Treetop Investments Ltd., controlada direta da ACS Participações Ltda., de US\$5,259,585.00 para US\$2,668,585.00.

12. IMOBILIZADO DE USO

Descrição	Banco				2006
	2007				Valor
	Depreciação anual %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	líquido
Instalações	10	840	(124)	716	593
Móveis e equipamentos de uso	10	2.453	(362)	2.091	1.334
Equipamentos de comunicação	10	96	(16)	80	33
Computadores e periféricos	20	2.580	(647)	1.933	815
Equipamentos de segurança	10	301	(61)	240	258
Veículos	20	1.840	(1.400)	440	715
Total		8.110	(2.610)	5.500	3.748

Descrição	Consolidado				2006
	2007				Valor
	Depreciação anual %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	líquido
Imóveis de uso (*)	4	11.175	(4.830)	6.345	6.437
Instalações	10	840	(124)	716	593
Móveis e equipamentos de uso	10	2.453	(362)	2.091	1.352
Equipamentos de comunicação	10	96	(16)	80	55
Computadores e periféricos	20	2.580	(647)	1.933	945
Equipamentos de segurança	10	302	(62)	240	258
Veículos	20	2.530	(1.578)	952	966
Total		19.976	(7.619)	12.357	10.606

(*) Os imóveis de uso, pertencentes à controlada direta, são registrados por seu valor de custo de aquisição acrescido de valor referente à reavaliação a valor de mercado.

13. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

As captações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo e no mercado aberto são negociadas a taxas usuais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	Banco					
	2007					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos à vista	190.672	-	-	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	123.666	102.745	6.737	-	-
Depósitos a prazo	-	867.210	549.930	382.684	112.057	915
Outros depósitos	7	-	-	-	-	-
Captações no mercado aberto	-	1.514.396	-	-	-	-
Total	190.679	2.505.272	652.675	389.421	112.057	915

	2006					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
	Total					
Depósitos à vista	104.763	-	-	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	70.554	23.397	1.490	-	-
Depósitos a prazo	-	616.052	206.671	242.696	87.319	615
Outros depósitos	407	-	-	-	-	-
Captações no mercado aberto	-	572.376	-	-	-	-
Total	105.170	1.258.982	230.068	244.186	87.319	615

Consolidado						
2007						
Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos à vista	190.640	-	-	-	-	190.640
Depósitos interfinanceiros	-	123.666	102.745	6.737	-	233.148
Depósitos a prazo	-	867.210	549.930	112.057	915	1.908.063
Outros depósitos	7	-	-	-	-	7
Captações no mercado aberto	-	1.514.396	-	-	-	1.514.396
Total	190.647	2.505.272	652.675	112.057	915	3.846.254

2006						
Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos à vista	104.754	-	-	-	-	104.754
Depósitos interfinanceiros	-	70.554	23.397	1.490	-	95.441
Depósitos a prazo	-	616.052	206.671	86.256	615	1.147.972
Outros depósitos	407	-	-	-	-	407
Captações no mercado aberto	-	572.376	-	-	-	572.376
Total	105.161	1.258.982	230.068	86.256	615	1.920.950

14. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

O Banco Daycoval possui programa global de emissão de títulos privados no exterior, firmado em 14 de dezembro de 2005, cujo montante total captado é de US\$120 milhões em 31 de dezembro de 2007 e de US\$185 milhões em 31 de dezembro de 2006, registrados na rubrica de "Recursos de aceites e emissão de títulos - Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior".

O quadro a seguir apresenta as características destas captações e os respectivos saldos, em moeda local:

				2007	
Valor emitido (US\$ mil)	Taxa de juros	Data de emissão	Data de vencimento	Banco	Consolidado (R\$ mil)
120.000	7,750%	30/10/2006	30/10/2009	215.851	214.593
120.000				215.851	214.593
			<i>Total curto prazo</i>	3.295	3.277
			<i>Total longo prazo</i>	212.556	211.316

				2006	
Valor emitido (US\$ mil)	Taxa de juros	Data de emissão	Data de vencimento	Banco	Consolidado (R\$ mil)
65.000	6,875%	14/12/2005	14/12/2007	139.486	139.486
120.000	7,750%	30/10/2006	30/10/2009	260.473	258.957
185.000				399.959	398.443
			<i>Total curto prazo</i>	139.486	139.486
			<i>Total longo prazo</i>	260.473	258.957

15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	Banco					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
31 de dezembro de 2007						
Empréstimos						
Obrigações em moeda estrangeira ⁽¹⁾	124.656	79.479	-	-	-	204.135
Obrigações por empréstimos no exterior	921	4.920	167.911	35.232	17.701	226.685
Total	125.577	84.399	167.911	35.232	17.701	430.820
31 de dezembro de 2006						
Empréstimos						
Obrigações em moeda estrangeira ⁽¹⁾	50.158	12.813	421	-	-	63.392
Total	50.158	12.813	421	-	-	63.392
	Consolidado					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
31 de dezembro de 2007						
Empréstimos						
Empréstimos no país ⁽²⁾	-	134.298	-	-	-	134.298
Obrigações em moeda estrangeira ⁽¹⁾	124.656	79.479	-	-	-	204.135
Obrigações por empréstimos no exterior	921	4.920	167.911	35.232	17.701	226.685
Total	125.577	218.697	167.911	35.232	17.701	565.118
31 de dezembro de 2006						
Empréstimos						
Empréstimos no país ⁽²⁾	-	19.893	-	-	-	19.893
Obrigações em moeda estrangeira ⁽¹⁾	50.158	12.813	421	-	-	63.392
Obrigações por empréstimos no exterior	37.954	-	-	-	-	37.954
Total	88.112	32.706	421	-	-	121.239

⁽¹⁾ O saldo de Obrigações em moeda estrangeira, refere-se às captações para operações comerciais de câmbio, relativas a financiamentos à exportação e importação.

⁽²⁾ O saldo de Empréstimos no país, incluído nas demonstrações financeiras consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, refere-se ao valor das cotas seniores, deduzido do valor mantido pelo Banco no Daycoval FIDC, representado pelo valor das cotas subordinadas.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Carteira de câmbio:

	Banco e Consolidado	
	2007	2006
Câmbio vendido a liquidar	25.274	22.178
(-) Importação financiada - câmbio contratado	(82)	-
Obrigações por compras de câmbio	205.448	54.468
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(162.248)	(53.595)
Encargos a pagar sobre adiantamentos recebidos	153	45
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	6	-
Total	68.551	23.096

b) Sociais e estatutárias:

	Banco	Consolidado
	2007	2006
Dividendos e bonificações a pagar (Nota 19.e)) ^(*)	37.568	37.568
Programa de participações nos resultados (Nota 22)	8.508	8.580
Total	46.076	46.148

^(*) Os dividendos e bonificações, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, montaram R\$28.400 sendo pagos no próprio exercício.

c) Fiscais e previdenciárias:

	Banco			
	2007		2006	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	62.208	-	29.105	-
Provisão para contribuição social sobre o lucro	20.685	-	8.894	-
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	(25.211)	-	(14.351)	-
Impostos e contribuições a recolher	4.611	-	6.263	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos ^(*) - (Nota 17.c))	2.384	15.563	2.919	-
Obrigações legais - (Nota 18.b))	-	153.762	-	114.980
Total	64.677	169.325	32.830	114.980

	Consolidado			
	2007		2006	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	62.248	-	29.266	-
Provisão para contribuição social sobre o lucro	20.739	-	8.963	-
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	(25.211)	-	(14.485)	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação de bens	1.030	-	1.097	-
Impostos e contribuições a recolher	4.656	-	6.286	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos ^(*) - (Nota 17.c))	2.385	15.563	2.919	-
Obrigações legais - (Nota 18.b))	-	153.762	-	114.980
Total	65.847	169.325	34.046	114.980

^(*) Constituídos em decorrência do ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, conforme determinam as Circulares BACEN n.ºs. 3.068/01 e 3.082/02, sendo a realização desta provisão condicionada à baixa e/ou liquidação dos respectivos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos.

d) Diversas:

	Banco				Consolidado			
	2007		2006		2007		2006	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Cheques administrativos	1.124	-	472	-	1.124	-	472	-
Provisão para pagamentos a efetuar	10.185	-	7.000	-	10.454	-	7.077	-
Provisão para passivos contingentes (Nota 18.b))	-	1.755	-	356	-	1.755	-	356
Credores diversos	17.129	-	16.163	-	17.132	-	16.166	-
Total	28.438	1.755	23.635	356	28.710	1.755	23.715	356

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social:

	Banco		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Resultado deduzido dos juros sobre o capital próprio, antes do imposto de renda e da contribuição social	201.656	94.681	201.493	95.464
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.	(68.563)	(32.191)	(68.508)	(32.458)
Adições:				
Resultados de participações em controladas	(139)	(2.809)	-	-
Ajustes de instrumentos financeiros derivativos	(8.707)	-	(8.707)	(14.278)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.689)	(12.102)	(20.689)	(12.102)
Despesas não-dedutíveis	(4.237)	-	(4.460)	(30)
Outras	(4.748)	(4.502)	(5.781)	(7.796)
Exclusões:				
Ajustes de instrumentos financeiros derivativos	6.777	1.661	6.777	15.939
Perdas em operações de crédito	15.785	11.944	15.785	11.944
Receitas não-tributáveis	1.624	-	1.625	-
Outras	3	-	828	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(82.894)	(37.999)	(83.130)	(38.781)

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre adições e exclusões temporárias (ativo e passivo):

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.059/02, alterada pela Resolução nº 3.355/06, ambas do Banco Central do Brasil e pela Instrução nº 371/02 da Comissão de Valores Mobiliários, o reconhecimento contábil dos ativos e passivos fiscais diferidos ("créditos tributários" e "obrigações fiscais diferidas") decorrentes de diferenças temporárias, deve atender, de forma cumulativa, as seguintes condições: (i) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

c) Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidos:

Créditos tributários:	2006	Constituição	Realização	2007
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para contingências fiscais	-	28.312	-	28.312
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	20.847	(15.785)	5.062
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	15.739	(14)	15.725
Outras adições temporárias	-	2.370	-	2.370
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	-	67.268	(15.799)	51.469
Obrigações fiscais diferidas:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.919	1.866	(1.053)	3.732
Resultados com instrumentos financeiros derivativos não realizados	-	13.943	-	13.943
Outros	-	272	-	272
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	2.919	16.081	(1.053)	17.947

d) Previsão de realização dos créditos tributários:

A realização dos créditos tributários é estimada da seguinte forma: (i) sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa, até o final do exercício de 2009; (ii) sobre o ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, no momento das respectivas realizações destas operações, com previsão de ocorrer até o final do exercício de 2014. Quanto às provisões para contingências, a realização depende da finalização dos processos a que se referem.

O valor presente do total de créditos tributários constituído é de R\$32.663, e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias, descontadas pela taxa média de captação do Banco, projetada para os períodos correspondentes.

As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável, incluem a consideração de premissas macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, estimativa de novas operações financeiras, entre outras, e que podem variar em relação a dados e valores efetivos.

18. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

- Ativos contingentes - nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 o Banco não reconheceu ativos contingentes.
- Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias.

O Banco é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na nota explicativa 3.q). A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

Provisões constituídas e as respectivas movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Obrigações legais - Riscos fiscais ^(b.1)	153.762	114.980
Processos trabalhistas	157	256
Processos cíveis	1.598	100
Total	<u>155.517</u>	<u>115.336</u>

	<u>Fiscais</u>		<u>Trabalhista</u>		<u>Cíveis</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Saldo no início do exercício	114.980	88.061	256	-	100	-
Atualização monetária	10.180	9.749	-	-	-	-
Constituição (Reversão)	28.602	17.170	(99)	256	1.498	100
Saldo ao final do exercício	<u>153.762</u>	<u>114.980</u>	<u>157</u>	<u>256</u>	<u>1.598</u>	<u>100</u>

b.1) O Banco vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de alguns tributos e contribuições e os valores envolvidos estão integralmente provisionados e atualizados.

Os principais questionamentos são:

IRPJ: visa deduzir os valores apurados de CSLL da base de cálculo do IRPJ e questiona o efeito da extinção da correção monetária de balanço;

CSLL: questiona o efeito da extinção da correção monetária de balanço, contesta a exigência de alíquota diferenciada e visa o reconhecimento dos juros sobre capital próprio como despesa dedutível no exercício de 1996;

COFINS: questiona a aplicação da Lei nº 9.718/98; e

PIS: questiona a aplicação da Lei nº 9.718/98 e a exigência pela fiscalização de apuração da base de cálculo do PIS em desacordo com as Emendas Constitucionais nº 01/94, 10/96 e 17/97.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:

Não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos de natureza cível e trabalhista. As ações cíveis referem-se, principalmente, a pedidos de indenizações por danos morais e materiais que, em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, montam o risco aproximado de R\$5.056 e de R\$900, respectivamente. As ações trabalhistas, em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, montam risco aproximado de R\$1.494 e de R\$87, aproximadamente.

Não existem em curso processos administrativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas, que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco ou das empresas integrantes do Consolidado.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 4 de maio de 2007, foi deliberada e aprovada, dentre outros temas, a admissão dos valores mobiliários de emissão do Banco à negociação na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), bem como a listagem das ações de sua emissão no segmento especial de práticas diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1 da Bovespa.

a) Capital social:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, do Banco Daycoval é composto por ações ordinárias e preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 4 de maio de 2007, foi deliberado e aprovado capital social autorizado até o limite de R\$1.200.000.

b) Composição do capital social em ações:

	Quantidade de ações	
	2007	2006
Ações ordinárias	142.418.179	1.660.826
Ações preferenciais	80.215.333	1.660.826
Total de ações	222.633.512	3.321.652

c) Movimentação do capital social em ações:

	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2006	1.660.826	1.660.826	3.321.652
Emissão de ações mediante aumento do capital social ⁽¹⁾	14.682	14.682	29.364
Quantidade de ações anterior ao desdobramento	1.675.508	1.675.508	3.351.016
Desdobramento e nova quantidade de ações ⁽²⁾	83.775.400	83.775.400	167.550.800
Conversão de ações preferenciais em ordinárias ⁽³⁾	58.642.779	(58.642.779)	-
Emissão de ações mediante oferta pública primária de ações ⁽⁴⁾	-	55.082.712	55.082.712
Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2007	142.418.179	80.215.333	222.633.512

⁽¹⁾ Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 8 de março de 2007, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social mediante emissão de 29.364 ações, sendo 14.682 ordinárias e 14.682 preferenciais, todas sem valor nominal.

⁽²⁾ Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 9 de março de 2007, foi deliberado e aprovado o desdobramento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais, de forma que cada ação existente foi substituída por cinquenta novas ações. Desta forma, o capital social passou a ser dividido em 83.775.400 ações ordinárias e 83.775.400 ações preferenciais.

⁽³⁾ Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 4 de maio de 2007, foi deliberada e aprovada a criação de 58.642.779 ações ordinárias, mediante a conversão da mesma quantidade de ações preferenciais. Desta forma, o capital social passou a ser dividido em 142.418.179 ações ordinárias e 25.132.621 ações preferenciais.

⁽⁴⁾ Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 21 de junho de 2007, foi deliberada e aprovada a emissão de 55.082.712 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

d) Aumentos do capital social:

- Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2005, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R\$8.996. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 10 de janeiro de 2006.
- Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2006, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R\$8.656. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 12 de janeiro de 2007.
- Na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 8 de março de 2007, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social em R\$3.897, passando de R\$188.561 para R\$192.458. Este aumento foi aprovado pelo BACEN em 16 de março de 2007.
- Na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 9 de março de 2007, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social de R\$192.458 para R\$422.737, sem a emissão de quantidade de ações correspondentes, mediante a incorporação de reservas no montante de R\$230.279, representado da seguinte forma: (i) reservas de capital - R\$453; (ii) reservas de lucros - R\$20.573; e (iii) lucros acumulados de exercícios anteriores - R\$209.253. Este aumento foi aprovado pelo BACEN em 27 de março de 2007.
- Na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 21 de junho de 2007, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de 55.082.712 ações preferenciais, no âmbito da realização da Oferta de Distribuição Pública Primária de Ações;
- Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2007, foi deliberado e aprovado o preço de R\$17,00 por ação preferencial, mencionada no item anterior, fixado com base no resultado do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento "*Bookbuilding*". Desta forma, o capital social passou de R\$422.737 para R\$1.359.143, com recursos oriundos da oferta de distribuição pública primária de ações preferenciais no montante de R\$936.406. Este aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 28 de junho de 2007.

e) Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos:

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que somados, correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros.

O cálculo dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, está demonstrado a seguir:

	2007	% ^(*)
Lucro líquido do exercício	206.017	
(-) Reserva legal	(10.301)	
Base de cálculo ajustada	195.716	
Valor bruto dos juros sobre o capital próprio	55.791	
(-) Imposto de renda retido na fonte relativo aos juros sobre capital próprio	(8.124)	
Valor líquido dos juros sobre capital próprio no exercício de 2007	47.667	
Dividendos complementares propostos	1.262	
Valor líquido dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos no exercício de 2007	48.929	25,00%
Valor líquido dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos no exercício de 2006	24.140	29,87%

(*) Refere-se ao percentual relativo à soma do valor líquido dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos sobre a base de cálculo ajustada em cada exercício.

Foram pagos ou provisionados dividendos e juros sobre capital próprio conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Valor bruto por ação		Valor pago ou provisionado bruto	IRRF	Valor pago ou provisionado líquido
	ON	PN			
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	1,3800 ⁽²⁾	1,3800 ⁽³⁾	4.586	(638)	3.898
Juros sobre o capital próprio ⁽²⁾	0,0524 ⁽⁴⁾	0,0524 ⁽⁴⁾	8.780	(1.317)	7.463
Total pago ou provisionado no 1º semestre			13.366	(2.005)	11.361
Juros sobre o capital próprio	0,19056 ⁽³⁾	0,19056 ⁽³⁾	42.425	(6.119)	36.306
Dividendos	0,00567 ⁽⁴⁾	0,00567 ⁽⁴⁾	1.262	-	1.262
Total pago ou provisionado no 2º semestre			43.687	(6.119)	37.568
Total pago ou provisionado em 2007			57.053	(8.124)	48.929

⁽¹⁾ Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 7 de março de 2007, foi deliberado e aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$4.586, cujo pagamento foi realizado em 7 de março de 2007.

⁽²⁾ Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de junho de 2007, foi deliberado e aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$8.780, cujo pagamento foi realizado na mesma data.

⁽³⁾ Valor dos juros sobre o capital próprio calculado com base em 3.321.652 ações, quantidade esta anterior ao desdobramento da quantidade de ações e à oferta pública inicial de ações.

⁽⁴⁾ Valor dos juros sobre o capital próprio calculado com base em 167.550.800 ações, quantidade esta posterior ao desdobramento da quantidade de ações e anterior à oferta pública inicial de ações.

⁽⁵⁾ Em 19 de dezembro de 2007, foi aprovado pela Diretoria e ratificado pelo Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral de Acionistas, o pagamento complementar a título de remuneração sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2007, de juros no montante de R\$42.425. Conforme aviso aos acionistas, o pagamento ocorreu em 10 de janeiro de 2008.

⁽⁶⁾ Dividendos complementares provisionados em 31 de dezembro de 2007, conforme disposição estatutária sobre dividendo mínimo obrigatório.

f) Reservas de reavaliação e de lucros

	2007	2006
Reservas de reavaliação ⁽¹⁾	2.071	2.199
Reservas de lucros	160.838	32.252
Reserva legal ⁽²⁾	10.301	20.573
Reserva de lucros a realizar ⁽³⁾	12.409	11.679
Reservas estatutárias ⁽⁴⁾	138.128	-

⁽¹⁾ Refere-se à reavaliação de bens imóveis de empresa controlada, sendo reconhecido no resultado em função do decorrer do prazo de vida útil do bem reavaliado.

⁽²⁾ Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, conforme legislação vigente.

⁽³⁾ Reserva constituída referente ao lucro líquido da empresa Treetop Investments Ltd., controlada indiretamente.

⁽⁴⁾ Reserva constituída por proposta da Administração conforme disposição estatutária.

20. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

a) Outras despesas administrativas:

	Banco		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Despesas de água, energia e gás	673	631	673	632
Despesas de alugueis e seguros	5.468	1.568	5.468	1.578
Despesas de comunicações	2.052	1.335	2.054	1.337
Despesas de contribuições	2.026	1.629	2.026	1.736
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.242	1.730	1.286	1.818
Despesas com materiais	1.315	731	1.315	731
Despesas de processamento de dados	5.004	2.340	5.004	2.340
Despesas de promoções, propaganda e publicações	4.948	8.147	4.948	8.147
Despesas com serviços de terceiros, técnicos e especializados ⁽¹⁾	78.386	48.163	78.583	48.168
Despesas de depreciação e amortização	1.000	675	1.601	1.232
Outras despesas administrativas	6.956	3.915	7.114	4.215
Total	109.070	70.864	110.072	71.934

⁽¹⁾ Em 2007 inclui o valor de R\$37.947 referentes a custo com a realização da Oferta Pública Primária de Ações Preferenciais.

b) Outras receitas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Varição cambial sobre operações passivas	68.483	22.913	68.485	24.655
Atualização de depósitos judiciais	4.780	4.700	4.787	4.704
Outras receitas operacionais	1.102	828	3.031	1.170
Recuperação de encargos e despesas	2.453	448	2.453	448
Total	76.818	28.889	78.756	30.977

c) Outras despesas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Atualização monetária de tributos	10.494	9.356	10.494	9.361
Variação cambial	-	-	4.010	6.025
Despesas com juros	27	-	31	2.113
Outras despesas operacionais	3.530	7.123	3.815	7.123
Total	14.051	16.479	18.350	24.622

21. LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILÉIA

Na Resolução CMN nº 2.099/94 foi estabelecida a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado com o grau de risco da estrutura de ativos. Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o patrimônio líquido do Banco excedeu em 225,78% e em 85,60%, respectivamente, o patrimônio líquido mínimo exigido pelo BACEN, estando, dessa forma, compatível com a estrutura de ativos do Banco. O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 é de 35,84% e de 20,42%, respectivamente.

O quadro a seguir demonstra a composição dos ativos ponderados pelo risco:

	2007	2006
Fator de ponderação de risco		
Risco reduzido - 20%	3.424	7.404
Risco reduzido - 50%	168.404	62.087
Risco normal - 100%	3.398.163	1.660.332
Risco normal - 300% (créditos tributários)	154.406	-
Total dos ativos ponderados pelo risco	3.724.397	1.729.823
11% dos ativos ponderados pelo risco	409.684	190.280
20% do risco de crédito das operações de "swap"	1.459	927
Risco de mercado - exposição cambial	13.525	26.350
Risco de mercado - taxa prefixada	41.142	18.304
Patrimônio líquido mínimo exigido	465.810	235.861
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	1.517.493	437.767

22. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

O Banco implantou em setembro de 2007 Programa de Participação nos Resultados (PPR) para todos os funcionários. Este programa foi elaborado em parceria com o Sindicato dos Bancários, e está baseado em metas de desempenho avaliadas anualmente, utilizando critérios de acordo com o programa de Avaliação de Desempenho 360°.

23. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os administradores do Banco são remunerados através de "Pró-Labore". Tais valores foram registrados na rubrica de "Despesas de pessoal - Honorários da diretoria" e, em 31 de dezembro de 2007 e 2006, montam R\$328 e R\$199 respectivamente.

24. GARANTIAS E FIANÇAS PRESTADAS E RESPONSABILIDADES COM TERCEIROS (BANCO E CONSOLIDADO)

As garantias e fianças bancárias prestadas e responsabilidades assumidas com terceiros, em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, montam o valor de R\$97.859 e de R\$40.474, e estão sujeitas a encargos financeiros e contra-garantias dadas pelos beneficiários. Não são esperadas perdas com essas operações.

O quadro a seguir, apresenta as garantias e fianças bancárias prestadas e responsabilidades assumidas com terceiros, registradas em contas de compensação, em 31 de dezembro de 2007 e de 2006:

	Banco e Consolidado			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
31 de dezembro de 2007	67.116	25.106	5.637	97.859
31 de dezembro de 2006	20.833	19.636	5	40.474

O Banco não garante qualquer operação de empresas controladas, direta e indiretamente, de seus administradores ou de seus familiares.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As empresas controladas, direta e indiretamente, e os acionistas do Banco, realizam transações, com o próprio Banco, em condições usuais de mercado. Estas operações são contratadas a taxas compatíveis às taxas praticadas pelo mercado vigentes nas datas das operações, assim como nas datas de suas respectivas liquidações.

O quadro a seguir, demonstra as transações do Banco com suas respectivas partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2007 e de 2006:

Transações	2007		2006	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Depósitos à vista	(186)	-	(73)	-
Controlador	(8)	-	-	-
Daycoval Holding Financeira S.A.	(8)	-	-	-
Controladas diretas	(32)	-	(8)	-
ACS Participações Ltda.	(5)	-	(5)	-
Daycoval Asset Management Ltda.	(15)	-	(3)	-
Dayprev Vida e Previdência S.A.	(12)	-	-	-
Outras empresas coligadas	(7)	-	(5)	-
Daycoval Cobr. A. Serv. Ltda.	(2)	-	(2)	-
Daycoval Fomento Comercial Ltda.	(1)	-	-	-
Paratei Agropecuária e Imob. Ltda.	(3)	-	(1)	-
Valco Admin. Part. e Repres. Ltda.	(1)	-	(2)	-
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(139)	-	(60)	-

Transações	2007		2006	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Depósitos a prazo	(86.186)	(6.299)	(33.861)	(2.895)
Controladas diretas	(4.734)	(587)	(5.382)	(501)
ACS Participações Ltda.	(3.656)	(423)	(3.962)	(362)
Daycoval Asset Management Ltda.	(1.078)	(164)	(1.420)	(139)
Outras empresas coligadas	(408)	(47)	(394)	(50)
Daycoval Fomento Comercial Ltda.	(336)	(37)	(326)	(40)
Paratei Agropecuária e Imob. Ltda.	(72)	(10)	(68)	(10)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(81.044)	(5.665)	(28.085)	(2.344)
Derivativos - diferencial a receber	12.058	4.800	7.213	2.340
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	12.058	4.800	7.213	2.340
Obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no exterior	(1.258)	(108)	(1.526)	(51)
Controladas diretas	(180)	(21)	(217)	(34)
ACS Participações Ltda.	(180)	(21)	(217)	(34)
Controladas indiretas	(1.078)	(87)	(1.309)	(17)
Treetop Investments Ltd.	(1.078)	(87)	(1.309)	(17)
Cotas subordinadas (nota 5.b))	50.088	12.064	35.024	421
Outras partes relacionadas - pessoa jurídica	50.088	12.064	35.024	421
Daycoval FIDC	50.088	12.064	35.024	421

O quadro a seguir, apresenta as taxas de remuneração e os respectivos prazos das transações do Banco com suas respectivas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2007:

Descrição	Taxa de remuneração	Ativo (Passivo)					Total
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Depósitos a prazo		-	(36)	(20.396)	(65.754)	-	(86.186)
Controladas diretas		-	-	(4.734)	-	-	(4.734)
ACS Participações Ltda.	103% CDI	-	-	(3.656)	-	-	(3.656)
Daycoval Asset Management Ltda.	103% CDI	-	-	(1.078)	-	-	(1.078)
Outras empresas coligadas		-	-	(408)	-	-	(408)
Daycoval Fomento Comercial Ltda.	103% CDI	-	-	(336)	-	-	(336)
Paratei Agropecuária e Imob. Ltda.	103% CDI	-	-	(72)	-	-	(72)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	103% CDI	-	(36)	(15.254)	(65.754)	-	(81.044)
Derivativos (diferencial a receber)		12.058	-	-	-	-	12.058
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	100% CDI x Dólar 7,5% a.a.	12.058	-	-	-	-	12.058
Obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no exterior		-	(18)	(1.240)	-	-	(1.258)
Controladas diretas		-	(3)	(177)	-	-	(180)
ACS Participações Ltda.	7,75% a.a.	-	(3)	(177)	-	-	(180)
Controladas indiretas		-	(15)	(1.063)	-	-	(1.078)
Treetop Investments Ltd.	7,75% a.a.	-	(15)	(1.063)	-	-	(1.078)
Cotas subordinadas (5.b))		-	-	50.088	-	-	50.088
Outras partes relacionadas - pessoa jurídica		-	-	50.088	-	-	50.088
Daycoval FIDC	106% CDI	-	-	50.088	-	-	50.088

Nos termos da legislação brasileira, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos ou garantir operações de seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. Desta forma, o Banco Daycoval não concede empréstimos ou adiantamentos, nem garante qualquer operação de empresas controladas, direta e indiretamente, de seus administradores ou seus familiares.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Administração de recursos de terceiros - A Daycoval Asset Management é responsável pela administração de recursos de terceiros através de fundos de investimentos, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, totalizavam R\$241.205 e R\$131.926, respectivamente.
- b) O Banco e suas controladas, mesmo submetidos a reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, têm como política segurar seus valores e bens, em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.
- c) Relacionamento com os Auditores: em conformidade com a Instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada, para auditoria das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, não prestou outros serviços ao Banco que não fosse o de auditoria externa. Nossa política de contratação de serviços técnicos e profissionais de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) A Medida Provisória nº 413, editada em 3 de janeiro de 2008, visa, dentre outras medidas, alterar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das entidades de seguros privados, de capitalização e de instituições financeiras, sendo estas caracterizadas conforme incisos I a XII do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei Complementar 105/01, de 9% para 15% que entrará em vigor, conforme referida Medida Provisória, a partir de maio de 2008 se tornando efetiva quando de sua aprovação pelo Poder Legislativo, fato este que até a data de publicação destas demonstrações financeiras não havia ocorrido. Desta forma, os ativos e passivos fiscais diferidos, registrados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2007, foram constituídos de acordo com o percentual definido na legislação vigente naquela data.

- b) Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, com vigência a partir de janeiro de 2008, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976).

A referida Lei tem por objetivo, eliminar certas barreiras regulatórias que impedem a inserção total das companhias abertas brasileiras no processo de convergência para os padrões contábeis internacionais, aumentar a transparência das demonstrações financeiras como um todo e possibilitar à Comissão de Valores Mobiliários - CVM divulgar novas normas e procedimentos contábeis em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Algumas alterações previstas pela nova Lei, devem ser aplicadas a partir do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2008 e outras dependem de normatização específica.

Em razão das alterações previstas pela Lei 11.638/07 terem sido promulgadas recentemente, e parte delas depender de normatização específica, a Administração do Banco ainda não avaliou todos os impactos que as alterações sugeridas pela nova Lei poderiam ter nas demonstrações financeiras e nos resultados dos próximos exercícios, porém, estima que tais impactos não sejam relevantes.

- c) Conforme publicado pelo Diário Oficial da União, de 21 de janeiro de 2008, o Banco foi autorizado pelo Banco Central do Brasil, por meio do Departamento de Organização do Sistema Financeiro - DEORF, a instalar agência no exterior em Grand Cayman, Cayman Islands.

28. DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	206.017	85.082	206.017	85.082
Ajustes de reconciliação entre o lucro líquido do exercício e o caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades operacionais				
Provisão para perdas em incentivos fiscais	-	43	-	43
Depreciações e amortizações	1.000	675	1.601	1.232
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(9.662)	6.663	(9.662)	6.663
Resultado de participações em controladas e coligadas	408	8.262	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre reserva de reavaliação	67	67	67	67
Atualização de títulos patrimoniais	54	36	54	36
Total dos ajustes de reconciliação	(8.133)	15.746	(7.940)	8.041
Lucro líquido ajustado do exercício	197.884	100.828	198.077	93.123
Variação de ativos e obrigações	(3.178.378)	(795.107)	(3.248.590)	(835.167)
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.139.746)	(70.363)	(1.139.746)	(70.363)
Aumento em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(283.379)	(188.877)	(224.118)	(173.634)
Aumento em relações interfinanceiras e interdependências	(57.512)	(351)	(57.512)	(351)
Aumento em operações de crédito	(1.563.978)	(550.660)	(1.693.447)	(605.577)
Aumento em outros créditos	(210.532)	(56.790)	(210.754)	(56.674)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(115.638)	181	(115.638)	181
Aumento em outras obrigações	183.005	70.012	183.223	69.510
Aumento em resultados de exercícios futuros	9.402	1.743	9.402	1.743
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	(2.980.518)	(694.279)	(3.050.537)	(742.044)
Atividades de investimento				
Alienação de imobilizado de uso	-	59	137	59
Alienação de investimentos	22.325	1.027	651	-
Aquisição de investimentos	(14.812)	(9.572)	(235)	(36)
Aquisição de imobilizado de uso	(2.768)	(1.536)	(3.450)	(1.756)
Aplicações no diferido	(58)	(114)	(58)	(114)
Caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades de investimento	4.687	(10.136)	(2.955)	(1.847)
Atividades de financiamento				
Aumento em depósitos	982.659	418.528	983.284	418.996
Aumento em captações no mercado aberto	942.020	136.678	942.020	136.678
Aumento (Redução) em recursos de aceites cambiais e emissão de títulos	(184.108)	141.683	(183.850)	145.564
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	367.428	43.018	443.879	77.976
Juros sobre capital próprio/dividendos pagos e/ou provisionados	(57.053)	(28.400)	(57.053)	(28.400)
Aumento de capital	940.303	8.656	940.303	8.656
Variação na participação de minoritários	-	-	157	-
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamento	2.991.249	720.163	3.069.040	759.470
Aumento líquido em disponibilidades	15.442	15.748	15.572	15.579
Disponibilidades no início do exercício	33.975	18.227	34.017	18.438
Disponibilidades no final do exercício	49.417	33.975	49.589	34.017
Aumento líquido em disponibilidades	15.442	15.748	15.572	15.579

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

Banco Daycoval S. A. – Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2005 e 2004

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

Banco Daycoval S.A.

*Demonstrações Financeiras
do Banco e do Consolidado
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2006, 2005 e 2004 e
Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À Administração e aos Acionistas do
Banco Daycoval S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais individuais do Banco e consolidados do Banco Daycoval S.A., suas controladas e entidade de propósito específico representada pelo fundo de investimento em direitos creditórios, levantados em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (Controlador) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco e das controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco e das controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco e consolidada do Banco Daycoval S.A. em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 5 de abril de 2007

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Clodomir Félix Fialho Cachem Junior
Contador
CRC nº 1 RJ 072947/O-2 “S” SP

BANCO DAYCOVAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO BANCO E DO CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2006, 2005 E 2004
(Em milhares de reais-R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Daycoval S.A. está organizado sob a forma de Banco Múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comercial, de câmbio, de investimento e de crédito e financiamento e através das suas subsidiárias diretas e indiretas, atuando na administração de recursos de terceiros e prestação de serviços.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco Daycoval S.A. ("Banco") e as demonstrações financeiras consolidadas ("Consolidado") foram preparadas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, critérios estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF do Banco Central do Brasil - BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN e normativos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Para melhor comparabilidade das demonstrações financeiras, foram efetuadas reclassificações nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004, as quais estão demonstradas a seguir:

Rubrica contábil	2005		
	Saldos anteriores	Montante das reclassificações	Saldos reclassificados
Ativo circulante	1.967.125	(36.069)	1.931.056
Outros créditos	59.785	(36.069)	23.716
Diversos	37.975	(36.069)	1.906
Ativo realizável a longo prazo	121.770	36.069	157.839
Outros créditos	-	36.069	36.069
Devedores por depósitos em garantia	-	36.069	36.069
Passivo circulante	1.407.700	(45.595)	1.362.105
Instrumentos financeiros derivativos	7.513	(199)	7.314
Fiscais e previdenciárias	53.108	(45.396)	7.712
Passivo exigível a longo prazo	379.711	45.595	425.306
Instrumentos financeiros derivativos	-	199	199
Fiscais e previdenciárias	42.665	45.396	88.061
Despesas da intermediação financeira	(140.581)	(18.400)	(158.981)
Operações de captação no mercado	(123.169)	(11.894)	(135.063)
Operações de empréstimos e repasses	(867)	(6.506)	(7.373)
Outras receitas (despesas) operacionais	(76.966)	18.400	(58.566)
Outras receitas operacionais	7.461	18.400	25.861

10

2004

<u>Rubrica contábil</u>	<u>Saldos antere s</u>	<u>Montante das reclassificação s</u>	<u>Saldos reclassificado s</u>
Passivo circulante	609.874	(31.293)	578.581
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	265	265
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	265	265
Outras obrigações	68.637	(31.558)	37.079
Fiscais e previdenciárias	41.856	(31.558)	10.298
Passivo exigível a longo prazo	267.667	31.293	298.960
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	119.448	119.448
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	119.448	119.448
Obrigações por empréstimos e repasses	119.713	(119.713)	-
Empréstimos no exterior	119.713	(119.713)	-
Outras obrigações	32.680	31.558	64.238
Fiscais e previdenciárias	32.680	31.558	64.238
Despesas de operações de captação no mercado	(96.153)	(1.422)	(97.575)
Despesas de operações de empréstimos e repasses	(1.018)	1.422	404

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam as demonstrações financeiras individuais das seguintes empresas:

- Banco Daycoval S.A. (“Banco”);
- Controladas Diretas - ACS Participações Ltda. (“ACS”) e Daycoval Asset Management Administração de Recursos Ltda. (“Daycoval Asset Management”);
- Controladas indiretas através da ACS - Treetop Investment Ltd. (“Treetop”), IFP Planejamento e Consultoria em Informática (“IFP”) e SCC Assessoria em Cadastro e Cobrança Ltda. (“SCC”) e;
- Daycoval Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“Daycoval FIDC”).

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas foram eliminados, sendo que as demonstrações financeiras da controlada indireta no exterior tiveram seus critérios contábeis adaptados às práticas contábeis adotadas no Brasil e convertidas para reais.

No processo de consolidação do Daycoval FIDC, o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de operações de crédito do Banco, com o correspondente registro do financiamento, na rubrica de “Obrigações por Empréstimos e Repasses - Empréstimos no País - Outras Instituições”, líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representado pelas cotas subordinadas mantidas pelo Banco no Daycoval FIDC.

Adicionalmente, foi registrado na rubrica de “Operações de Crédito”, na demonstração do resultado, as rendas oriundas de direitos creditórios apropriados pelo “Daycoval FIDC”, como também o custo do financiamento na rubrica de “Operações de captação no mercado”. A receita auferida pelo Banco referente à valorização de suas cotas mantidas no Fundo, originalmente registrada na rubrica de “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, foi reclassificada para a rubrica de “Operações de crédito”, com o objetivo de refletirem, nas demonstrações financeiras consolidadas, a essência desta operação.

Em 31 de dezembro de 2006, não existem lucros não realizados referentes às operações de crédito cedidas pelo Banco ao Daycoval FIDC.

- a) Em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004, as empresas controladas (direta e indiretamente) incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, apresentavam, resumidamente, a seguintes situações patrimoniais:

<u>ACS</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Ativo			
Circulante	3.769	2.002	1.994
Realizável a longo prazo	7.306	3.417	3.813
Permanente	<u>49.282</u>	<u>55.962</u>	<u>63.654</u>
Total do ativo	<u>60.357</u>	<u>61.381</u>	<u>69.461</u>
Passivo			
Circulante	1.204	1.749	1.717
Patrimônio líquido	<u>59.153</u>	<u>59.632</u>	<u>67.744</u>
Total do passivo	<u>60.357</u>	<u>61.381</u>	<u>69.461</u>
Demonstração do Resultado			
Outras receitas (despesas) operacionais	270	(610)	(639)
Resultado de participações em controladas	<u>(3.020)</u>	<u>(4.099)</u>	<u>(7.270)</u>
Resultado operacional	<u>(2.750)</u>	<u>(4.709)</u>	<u>(7.909)</u>
Resultado não operacional	7	(40)	(22)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(546)</u>	<u>(320)</u>	<u>(202)</u>
Prejuízo do exercício	<u>(3.289)</u>	<u>(5.069)</u>	<u>(8.133)</u>

Banco Daycoval S.A.

<u>Daycoval Asset Management</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Ativo			
Circulante	323	298	709
Realizável a longo prazo	1.420	406	-
Permanente	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>2</u>
Total do ativo	<u>1.744</u>	<u>704</u>	<u>711</u>
Passivo			
Circulante	85	61	28
Patrimônio líquido	<u>1.659</u>	<u>643</u>	<u>683</u>
Total do passivo	<u>1.744</u>	<u>704</u>	<u>711</u>
Demonstração do Resultado			
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>19</u>	<u>(39)</u>	<u>(49)</u>
Resultado operacional	19	(39)	(49)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>(14)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>16</u>	<u>(39)</u>	<u>(63)</u>
 <u>Treetop</u>	 <u>2006</u>	 <u>2005</u>	 <u>2004</u>
Ativo			
Circulante	15.307	20.790	17.723
Realizável a longo prazo	<u>64.814</u>	<u>44.223</u>	<u>49.939</u>
Total do ativo	<u>80.121</u>	<u>65.013</u>	<u>67.662</u>
Passivo			
Circulante	37.954	22.889	17.591
Patrimônio líquido	<u>42.167</u>	<u>42.124</u>	<u>50.071</u>
Total do passivo	<u>80.121</u>	<u>65.013</u>	<u>67.662</u>
Demonstração do Resultado			
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>881</u>	<u>1.059</u>	<u>(3.142)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>881</u>	<u>1.059</u>	<u>(3.142)</u>

Banco Daycoval S.A.

<u>IFP</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Ativo			
Circulante	117	694	3.017
Realizável a longo prazo	-	2.795	-
Total do ativo	<u>117</u>	<u>3.489</u>	<u>3.017</u>
Passivo			
Circulante	4	118	34
Patrimônio líquido	<u>113</u>	<u>3.371</u>	<u>2.983</u>
Total do passivo	<u>117</u>	<u>3.489</u>	<u>3.017</u>
Demonstração do Resultado			
Outras receitas operacionais	<u>17</u>	<u>553</u>	<u>415</u>
Resultado operacional	17	553	415
Imposto de renda e contribuição social	<u>(4)</u>	<u>(164)</u>	<u>(122)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>13</u>	<u>389</u>	<u>293</u>
<u>SCC</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Ativo			
Circulante	113	687	2.868
Realizável a longo prazo	-	2.631	-
Total do ativo	<u>113</u>	<u>3.318</u>	<u>2.868</u>
Passivo			
Circulante	4	111	32
Patrimônio líquido	<u>109</u>	<u>3.207</u>	<u>2.836</u>
Total do passivo	<u>113</u>	<u>3.318</u>	<u>2.868</u>
Demonstração do Resultado			
Outras receitas operacionais	<u>16</u>	<u>525</u>	<u>400</u>
Resultado operacional	16	525	400
Imposto de renda e contribuição social	<u>(4)</u>	<u>(154)</u>	<u>(116)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>12</u>	<u>371</u>	<u>284</u>

- b) Daycoval FIDC - considerando-se que o controle sobre os recebíveis cedidos ao Fundo permanece sob a responsabilidade do Banco (recebimento, repasse e cobrança) e, na essência, o Banco fornece garantias aos investidores do Daycoval FIDC em relação aos recebimentos e rendimentos esperados, a Administração do Banco adicionou o saldo de recebíveis nas demonstrações financeiras do Consolidado, conforme previsto no Ofício-Circular CVM 01/07, de 20 de março de 2007.

O Daycoval FIDC é administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., tendo sido constituído sob a forma de condomínio fechado destinado a investidores qualificados nos termos da regulamentação em vigor. O Daycoval FIDC iniciou as operações em 13 de setembro de 2006, com prazo determinado de duração de 3 anos contados a partir da primeira integralização de cotas seniores da 1ª série do Fundo.

I. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo Daycoval FIDC

O objetivo do Daycoval FIDC é proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios do segmento financeiro, oriundos de operações de crédito celebradas entre o Cedente (Banco) e seus clientes.

O Fundo buscará, mas não garantirá, atingir rentabilidade no médio e longo prazos, equivalente a 106% (cento e seis por cento) da taxa DI. O “benchmark” aplica-se às cotas seniores, sendo que não há “benchmark” predeterminado para as cotas subordinadas.

II. Participação no patrimônio e nos resultados do Daycoval FIDC

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, e artigo 47 do Regulamento do Daycoval FIDC, a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido será de 80% e os 20% restantes de seu patrimônio líquido serão representados por cotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos cotistas mensalmente.

III. Natureza do envolvimento do Banco com o Daycoval FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento.

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Banco, sem prejuízo do direito do cessionário (Daycoval FIDC), diretamente ou por intermédio de terceiros.

IV. Montante e natureza dos créditos, obrigações, entre o Banco e o Daycoval FIDC, ativos transferidos pelo Banco e direitos de uso sobre ativos do Daycoval FIDC.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, o Banco cedeu ao Fundo, sem coobrigação, o montante de R\$99.369 referente a operações de crédito. Essas operações não geraram resultado no Banco.

Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas no Daycoval FIDC, o Banco reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2006, receitas de R\$421, registradas contabilmente na rubrica de “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”.

- V. Em 31 de dezembro de 2006, o Daycoval FIDC apresentava a seguinte situação patrimonial:

<u>Ativo</u>	<u>2006</u>	<u>Passivo</u>	<u>2006</u>
Títulos públicos federais	116.478	Outros valores	77
Direitos creditórios	54.917		
Outros valores	1.028	Patrimônio líquido	<u>172.346</u>
		Cotas seniores	137.322
		Cotas subordinadas	35.024
Total do ativo	<u>172.423</u>	Total do passivo	<u>172.423</u>

- VI. Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do Daycoval FIDC:

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do Daycoval FIDC ou de seus cotistas.

- VII. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades do Daycoval FIDC.

O Banco é o detentor da totalidade das cotas subordinadas do Daycoval FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras, do Banco e do Consolidado, são as seguintes:

- O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.
- As aplicações interfinanceiras de liquidez e os demais direitos, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias, cambiais e juros contratados, atualizados até as datas dos balanços. Quando o valor de mercado for inferior ao valor registrado contabilmente, será efetuada a provisão para ajuste do ativo ao seu valor de realização.
- As ações são avaliadas pela cotação média do último dia em que foram negociadas em bolsas de valores.
- As bonificações são registradas na carteira de títulos apenas pelas respectivas quantidades, sem modificação do valor dos investimentos, quando as ações correspondentes são consideradas "ex-direito" na bolsa de valores.
- Os dividendos são pagos diretamente ao cotista no 4º dia útil após o recebimento pelo Fundo. Os juros sobre capital próprio são contabilizados em receita quando as ações correspondentes são consideradas "ex-direito" na bolsa de valores.

- f) As aplicações em cotas de fundos de investimento são atualizadas, diariamente, pelos respectivos valores das cotas, divulgados por seus Administradores.
- g) Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis, e estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3068/01 podendo ser classificados nas seguintes categorias:
- Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
 - Títulos disponíveis para venda - são os títulos e valores mobiliários os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e que a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento. Os ajustes ao valor de mercado (ganhos e perdas não realizados) são registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados, são reconhecidos no resultado do exercício, quando efetivamente realizados.
 - Títulos mantidos até o vencimento - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até a data de seus respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.
- h) Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações opções, a termo, de mercado futuro e de “swap” são contabilizados de acordo com a Circular BACEN nº 3082/02, que prevê a adoção dos seguintes critérios:
- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não exercício;
 - Operações de futuro - os valores dos ajustes diários são registrados em contas de ativo ou passivo e apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa;
 - Operações de “swap” e termo de moeda - o diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em contas de ativo ou passivo, respectivamente e apropriados ao resultado como receita ou despesa “pro rata” até a data do balanço;
 - Operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluência dos contratos até a data do balanço.

Ainda conforme a Circular BACEN nº 3082/02, as operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como “hedge” - em conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- Instrumentos financeiros considerados como “hedge” - são classificados como “hedge” de risco de mercado e “hedge” de fluxo de caixa.

Os “hedges” de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de “hedge” e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período.

Os “hedges” de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização, líquido dos efeitos tributários, é contabilizada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido.

- i) As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando-se em consideração as experiências anteriores com os tomadores de recursos, a avaliação dos riscos desses tomadores e seus garantidores, a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 editado pelo BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo - perda).

As operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de classificação de risco, têm sua receita reconhecida somente quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

- j) As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base “pro rata” dia) auferidas e provisão para perdas nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99.
- k) As despesas antecipadas são registradas considerando-se as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios subsequentes.
- l) As participações em empresas controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os títulos e valores mobiliários registrados nas empresas controladas, são demonstrados pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias, cambiais e juros contratados. Para esses títulos e também para outros investimentos, quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, é efetuada a provisão para ajuste do ativo ao valor de realização.

- m) Os bens e direitos classificados no imobilizado de uso são registrados pelo custo de aquisição. Os imóveis de uso, pertencentes à controlada direta, são registrados por seu valor de custo de aquisição, acrescido de valor referente à reavaliação a valor de mercado. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas anuais, mencionadas na nota explicativa nº 11, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.
- n) A amortização do ativo diferido, referente aos gastos com aquisições e desenvolvimentos logísticos, é calculada pelo método linear com base nos prazos estimados de sua utilização.
- o) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre o ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, conforme determinam as Circulares BACEN nºs. 3.068/01 e 3.082/02. A realização destes créditos tributários ocorrerá no momento da realização dos referidos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.
- p) As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado do exercício, são demonstrados pelo valor atualizado até as datas dos balanços. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor nas datas dos balanços, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até as datas dos balanços.
- q) A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável do exercício.
- r) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 489/2005 e Interpretação Técnica do Instituto dos Auditores Independentes - IBRACON nº 2/2006, da seguinte forma:

- Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente.
- s) O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações do capital social integralizado nas datas das demonstrações financeiras.
- t) Uso de estimativas contábeis - A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (ii) amortizações de itens diferidos; (iii) e provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas da seguinte forma:

Aplicações em:	Banco e Consolidado					
	2006		2005		2004	
	Vencimento	Valor	Vencimento	Valor	Vencimento	Valor
Mercado aberto	(a)	804.315	(a)	758.521	(a)	128.884
Depósitos	(b)					
interfinanceiros		28.064	(b)	23.598	(b)	9.708
Moedas estrangeiras	(c)	<u>22.235</u>	(c)	<u>2.130</u>	(c)	-
Total		<u>854.614</u>		<u>784.249</u>		<u>138.592</u>

- (a) As aplicações no mercado aberto possuem prazo de vencimento de 1 dia útil.
- (b) As aplicações em depósitos interfinanceiros possuem prazos de vencimentos de até 344 dias.
- (c) As aplicações em moedas estrangeiras possuem prazos de vencimento de até 2 dias.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição por categoria e tipo

	Banco					
	2006		2005		2004	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda						
Carteira própria	83.700	84.520	123.776	124.258	249.737	249.598
Letras do Tesouro Nacional - LTN	23.082	23.154	115.980	116.179	221.552	220.841
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.581	14.577	6.682	6.683	27.394	27.390
Notas do Tesouro Nacional - NTN	6.334	6.657	-	-	-	-
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	4.570	4.571	1.005	1.005	500	501
Cotas de fundo de investimento	35.024	35.024	-	-	-	-
Ações de companhias abertas	109	537	109	391	291	866
Vinculados a compromissos de recompra	278.853	284.195	85.107	85.586	17.215	17.147
Letras do Tesouro Nacional - LTN	44.965	45.629	79.096	79.575	17.215	17.147
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	142.729	142.694	6.011	6.011	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	91.159	95.872	-	-	-	-
Vinculados à prestação de garantias	85.763	87.252	36.961	37.227	28.454	28.364
Letras do Tesouro Nacional - LTN	69.234	70.726	36.961	37.227	28.454	28.364
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	16.529	16.526	-	-	-	-
Total	448.316	455.967	245.844	247.071	295.406	295.109

	Consolidado					
	2006		2005		2004	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda						
Carteira própria	136.958	135.334	193.715	190.315	311.510	310.434
Letras do Tesouro Nacional - LTN	23.082	23.154	115.980	116.179	221.552	220.841
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.581	14.577	6.682	6.683	27.394	27.390
Notas do Tesouro Nacional - NTN	6.334	6.657	-	-	-	-
Títulos de renda fixa no exterior	69.315	67.319	50.859	47.640	44.006	44.037
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	5.604	5.605	2.529	2.529	1.678	1.680
Cotas de fundo de investimento	16.274	16.274	14.569	14.569	13.241	13.241
Ações de companhias abertas	1.768	1.748	3.096	2.715	3.639	3.245
Vinculados a compromissos de recompra	278.853	284.195	85.107	85.586	17.215	17.147
Letras do Tesouro Nacional - LTN	44.965	45.629	79.096	79.575	17.215	17.147
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	142.729	142.694	6.011	6.011	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	91.159	95.872	-	-	-	-
Vinculados à prestação de garantias	85.763	87.252	36.961	37.227	28.454	28.364
Letras do Tesouro Nacional - LTN	69.234	70.726	36.961	37.227	28.454	28.364
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	16.529	16.526	-	-	-	-
Total	501.574	506.781	315.783	313.128	357.179	355.945

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004, divulgados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANDIMA e pela Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.

b) Composição por prazo de vencimento

Banco	2006				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<u>Títulos disponíveis para venda</u>					
Títulos públicos federais	-	34.452	47.089	334.294	415.835
Títulos privados	-	4.571	-	35.024	39.595
Ações de companhias abertas	<u>537</u>	-	-	-	<u>537</u>
Total	<u>537</u>	<u>39.023</u>	<u>47.089</u>	<u>369.318</u>	<u>455.967</u>

Banco	2005				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<u>Títulos disponíveis para venda</u>					
Títulos públicos federais	-	89.940	114.008	41.727	245.675
Títulos privados	-	1.005	-	-	1.005
Ações de companhias abertas	<u>391</u>	-	-	-	<u>391</u>
Total	<u>391</u>	<u>90.945</u>	<u>114.008</u>	<u>41.727</u>	<u>247.071</u>

Banco	2004				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<u>Títulos disponíveis para venda</u>					
Títulos públicos federais	-	59.822	174.733	59.187	293.742
Títulos privados	-	501	-	-	501
Ações de companhias abertas	<u>866</u>	-	-	-	<u>866</u>
Total	<u>866</u>	<u>60.323</u>	<u>174.733</u>	<u>59.187</u>	<u>295.109</u>

Consolidado	2006				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<u>Títulos disponíveis para venda</u>					
Títulos públicos federais	-	34.184	48.035	356.466	438.685
Títulos privados	16.274	5.603	-	44.471	66.348
Ações de companhias abertas	<u>1.748</u>	-	-	-	<u>1.748</u>
Total	<u>18.022</u>	<u>39.787</u>	<u>48.035</u>	<u>400.937</u>	<u>506.781</u>

Consolidado	2005				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<u>Títulos disponíveis para venda</u>					
Títulos públicos federais	-	89.940	114.008	64.114	268.062
Títulos privados	9.143	2.529	-	30.679	42.351
Ações de companhias abertas	<u>2.715</u>	-	-	-	<u>2.715</u>
Total	<u>11.858</u>	<u>92.469</u>	<u>114.008</u>	<u>94.793</u>	<u>313.128</u>

Consolidado	2004				Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
<u>Títulos disponíveis para venda</u>					
Títulos públicos federais	-	59.822	174.733	60.065	294.620
Títulos privados	13.241	1.953	1.850	41.036	58.080
Ações de companhias abertas	<u>3.245</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.245</u>
Total	<u>16.486</u>	<u>61.775</u>	<u>176.583</u>	<u>101.101</u>	<u>355.945</u>

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias ou de seus clientes, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais e de compensação.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são devidamente aprovados dentro da política de utilização de produtos. Esta política determina que previamente à implementação de cada produto, todos os aspectos devem ser analisados, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infra-estrutura adequada para o suporte operacional.

Os componentes de risco de crédito e risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos são monitorados diariamente. São definidos limites específicos para operações com os instrumentos financeiros derivativos, para os clientes e também para as câmaras de registro e liquidação. Este limite é gerenciado através de sistema que consolida as exposições por contraparte. Eventuais irregularidades são prontamente apontadas e encaminhadas para solução imediata.

O gerenciamento de risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos segue política de riscos em vigor, que estabelece que os riscos potenciais decorrentes de flutuações de preços nos mercados financeiros sejam centralizados na área de Tesouraria, sendo esta provedora de “hedge” para as demais áreas.

A Diretoria do Banco é responsável por estabelecer a política de risco a ser seguida, definindo os limites de acordo com a receita projetada e nível aceitável de exposição. A responsabilidade por garantir o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela diretoria é atribuída à área de Gestão de Riscos, que mantém relação de independência das áreas de negócios e de processamento das operações.

Risco de mercado

O Banco utiliza a metodologia do Valor em Risco - V@R, para a mensuração da exposição ao risco de mercado. Esta metodologia permite que o V@R seja aplicado de forma consistente para todos os produtos e mercados, tornando possível a comparação de riscos entre diferentes carteiras do Banco. O modelo de V@R empregado se baseia na técnica de aferição paramétrica, com horizonte de tempo de um ano e nível de confiança de 99%.

No fechamento do dia, o método descrito é aplicado sobre a base das operações em aberto. O gerente da área de Gestão de Riscos analisa e aprova diariamente os números calculados. Os relatórios com os resultados apurados são disponibilizados para as pessoas autorizadas a consultá-los na intranet do Banco. A eficácia do modelo é testada através de processos que indicam o grau de aderência dos resultados previamente obtidos, em comparação aos resultados efetivamente auferidos.

Com o objetivo de mensurar os possíveis efeitos decorrentes de movimentos inesperados do mercado, que não são capturados pelo V@R, o Banco utiliza técnicas de análise de cenários.

Os modelos contemplam análises de cenários projetados e testes de estresses, cujo objetivo final é assegurar que o Banco se encontra em condições de reagir a situações extremas de mercado.

Fatores de risco

Os principais fatores de risco de mercado presentes no balanço são: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial, taxa de juros vinculada aos índices TR, IPCA, IGPM, SELIC, DI e exposição à variação cambial de moedas.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são: “swaps”, futuros de dólar, de DI e DDI (cupom cambial), termo de moeda (“NDF”) e opções de dólar e de DI. A partir da vigência da Circular BACEN nº 3.082/02, pôde-se optar pela aplicação da contabilização particular nos casos em que os instrumentos derivativos são utilizados para proteção das variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa da instituição (“hedge accounting”).

Em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004, o Banco e as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos naquelas datas, não possuíam operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas com o objetivo de “hedge” de risco de mercado ou de “hedge” de fluxo de caixa.

Independentemente desta opção da Administração em não designar os instrumentos financeiros derivativos como instrumento de “hedge” para fins contábeis, estes são utilizados prioritariamente para compensar variações de posições comerciais assumidas, bem como para oferecer aos clientes a possibilidade de proteção a variações econômicas indesejadas oriundas de sua natureza operacional.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. O controle de risco de liquidez é efetuado diariamente por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Banco e das Controladas, especialmente no curto prazo. São também efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de renovação de carteiras. Em paralelo são analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último são também efetuadas análises de cenário de estresse, voltados especificamente para liquidez.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F. Quando aplicável, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Foram adotadas as seguintes metodologias de precificação para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos:

- Operações no mercado futuro - cotações divulgadas pela Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F.
- Contratos de “swap” e termo de moedas - utilização do fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F.
- Prêmios de opções - determinados com base nas características de cada contrato.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F ou na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

Os diferenciais a receber e a pagar, os ajustes diários e os valores dos prêmios pagos ou recebidos dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “Instrumentos financeiros derivativos” ou “Negociação e intermediação de valores” em contrapartida às respectivas contas do grupo de “Resultado com instrumentos financeiros derivativos” e, em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004, estão ajustados ao seu valor de mercado e os valores nominais dessas operações registrados em contas de compensação, conforme demonstrado a seguir:

a) Composição dos saldos registrados em contas patrimoniais

	Banco e Consolidado					
	2006		2005		2004	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Ativo:						
Instrumentos financeiros derivativos	9.065	9.452	37.171	6.596	20.252	10.143
Operações de "swap" - diferencial a receber	8.923	9.452	31.020	6.596	20.252	10.143
Prêmios de opções a exercer	-	-	6.151	-	-	-
Termo de moeda a receber	142	-	-	-	-	-
Negociação e intermediação de valores	274	-	58	-	1.380	-
Futuros a liquidar	274	-	58	-	1.380	-
Dólar futuro	-	-	-	-	19	-
DDI	51	-	35	-	1.247	-
DI	223	-	23	-	114	-
Passivo:						
Instrumentos financeiros derivativos	1.320	962	7.314	199	2.989	413
Operações de "swap" - diferencial a pagar	1.192	962	2.214	199	1.260	413
Prêmios de opções lançadas	-	-	5.100	-	1.729	-
Termo de moeda a pagar	128	-	-	-	-	-
Negociação e intermediação de valores	2.334	-	2.565	-	4.023	-
Futuros a liquidar	2.334	-	2.565	-	4.023	-
Dólar futuro	258	-	1.342	-	1.123	-
DDI	2.068	-	1.183	-	680	-
"Swap" cambial	-	-	24	-	2.219	-
DI	8	-	16	-	1	-

b) Contratos de "swap" (Banco e Consolidado)

2006						
Indexadores	Valor referencia 1	Valor de custo		Valor de mercado		Posição líquida
		Banco	Contrapart e	Banco	Contrapart e	
CDI x USD	87.577	101.204	85.068	101.182	84.676	16.506
USD x PRÉ	10.169	11.069	12.394	12.258	14.091	(1.833)
CDI x PRÉ	6.777	7.574	7.599	7.740	7.845	(105)
PRÉ x CDI	9.876	11.002	10.887	12.220	10.944	1.276
PRÉ x USD	8.658	9.193	8.786	9.203	8.772	431
USD x CDI	4.413	4.403	4.418	4.364	4.418	(54)
Total	127.470	144.445	129.152	146.967	130.746	16.221

2005						
Indexadores	Valor referencia 1	Valor de custo		Valor de mercado		Posição líquida
		Banco	Contrapart e	Banco	Contrapart e	
CDI x USD	107.255	143.804	105.389	143.804	106.643	37.161
USD x PRÉ	13.734	13.608	15.357	15.071	16.489	(1.418)
CDI x PRÉ	39.989	40.883	40.871	40.883	41.251	(368)
PRÉ x CDI	259	318	367	303	366	(63)
USD x CDI	2.673	2.742	2.816	2.707	2.816	(109)
Total	163.910	201.355	164.800	202.768	167.565	35.203

Indexadores	2004					
	Valor referencia l	Valor de custo		Valor de mercado		Posição líquida -
		Banco	Contrapart e	Banco	Contrapart e	
CDI x USD	156.528	189.180	154.060	189.180	159.374	29.806
USD x PRÉ	14.017	13.844	14.964	14.830	15.078	(248)
CDI x PRÉ	20.816	20.993	20.995	20.993	20.982	11
PRÉ x USD	269	270	266	270	262	8
PRÉ x CDI	2.484	2.956	3.390	2.826	3.390	(564)
USD x CDI	6.482	6.329	6.534	6.243	6.534	(291)
Total	200.596	233.572	200.209	234.342	205.620	28.722

c) Contratos de termo de moeda (Banco e Consolidado)

Indexadores	2006					
	Valor referencia l	Valor de custo		Valor de mercado		Posição líquida -
		Banco	Contrapart e	Banco	Contrapart e	
PRÉ x USD	2.780	5.935	5.853	5.995	5.853	142
USD x PRÉ	2.780	5.853	5.927	5.853	5.981	(128)
Total	5.560	11.788	11.780	11.848	11.834	14

d) Contratos futuros (Banco e Consolidado)

Contratos	2006					
	Valor referencia l	Valor de custo		Valor de mercado		Posição líquida -
		Banco	Contrapart e	Banc o	Contrapart e	
Dólar futuro	61.668	-	61.668	-	(258)	(258)
DDI	386.851	17.194	404.045	51	(2.068)	(2.017)
DI	592.575	13.706	606.281	223	(8)	215
Total	1.041.094	30.900	1.071.994	274	(2.334)	(2.060)

Contratos	2005					
	Valor referencia l	Valor de custo		Valor de mercado		Posição líquida -
		Banco	Contrapart e	Banc o	Contrapart e	
Dólar futuro	177.219	-	177.219	-	(1.342)	(1.342)
DDI	203.177	-	203.177	35	(1.183)	(1.148)
"Swap" cambial	24.149	-	24.149	-	(24)	(24)
DI	681.728	-	681.728	23	(16)	7
Total	1.086.273	-	1.086.273	58	(2.565)	(2.507)

Contratos	2004					
	Valor referencial	Valor de custo		Valor de mercado		Posição Líquida
		Banco	Contrapart e	Banc o	Contrapart e	
Dólar futuro	150.645	-	150.645	19	(1.123)	(1.104)
"Swap" cambial	266.479	-	266.479	-	(680)	(680)
DDI	88.450	161.179	249.629	1.247	(2.219)	(972)
DI	990.325	-	990.325	114	(1)	113
Total	<u>1.495.899</u>	<u>161.179</u>	<u>1.657.078</u>	<u>1.380</u>	<u>(4.023)</u>	<u>(2.643)</u>

e) Operações por vencimento (Banco e Consolidado)

	2006			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
"Swap"	44.372	49.867	33.231	127.470
Futuros	<u>289.371</u>	<u>56.061</u>	<u>738.440</u>	<u>1.083.872</u>
Total	<u>333.743</u>	<u>105.928</u>	<u>771.671</u>	<u>1.211.342</u>

	2005			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
"Swap"	74.685	46.993	42.232	163.910
Futuros	<u>567.625</u>	<u>292.118</u>	<u>226.530</u>	<u>1.086.273</u>
Total	<u>642.310</u>	<u>339.111</u>	<u>268.762</u>	<u>1.250.183</u>

	2004			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
"Swap"	64.805	66.465	69.326	200.596
Futuros	<u>1.166.397</u>	<u>199.971</u>	<u>290.710</u>	<u>1.657.078</u>
Total	<u>1.231.202</u>	<u>266.436</u>	<u>360.036</u>	<u>1.857.674</u>

f) Local de negociação (Banco e Consolidado)

	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Futuros-			
Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F	1.071.994	1.086.273	1.657.078
Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP	11.878	-	-
"Swap"-			
Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F	7.828	20.084	22.070
Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP	119.642	143.826	178.526

g) Margens de garantia (Banco e Consolidado)

	2006		2005		2004	
	Valor de		Valor de		Valor de	
<u>Títulos públicos federais</u>	<u>Custo</u>	<u>Mercado</u>	<u>Custo</u>	<u>Mercado</u>	<u>Custo</u>	<u>Mercado</u>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	69.234	70.726	36.961	37.227	28.454	28.364
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	<u>16.529</u>	<u>16.526</u>	-	-	-	-
Total	<u>85.763</u>	<u>87.252</u>	<u>36.961</u>	<u>37.227</u>	<u>28.454</u>	<u>28.364</u>

h) Ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos (Banco e Consolidado)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004, os instrumentos financeiros derivativos geraram ganhos e perdas, registrados diretamente no resultado na rubrica de "Resultado com instrumentos financeiros derivativos", os quais são apresentados a seguir:

	2006					
	Banco			Consolidado		
	<u>Ganho</u>	<u>Perda</u>	<u>Resultado líquido</u>	<u>Ganho</u>	<u>Perda</u>	<u>Resultado líquido</u>
<u>Instrumentos financeiros derivativos</u>						
"Swap"	26.283	(11.980)	14.303	27.428	(17.967)	9.461
Termo de moedas	6.759	(4.256)	2.503	6.759	(4.256)	2.503
Opções	5.648	(6.833)	(1.185)	5.648	(6.833)	(1.185)
Mercado futuro	<u>248.822</u>	<u>(286.196)</u>	<u>(37.374)</u>	<u>248.822</u>	<u>(286.196)</u>	<u>(37.374)</u>
Total	<u>287.512</u>	<u>(309.265)</u>	<u>(21.753)</u>	<u>288.657</u>	<u>(315.252)</u>	<u>(26.595)</u>

	2005			2004		
	Banco			Consolidado		
	<u>Ganho</u>	<u>Perda</u>	<u>Resultado líquido</u>	<u>Ganho</u>	<u>Perda</u>	<u>Resultado líquido</u>
<u>Instrumentos financeiros derivativos</u>						
"Swap"	167.164	(178.814)	(11.650)	226.726	(264.704)	(37.978)
Opções	5.225	(3.966)	1.259	4.728	(8.789)	(4.061)
Mercado futuro	<u>159.244</u>	<u>(185.417)</u>	<u>(26.173)</u>	<u>213.220</u>	<u>(173.782)</u>	<u>39.438</u>
Total	<u>331.633</u>	<u>(368.417)</u>	<u>(36.564)</u>	<u>444.674</u>	<u>(447.275)</u>	<u>(2.601)</u>

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação

	2006			
	Banco		Consolidado	
	<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Circulante</u>	<u>Longo prazo</u>
Empréstimos	1.037.634	95.811	1.037.634	95.811
Títulos descontados	112.757	26	169.022	36
Financiamentos	<u>151.261</u>	<u>130.783</u>	<u>151.261</u>	<u>130.783</u>
Total de operações de crédito	<u>1.301.652</u>	<u>226.620</u>	<u>1.357.917</u>	<u>226.630</u>
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	<u>54.661</u>	-	<u>54.661</u>	-
Total	<u>1.356.313</u>	<u>226.620</u>	<u>1.412.578</u>	<u>226.630</u>

	Banco e Consolidado			
	2005		2004	
	<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Circulante</u>	<u>Longo prazo</u>
Empréstimos	747.588	74.537	435.342	20.800
Títulos descontados	132.713	33	159.991	1
Financiamentos	8.339	-	25.823	1.111
Total de operações de crédito	<u>888.640</u>	<u>74.570</u>	<u>621.156</u>	<u>21.912</u>
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	<u>17.708</u>	-	<u>8.611</u>	-
Total	<u>906.348</u>	<u>74.570</u>	<u>629.767</u>	<u>21.912</u>

b) Composição da carteira de crédito por nível de risco

	2006			
	Total da carteira		Provisão	
	<u>Banco</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Banco</u>	<u>Consolidado</u>
AA	2.167	2.167	-	-
A	397.933	419.228	1.989	1.989
B	1.084.714	1.119.262	10.847	10.862
C	48.825	49.257	1.465	2.491
D	11.963	11.963	1.196	1.513
E	8.723	8.723	2.617	2.617
F	2.914	2.914	1.457	1.457
G	3.227	3.227	2.259	2.259
H	<u>22.467</u>	<u>22.467</u>	<u>22.467</u>	<u>22.467</u>
Total	<u>1.582.933</u>	<u>1.639.208</u>	<u>44.297</u>	<u>45.655</u>

	Banco e Consolidado			
	Total da carteira		Provisão	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
AA	1.977	3.426	-	-
A	99.830	116.209	499	581
B	809.252	459.354	8.093	4.594
C	41.892	55.569	1.257	1.667
D	4.074	2.731	407	273
E	206	398	62	119
F	6.478	2.212	3.239	1.106
G	2.903	4.490	2.032	3.143
H	<u>14.306</u>	<u>7.290</u>	<u>14.306</u>	<u>7.290</u>
Total	<u>980.918</u>	<u>651.679</u>	<u>29.895</u>	<u>18.773</u>

c) Diversificação por setor econômico

	2006		Banco e Consolidado	
	Banco	Consolidado	2005	2004
Setor privado:				
Indústria	406.266	444.299	294.550	232.092
Comércio	252.997	262.511	183.196	158.944
Intermediários financeiros	48.436	48.436	41.039	17.628
Outros serviços	552.490	561.218	385.285	233.902
Pessoas físicas	278.445	278.445	76.848	9.113
Setor público	44.299	44.299	-	-
Total	<u>1.582.933</u>	<u>1.639.208</u>	<u>980.918</u>	<u>651.679</u>

d) Composição por prazo de vencimento

	2006		Banco e Consolidado	
	Banco	Consolidado	2005	2004
Operações a vencer:				
Até 180 dias	1.119.285	1.170.462	783.640	578.207
De 181 a 360 dias	202.098	202.378	100.377	38.021
Mais de 360 dias	<u>226.620</u>	<u>226.630</u>	<u>74.570</u>	<u>21.912</u>
Total	<u>1.548.003</u>	<u>1.599.470</u>	<u>958.587</u>	<u>638.140</u>
Operações vencidas:				
Até 60 dias	11.311	15.801	5.669	7.262
De 61 a 180 dias	9.038	9.356	9.540	4.812
De 181 a 360 dias	14.427	14.427	7.114	1.464
Mais de 360 dias	<u>154</u>	<u>154</u>	<u>8</u>	<u>1</u>
Total	<u>34.930</u>	<u>39.738</u>	<u>22.331</u>	<u>13.539</u>
Total	<u>1.582.933</u>	<u>1.639.208</u>	<u>980.918</u>	<u>651.679</u>

e) Concentração das operações de crédito

	2006			
	Banco		Consolidado	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
<u>Maiores devedores</u>				
10 maiores devedores	158.948	10,04	190.312	11,61
50 seguintes maiores devedores	366.907	23,18	382.301	23,32
100 seguintes maiores devedores	334.652	21,14	340.930	20,80
Demais devedores	<u>722.426</u>	<u>45,64</u>	<u>725.665</u>	<u>44,27</u>
Total	<u>1.582.933</u>	<u>100,00</u>	<u>1.639.208</u>	<u>100,00</u>

	Banco e Consolidado			
	2005		2004	
		% sobre a carteir a		% sobre a carteir a
<u>Maiores devedores</u>	<u>Valor</u>		<u>Valor</u>	
10 maiores devedores	136.740	13,94	124.784	19,15
50 seguintes maiores devedores	302.480	30,84	217.762	33,42
100 seguintes maiores devedores	238.665	24,33	163.061	25,02
Demais devedores	<u>303.033</u>	<u>30,89</u>	<u>146.072</u>	<u>22,41</u>
Total	<u>980.918</u>	<u>100,00</u>	<u>651.679</u>	<u>100,00</u>

8. PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, foi constituída conforme critérios descritos na Nota Explicativa 3 (f) e é considerada suficiente para absorver eventuais perdas da carteira de operações de crédito. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004 a provisão apresentou as seguintes movimentações:

	Banco		
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Saldo inicial	29.895	18.773	16.614
Constituição de provisão	35.594	16.545	15.234
Baixa como prejuízo	<u>(21.192)</u>	<u>(5.423)</u>	<u>(13.075)</u>
)))
Saldo final	<u>44.297</u>	<u>29.895</u>	<u>18.773</u>
Total classificado no ativo circulante	39.882	28.772	18.567
Total classificado no não-circulante realizável a longo prazo	4.415	1.123	206

9. OUTROS CRÉDITOS

O saldo de outros créditos está apresentado da seguinte forma:

a) Carteira de câmbio

	Banco e Consolidado		
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Câmbio comprado a liquidar	53.988	19.579	12.533
Direitos sobre vendas de câmbio	22.299	5.325	2.653
(-) Adiantamentos em moeda nacional recebidos	<u>(10.704)</u>	<u>(3.588)</u>	-
)))
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	<u>1.064</u>	<u>341</u>	<u>124</u>
Total	<u>66.647</u>	<u>21.657</u>	<u>15.310</u>

b) Negociação e intermediação de valores (Banco e Consolidado)

O saldo de negociação e intermediação de valores é representado por valores a receber decorrentes de liquidação de operações com ativos financeiros negociados e registrados em bolsas de valores.

c) Diversos

	Banco			
	2006		2005	2004
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Curto prazo
Adiantamentos salariais	317	-	75	25
Adiantamentos para pagamentos da nossa conta	375	-	50	-
Créditos tributários (*)	-	-	38	1.635
Pagamentos a ressarcir	-	595	-	60
Devedores diversos	<u>1.205</u>	-	<u>1.743</u>	<u>1.610</u>
Total	<u>1.897</u>	<u>595</u>	<u>1.906</u>	<u>3.330</u>

	Consolidado			
	2006		2005	2004
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Curto prazo
Adiantamentos salariais	317	-	75	25
Adiantamentos para pagamentos da nossa conta	375	-	50	-
Créditos tributários (*)	-	-	38	1.635
Impostos e contribuições a compensar	415	-	475	135
Pagamentos a ressarcir	-	595	139	60
Devedores diversos	<u>1.137</u>	-	<u>1.605</u>	<u>1.570</u>
Total	<u>2.244</u>	<u>595</u>	<u>2.382</u>	<u>3.425</u>

(*) Constituídos em decorrência do ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários. A realização dos créditos está condicionada à baixa e/ou liquidação desses títulos.

10. INVESTIMENTOS

Os investimentos estão, substancialmente, representados por participações em empresas controladas e as principais informações relativas aos investimentos são:

10.1. Empresas controladas diretamente

	Centro-Sul	ACS Participações			Daycoval Asset Management		
	2006	2006	2005	2004	2006	2005	2004
Capital Social	-	23.448	23.448	23.448	1.554	554	554
Quantidade de cotas possuídas	-	101.947.448	101.947.448	101.947.448	14.253	5.078	5.078
Patrimônio líquido	-	59.153	59.632	67.744	1.659	643	683
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(4.989)	(3.289)	(5.069)	(8.133)	16	(39)	(63)
Participação %	100,00	99,99	99,99	99,99	99,99	99,96	99,96
Investimento ajustado	-	59.148	59.948	67.739	1.659	642	682
Resultado de equivalência patrimonial	(4.989)	(3.289)	(4.749)	(8.132)	16	(39)	(63)

Em 2 de janeiro de 2006 o Banco adquiriu a totalidade das cotas da empresa Centro Sul Empreendimentos Ltda. pelo valor patrimonial de R\$1.018. Conforme alteração contratual para aumento de capital datado de 1º de fevereiro de 2006, foram subscritas novas cotas no valor de R\$5.000 e, em 14 de fevereiro de 2006, foi firmado o protocolo e justificação da incorporação da Centro Sul Empreendimentos Ltda. pelo Banco, devidamente aprovado através da Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 16 de fevereiro de 2006, e pelo BACEN em 15 de janeiro de 2007.

10.2. Empresas controladas indiretamente

	Treetop Investment			IFP Planejamento			SCC Assessoria		
	2006	2005	2004	2006	2005	2004	2006	2005	2004
Capital Social	30.487	33.377	37.851	20	20	20	20	20	20
Quantidade de cotas possuídas	14.260	14.260	14.260	20	20	20	20	20	20
Patrimônio líquido	42.167	42.124	50.071	113	3.371	2.983	109	3.207	2.836
Lucro (prejuízo) do exercício	881	1.059	(3.142)	13	389	293	12	371	284
Participação %	100,00	100,00	100,00	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99
Investimento ajustado	42.167	42.124	50.071	112	3.370	2.982	108	3.206	2.835
Resultado de equivalência patrimonial	881	1.059	(3.142)	12	388	292	11	370	283

11. IMOBILIZADO

Descrição	Banco					
	2006				2005	2004
	Depreciação	Custo	Depreciação	Valor	Valor	Valor
	anual		acumulada	líquido	líquido	líquido
	%					
Imóveis de uso	4	-	-	-	62	70
Instalações	10	647	(54)	593	390	3
Móveis e equipamentos de uso	10	1.504	(170)	1.334	941	273
Equipamentos de comunicação	10	43	(10)	33	17	33
Computadores e periféricos	20	1.080	(265)	815	435	119
Equipamentos de segurança	10	291	(33)	258	268	9
Veículos	20	1.875	(1.160)	715	807	542
Total		5.440	(1.692)	3.748	2.920	1.049

Descrição	Consolidado					
	2006				2005	2004
	Depreciação	Custo	Depreciação	Valor	Valor	Valor
	anual		acumulada	líquido	líquido	líquido
	%					
Imóveis de uso (*)	4	10.875	(4.438)	6.437	6.880	7.321
Instalações	10	647	(54)	593	390	3
Móveis e equipamentos de uso	10	1.527	(175)	1.352	957	290
Equipamentos de comunicação	10	65	(10)	55	40	55
Computadores e periféricos	20	2.131	(1.187)	945	670	487
Equipamentos de segurança	10	291	(33)	258	268	9
Veículos	20	2.184	(1.218)	966	929	542
Total		17.720	(7.114)	10.606	10.134	8.707

(*) Os imóveis de uso, pertencentes à controlada direta, são registrados por seu valor de custo de aquisição, acrescido de valor referente à reavaliação a valor de mercado.

12. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

As captações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo e no mercado aberto são negociadas a taxas usuais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	Banco				Total
	2006				
	Sem <u>vencimento</u>	Até 3 <u>meses</u>	De 3 a <u>12 meses</u>	Acima de <u>12 meses</u>	
Depósitos à vista	104.763	-	-	-	104.763
Depósitos interfinanceiros	-	70.554	23.397	1.490	95.441
Depósitos a prazo	-	616.052	206.671	330.630	1.153.353
Captações no mercado aberto	-	572.376	-	-	572.376
Outros depósitos	407	-	-	-	407
Total	105.170	1.258.982	230.068	332.120	1.926.340

	Banco				<u>Total</u>
	2005				
	<u>Sem</u> <u>vencimento</u>	<u>Até 3</u> <u>meses</u>	<u>De 3 a</u> <u>12 meses</u>	<u>Acima de</u> <u>12 meses</u>	
Depósitos à vista	60.657	-	-	-	60.657
Depósitos interfinanceiros	-	101.444	4.039	-	105.483
Depósitos a prazo	-	418.048	167.414	183.834	769.296
Captações no mercado aberto	-	435.698	-	-	435.698
Total	60.657	955.190	171.453	183.834	1.371.134

	Banco				Total
	2004				
	Sem <u>vencimento</u>	Até 3 <u>meses</u>	De 3 a <u>12 meses</u>	Acima de <u>12 meses</u>	
Depósitos à vista	34.773	-	-	-	34.773
Depósitos interfinanceiros	-	42.378	3.045	-	45.423
Depósitos a prazo	-	189.349	146.023	114.861	450.233
Captações no mercado aberto	-	<u>17.133</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.133</u>
Total	<u>34.773</u>	<u>248.860</u>	<u>149.068</u>	<u>114.861</u>	<u>547.562</u>

	Consolidado				
	2006				
	Sem <u>vencimento</u>	Até 3 <u>meses</u>	De 3 a <u>12 meses</u>	Acima de <u>12 meses</u>	<u>Total</u>
Depósitos à vista	104.754	-	-	-	104.754
Depósitos interfinanceiros	-	70.554	23.397	1.490	95.441
Depósitos a prazo	-	616.052	206.671	325.249	1.147.972
Captações no mercado aberto	-	572.376	-	-	572.376
Outros depósitos	407	-	-	-	407
Total	<u>105.161</u>	<u>1.258.982</u>	<u>230.068</u>	<u>326.739</u>	<u>1.920.950</u>

	Consolidado				
	2005				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	60.630	-	-	-	60.630
Depósitos interfinanceiros	-	101.444	4.039	-	105.483
Depósitos a prazo	-	412.622	167.414	183.428	763.464
Captações no mercado aberto	-	<u>435.698</u>	-	-	<u>435.698</u>
Total	<u>60.630</u>	<u>949.764</u>	<u>171.453</u>	<u>183.428</u>	<u>1.365.275</u>

	Consolidado				
	2004				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	34.747	-	-	-	34.747
Depósitos interfinanceiros	-	42.378	3.045	-	45.423
Depósitos a prazo	-	189.349	139.335	114.861	443.545
Captações no mercado aberto	-	<u>17.133</u>	-	-	<u>17.133</u>
Total	<u>34.747</u>	<u>248.860</u>	<u>142.380</u>	<u>114.861</u>	<u>540.848</u>

13. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Em 14 de dezembro de 2005, o Banco iniciou um programa global de emissão de títulos privados (*Fixed Rate Notes*) cujo montante total é de US\$ 300 milhões. As captações efetuadas até 31 de dezembro de 2006 totalizam US\$ 185 milhões e estão registradas na rubrica “Recursos de aceites e emissão de títulos”.

	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Data da emissão	30/10/2006	14/12/2005	17/12/2004
Data de vencimento	30/10/2009	14/12/2007	17/03/2006
Taxa de juros a.a.	7,75%	6,875%	5,0%
Emissão em US\$	120 milhões	65 milhões	45 milhões
Emissão em R\$	256.988	146.712	121.135
Saldos em US\$	187.072	110.341	45.100
Saldos em R\$	<u>399.959</u>	<u>258.276</u>	<u>119.713</u>
Curto prazo	139.486	106.131	265
Longo prazo	260.473	152.145	119.448

14. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Composição por prazo de vencimento:

<u>Exercício</u>	<u>Banco</u>			
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 1 ano</u>	<u>Total</u>
2006	50.158	12.813	421	63.392
2005	19.307	-	1.067	20.374
2004	104.597	-	-	104.597

<u>Exercício</u>	<u>Consolidado</u>			
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 1 ano</u>	<u>Total</u>
2006	88.112	12.813	421	101.346
2005	42.196	-	1.067	43.263
2004	122.188	-	-	122.188

As obrigações por empréstimos e repasses, são indexadas à variação do dólar norte-americano e possuem taxas de 4,1% a 6,4% em 31 de dezembro de 2006, de 3,2% a 5,4% em 2005 e de 2,8% a 3,4% em 2004.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Carteira de Câmbio

	<u>Banco e Consolidado</u>		
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Câmbio vendido a liquidar	22.178	5.411	2.855
Obrigações por compra de câmbio	54.468	19.022	12.978
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(53.595)	(17.367)	(8.487)
))	
Encargos a pagar sobre adiantamentos recebidos	45	-	-
Total	<u>23.096</u>	<u>7.066</u>	<u>7.346</u>

b) Fiscais e Previdenciárias

	<u>Banco</u>					
	<u>2006</u>		<u>2005</u>		<u>2004</u>	
	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	29.105	-	11.868	-	12.621	-
Provisão para contribuição social sobre o lucro	8.894	-	3.519	-	4.089	-
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	(14.351)	-	(9.306)	-	(7.323)	-
Obrigações legais (Nota 17)	-	114.980	-	88.061	-	64.238
Impostos e contribuições a recolher	6.263	-	1.631	-	911	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social-diferidos (*)	<u>2.919</u>	-	-	-	-	-
Total	<u>32.830</u>	<u>114.980</u>	<u>7.712</u>	<u>88.061</u>	<u>10.298</u>	<u>64.238</u>

Banco Daycoval S.A.

	Consolidado					
	2006		2005		2004	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	29.266	-	12.277	-	12.814	-
Provisão para contribuição social sobre o lucro	8.963	-	3.669	-	4.164	-
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	(14.485)	-	(9.637)	-	(7.393)	-
Provisão para imposto de renda sobre reavaliação de bens	800	-	843	-	897	-
Provisão para contribuição social sobre reavaliação de bens	297	-	312	-	331	-
Obrigações legais (Nota 17)	-	114.980	-	88.061	-	64.238
Impostos e contribuições a recolher	6.286	-	1.648	-	920	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social-diferidos (*)	<u>2.919</u>	<u>-</u>	<u>342</u>	<u>-</u>	<u>353</u>	<u>-</u>
Total	<u>34.046</u>	<u>114.980</u>	<u>9.461</u>	<u>88.061</u>	<u>12.086</u>	<u>64.238</u>

(*) Constituídos em decorrência do ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, conforme determinam as Circulares BACEN n.ºs. 3.068/01 e 3.082/02. A realização desta provisão está condicionada à baixa e/ou liquidação desses títulos.

c) Diversas

	Banco			
	2006		2005	2004
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Curto prazo
Cheques administrativos	472	-	422	10.028
Provisão para pagamentos a efetuar	7.000	-	10.526	3.423
Provisão para passivos contingentes (Nota 17)	-	356	-	-
Credores diversos	<u>16.163</u>	<u>-</u>	<u>5.383</u>	<u>1.896</u>
Total	<u>23.635</u>	<u>356</u>	<u>16.331</u>	<u>15.347</u>

	Consolidado			
	2006		2005	2004
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Curto prazo
Cheques administrativos	472	-	422	10.028
Provisão para pagamentos a efetuar	7.077	-	10.574	3.446
Provisão para passivos contingentes (Nota 17)	-	356	-	-
Credores diversos	<u>16.166</u>	<u>-</u>	<u>5.384</u>	<u>1.896</u>
Total	<u>23.715</u>	<u>356</u>	<u>16.380</u>	<u>15.370</u>

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social:

	Banco		
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Resultado deduzido dos juros sobre o capital próprio, antes do imposto de renda e da contribuição social	94.681	65.921	61.835
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.	(32.191)	(22.413)	(21.024)
)))
Adições:			
Resultados de participações em controladas	(2.809)	(1.628)	(2.787)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.102)		
)	(5.625)	-
Outras	(4.502)	(518)	(1.368)
Exclusões:			
Ajustes de instrumentos financeiros derivativos	1.661	8.327	8.469
Perdas em operações de crédito	<u>11.944</u>	<u>6.470</u>	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(37.999)</u>	<u>(15.387)</u>	<u>(16.710)</u>
)))

Os valores acumulados de créditos tributários, líquidos dos passivos fiscais diferidos, oriundos de adições temporárias de provisões para riscos fiscais, provisão para créditos de liquidação duvidosa, atualização monetária de contingências e outras diferenças temporárias, não constituídos pelo Banco nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004, montam R\$15.267, R\$6.256 e R\$5.012, respectivamente.

	Consolidado		
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Resultado deduzido dos juros sobre o capital próprio, antes do imposto de renda e da contribuição social	95.464	66.240	62.287
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.	(32.458)		(21.178)
)	(22.522))
Adições:			
Ajustes de instrumentos financeiros derivativos	(14.278)		
)	(2.599)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.102)		
)	(5.625)	(5.179)
Despesas indedutíveis	(30)	-	-
Outras	(7.796)	(3.927)	(4.394)
Exclusões:			
Ajustes de instrumentos financeiros derivativos	15.939	12.561	8.469
Perdas em operações de crédito	<u>11.944</u>	<u>6.407</u>	<u>5.118</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(38.781)</u>	<u>(15.705)</u>	<u>(17.164)</u>
)))

17. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E
OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

- a) Ativos contingentes - nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004 o Banco e suas controladas não reconheceram ativos contingentes.
- b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias.

O Banco é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na nota explicativa 3(r).

Provisões constituídas e as respectivas movimentações no exercício:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais (*)	114.980	88.061	64.238
Processos trabalhistas	256	-	-
Processos cíveis	100	-	-
Total	<u>115.336</u>	<u>88.061</u>	<u>64.238</u>

	<u>Fiscais</u>			<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>a</u> <u>2006</u>	<u>2006</u>
Saldo no início do exercício	88.061	64.238	47.096	-	-
Atualização monetária	9.749	9.040	5.887	-	-
Constituição	<u>17.170</u>	<u>14.783</u>	<u>11.255</u>	<u>256</u>	<u>100</u>
Saldo no final do exercício	<u>114.980</u>	<u>88.061</u>	<u>64.238</u>	<u>256</u>	<u>100</u>

(*) O Banco vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de alguns tributos e contribuições e os valores envolvidos estão integralmente provisionados e atualizados.

A Administração do Banco Daycoval entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

Os principais questionamentos são:

IRPJ: visa deduzir os valores apurados de CSLL da base de cálculo do IRPJ e questiona o efeito da extinção da correção monetária de balanço.

CSLL: questiona o efeito da extinção da correção monetária de balanço, contesta a exigência de alíquota diferenciada e visa o reconhecimento dos juros sobre capital próprio como despesa dedutível no exercício de 1996.

COFINS: questiona a aplicação da Lei nº 9.718/98.

PIS: questiona a aplicação da Lei nº 9.718/98 e a exigência pela fiscalização de apuração da base de cálculo do PIS em desacordo com as Emendas Constitucionais nº 01/94, 10/96 e 17/97.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos de natureza cível. As ações referem-se, principalmente, a pedidos de indenizações por danos morais e materiais, que totalizam montante de risco aproximado de R\$900 em 31 de dezembro de 2006.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas, que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco Daycoval ou das empresas integrantes do Consolidado.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social está composto por ações nominativas ordinárias e preferenciais, sem valor nominal e estão apresentadas da seguinte forma:

	Quantidade de ações		
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Ações ordinárias	1.660.826	1.625.566	1.583.100
Ações preferenciais	<u>1.660.826</u>	<u>1.625.566</u>	<u>1.583.100</u>
Total	<u>3.321.652</u>	<u>3.251.132</u>	<u>3.166.200</u>

a.1) Aumentos de Capital

	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Data da aprovação em Assembléia Geral Extraordinária	26/12/2006	22/12/2005	20/12/2004
Homologação pelo Bacen	12/01/2007	10/01/2006	23/12/2004
Valor do aumento de capital	8.656	8.996	21.242

b) Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 10%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, além do pagamento dos juros sobre o capital próprio, foram também distribuídos aos acionistas dividendos nos montantes de R\$26.217 e R\$20.000, respectivamente.

c) Juros sobre o Capital Próprio - pagamento efetuado observados os limites estabelecidos pela Lei nº 9.249/95 e da taxa de juros de longo prazo - TJLP.

	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Data da aprovação em Assembléia Geral Extraordinária	26/12/2006	22/12/2005	20/12/2004
Valor dos Juros sobre o Capital Próprio	28.400	31.000	24.990

d) Reservas de lucros

	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Reservas de lucros			
Reserva legal (1)	4.254	4.076	3.506
Reserva de lucros a realizar (2)	(155)	(385)	(4.500)

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;

(2) Reversão parcial de reserva constituída referente ao lucro líquido da empresa Treetop Investment Ltd., controlada indiretamente.

19. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

a) O saldo de “outras despesas administrativas” em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004 está composto da seguinte forma:

	<u>Banco</u>		
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Despesas de serviços de terceiros	53.47	21.87	7.124
	0	6	
Despesas de processamento de dados	2.340	1.749	902
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.730	3.324	313
Despesas de contribuições assistenciais	1.629	1.700	2.443
Despesas de aluguéis	1.544	3.237	1.732
Despesas de comunicações	1.335	1.149	656
Despesas de vigilância e segurança	978	236	202
Despesas de amortização e depreciação	675	418	301
Despesas de água, energia e gás			
	631	279	133
Outras despesas administrativas			
	<u>6.532</u>	<u>5.137</u>	<u>8.208</u>
Total	<u>70.86</u>	<u>39.10</u>	<u>22.01</u>
	<u>4</u>	<u>5</u>	<u>4</u>

	<u>Consolidado</u>		
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Despesas de serviços de terceiros	53.50	22.65	7.173
	4	3	
Despesas de manutenção e conservação de bens	2.800	4.803	1.388
Despesas de processamento de dados	2.340	1.749	902
Despesas de contribuições assistenciais	1.629	1.700	2.443
Despesas de aluguéis	1.544	3.237	1.732
Despesas de comunicações	1.337	1.151	658

Banco Daycoval S.A.

Despesas de vigilância e segurança	978	236	202
Despesas de amortização e depreciação	675	418	301
Despesas de água, energia e gás			
	631	279	133
Outras despesas administrativas			
	6.496	4.358	8.157
Total	<u>71.93</u>	<u>40.58</u>	<u>23.08</u>
	<u>4</u>	<u>4</u>	<u>2</u>

Banco Daycoval S.A.

- b) O saldo de “outras receitas operacionais” em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004 está composto da seguinte forma:

	Banco		
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Recuperação de encargos e despesas	448	2.003	1.799
Variação cambial sobre operações passivas	22.913	18.400	3.943
Outras receitas operacionais	<u>5.528</u>	<u>5.458</u>	<u>2.802</u>
Total	<u>28.889</u>	<u>25.861</u>	<u>8.544</u>

	Consolidado		
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Recuperação de encargos e despesas	448	2.003	1.799
Variação cambial	24.655	18.791	4.303
Outras receitas operacionais	<u>5.874</u>	<u>5.600</u>	<u>2.934</u>
Total	<u>30.977</u>	<u>26.394</u>	<u>9.036</u>

- c) O saldo de “outras despesas operacionais” em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004, está composto da seguinte forma:

	Banco		
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Atualização monetária de tributos	9.356	9.040	5.887
Outras despesas operacionais	<u>7.123</u>	<u>722</u>	<u>285</u>
Total	<u>16.479</u>	<u>9.762</u>	<u>6.172</u>

	Consolidado		
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Atualização monetária de tributos	9.361	9.040	5.898
Variação cambial	6.025	6.748	5.331
Juros passivos	2.113	-	-
Outras despesas operacionais	<u>7.123</u>	<u>722</u>	<u>328</u>
Total	<u>24.622</u>	<u>16.510</u>	<u>11.557</u>

20. GARANTIAS PRESTADAS E RESPONSABILIDADES (BANCO E CONSOLIDADO)

As garantias prestadas e responsabilidades assumidas com terceiros, no valor de R\$40.474 em 2006, R\$12.215 em 2005 e R\$9.432 em 2004, estão sujeitas a encargos financeiros e contra-garantias pelos beneficiários. Não são esperadas perdas com essas operações.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações, e estão sumariadas como segue:

Descrição	2006		2005		2004	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Depósitos à vista						
ACS Participações Ltda.	(5)	-	(14)	-	(15)	-
Daycoval Asset Management	(3)	-	(5)	-	(4)	-
IFP Planej. e Cons. em Informática	-	-	(4)	-	(3)	-
SCC Ass. em Cadastro e Cobrança	-	-	(4)	-	(4)	-
Outros (coligadas e pessoas físicas)	(65)	-	(47)	-	-	-
Depósitos a prazo						
ACS Participações Ltda.	(3.962)	(362)	-	(13)	(118)	(75)
Daycoval Asset Management	(1.420)	(139)	(406)	(93)	(698)	(115)
Treetop Investment Ltd.	-	-	-	-	(2.861)	(417)
IFP Planej. e Cons. em Informática	-	-	(2.795)	(544)	(3.012)	(439)
SCC Ass. em Cadastro e Cobrança	-	-	(2.631)	(516)	-	-
Outros (coligadas e pessoas físicas)	(28.479)	(2.394)	(50.178)	(2.595)	-	-
Derivativos						
Outros (coligadas e pessoas físicas)	7.213	2.340	30.788	18.624	-	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior						
ACS Participações Ltda.	(217)	(34)	-	-	-	-
Treetop Investment Ltd.	(1.309)	(17)	(5.398)	(224)	(11.968)	(293)
Cessões de crédito						
Daycoval FIDC	35.024	421	-	-	-	-

22. LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILÉIA

Na Resolução CMN nº 2.099/94 foi estabelecida a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado com o grau de risco da estrutura de ativos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2006 o patrimônio líquido do Banco excedeu em 85,60%, 2005 em 127,98% e em 2004 em 147,66% o patrimônio líquido mínimo exigido pelo BACEN, estando, dessa forma, compatível com a estrutura de ativos do Banco. O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2006 é de 20,42%, em 2005 é de 25,08% e em 2004 é de 27,24%.

O quadro a seguir demonstra a composição dos ativos ponderados pelo risco:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Fator de ponderação de risco:			
Risco reduzido - 20%	7.404	1.505	1.712
Risco reduzido - 50%	62.087	23.635	12.332
Risco normal - 100%	1.660.332	1.087.845	760.433
Risco normal - 300% (créditos tributários)	-	114	4.905
Total dos ativos ponderados pelo risco	<u>1.729.823</u>	<u>1.113.099</u>	<u>779.382</u>
11% dos ativos ponderados pelo risco	190.280	122.441	85.732
20% do risco de crédito das operações de “swap”	927	1.505	1.943
Risco de mercado - exposição cambial	26.350	26.238	39.116
Risco de mercado - taxa prefixada	<u>18.304</u>	<u>10.208</u>	<u>8.216</u>
Patrimônio líquido mínimo exigido	<u>235.861</u>	<u>160.392</u>	<u>135.007</u>
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	<u>437.767</u>	<u>365.663</u>	<u>334.365</u>

23. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os administradores do Banco são remunerados através de “Pró-Labore”. Tais valores foram registrados na rubrica de “Despesas de pessoal - honorários da diretoria”, nos montantes de R\$199 em 2006, R\$200 em 2005 e R\$194 em 2004.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

- Administração de recursos de terceiros - A Daycoval Asset Management é responsável pela administração de recursos de terceiros por meio de fundos de investimentos, cujos patrimônios líquidos totalizavam: R\$131.926 em 2006, R\$90.543 em 2005, e R\$36.827 em 2004.
- O Banco Daycoval e suas controladas, mesmo submetidos a reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, têm como política segurar seus valores e bens, em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

25. EVENTOS SUBSEQÜENTES

- Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 8 de março de 2007, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social do Banco Daycoval S.A. em R\$3.897, passando de R\$188.561 para R\$192.458, com a conseqüente emissão de 29.364 ações, sendo 14.682 ordinárias e 14.682 preferenciais, sem valor nominal. Este aumento foi aprovado pelo BACEN em 16 de março de 2007.

- b) Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 9 de março de 2007, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social do Banco Daycoval S.A. em R\$230.279, mediante a incorporação de: (i) reservas de capital - R\$453; (ii) reservas de lucros - R\$20.573; e (iii) lucros acumulados de exercícios anteriores - R\$209.253. Desta forma, o capital social do Banco passou de R\$192.458 para R\$422.737. Este aumento foi aprovado pelo BACEN em 27 de março de 2007.

Esta mesma Assembléia Geral Extraordinária deliberou e aprovou o desdobramento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais, de forma que cada ação existente foi substituída por cinquenta novas ações.

- c) Em Ata da Reunião de Diretoria, realizada em 13 de março de 2007, foi deliberada e aprovada a redução de capital da Treetop Investments Ltda., controlada direta da ACS Participações S.A., de US\$ 14,260,585.00 para US\$ 5,259,585.00.
- d) Em Ata da Reunião de Diretoria, realizada em 15 de março de 2007, foi deliberada e aprovada a redução de capital da Treetop Investments Ltda., controlada direta da ACS Participações S.A., de US\$ 5,259,585.00 para US\$ 2,668,585.00.
- e) Em Ata da Reunião de Sócios, realizada em 15 de março de 2007, foi deliberada e aprovada a distribuição de lucros de exercícios anteriores, da ACS Participações S.A. para o Banco, no montante de R\$ 21.677.
- f) Em Assembléia Geral de Constituição, realizada em 16 de março de 2007, foi deliberada e aprovada a criação da Dayprev Vida e Previdência S.A., empresa com o objetivo de atuar como Sociedade Seguradora do Ramo de Vida e Previdência e Entidade Aberta de Previdência Complementar. O processo administrativo constitutivo se encontra submetido à análise da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
-

Fundo
Daycoval Veículos Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios
CNPJ/MF nº 09.583.906/0001-50

Cedente e Distribuidor
Banco Daycoval S.A.
CNPJ/MF nº 62.232.889/0001-90
Avenida Paulista, nº 1.793
01311-200
São Paulo – SP

Administradora
**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A.**
CNPJ/MF nº 36.113.876/0001-91
Avenida das Américas, nº 500, bl 13, sala 205
22640-100
Rio de Janeiro – RJ

Custodiante e Agente Escriturador
Banco Itaú S.A.
CNPJ/MF nº 60.701.190/0001-04
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº
100 – Torre Itaúsa
04344-902
São Paulo – SP

Empresa de Auditoria
KPMG Auditores Independentes
CNPJ/MF nº 57.755.217/0001-29
Rua Renato Paes de Barros, nº 33
04530-904
São Paulo – SP

Agência Classificadora de Risco
**Standard Poor's (McGraw-Hill
Interamericana do Brasil Ltda.)**
CNPJ nº 02.295.585/0001-40
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º
andar
05426-100
São Paulo – SP

Assessor Legal
Motta, Fernandes Rocha Advogados
CNPJ/MF nº 35.808.211/0001-30
Alameda Santos, nº 2335 – 11º andar
01419-002
São Paulo – SP